equena História do Ceará

Raimundo Girão

MO.

Coleção Estudos Cearenses Vol.



Coleção Estudos Cearenses

A COLEÇÃO ESTUDOS CEARENSES, publicada pelas EDIÇÕES UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, deverá constituir-se de obras de real valor, relacionadas com o estudo e a interpretação do homem e da cultura cearense, em seus amplos aspectos: geográficos, históricos, sociológicos, antropológicos, econômicos, literários.

Sabe-se que no Ceará vicejou uma plêiade de historiadores e observadores sociais, como o Barão de Studart, Antônio Bezerra, Eusébio de Sousa, Thomás Pompeu Sobrinho, Tristão de Alencar Araripe, Sílva Paulet, Gustavo Barroso, para citar apenas os mortos, cujos textos, em sua maioria, publicados em tipografias rudimentares e com tiragens limitadas, estão seriamente ameaçados de desaparecimento.

Urge que se desenvolvam esforços e se multipliquem meios para salvá-los e reeditá-los, ao lado dos textos dos autores e pesquisadores ainda vivos e que se apoiaram nos autores do passado, para ratificá-los ou para questioná-los, como também no sentido de ampliar-lhes o campo de investigação e a contribuição cultural.

Terá, assim, a Coleção os seguintes objetivos definidos:

- 1. Preservar a memória cultural da terra e da gente cearense.
- Oferecer ao público brasileiro, em seus textos autênticos mas ortograficamente atualizados, as principais obras esgotadas sobre o Ceará, sua História, sua gente, sua cultura, sua problemática.
- 3. Publicar textos de novos escritores, que apresentem valor interpretativo, ou que sejam questionantes da problemática sócio-econômico-política da Região.

A COLEÇÃO ESTUDOS CEARENSES se inicia, de modo auspicioso, com a publicação, em 4.ª edição, da PEQUENA HISTÓRIA DO CEARÁ, de autoria de Raimundo Girão, um dos mais importantes historiadores cearenses da atualidade.

NASCIDO em Morada Nova, interior do Ceará, aos 3 de outubro de 1900, filho legítimo de Luiz Carneiro de Souza Girão e de Celina Cavalcante Girão, Raimundo Girão é atualmente uma das figuras mais ilustres e respeitadas da intelectualidade cearense. Ex-Prefeito de Fortaleza, ex-Secretário de Urbanismo da Municipalidade, ex-Secretário de Cultura do Ceará, Ministro do Tribunal de Contas do Ceará por vinte anos, Raimundo Girão bacharelou-se, em 1924, pela Faculdade de Direito do Ceará, onde também fez pós-graduação, em 1936. É membro da Academia Cearense de Letras, Presidente de honra do Instituto do Ceará e da Sociedade de Geografia e História do Ceará. Sua vida de homem público e de homem de letras, toda ela pontilhada de sucessos, não caberia certamente nos limites deste modesto resumo biográfico.

A maior parte da alentada bibliografia de Raimundo Girão, constituída de mais de trinta títulos, é dedicada ao estudo e à interpretação dos fatos relacionados com a História do Ceará. Bastaria esse aspecto para assinalar a relevância e o significado de sua produção intelectual, que se aprofunda e se enriquece à medida que o tempo passa, como se ao próprio tempo fosse buscar o segredo da sua perenidade. É que os estudos de Raimundo Girão jamais se afastam da perspectiva histórica; em momento algum perdem de vista a premissa filosófica de que o homem é o personagem central dessa trama de eventos que se desenrolam na ribalta da História, onde tudo o que acontece (ou deixa de acontecer) oscila necessariamente à órbita da natureza humana.

Um dos livros de Raimundo Girão sabidamente mais importantes é, sem dúvida alguma, a PEQUENA HISTÓRIA DO CEARÁ, que já mereceu três edições: a primeira, em 1953, a segunda, em 1962, e a terceira, em 1971. A quarta edição, revista e atualizada, vem agora a lume sob o patrocínio da COLEÇÃO ESTUDOS CEARENSES, editada pela Universidade Federal do Ceará, que desse modo presta justa homenagem à perenidade desse livro e à operosidade intelectual do seu autor. De fato, passados trinta e um anos de sua primeira edição, esse livro continua a ser uma obra indispensável ao conhecimento dos fatos capitais que assinalaram a evolução do nosso pensamento histórico.

Mas o historiador Raimundo Girão não é apenas o pesquisador obstinado e veraz dos fatos; não é apenas um mero colecionador de eventos cronológicos, nem tampouco um cronista metódico e rotineiro dos homens e coisas do passado. Raimundo Girão persegue a História numa perspectiva dinâmica. As suas reflexões ganham, por isso, relevo e profundidade e a sua visão de esteta confere magnitude ao seu testemunho. É que o historiador e o estilista consumado convivem admiravelmente na personalidade do escritor Raimundo Girão. Ele faz História com um olho nos fatos e outro na estética. Daí, certamente, o permanente interesse e curiosidade que os seus livros despertam. Como esta PEQUENA HISTÓRIA DO CEARÁ, que pela quarta vez é entregue à inteligência e ao bom gosto do povo do Ceará.

Pequena História do Ceará

Copyright by Raimundo Girão

1.ª edição —

2.° edição — 3.° edição — 1971

G515p Girão, Raimundo

Pequena história do Ceará. 4.ª ed. rev. e atual. Fortaleza, Edições Universidade Federal do Ceará, 1984.

294 p. (Coleção Estudos Cearenses, 1)

1 — História — Ceará

I — Título Série

CDU 981.31



Edições Universidade Federal do Ceará Fortaleza — 1984



Raimundo Girão 4º EDIÇÃO REVISTA E ATUALIZADA Pequena História do Ceará

Roteiro Bibliográfico da História do Ceará

Raimundo Girão

Sem considerar os fatos da chamada Proto-História, a história do Ceará começa quando já decorrera um século do descobrimento do Brasil.

De fato, só em 1603 pôde vir a estas paragens, que seriam conhecidas por Siará e depois Siará-Grande, o açoriano Pero Coelho de Sousa, residente na Paraíba e, não podendo atingir o Maranhão, de onde pretendia expulsar os franceses ali enquistados, acabou fixando-se na barra do rio Ceará, à margem direita. Desejava plantar aqui uma Nova Lusitânia, e à povoação que se iniciou no local deu o nome de Nova Lisboa. Fracassou, porém, e teve de voltar à custa de martírio e sacrifícios à Paraíba, de onde saíra.

Outra tentativa foi confiada aos padres jesuítas Francisco Pinto e Luís Figueira (1607) e esta igualmente se frustrou, com a morte brutal do primeiro desses missionários. O segundo veio demorar na mesma barra do Ceará, mas por pouco tempo e retornou derrotado e triste.

Terceira investida de exploração da gleba cearense tentou-a Martim Soares Moreno, que em fins de 1611, na companhia de um padre e seis soldados, parou na mencionada foz, levantou um pequeno forte de madeira, que durou algum tempo, sem contudo resistir ao ataque dos holandeses, que dele tomaram posse (1637). Desde 1631, todavia, Soares Moreno se retirara do Ceará, e, com o domínio dos flamengos, também não teve êxito a aspiração portuguesa de incorporar à civilização ibérica este pedaço brasileiro.

Da expedição pioneira de Pero Coelho não restou documento autêntico que a registasse. Porém, da dos jesuítas, um e bem elaborado escreveu Luís Figueira: é a *Relação do Maranhão*, datada de 26 de março de 1608 e dirigida ao Prelado ou Prepósito Geral da Companhia, em Roma, Cláudio Aguaviya. Contém sugestiva descrição das coisas do território perlustrado e dos sofrimentos da expedição. Pode ser consultada na Revista do Instituto do Ceará, v. 17, ps. 97-138, no Tricentenário da Vinda dos Primeiros Portugueses ao Ceará, Fortaleza, Tip. Minerva, 1903, ps. 93-134, em Documento para a História do Brasıl, especialmente a do Ceará, Fortaleza, Barão de Studart, 1.º v. 1904, ps. 1-42 (2.º v. Tip. Minerva, 1909, 3.º v., idem, 1910, e 4.º v., idem, 1921) e em Três Documentos do Ceará Colonial, Coleção História e Cultura, dirigida por José Aurélio Câmara e sob a responsabilidade do Instituto do Ceará, Fortaleza, Departamento de Imprensa Oficial, cujo capítulo I é fartamente comentado por Th. Pompeu Sobrinho. Digno de melhor estudo a respeito é História Eclesiástica do Ceará, 1.ª parte, edição comemorativa do X Congresso Eucarístico Nacional, Fortaleza, 1980, de Geraldo S. Nobre.

De 1615 data a "Jornada do Maranhão", da autoria de Diogo de Campos Moreno, inclusa nas *Memórias para a História do Extinto Estado do Maranhão*, de Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1894, e também, na *Revista do Instituto do Ceará*, v. 21, ps. 209-330. Diogo de Campos era Sargento-mor do antigo Estado do Brasil e relacionou interessantes e miúdas informações concernentes aos primeiros tempos da exploração da "Província de Jaguaribe, Siará e Melo Redondo". Do mesmo Sargento-mor é o famoso *Livro que dá Razão ao Estado do Brasil*, obra indispensável aos estudiosos da historiografia cearense, reeditada em 1955 pelo Arquivo Público de Pernambuco, com introdução e notas de Hélio Viana.

O seu sobrinho Martim Soares Moreno, tido como o fundador da Capitania Cearense, aqui vindo de início, muito iovem e simples soldado da "bandeira" de Pero Coelho de Sousa e. mais tarde, Capitão-mor do Ceará, escreveu, em 1618 a Relação do Siará, documento de alto valor para a apreciação mais segura daqueles acontecimentos primevos e estampado no dito Tricentenário ps. 191-198, nos Documentos aludidos, ps. 133-140. no citado Três Documentos do Ceará Colonial, cap. II, com os comentários de Raimundo Girão. Sobre Martim Soares leia--se "Martim Soares Moreno, o Fundador do Ceará", trabalho do Barão de Studart na Revista do Instituto do Ceará, v. 17, ps. 178-278, publicado também e Tricentenário cit. ps. 139-190; há uma separata, de 116 ps. (Fortaleza, Tip. Studart). Do mesmo Barão de Studart é o opúsculo Documento para a biografia do fundador do Ceará, (Fortaleza, Tip. Studart, 1897). Afrânio Peixoto escreveu Martim Soares Moreno (Lisboa, Divisão de Publicidade e Biblioteca, 1940). E também Heitor Marcal. Martim Soares

Moreno, o Guerreiro Branco da Iracema. (Rio de Janeiro, Edito-

ra Vecchi Ltda. s/d.).

Contemporânea desses antanhos é a *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador, concluída em 1627, na qual figuram capítulos acerca das expedições de Pero Coelho (livro 4.º, caps. 38 e 43) e dos padres Pinto e Figueira (cap. 44). A sua terceira edição, com os admiráveis *Prolegômenos* de Capistrano de Abreu e as "Notas" de Rodolfo Garcia, deve-se à Com-

panhia Melhoramentos de São Paulo, 1931.

Merecem consulta, conquanto cuidadosa, as crônicas do padre José de Morais (História da Companhia de Jesus na Extinta Província do Maranhão e Pará, escrita em 1759), do frade Yves d'Evreux (Viagem ao Norte do Brasil, trad. de César Augusto Marques, Maranhão, 1874), do outro frade Claude d'Abbeville (História da Missão dos Frades Capuchinhos na Ilha do Maranhão, S. Paulo, Biblioteca Histórica Brasileira, v. XV, Livraria Martins Editora), do padre João Filipe Betendorf (Crônica da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão, 3.ª ed., Florença, Tip. Barbera, 1905) de Aires do Casal (Corografia Brasilica, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945, fac-símile da edição de 1817).

Valiosíssima para a história religiosa do Ceará, no primeiro e segundo séculos, é a *História da Companhia de Jesus no Brasil*, notável livro do padre Serafim Leite, S. J., Imprensa Nacional, v. 3.º, ps. 1-96, 1943. É é de ler-se, nesse tocante, o Capítulo "A Missão Jesuítica da Ibiapaba", de Carlos Studart Filho, in *Revista do Instituto do Ceará*, v. 59, ps. 5-68. Do mesmo autor: "Dados para uma História Eclesiástica do Ceará", *cit. Revista*, v. 69, p. 21, v. 70, p. 37 e v. 71, p. 30, e "A Missão Jesuítica da Ibiapaba", em *Estudos de História Seiscentista*, Coleção História e Cultura, cit. n.º 2, Fortaleza, Tip. Minerva,

1959, esquece o livro, já citado, de Geraldo S. Nobre.

Importante, outrossim, a "Relação da Missão da Serra da Ibiapaba", do padre Antônio Vieira, datada de 11 de fevereiro de 1660 (Revista do Instituto do Ceará, v. 18, ps. 86-138).

Sobre a ocupação holandesa tem-se que recorrer, principalmente, à correspondência de Gedeon Morris de Jonge com os Grão-Senhores da Companhia das Índias Ocidentais, em Pernambuco, coligida e comentada pelo Dr. José Higino Duarte Pereira (Revista do Instituto do Ceará, v. 10, ps. 46-95 e 286-318), bem como o Diário de Matias Beck (fragmento), que pode ser encontrado no Tricentenário, ps. 339-417, na Revista do Instituto do Ceará, v. 17, ps. 324-405, e apenso ao livro Matias Beck — Fundador de Fortaleza, Fortaleza, Imprensa Oficial, 1961, n.º 5, da Coleção História e Cultura, de Raimundo Girão, e Três Do-

cumentos, cit., cap. III, este comentado por José Aurélio Câmara. Completando o melhor conhecimento dos fatos do primeiro século (século 17), os mencionados Documentos, do Barão de Studart, fornecem abundantes elucidações; são quatro volumes saídos, sucessivamente, em 1904, (Tip. Studart), 1909, 1910 e 1921 (Tip. Minerva). José Aurélio Câmara escreveu, com separata, "Aspectos do Domínio Holandês no Ceará", na Revista do Instituto do Ceará, v. 70, p. 5, Raimundo Girão o citado livro Matias Beck — Fundador de Fortaleza, e Carlos Studart Filho, em 1956, trouxe-nos "História do Ceará Holandês", Fortaleza, Imprensa Oficial, 1956 (Separata da Revista da Academia Cearense de Letras, v. de 1956).

No que se relaciona ao século 18, serão de leitura obrigatória as achegas de Perdigão de Oliveira (Revista do Instituto do Ceará, v. 1, ps. 103-203, v. 2, ps. 25-79 e 223-236, e v. 4, ps. 118-154 e 273-326), o pequeno grande livro Algumas Origens do Ceará, de Antônio Bezerra, dado à publicidade através da citada Revista do Inst. do Ceará, v. 15, ps. 153-288 e 16, ps. 134-159, e depois, reunido em volume da Tip. Minerva, Fortaleza 1918 e Notas Para a História do Ceará, do Barão de Studart, Lisboa, Tip. do "Recreio", 1892, que representa documentário condensado e correto do que se passou no Ceará, na segunda metade da centúria. E convém ler, de modo destacado, o que ele deixou na Revista do Instituto do Ceará, v. 4, ps. 5-40 e 83-117, v. 5, ps. 5-81 e 232-235, v. 6, ps. 5-62 e 73-114. De igual, interessa ver a "Notícia Geral da Capitania do Siará-Grande", do governador João Batista de Azevedo Montauri, na citada Revista, v. 49, ps. 85-100, e na Revista da Academia Cearense, v. 17 (1912), ps. 146-162.

No século passado, apareceram várias Memórias descritivas de nossa geografia física e humana, com referências históricas de certo valor, a começar pela do ex-governador Luís Barba Alardo de Meneses, escrita em 18 de abril de 1814 (Revista do Instituto do Ceará, v. 11, ps. 36-60), seguindo-se "Descrição Geográfica Abreviada da Capitania do Ceará", primeiramente atribuída a Silva Paulet, mas definitivamente verificada como da autoria do ouvidor João Antônio Rodrigues de Carvalho, escrita em 1816 (Revista do Instituto do Ceará, v. 12, ps. 5-33). O naturalista João da Silva Feijó deixou-nos outra, de real mérito, que Paulino Nogueira anotou, em comentários na Revista do Instituto do Ceará, v. 3. ps. 3-27.

Sobre esse naturalista G. S. Nobre (Geraldo da Silva Nobre) publicou *João da Silva Feijó, um naturalista no Ceará,* Fortaleza, Gracel, Gráfica Editorial Cearense Ltda., 1978, obra que

não pode deixar de ser lida com o melhor proveito.

Valem como tais memórias, pelo vigor pitoresco, as impressões de viagem Henry Koster, em *Travels in Brazil*, traduzido em português por Luís da Câmara Cascudo, *Viagens ao Nordeste do Brasil* (capítulos VII e VIII), Brasiliana, v. 231, 1942. E as de George Gardner, inglês, *Viagens no Brasil*, traduzidas por Albertino Pinheiro, Brasiliana, v. 223, 1942 (capítulos 5 e 6).

Os estudos mais coordenados da história cearense, porém, iniciam-se com João Brígido, Senador Pompeu, Pedro Theberge e Tristão de Alencar Araripe. O primeiro, mexendo velhos arquivos do sul da Província, completou, em 1859 "Apontamentos Para a História do Cariri" e os divulgou no jornal Araripe, que dirigia no Crato, ao mesmo tempo que o francês Dr. Theberge, no Diário de Pernambuco (Recife), principiava (28 de novembro) a publicação do seu Esboco Histórico sobre a Provincia do Ceará, posteriormente, editado pelo filho Henrique Theberge, saídas a 1.ª parte em 1869, Fortaleza (Tip. Brasileira), a 2.ª em 1875 (idem) e a 3.ª em 1895 (Tip. Studart, Fortaleza), compreendendo a narração de fatos até o governo de Vicente Pires da Mota (1854-1855). Brígido reproduziu os "Apontamentos" em 1888, insertos na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, tomo 51 (suplemento), e os incluiu em Ceará, Homens e Fatos (Rio de Janeiro, Tip. Besnard Frères, 1919), do qual forma a parte III, com o título "Povoamento do Sul do Ceará e seu Desenvolvimento".

A primeira edição de Ceará — Homens e Fatos data de 1899, Fortaleza, Tip. Universal, da qual para arranjar a 2.ª ed., retirou o autor alguns capítulos, incluindo outros, também já conhecidos, tais como A Fortaleza em 1810, opúsculo editado pela Tip. Econômica, Fort., 1882 (parte XI) e reproduzida na Revista do Instituto do Ceará, v. 26, ps. 83-131, e mais recentemente dada à publicidade pela Prefeitura Municipal de Fortaleza e pela Universidade Federal do Ceará, Coleção José de Alencar, n.º 1.º, 1980; "Ceará Holandês" (parte IV) e "Os Pretos de Laura" (parte XIII) integrantes de Miscelânea Histórica, Tip. Universal, 1889; "Povoamento do Ceará", publicação anexa a "Efemérides do Ceará", Tip. Studart, 1900 (parte V), com a denominação de "Expansão da Colônia".

Em 1862, o Dr. Tristão de Alencar Araripe, depois, Conselheiro, encetou a publicação gradativa da sua *História da Provincia do Ceará Desde os Tempos Primitivos até 1850*, no mesmo *Diário de Pernambuco* e, depois, deu-lhe corpo em pequeno tomo (130 ps.) no ano de 1867, com as iniciais T.A.A., impresso na Tip. do *Jornal do Recife*. Organizada por José Aurélio Câmara, há 2.º edição dessa obra, 1.º número da Coleção História e Cultura, Fortaleza, Tip. Minerva, 1958. Esta edição foi atuali-

zada com notas de Tomás Pompeu Sobrinho, Raimundo Girão, Mozart Soriano Aderaldo e José Aurélio Câmara.

Nos anos seguintes (1863 e 1864) o Senador Pompeu (Tomás Pompeu de Sousa Brasil) entregou aos leitores o 1.º e 2.º tomos do Ensajo Estatístico do Ceará, Fortaleza, Tip. Brasileira, (1864), cuja última parte (a 4.ª) se constitui do Resumo Cronológico da História do Ceará, preparado, para aí figurar, por João Brígido. Este Resumo foi, pelo autor, melhorado sucessivamente e publicado na Revista do Instituto do Ceará, (v. 14, ps. 3-64 e 137-226), com o título de "Efemérides do Ceará", tendo-o juntado, por fim, a Ceará, Homens e Fatos (parte XIV), sob a legenda, "Datas Históricas do Ceará" (até 5 de julho de 1914). O Senador Pompeu já havia vulgarizado, anteriormente, com atinência ao Ceará, Memória Sobre a Estatística e Indústria da Provincia do Ceará. 1857. Tip. Brasileira, Fortaleza, e Memória Estatística da Província do Ceará sob a sua Relação Física, Política e Industrial, 1858, idem. Somente em 1877 mandou imprimir a Memória Sobre o Clima e Secas do Ceará, Rio de Janeiro, Tip. Nacional (reproduzida no Almanaque do Ceará, 1903, p. 140). O seu "Juízo Histórico Sobre Fatos do Ceará", teve publicidade póstuma, em 1895, na Revista do Instituto do Ceará, v. 9, ps. 7-54, oferecido pelo filho e homônimo, Dr. Tomás Pompeu de Sousa Brasil.

Concomitantemente, o engenheiro José Pompeu de Albuquerque Cavalcante trazia a lume Corografia da Provincia do Ceará. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1888, em cujo final (ps. 247-317) coloccu um "Esboco Histórico do Ceará", isto dois anos depois da saída de Estudos de História do Ceará. Fortaleza, Tip. do Libertador, 1886, de Joaquim de Oliveira Catunda (Senador Catunda), vasados em critério de história interpretativa, a despeito do seu azedo pessimismo. Deles Gilberto Câmara preparou segunda edição em 1919, Fortaleza, Tip. Gade-

Iha. Chegam até 1825 as suas interpretações.

No entanto, só a partir de 1887 é que os estudos de história cearense alcançam plena segurança e desenvolvimento, com a fundação do Instituto do Ceará (4 de março). A Revista deste sodalício passou a ser o grande documentário dos trabalhos dos seus sócios e de estranhos, que obtêm acolhida nas suas páginas. Sem hiato, na sua vida tão proveitosa, a Revista do Instituto guarda, com efeito, os melhores resultados de tantas procuras que se têm realizado para aclarar e explicar sociologicamente o esforço do homem neste ângulo do Brasil.

São, não há dúvida, dignos do mais franco elogio os meticulosos estudos para aí levados, entre outros, pelo Barão de Studart, Antônio Bezerra, Perdigão de Oliveira, Tomás Pompeu, Paulino Nogueira, Carlos Studart Filho, Eusébio de Sousa, João Nogueira, Cruz Abreu, Padre Azarias Sobreira, Pompeu Sobrinho, Júlio Abreu, Renato Braga, José Aurélio Câmara, Florival Seraine, José Bonifácio de Sousa, Martins Filho, Denizard Macedo, Manoel Albano Amora, Mozart Soriano Aderaldo, Raimundo Girão, Pe. Misael Gomes da Silva, Hugo Catunda, Djacir Menezes, Francisco Alves de Andrade, Antônio Gomes de Freitas, Aires de Montalbo, Luís Sucupira, Jósa Magalhães, Parsifal Barroso, Fernandes Távora, Valdelice Carneiro Girão, João Hipólito Campos de Oliveira, Ismael Pordeus, José Osvaldo de Araújo, Guarino Alves, Gen. Teles Pinheiro, Geraldo da Silva Nobre, Fernando Câmara, Vinicius Barros Leal, Henrique de Gonzales, Luís Barros, Itamar Espíndola, Zélia Camurça, R. Aristides Ribeiro, Paulo Bonavides, Marialva Mont'Alverne.

A paciência beneditina do Barão de Studart produziu "Datas e Fatos para a História do Ceará" (v. 8, p. 103; 9, ps. 86 e 337; 10, p. 341; 39, p. 295; 35, p. 185), tomos, reunidos nos Ceará Colônia, Fortaleza, Tip. Studart, 1896, Ceará Província (idem) e Ceará Estado, Fortaleza, Tip. Comercial, 1924, formando um todo, verdadeiro vade-mecum, de manuseio indispensável a quantos queiram saber como se processou a nossa marcha evolutiva. Igualmente necessário o seu Dicionário Biobibliográfico Cearense, em três volumes, respectivamente, 1910, 1913 e 1915. A sua Geografia do Ceará, de indiscutível utilidade, vem de 1924, editada na Tip. Minerva, podendo também ser lida na Revista do Instituto do Ceará, vs. de 1923 e 1924 (ns. 37 e 38). De alto valor é Notas para a História do Ceará, segunda metade

do século XVIII. Lisboa, Tip. Recreio, 1892.

A série de anotações sobre Presidentes do Ceará, iniciada por Paulino e continuada pelo Dr. Cruz Abreu, alenta a *Revista do Instituto* e faz jus à honrosa alusão. Tais anotações foram extraídas de vários volumes da mesma *Revista* e, em número de quatro, condensadas em livros, *fac-similadas*, sob o mesmo

título sem indicação de editor e de data.

Antônio Bezerra publicou o Ceará e os Cearenses Fort., Editor Assis Bezerra, 1906 (ver Revista da Academia Cearense de Letras, v. 5, ps. 146-207), e Notas de Viagem ao Norte do Ceará, 2.ª edição, Lisboa, 1915, e em nova edição tirada na Imprensa Universitária do Ceará, 1965, com introdução de Raimundo Girão e sob o título resumido Notas de Viagem, afora Algumas Origens, já citado, e Rodolfo Teófilo, Secas do Ceará. Segunda Metade do século XIX, Fortaleza, Louis C. Cholowiecki Editor, 1901, Libertação do Ceará, Fortaleza, Tip. Editora Limitada, 1914, A Sedição do Juazeiro, S. Paulo, Monteiro Lobato, Co. Editores, 1922, segunda edição, Fortaleza, Editora Terra do

Sol, 1969, História da Seca do Ceará (1877-1880), Rio de Janeiro, Imprensa Inglesa, 1922, a Seca de 1915 (nova edição da Im-

prensa Universitária do Ceará e Seca de 1919, idem).

Coordenou Tomás Pompeu de Sousa Brasil *O Ceará no Começo do Século XX*, substancioso guia para as pesquisas da geografia e história, e, posteriormente, com abundante cooperação de Pompeu Sobrinho, organizou *O Ceará no Centenário da Independência do Brasil*, Tip. Minerva, 1.º v., em 1922 e 2.º em 1926, excelente repositório informativo.

O des. Álvaro de Alencar trouxe o *Dicionário Geográfico*, *Histórico e Descritivo do Ceará*, edição de Louis C. Cholowiecki. Fortaleza, 1903. Segunda edição em 1939, Tip. Minerva, Forta-

leza.

De Perdigão de Oliveira a *Revista do Instituto* registra, além de outras, estas investigações da mais estreme proficuidade: "A Primeira Vila da Província", v. 1, ps. 103-203, "A Primeira Freguesia da Província", v. 2, ps. 221-236, "O Resumo Cronológico para a História do Ceará do Senhor Major João Brígido dos Santos — Ligeira Apreciação", v. 2, ps. 25-79, "Os Limites do Ceará — Questão com o R. G. do Norte, A Barra do Rio Mossoró", v. 7, ps. 5-302, "O Ceará e Seus Limites", v. 51, ps. 201-245.

Preciosos, verdadeiramente, os estudos de Carlos Studart Filho sobre "Antigüidades Indígenas Cearenses", v. 41, ps. 165-221, e 46, ps. 105-118, "A Bandeira de Pero Coelho", v. 50, ps. 13-37, "Notas Históricas sobre os Indígenas Cearenses", v. 45, ps. 53-103, "As Tribos Indígenas Cearenses", v. 40, p. 39, "As Fortificações do Ceará", vs. 43-44, ps. 48-94 e 45, ps. 119-121, "Vias de Comunicação do Ceará Colonial", v. 51, ps. 15-47, "O Ceará sob o Regime das Capitanias Hereditárias", v. 52, ps. 309-314, "Fundamentos Históricos do Estado do Maranhão", v. 63, ps. 176-220, v. 64, ps. 16-60, v. 65, p. 146. Mais recentemente, publicou Estudos de História Seiscentista, já citados; O Antigo Estado do Maranhão e suas Capitanias Feudais, Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1960, e A Revolução de 1817 no Ceará e outros Estudos, Coleção História e Cultura, Editora Instituto do Ceará, 1966.

Igualmente, assim, a robusta série de trabalhos de Pompeu Sobrinho, o erudito e copioso sociólogo do Nordeste, cuja bibliografia pode ser compulsada em *Meio Século de Existência* — 1887-1937, Fortaleza, Tip. Minerva, 1937, de Eusébio de Sousa, bem como no estudo "Abrangência e Atualidade de Tomás Pompeu Sobrinho", do prof. Francisco Alves de Andrade, introdutório à 2.ª ed. de *Proto-história Cearense*, comemorativa do 1.º Centenário de nascimento do Autor e publicada pela

Universidade Federal do Ceará, 1980, podendo-se acrescentar muitos dos seus trabalhos encontrados na Revista do Instituto do Ceará, vols. 51, ps. 107-162; 52, ps. 53-141; 53, ps. 221-235; 55, ps. 150-175; 56, ps. 153-193; 59, ps. 156-205; 60, ps. 116-184; 62, ps. 139-165; 61, ps. 161-180; 64, ps. 314-349; 68, p. 5; 77, p. 5; — e no Boletim da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (hoje D.N.O.C.S), v. 1, n.º 5, junho de 1934; ps. 239-256; v. 2, julho de 1934, ps. 24-35; v. 2, agosto de 1934, ps. 56-65, reproduzido na Revista do Instituto do Ceará, v. 51, 1927. Aludida Proto-história Cearense é objeto da monografia n.º 4 da Coleção História do Ceará, orientada pelo Instituto do Ceará (1.ª ed., Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1946). Do mesmo Autor e da mesma coleção é Pré-história Cearense (1.º tomo), idem 1955; e, também, História das Secas (Século XX), tomo 2.º, Fortaleza. Editora Instituto do Ceará, 1958, constituindo parte da monografia n.º 23 da citada Coleção História do Ceará. O primeiro tomo é da autoria de Joaquim Alves História das Secas (Século XVII a XIX), editora mencionada, 1953.

Dessa Coleção, contamos ainda com a *História da Literatura Cearense*, de Dolor Barreira, obra que pode considerar-se magistral, pelo conteúdo e extensão, com os quatro primeiros volumes já publicados, respectivamente, em 1948, 1951, 1954 e 1962. Também com *História Militar do Ceará*, monografia n.º 15, Editora Instituto do Ceará, 1950, de Eusébio de Sousa, e *História do Ensino do Ceará*, Dep. da Imprensa Oficial, 1970.

monografia n.º 22, de Plácido Aderaldo Castelo.

Raimundo Girão, que continuaria a Coleção do Instituto com a *História Econômica do Ceará* (Editora Instituto do Ceará, 1947, com 460 páginas), tem dado à publicidade, sucessivamente, a *Abolição no Ceará*, Fortaleza, Editora A. Batista Fontenele, 1956, 2.ª edição, Imprensa Universitária do Ceará, 1970, *Geografia Estética de Fortaleza*, Imprensa Universitária do Ceará, Biblioteca de Cultura, Série A, v. 1, *História da Faculdade de Direito*, Imprensa Universitária do Ceará, 1960, *Pequena História do Ceará*, 1.ª ed., A. Batista Fontenele, 1953, com ilustrações do pintor Floriano, 2.ª ed. Editora Instituto do Ceará, 1962, 3.ª ed. revista, Imprensa Universitária, 1971, *Academia Cearense de 1894*, idem, 1975, além do citado *Matias Beck Fundador de Fortaleza*, e mais *A Cidade do Pajeú*, Editora Henriqueta Galeno, 1982.

Renato Braga enriqueceu a bibliografia cearense com a História da Comissão Científica de Exploração, ilustrada, com 406 ps. de texto, edição da Imprensa Universitária do Ceará, 1962, e com o Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará, do qual sairam os dois primeiros volumes, edições da Imprensa

Universitária, respectivamente de 1964 e 1967. Obra interrom-

pida com o seu falecimento.

Fora do Instituto, outros estudiosos ofereceram satisfatórias contribuições, perpetuando as suas produções em opúsculos e, para somente citar algumas fontes, nas páginas da Revista da Academia Cearense de Letras, do Almanaque do Ceará e da Revista da Sociedade de Geografia e História.

Síntese admirável da historiografia cearense e da importância, que, neste setor, assume a *Revista do Instituto do Ceará*, é a introdução que o prof. José Honório Rodrigues escreveu para o Índice Anotado dessa Revista, por ele organizado (1959),

com 391 ps.

Este índice (do tomo I ao tomo LXVIII), paciente e eruditamente anotado, representa valiosíssima contribuição aos pes-

quisadores da História do Ceará.

Dirigida pelo Instituto do Ceará e com a supervisão de José Aurélio Câmara, começou com pleno êxito a "Coleção História e Cultura", que editou História da Provincia do Ceará, do Cons. Tristão Alencar Araripe (2.ª edição), 1958; Estudos de História Seiscentista, de Carlos Studart Filho, (1959); Correspondência do Senador Pompeu, organizada e anotada por José Aurélio Câmara, (1960); A Revolução de 1817 no Ceará & Outros Estudos, (1961) e Os Aborígines do Ceará, de Carlos Studart Filho, Matias Beck — Fundador de Fortaleza de Raimundo Girão, Três Documentos do Ceará Colonial com estudos de Pompeu Sobrinho, Raimundo Girão e José Aurélio Câmara, Imprensa Oficial, 1969. A morte de José Aurélio deţerminou, infelizmente, o não prosseguimento dessa Coleção.

Walter Pompeu tentou resumir a história colonial cearense com *Ceará Colônia*, Fortaleza, Tip. Urânia, 1929, sem vantagem, entretanto, pois o livro é apressado e omisso, como bem o mostra Carlos Studart Filho, dissecando-o cuidadosamente. (*Re*-

vista do Instituto do Ceará, v. 45, ps. 208-222).

Em 1931, José da Cruz Filho deu-nos a *História do Ceará* — *Resumo Didático*, Comp. Melhoramentos de S. Paulo, livro muito bem feito, porém, como está dito no subtítulo, de caráter simplesmente didático, sem maiores desdobramentos. Pena é que não o tenha publicado em nova edição aumentada.

Mons. Vicente Martins, que deve ser lido com alguma cautela, coligiu *Homens e Vultos de Sobral*, 1941, sem indicação do editor, e *Diocese de Sobral*, 1.º vol., Fort., Tip. Brasil, 1944.

Primeira edição de 1939 (Editora Fortaleza), segunda de 1945 (Fortaleza, Imprensa Oficial), e terceira 1966 (Imprensa Universitária), enseja apreciáveis esclarecimentos e informes *O Ceará* de Antônio Martins Filho e Raimundo Girão.

De Hugo Victor Guimarães e Silva temos Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará, publicado em 1951 (Fortaleza, Editora Jurídica Ltda.), e Chefes de Polícia do Ceará, (Fortaleza,

Tip. Minerva, 1943).

E, ainda substancialmente, ficaram as nossas letras enriquecidas com O Cariri, seu Descobrimento, Povoamento, Costumes, Fortaleza, Rua Senador Pompeu, 483- 1950, e Juazeiro do Padre Cicero e a Revolução de 1914. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti Editores, 1938 e Efemérides do Cariri, Fortaleza, Imprensa Universitária, 1963, todos de Irineu Pinheiro, bem como História do Cariri, Coleção Estudos e Pesquisas, 1.º v. 1964, 2.º v. 1964, 3.º v. 1967, 4.º e 5.º vols., 1968; Cidade do Crato, ed. do Serviço de Documentação do MEC, 1955, de responsabilidade de J. de Figueiredo Filho e Irineu Pinheiro, refertos de notícias e subsídios relativos à região sul do Ceará. Ainda sobre essa região. O Cariri, Subsídios para a História Sul-Caririense, Fortaleza, Editora Fortaleza, 1940, de autoria de Antônio Martins Filho; O Folclore no Cariri, Fortaleza, Imprensa Universitária, 1962 e No Roteiro do Cariri, Recife, Arquivo Público Estadual, 1952, de Mauro Mota,

Em História de Sobral, 1.ª ed., Fortaleza, Pia Sociedade de São Paulo, 1953, e 2.ª ed., Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1974, de D. José Tupinambá da Frota, encontram-se bons esclarecimentos relativamente à região norte do Estado, e bem assim em História da Cultura Sobralense, Sobral, 1978, do Pe. F. Sadoc de Araújo; e quanto à região da Ibiapaba outros podem ser encontrados em Dicionário Histórico e Geográfico da Ibiapaba, Fortaleza, Editores Ramos & Pouchain, de Pedro Ferreira, bem como em A Ibiapaba do Século XVII e uma análise de suas condições sócio-econômicas atuais, Fortaleza, Gráfica Editorial Cearense, 1976, de Luciana Silveira de Aragão e Frota, e em Estudos Ibiapabanos, Sobral, Uva, 1974, do Pe. F. Sadoc

de Araújo.

Sobre Padre Cícero e Juazeiro, são muitas, e às vezes contrariando-se entre si, as obras publicadas no intento de explicar ou interpretar o fenômeno de ordem sociológico-religiosa e po-

lítica tão discutido.

Merecem referências principalmente Juazeiro do Cariri, Fortaleza, Tip. Minerva, 1913, de Joaquim de Alencar Peixoto; Juazeiro em Foco, Fortaleza, Editora de Autores Católicos, 1925, do Pe. Manuel Macedo, A Sedição do Juazeiro, S. Paulo, Ed. Monteiro Lobato, 1922, de Rodolfo Teófilo, Juazeiro e o Padre Cicero (Discurso na Câmara de Deputados) Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1923, de Floro Bartolomeu; O Padre Cicero e a População do Nordeste, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional,

1927, de Antônio Carlos Simoens da Silva, Mistérios de Juazeiro, Juazeiro, Tip. de O Juazeiro, 1935, de Manuel Dinis; O Juazeiro do Padre Cicero — Cenas e quadros do fanatismo do Nordeste, 3.ª ed. São Paulo, Ed. Melhoramentos, s/d, de M. B. Lourenço Filho; Padre Cícero — Juazeiro visto de perto, Rio de Janeiro, s/e, 1936, de Reis Vidal: Padre Cícero — o santo de Juazeiro, Rio de Janeiro, Emp. Gráfica O Cruzeiro, 1940, de Edmar Morel: O Juazeiro do Padre Cicero e a Revolução de 1914, Rio de Janeiro, Pongetti, de Irineu Pinheiro, 1938; Apostolado do Embuste, Crato, Tip. Imperial, 1956, do Pe. Antônio Gomes de Araújo; A Glória do Padre Cícero, Juazeiro do Norte, Tip. d'O Juazeiro, 1956, de Livino de Alencar; Vida completa do Padre Cícero Romão Batista, Juazeiro do Norte, s/e e s/d, de Francisco de Assis Leite; O Padre e a Beata, Rio de Janeiro, Ed. Leitura, 1961, de Nertan Macedo; Padre Cicero - santo rebelde, Rio de Janeiro, Record, 1968, de Francisco Fernando Nascimento: Padre Cicero — Mito e Realidade, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, de Otacílio Anselmo: O Patriarca de Juazeiro, Guanabara, 1969, do Pe. Azarias Sobreira; O Padre Cicero que eu conheci, verdadeira história de Juazeiro do Norte. Rio de Janeiro, Gráf, Olímpica, 1969, de Amália Xavier de Oliveira; Floro Bartolomeu — Caudilho dos beatos e cangaceiros, Rio de Janeiro, Grav. Lux, 1970 de Nertan Macedo; Miracle at Juazeiro, New York, Colombia Press, 1970, de Della Cava; Padre Cícero — Mártir da disciplina, Fortaleza, 1970, de D. José de Medeiros Delgado; Pretensos Milagres de Juazeiro, Petrópolis. Editora Vozes Ltda., do Pe. Helvídeo Martins, 1974. Joaquim Alves publicou Juazeiro Cidade Mística na Revista Clã de Fortaleza, ns. 8 e 9 e na Revista do Instituto do Ceará, v. 62, ps. 73-101, trabalho de valor inestimável. Nesta última revista pode ser lido O Padre Cicero, v 57, ps. respectivamente 268 e 229. de Fernandes Távora.

Obra do melhor mérito é *Fatos e Documentos do Ceará Provincial*, Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1970, de José Aurélio Saraiva Câmara. Igualmente, *Estudo sobre Antônio Cardoso de Barros*, Fortaleza, Gráfica Editorial Cearense, 1972, de G. S. Nobre (Geraldo da Silva Nobre); *História da Medicina no Ceará*, Fortaleza, Coleção Cultura Cearense, publicação da Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 1978, de Vinicius de Barros Leal; *A Elite Política do Ceará Provincial*, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1979, de Maria Arair Pinto Paiva. Antes sairam: *Vendaval da Liberdade*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1967, de Edmar Morel; *A revolução de 1930 no Ceará*, Fortaleza, Imprensa Universitária da UFC.. 1970, de Otacílio Anselmo, sobre este acontecimento re-

volucionário, em 1933, tirado na Tip. Urânia, Romeu Martins deixou Revolução (Ceará, República Velha e República Nova). De João Alfredo de Sousa Montenegro saiu Ideologia e Conflito no Nordeste Rural — Pinto Madeira e a Revolução de 1832 no Ceará, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1976, de cunho interpretativo muito seguro.

E de 1977, preparada na Imprensa Universitária da UFC, é Notícia do Povo Cearense (obra póstuma) de Yaco Fernandes; e, de Abelardo Montenegro, Os Partidos Políticos do Ceará, For-

taleza, Edições UFC, 1980.

Particularmente ligados à história de cada Município cearense vieram a lume: Município de Acaraú — Notas para a sua história, (Fortaleza, Imprensa Oficial, 1971), de Nicodemos Araújo; Terra Aracatiense, (Fortaleza, Imprensa Oficial, 1979), de Abelardo Gurgel Costa Lima; Diagnóstico Sócio-Econômico de Baturité, Aspectos fisiográficos, (Fortaleza, 1967), de Raul Soares Inclan e Francisco Ananias de Paulo; Esboço histórico de Brejo Santo, separata da revista Itavtera (Crato, 1966) de Otacílio Anselmo; A Cidade de Frei Carlos, (Crato, Coleção Estudos e Pesquisas, n.º V), do Pe. Antônio Gomes de Araújo: Esboco Histórico do Crato — Cidade Cabeça de Comarca — Coração do Ceará - Capital do Cariri, (Fortaleza, Imp. Universitária do Ceará, 1967), do Gen. Teles Pinheiro; História Abreviada de Fortaleza — Crônicas sobre a Cidade Amada, Fortaleza, Imprensa Universitária, 1974) de Mozart Soriano Aderaldo; Cidade de Fortaleza, (Fortaleza, Dep. Estadual de Imprensa e Propaganda, 1945) de Raimundo Girão; A Princesa vestida de Baile. (Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1950) de Raimundo Girão: Geografia Estética de Fortaleza, (Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará 1959), 2.ª ed. publicação do Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980) de Raimundo Girão; Fortaleza na sua expressão histórica, geográfica e estatística (Fortaleza, 1946) de Waldery Uchoa: História de Icó — sua genuina crônica, (Crato Tip. de A Ação, 1961) do Pe. Francisco de Assis Couto; Origens de São Mateus — Sua formação sócio--eclesiástica, (Crato, Emp. Gráfica s/d) do Pe. Francisco de Assis Couto: O Município e Cidade de Iguatu, Geografia, política e economia, (Iguatu, 1925) de Hugo Vítor; Iguatu — Memória sócio-histórico-econômica, (Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1962), de Alcântara Nogueira; Município de Ipu, (Salvador, 1916), de Eusébio de Sousa; Lavras da Mangabeira — Dos Primórdios a Vila, (Fortaleza, Separata da Revista do Instituto do Ceará, 1979), de Joaryvar Macedo; Monografia do Município de Maranguape, (Fortaleza, Tip. Assis Bezerra, 1911), de José Pires de Carvalho: Maranguape. Aspectos históricos-geoaráficos. (Fortaleza, Ed. Ins. do Ceará, 1965), de Pedro Gomes de Matos; Massapê em foco, (Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1969), de Oswaldo de Aguiar; História de Morada Nova, 2 vols., (Fortaleza, Gráfica Editorial Cearense, 1976), de Geraldo da Silva Nobre: Pacatuba — Geografia sentimental, (Editora Henriqueta Galeno, 1972), de Manoel Albano Amora: Município de Quixadá, Notícia, histórico, geográfica e descritiva, (Fortaleza, 1925), de Eusébio de Sousa; Russas — Sua origem, sua gente, sua história, (Recife, 1977), de Limério Moreira da Rocha: Quixadá, de Fazenda a Cidade, (Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Estatística, 1960), de José Bonifácio de Sousa; Inhamuns — Terra e Homens, (Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1972), de Antônio Gomes de Freitas; Mombaca - Biografia de um Sertão, (Fortaleza, s/e, 1980), de Augusto Tavares de Sá e Benevides; História Religiosa de Meruoca, (Sobral, Imprensa Universitária UVA, 1979), do Pe. F. Sadoc de Araújo; História de Viçosa do Ceará, (Fortaleza, Editora Gráfica Lourenço Filho, 1980), de Luís Barros; História de Baturité — Época Colonial, Secretaria de Cultura e Desporto, 1981, de Vinicius Barros Leal.

De cunho mais da crônica histórica, publicou Gustavo Barroso À Margem da História do Ceará, Fortaleza, Imprensa Universitária, 1962, e Nertan Macedo diversos trabalhos interessantes: O Padre e a Beata, Rio de Janeiro, Leitura, 1961; Capitão Virgulino Ferreira Lampião, Rio de Janeiro, Leitura, 1962; O Clã dos Inhamuns, Fortaleza, ed. da Comédia Cearense 1965; O Bacamarte dos Mourões, Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1966; o Clã de Santa Quitéria, Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1967.

Vê-se do exposto aliás muito nas linhas gerais, que tudo são obras de feição monográfica, salvantes as já citadas de Alencar Araripe, Theberge e Catunda, esgotadas e superadas, e a de Cruz Filho, sumária demais. Falta, para a conveniente orientação dos interessados, uma História Geral do Ceará, sendo certo que o Instituto do Ceará já pôs aos ombros a tarefa de prepará-la exaustivamente em 40 monografias distintas formando, porém, um todo único, das quais as primeiras já referidas foram dadas à publicidade. Todavia, será obra enciclopédica, por assim dizer.

Para suprir essa falta é que resolvemos escrever a *Peque-na História do Ceará*, destinada ao "eleitor médio", não satisfeito com meras sínteses nem disposto a leituras mais acuradas e difíceis. O livro que ora se entrega ao público em nova edição nem é uma sinopse, nem, ao contrário, um tratado. É um roteiro.

untes significações e esta e productivo en esta esta en esta e

da 1.ª edição

Já é bem conhecida a iniciativa do Instituto do Ceará, relativa à organização da história exaustiva do Estado, na qual se estão pacientemente registando os acontecimentos pretéritos que se processaram, em todos os tempos, dentro do território desta unidade brasileira. A expressão exaustiva emprega-se para significar que a obra deve consignar não somente os fatos já conhecidos, mais ou menos divulgados, como também os que resultarem de minuciosas investigações novas, num vasculhamento demorado e profundo de todas as fontes capazes de uma exploração fecunda.

A obra está em franca elaboração e promete desenvolvimento que excede à expectativa dos organizadores do plano.

O programa dos trabalhos, há anos delineado, compreende uma parte monográfica, de caráter analítico, miudamente detalhada e especializada, que constituirá seguramente quatro quintos da obra, e outra parte sintética, espécie de resumo geral, estruturando organicamente os grandes acontecimentos dentro de um quadro lógico.

Ao que nos parece, esta segunda parte da grande história cearense somente poderá ser organizada depois da publicação de todas ou quase todas as monografias analíticas projetadas, por isto que estas deverão constituir a sua principal e imediata

fonte de informações.

Sem dúvida, a síntese histórica do Ceará será o trabalho mais árduo e difícil para o Instituto. Compreende-se isto facilmente, desde que se considere a natureza mais rigorosamente científica desta parte final do trabalho. As operações de síntese histórica são mais difíceis, mais penosas do que as de análise de fatos ou acontecimentos limitados, parcelados, ou mais ou menos desarticulados. Trata-se "menos de uma ampliação da matéria do que de uma consolidação sistemática;

visa-se menos à quantidade e à diversidade dos materiais do que ao conhecimento, à utilização dos esforços anteriores de análise e a preocupação de obra histórica definitiva".

A compreensão integral do nosso passado exige uma combinação harmoniosa e lógica dos resultados conseguidos com a infinidade de detalhes colecionados nas monografias analíticas. Um prematuro trabalho desta natureza certamente seria demasiado lacunoso, incompleto, e não poderia estruturar-se numa seqüência lógica dos assuntos. Os fatos, incompletamente apreciados, correriam o risco de uma classificação incompatível com a sua importância real. Antes que "cada pedra do calçamento tivesse a sua história", não seria possível ajustálas convenientemente umas às outras, formando uma unidade, fácil e racionalmente compreensível.

Isto. entretanto, é critério que, conquanto absolutamente exato, não pode prescindir de ensaios adequados e oportunos. É que, como já no seu tempo ponderava Renan (1848), referindo-se ao progresso dos estudos filológicos — "a dispersão do trabalho e o isolamento das pesquisas especiais, que faz com que o trabalho (monográfico) do filólogo não exista senão para si só e para um pequeno grupo de amigos que se ocupam com o mesmo assunto" constitui sempre imenso desperdício de forças e retarda o progresso dos estudos (apud Henri Berr in A Síntese em História).

Importa, pois, construir degraus sucessivos que conduzem os curiosos paulatinamente ao ápice da pirâmide, à síntese definitiva da história cearense.

Realmente, como esta seria obra definitiva, última em relação a certo período bem determinado, teria de ajustar-se a um esquema sociológico, de modo que os fatos colhidos nas monografias especializadas se concatenassem num amplo quadro logicamente articulado, o que exigiria a soma completa, a relação total desses fatos. Mas, indubitavelmente, isto se haveria de referir a um indeterminado ponto, projetado na amplidão do futuro. A impaciência dos curiosos, as necessidades práticas do momento, a imperiosa conveniência de uma exposição que resuma, de vez em quando, o estudo ou o estado dos conhecimentos históricos numa síntese provisória, suficientemente exata e inteligentemente organizada, representam imperativo indisfarçável, que cumpre a todo transe atender.

Chegamos assim à explicação da gênese da Pequena História do Ceará.

O que vimos de considerar não explica apenas a gênese, mas também o processo da excelente obra do Dr. Raimundo Girão. Este ilustre e operoso membro do Instituto compreendeu aquela necessidade e a urgência de uma articulação didática dos acontecimentos históricos do Ceará e arquitetou o trabalho com insigne mestria, dando-nos a sua *Pequena História*, tão útil e momentosa aos mestres de toda espécie de currículo pedagógico, como a todos que queiram recrear o espírito através dos fastos importantes da nossa vida pretérita. A *Pequena História*, em outro campo mais vasto, ainda atende a outras necessidades. Está em condições de resolver inúmeras consultas dos jornalistas de profissão, dos chefes e diretores de repartições públicas, dos representantes do povo nas assembléias legislativas etc.

Por outro lado, representa a primeira tentativa de síntese histórica do Ceará arrumada de acordo com um plano bastante racional para, oportunamente, orientar de certo modo aquela parte da história a que nos referimos, fecho do grande empreendimento com que o Instituto do Ceará está brindando às letras cearenses, com estóico desprendimento, fervorosa ânsia de acertar e prestar ao Brasil inestimável serviço. Assim, pois, o trabalho do Dr. Girão não apenas atende a prementes solicitações do momento no setor cultural e prático, como representa para o Instituto, de que é estimado rebento lateral, uma apreciável contribuição.

Th. Pompeu Sobrinho

ib nacetiums are should be standard to the standard of some standard of so

the strike of a strike principle of the strike of the stri

Subgrade Research All

SUMÁRIO

1 — PRIMÓRDIOS DA COLONIZAÇÃO	
CAPÍTULO 1	
O Descobrimento. As Frotas de Vicente Pinzón e de Diogo de Lepe nas costas cearenses antes das caravelas de Álvares Cabral.	27
CAPITULO 2	
A Exploração Geográfica da Costa. Expedições. Criação da Capitania Hereditária. Flibusteiros. Escambo	31
CAPÍTULO 3	
A Conquista da Terra: A "Bandeira" de Pero Coelho. O Sonho da Nova Lusitânia	35
GAITIGEO 4	
A Conquista da Terra: Viagem dos Jesuítas Francisco Pinto e Luís Figueira.	40
CAPITOLO 5	
A Ocupação Humana do Litoral. A Posse Oficial da Terra. Martim Soares Moreno	45
CAPÍTULO 6	
Ataques e Incursões Estrangeiras: O Parêntese Holandês.	50
CAPÍTULO 7 AM E ORREMO ON BENERAGO AOITLION A	- 3.
Centro Inicial da Vida da Colônia: Matias Beck. A Fundação de Fortaleza.	54
2 — FORMAÇÃO ÉTNICA E SOCIAL	
CAPITULO 8 CAPITULO 8 CAPITULO 8	
O Quadro Fisiográfico: Influência do Meio-Físico-Natural.	61
O Toponimo Ceará	I A
A Formação Étnica: A Pré-História. Contribuição do Elemento Indígena. O Elemento Alienígena e sua Procedên-	
cia. A Quase Ausência do Negro	70

CAPÍTULO 10 Penetração do Território: Povoamento. A Consolidação do Domínio Português. Catequese Católica. Sertanistas. As Fazendas de Criar. As Famílias. Barros Braga e Pascoal Vieira. CAPÍTULO 11 A Formação Social: As Sesmarias e a Formação da Propriedade Territorial. A Família. A Divisão de Classes e o Regime de Trabalho. Habitação, Vestuário e Alimentação	79 85
3 — A FORMAÇÃO ECONÔMICA CAPÍTULO 12	
O Pastoreio. As Charqueadas. Seca de 1790-1792	93
A Mineração. Outras Atividades Econômicas	97
4 — A FORMAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA	
CAPÍTULO 14 A Administração: A Capitania Subalterna, sua Vinculação ao Estado do Maranhão e Posterior Subordinação ao Estado do Brasil. Capitães-Mores Governadores dos Séculos 17 e 18. A Milícia. As Primeiras Vilas	103
Administração Judiciária. Ouvidores. Administração Fazendária. Provedores. Os Tributos	109
A Capitania Autônoma. A Carta Régia de 1799. Separação de Pernambuco. Os Governadores. O Naturalista Feijó. Novas Orientações.	115
5 — A POLÍTICA CEARENSE NO IMPÉRIO E NA REGÊNC	IA
CAPÍTULO 17 Os Anseios de Independência: Revolução de 1817	125
CAPÍTULO 18 Os Acontecimentos do Ipiranga e sua Repercussão no Ceará	130
A Insubmissão de 1824. Conseqüências no Ceará	135
O Abrilismo no Ceará. Pinto Madeira e o Padre Benze- Cacetes	142

O Padre Alencar. Assembléia Provincial. Finanças Xenxém. O Banco Provincial. Colonos Estrangeiros. Obras Públicas. Outros Presidentes.	148
6 — A POLÍTICA CEARENSE NO 2.º REINADO	3 .
CAPÍTULO 22 Ainda Outros Presidentes. A Guerra do Paraguai. O Tribunal da Relação. CAPÍTULO 23 A Abolição: A Batalha Anti-Escravista. Os Libertadores.	161 167
7 — A POLÍTICA CEARENSE NA REPÚBLICA	
CADÍTULO 24	
Adesão à República	175
CAPÍTULO 25 O Novo Regime. Mimetismo Partidário. Clarindo e sua Deposição	182
A "Política dos Governadores". As Oligarquias. Pedro Borges e a Questão de Limites. O 3 de Janeiro. A Faculdade de Direito. Nogueira Acioli	186
Franco Rabelo. A Sedição de Juazeiro	193
CAPÍTULO 28	
De 1914 a 1930. Justiniano de Serpa	199
Revolução de 1930. Estado Novo de 1937. Reconstituciona- lização.	204
8 — A FORMAÇÃO ESPIRITUAL	
CAPÍTULO 30 Educação e Cultura (Ciências, Letras e Artes) na Colônia e no Império. Fundação do Liceu. O Senador Pompeu. Educandarios Particulares. O Ensino Superior. As Universidades. A Secretaria de Cultura do Ceará	215
O Desabrochamento Intelectual. A "Academia Francesa". O Instituto do Ceará. O Clube Iracema. A Padaria Espiritual. A Academia de Letras. A Fênix Caixeiral. Movimento Modernista. Atualidade Literária.	225

CAPITULO 32	
A Formação Religiosa: A Igreja Católica e sua Atuação. Expulsão dos Jesuítas. Criação do Bispado do Ceará.	
Novas Dioceses. A Igreja Reformada	
9 — EVOLUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CEARÁ ATUA	AL
CAPÍTULO 33	
As Secas. Emigração	243
CAPÍTULO 34	
A Conquista do Acre	250
CAPÍTULO 35	
Aspectos e Transformações Econômicas, Sociais, Políticas	
e Culturais do Ceará Contemporâneo	255
10 — REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	269

O Descobrimento. As Frotas de Vicente Pinzón e de Diogo de Lepe nas Costas Cearenses antes das caravelas de Álvares Cabral.

describer en de la describada Santa Mario da la Combenación de Santa de Combenación de Combenaci

Oficialmente, o descobrimento do Brasil fez-se pelo jovem e fidalgo almirante Pedro Álvares Cabral, que em 22 de abril de 1500 plantou, no litoral baiano, depois de chegar a um porto "bom e seguro" — a enseada de Santa Cruz — o lenho simbólico da fé católica, indicando a posse da nova terra.

No entanto, há entre os historiadores e geógrafos, no tocante ao descobrimento de fato, sérias divergências, defendendo uns a precedência cronológica dos espanhóis e outros a dos lusos.

A viagem de Cristóvão Colombo abriu outros estímulos aos navegadores, e aqueles mais ousados intentaram expedições através dos mares misteriosos, em busca de terras e riquezas nas chamadas índias Ocidentais, ou Novo Mundo.

Em maio de 1499, saiu da Espanha, guiada por Alonso Hojeda e conduzindo os cartógrafos Juan de La Cosa e Américo Vespúcio, uma que chegou até o Cabo Orange, sem contudo tocar o Brasil.

No mesmo ano, em começo de dezembro, outra zarpou do porto de Palos, constituída de quatro caravelas, sob a responsabilidade de Vicente Yañez Pinzón — antigo companheiro de Colombo, como comandante do navio "Niña".

Tomaram parte nessa empresa muitos velhos marinheiros do grande genovês, os quais, por isso mesmo, eram bons conhecedores dos horizontes da América.

Tendo passado as ilhas do Cabo Verde e transposto a linha equatorial, os da flotilha vieram ter, mais provavelmente

no dia 2 de fevereiro, a um ponto do continente americano, o cabo que foi denominado *Santa Maria de la Consolación*, onde desembarcaram e abasteceram os navios de água e lenha. E porque o litoral se apresentasse muito árido, sem nenhuma atração, e os nativos se esquivassem de qualquer contato, velejou Pinzón para o Norte, até que desembarcaram, cravando no local uma grande cruz. Prosseguida a rota, alcançaram o Amazonas. Finalmente Palos, em 30 de setembro de 1500.

"A data exata em que Pinzón desembarcou na costa cearense, no lugar que vimos de determinar — esclarece Pompeu Sobrinho — não pode ser fixada com absoluta precisão. Cronistas e historiadores não estão de pleno acordo. Mártir dá septimo Kalendas februarii (26 de janeiro), opinião aceita por Moñoz e vários historiadores. Gomara limita-se a dizer que no fim de janeiro; e Navarrete apega-se à relação italiana dos Paesi nuovamente retrovati, para adotar o dia 20 de janeiro. O Barão do Rio Branco, depois de severo exame crítico da matéria, conclui por uma data muito próxima de 1.º de fevereiro (Exposé Historique, Berna, 1900). Esta opinião, sem dúvida, é bastante criteriosa e inspirou a data que Orville Derby abracou, 2 de fevereiro, considerando que esse é o dia em que a Igreja Católica celebra a festa de Santa Maria (Purificação de Nossa Senhora). Aceitamos esta data que explica o porquê da denominação, e está conforme com o hábito daquele tempo, quando um místico desejo levava o nauta agradecido a relacionar o seu feliz descobrimento com a divindade que o teria propiciado, isto é, aquela a que o dia do acontecimento era dedicado.

"Idêntico critério serve para fixar no dia 4 de fevereiro o descobrimento do Mucuripe (Rostro Hermoso), pois neste dia se festejava a Santa Verônica, que, segundo Derby, num velho calendário espanhol, traz o nome aplicado pelo descobridor."

Com iguais intenções, um mês depois da saída de Vicente Yañez, largou do mesmo porto outra expedição, de duas caravelas, comandada por Diogo de Lepe, a qual lançou ferro nas águas do Rio Grande do Norte, seguindo até a ponta do Calcanhar. Retrocedendo, rumou para o norte, deu com a cruz deixada por Vicente Yañez e chamou a este lugar de Rostro Hermoso.

Tais descobrimentos, embora de prioridade indiscutível sobre o de Cabral, não puderam ser oficializados por causa do Tratado de Tordesilhas, ficando sem efeito as concessões que aos Pinzóns fizeram os reis espanhóis.

Para João Ribeiro, "não há dúvida alguma que os espanhóis tiveram a prioridade histórica ou cronológica no descobrimento

do Brasil. Outras razões, porém; haviam de prevalecer, sobretudo, entre essas, o prévio acordo diplomático entre Espanha e Portugal, sob o arbítrio da Santa Sé".

Alude o provecto historiador à *linha demarcatória*, instituída, em 1494, pelo Papa, separando, arbitrariamente, ao correr do meridiano terrestre, ou fosse de pólo a pólo, as áreas de ação de portugueses e espanhóis, nas conquistas que de novos continentes fizessem, não podendo, portanto, estes últimos, de conformidade com aquela linha, ir além de 370 léguas a oeste de Cabo Verde.

Daí por que não pôde Vicente Yañez firmar domínio sobre a terra que descobria — a costa do Brasil.

De modo geral, os historiadores portugueses não aceitam que essas duas citadas expedições hajam alcançado terras brasileiras, e alguns deles, intransigentemente, combatem a versão, como, por exemplo, o professor Duarte Leite. Entre os brasileiros a aceitação é comum, opinando favoravelmente Capistrano de Abreu, Varnhagen, Oliveira Lima e o Barão do Rio Branco.

Por muito tempo o cabo de Santa Maria de la Consolación foi confundido com o de Santo Agostinho, em Pernambuco, pensando assim Capistrano. Outros escritores, Varnhagen por exemplo, inclinam-se por que aquele promotório seja a ponta do Mucuripe, ao mesmo passo que o Rostro Hermoso seria o cabo de Jericoacoara, ambos no Ceará. Rio Branco, baseado no piloto quinhentista Diogo Ribeiro, pretende seja a ponta do Calcanhar. Há quem afirme ser o Santa Maria de la Consolación o Rostro Hermoso.

A verdade, porém, é que já agora não pode haver dúvida quanto a ser identificado o referido cabo de Santa Maria com a Ponta Grossa, também denominada Jabarana, ou do Retiro Grande, no município cearense de Aracati, correspondendo, à sua vez, o Rostro Hermoso à ponta do Mucuripe, em Fortaleza.

O referido Pompeu Sobrinho, com documentação e argumentos seguros, refuta as opiniões de Duarte Leite, Capistrano, Varnhagen e Rio Branco, para chegar àquela conclusão de que no Ceará é que se deu o descobrimento de fato do Brasil. Trata-se de aprofundadas investigações, vasadas em método puramente científico, com o exame desapaixonado e sobretudo meticuloso das cartografias portuguesa, italiana e espanhola, corroboradas pelos informes dos cronistas.

É nova e segura interpretação que veio derribar as hipóteses clássicas da colonização, no tempo e no espaço, do descobrimento do Brasil. "Efetivamente, são palavras do ilustre sábio, a identificação do Rostro Hermoso com o Mucuripe resulta extraordinariamente clara do exame cuidadoso do mapa de La Cosa.

"A Leste da punta del medano (Iguape), no referido mapa, segue-se um trecho de costa uniforme e sem inscrições, que terminava numa saliência ou ponta, à direita da qual e bem próximo está escrito: Co de Stm, evidentemente cabo de Santa

Maria e, provavelmente, o de la Consolación.

"A posição deste cabo corresponde muito aproximadamente à que deveria ser a da Ponta Grossa. Tanto mais quanto, para confirmar a identificação, um pouco mais a Leste, está representada uma praia relativamente uniforme, onde se lê: *Motes arenosas*, justamente no lugar onde se eleva a série de morros agora conhecidos pelos nomes de Cajuaz, Manibu, Tibau etc.

"Estas considerações completam de modo insofismável a identificação do cabo de Santa Maria de Pinzón com a Ponta Grossa ou Jabarana, no litoral do município de Aracati, neste Estado."

Mais recentemente, o historiador Guarino Alves, do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), em estudos porfiados que tem feito em torno da viagem de Pinzón, de primeiro tirou a conclusão de que o Cabo Santa Maria de la Consolación seria a ponta de Itapajé, no Município de Acaraú; mas, demorando melhor no exame da documentação cartográfica, confessa ter sido vítima d'um erro na cópia manuscrita do mapa de La Cosa, da autoria de I. Boussard, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e agora se inclina a aceitar que aquele Cabo corresponde à ponta da Jericoacoara, do mesmo Município, mais a oeste, local que Varnhagem identifica como o Rostro Hermoso.

De qualquer modo, confirma-se a proposição de que Vicente Pinzón, como Diogo de Lepe, antecedeu à chegada cabralina (22 de abril), e foi nas desvestidas praias do Ceará que o homem europeu viu, pisou e sentiu a terra brasileira, pela primeira vez. O aludido historiador concorda com a data de 2 de fevereiro como o dia em que isso aconteceu.

 A Exploração Geográfica da Costa. Expedições. Criação da Capitania Hereditária. Flibusteiros. Escambo.

Após 1500 e até a "bandeira" de Pero Coelho, em 1603, o litoral cearense foi objeto de excursões náuticas, assim de navegadores oficiais, como de flibusteiros em busca de res-

gates com os índios.

Abandonando Lisboa em 14 de maio de 1501, viajaram André Gonçalves e Gonçalo Coelho, trazendo, além de outros, Américo Vespúcio, e, em seguida à demora de onze dias em Dacar, àquela época chamada Bezeghice, continuaram caminho até encontrar, no dia 16 ou 17 de agosto, a costa brasileira, numa angra a que deram o nome de São Roque, bem ao Norte do atual cabo, provavelmente na costa do Ceará e não na do Rio Grande do Norte, como a princípio se aceitou. Talvez a enseada do Mucuripe ou a do Iguape; ou, como sugere Pompeu Sobrinho, a do Curumicoara.

Daí seguiu André Gonçalves para o Sul e Gonçalo Coelho para o Norte, com a missão reservada de reconhecer esse trecho litorâneo, até ali "espécie de terra de ninguém", e por onde

deviam correr os limites tordesilhanos.

Costeou o Ceará, como fez mais tarde, em 1513 ou pouco antes, uma caravela armada em Lisboa pelo holandês Cristóvão Haro e alguns portugueses, a qual abicou na citada angra do Retiro Grande e foi até o rio Camucim, porventura até o Maranhão.

Nessa mesma época andaram perlongando os "verdes mares" Diogo Ribeiro e Estêvão Fróis, e tem-se notícia de que também o fez João de Braga, não muito identificado.

Vindo com a armada de Martim Afonso de Sousa, desancorada de Lisboa a 3 de dezembro de 1530, a caravela "Princesa", cujo comandante era Diogo Leite, recebeu instruções de rumar ao Norte, indo ao Maranhão, ou, talvez, ao Amazonas, observando o litoral do Ceará, "perquirindo a sua geografia e anotando os fatos relevantes".

Seis anos mais tarde (1536) vem a expedição de Aires da

Cunha, donatário da projetada capitania do Maranhão.

Como se sabe, D. João III de Portugal, obrigado a dar solução ao povoamento do Brasil, adotara o sistema meio feudal de donatarias, já experimentado com êxito nas ilhas açorianas, dividida a região em lotes ou tratos, separados uns dos outros, do mar para o sertão, por linhas paralelas ao Equador, e doados a pessoas de sua nobreza, que os administrariam com prerrogativas tais que bem se poderia dizer, como o disse Varnhagen, estaria Portugal reconhecendo a independência do Brasil antes de ele colonizar-se.

O atual território cearense compreendia-se em três daquelas doações:

a) na de cerca de 100 léguas de frente, costa acima, concedida a João de Barros em parceria com Aires da Cunha e limitada entre a ponta dos Búzios e a enseada dos Negros, que é, para alguns, a foz do rio Jaguaribe, para outros a enseada do Iguape, ou ainda para terceiros, a do Curumicoara, hoje foz do rio São Gonçalo;

b) na de 40 léguas, deste último ponto ao rio da Cruz ou Camucim, dada a Antônio Cardoso de Barros e mais propria-

mente chamada Capitania do Ceará:

c) na com que foi aquinhoado Fernão Álvares de Andrade, medindo 75 léguas a contar do rio Camucim até a ponta dos Mangues Secos, no Maranhão.

Associaram-se os três donatários e, com o objetivo de explorar os seus quinhões, prepararam luzida frota de deznavios (1535), comandada pelo referido Aires da Cunha, marinheiro experimentado, a qual, singrando os mares do Norte, passou pelo Ceará e acabou esfacelada pelas tempestades na costa maranhense.

Os filhos de João de Barros — Jerônimo e João — três lustros adiante (1550) organizaram nova expedição, igualmente sem resultado, mas que tocou as costas do Ceará.

Outros viajantes nelas abicaram possíveis piratas negociando clandestinamente com os ameríncolas, notadamente corsários franceses, que nunca perdiam a esperança de con-

quistar as terras do pau-brasil. Como salienta Capistrano, "de espírito mais aberto, inteligência mais ágil, gênio mais alegre, trato mais agradável, não viciados pelo contato diuturno das raças inferiores, aprenderam, aceitaram, alguns até adotaram os costumes, captaram as simpatias dos indígenas, isto é, dos produtores, e pouco a pouco foram preponderando".

Pero Coelho de Sousa, o pioneiro das expedições de conquista do Ceará, encontrou alguns franceses habitando a Serra da Ibiapaba, perfeitamente familiarizados com os índios.

Ao lado deles, flamengos e ingleses mantinham com os nativos animada traficância, num comércio que caracterizava a forma típica daquelas épocas — o escambo, troca, em espécie, de mercadorias manufaturadas, como artigos de ferro (machados, foices, facas, canivetes, tesouras, anzóis), panos e quinquilharias (espelhos, pentes, corais, contas), por matérias-primas, animais e pássaros. Escreveu Martim Soares Moreno na sua sugestiva Relação do Siará: "aportavam muitos piratas que com aqueles índios comerciavam e carregavam muitos navios de algodões e pimenta malagueta, muitos bichos, como papagaios, bugios (macacos), sagüins e muito pau a que os índios chamavam uburaquatiara, que é o melhor que até agora se há descoberto em todo o Brasil, por ser como damasco, e também carregavam pau de tinta e algum âmbar."

O algodão nativo, o manin ou amaniú dos aborígines era o hoje conhecido com a denominação de crioulo ou inteiro, de

espécie arbórea.

Tinha, então, o âmbar larga procura e apesar de não se conter na *Relação* de Soares Moreno mais que ligeira referência a este produto e de haver alegado certa vez o Conselho da Fazenda Real ser o âmbar do Ceará "de pouca consideração e incerto", inúmeras e seguras são as informações dos cronistas e documentos acerca de sua mercancia.

O âmbar, cujo nome é *pirapoã repoti* (excremento de baleia) e etimologicamente deriva da palavra árabe *anber*, é uma substância resinosa e aromática, de textura vítrea.

Uma das espécies é o âmbar amarelo ou alambre, matéria fóssil, dura, frágil, meio transparente, insolúvel nágua, encontradiça, sob a forma de pérolas, nas sepulturas neolíticas e da idade do bronze, na Dinamarca, Inglaterra e outros países, podendo, outrossim, achar-se em depósitos naturais, como na Sicília e às margens do Báltico.

A outra espécie é o âmbar gris ou cinzento, oriundo das concreções intestinais das baleias e cachalotes, constituído pela matéria negra de que se alimentam.

Tais concreções têm o peso variável de 500 gramas a 10 quilogramas e valiosa aplicação nos produtos de perfumaria.

A variedade cearense era o âmbar gris mais claro, que se computava a preço de quatro mil réis e mais cada onça, ao passo que o negro, encontrado desde Pernambuco até a Bahia, tinha o valor de três a quatro cruzados.

Os paus de cores comuns às matas do Ceará, mais próximas do mar e objeto do mercado clandestino, eram, especialmente, a tatajuba e o pau-violeta. Não havia o pau-brasil.

A tatajuba, ou pau de tinta, é madeira de cor amarela, da família das urticáceas (*Chlorophora tinctoria* Gand.), conhecida em Sergipe por moreira e em Pernambuco por espinheiro bravo. O nome tem outras variantes: *tataíba*, *tatajiba*, *tataí*, *tatarema*... Fornece boa matéria corante amarela, apropriada para tinturaria, sendo também utilizada em construções. Encontrava-se facilmente nas vizinhanças do rio Ceará e de Mucuripe, sendo de menor valor que o pau-violeta.

Este, como o nome indica, tem o lenho de coloração roxa e, entre os indígenas, era conhecido pela denominação de *uburaquatiara*, (madeira pintada), ou *ibunãquatiara*, uguira-quatiara, ibria-coatria etc. Na França chamavam-lhe bois de mandril ou

bois violet.

É uma leguminosa, cuja espécie não está determinada, sugerindo o prof. Dias da Rocha a classificação *Dalbergia violeta*, adotado o nome violeta, pelo qual é vulgarmente conhecida.

Para Ducke é Dalbergia cearensis.

Muito disputada, por se prestar admiravelmente à fabricação de móveis de luxo, procuravam-na os navios piratas ao norte do Ceará, "ponto mais demandado dos corsários", na expressão de Diogo de Campos. Soares Moreno, como ficou referido, reputava a qualidade cearense "a melhor que até agora se há descoberta em todo o Brasil, por ser como damasco."

Esses escambos intensificaram-se no século 17 e não foi fácil coibi-los, a fim de garantir só aos portugueses a ex-

ploração da nova terra.

A Conquista da Terra: A "Bandeira" de Pero Coelho. O Sonho da Nova Lusitânia.

De pequena população e sem bastantes recursos financeiros, Portugal deixou que, descoberto o Brasil, mais de trinta anos decorressem sem começar a colonização necessária. Até que informes alarmantes sobre a ação sempre crescente dos piratas estrangeiros no litoral da terra de Santa Cruz forçaram El-rei a pensar na posse e defesa do imenso patrimônio que recebera de Cabral.

"Colonizar a terra ou perdê-la", foi o dilema em que se encontrou D. João III. Conquanto houvesse adotado a forma de povoamento por meio de donatários, só muito lentamente este se processou, permitindo a infiltração dos franceses que, derrotados no Sul, refluíam para o Norte, aliando-se aos silvícolas. Como salienta João Ribeiro, "por mais de meio século o domínio francês oscilou nas terras do Brasil, entre 1555 e 1614".

Haviam fundado os normandos, no Maranhão, uma feitoria que veio a chamar-se França Equinocial, base de suas operações para dificultarem a conquista do setentrião brasileiro pelos lusos. As correntes marinhas aumentavam as dificuldades dessa conquista, bem como os ventos da costa nordeste, que na maior parte do ano impediam a navegação.

Por isso, somente em 1603 pode vir aos climas cearenses uma bandeira ou entrada exploradora, chefiada pelo açorino Pero Coelho de Sousa, residente na Paraíba, antigo comandante de uma galé real e homem afeito às aventuras guerreiras.

Numa tentativa de recuperar-se de prejuízos que, associado a Frutuoso Barbosa, seu cunhado, sofrera anteriormente, de novo a este se emparceirou, agora seduzidos ambos pelas notícias, em voga, das riquezas nas regiões além do Rio Grande, para o fim de organizarem uma bandeira, objetivando a expulsão dos franceses e a posse das terras conquistadas.

Feita a proposta ao Governador-Geral do Brasil, Diogo Botelho, por este e seus conselheiros foi aceito "se fizesse uma jornada ao Maranhão e por terra se mandasse encarregado

dela Pero Coelho, sem despesa alguma do governo".

Munido do competente regimento e com o título de capitão-mor, "para melhor assegurar a obediência dos súditos", despachou Coelho de Sousa, em julho, três caravelões carregados de mantimentos, munições e quinquilharias, com a recomendação de aguardarem na foz do Jaguaribe a sua chegada. A bordo seguira o francês Tuimirim, grande conhecedor da costa e "sem o qual Pero Coelho nada fizera", na expressão de um cronista.

Em companhia de 65 soldados e 200 índios tabajaras e potiguaras, no meio daqueles o rapaz Martim Soares Moreno, o língua-mor Manuel de Miranda e os cabos de tropa Simão Nunes Correia, João Tataperica e João Cide, e, entre os últimos, os *principais* tabajaras Batatã, Caragatim e Mandiopuba, e o potiguara Carãquinguira, viajou pelas praias até o combinado

ponto de encontro.

Aí demoraram o tempo bastante para as providências da expedição e o aliciamento de índios locais e, todos juntos, por terra, romperam o caminho em busca do Maranhão. Estacionaram na foz do rio então figurante nos mapas com o nome de Piranji e que os potiguaras da bandeira chamaram de *Siará*, e de lá passaram ao *Siupé* ou outeiro dos cocos, "assim dito porque uns sete ou oito que plantaram, à tornada os viram nascidos com muito viço". Daí à "enseada do âmbar", hoje Parazinho, e à "mata dos paus de cores" ou Jericoacara, de onde saíram mais ou menos a 11 de janeiro, já do ano de 1604, para alcançarem o rio da Cruz ou Camucim, na manhã do dia 19.

Pressentido pelos selvagens da região e "sem haver mais lugar que para formar dois esquadrões e a bagagem no meio, e outro esquadrão de parte com vinte soldados à ordem de Manuel de Miranda, para dali lançar mangas por onde fosse necessário, dezesseis homens na retaguarda e nove na vanguarda", estes com o capitão à frente — aprestou-se para a luta.

"Nesta ordem — narra frei Vicente do Salvador — foram recebidos meia légua ao pé da serra (da Ibiapaba), com muita frechada e com sete mosquetes que disparavam sete franceses e faziam muito dano. Contudo não deixaram de largar o campo com alguns mortos, porque os nossos o fizeram com muito

ânimo e esforço, e com duas horas de sol se situou o nosso arraial até o pé da serra e se fez um repairo de pedras por falta de madeiras, que para o fogo não se achava, por ser de todo escalvado e menos havia que cozinhar com o fogo, nem água para beber, pelo que começavam já a morrer algumas criancas. E sobre tudo vindo a noite tornaram os inimigos do alto a atirar muitas frechadas e pedras de fundas com que feriam os nossos, ralhando que festejavam a sua vinda, porque seriam senhores de cativos brancos e outras coisas desta sorte. Mas quis o Senhor que às três horas da noite veio um grande chuveiro de água com que cessou o das frechadas dos inimigos, e os nossos aplacaram a sede e, para ser a mercê maior, viram, em amanhecendo, uma gruta onde procedia um ribeiro de água que os nossos índios cristãos tiveram por milagre e se puseram todos de joelho a dar graças a Deus, e o capitão com esta alegria mandou matar um cavalo que ainda levava, para confortar os soldados, que aos mais era impossível chegar, porque entre grandes e pequenos eram mais de cinco mil almas."

Às 10 horas, por intermédio de Tuimirim, há uma tentativa de armistício, falho porque os indígenas e os franceses exigiam a entrega de Manuel de Miranda e de Pedro Cangatã, recomeçando porém a luta às 14 horas e somente acabando no dia seguinte, quando Pero Coelho deu ordem de galgar a serra, comandando ele o grosso da força e Miranda o restante.

Tomada uma defesa de pedras de onde atiravam os franceses e negros fugidos da Bahia e na qual encontraram muita carne e legumes, só alguns dias depois o capitão avançou contra a aldeia do principal Diabo-Grande (Juripariguaçu), que com os seus fugiu para o reduto do outro chefe, o Mel-Redondo (Irapuã), onde resistiram fortemente, dada a maneira mais séria com que estavam fortificados. A dois dias de combate sucedeu a vitória dos atacantes em fuga a indiada e presos dez dos franceses que eram dirigidos por um de nome Mambille ou Bombille. Perdera o capitão 7 homens, mortos na peleja. No avanço foram ao lugar chamado Arabé, tendo sido aí aprisionado o tuxaua Ubaúna, motivo da rendição geral.

Apresentaram-se, três dias decorridos, aqueles tuxauas Diabo-Grande e Mel-Redondo, jurando a paz com o capitão, do que se lavrou um auto. Seriam ambos, dora por diante, grandes

amigos dos portugueses.

Resolvido, assim duramente, o incidente da Ibiapaba, do qual apenas levava índios e franceses prisioneiros, rumou Pero Coelho, já a sua gente bastante aumentada com os novos aliados, para o Maranhão, mas ao defrontar o rio Punaré (o Par-

naíba), doeu-lhe ver que a maioria dos seus homens se recusavam a continuar a empresa, fato que o obrigou a retornar, fixando-se no Siará, ponto que julgou conveniente para instalar a sede de suas atividades na exploração das terras conquistadas.

Batizou de Nova Lisboa a sonhada capital e a região foi chamada Nova Lusitânia.

Resolvera, para tanto, ir à Paraíba em busca de ajudas e com a deliberação de trazer a família, confiando a direção do povoado a Simão Nunes, que aí ficou em companhia de 45 soldados, e, na ausência de Coelho, construiu uma fortificação de madeira — o frágil reduto de São Tiago. Tão frágil esse reduto, que alguns historiadores, por exemplo Antônio Bezerra, negam ter existido, fato entretanto hoje fora de dúvida, visto como o próprio Soares Moreno, na sua *Relação*, afirma haver levantado o forte de S. Sebastião no mesmo local em que Simão Nunes erguera o seu.

Só ano e meio depois, começo de 1606, foi-lhe possível voltar ao Siará, trazendo numa caravela a mulher — D. Tomásia, os cinco filhos e alguns mantimentos. Encontrou desanimados os seus e contrariados os índios amigos, com os quais se foi infelizmente desavindo. Disse Martim Soares, na sua falada *Relação:* "Aí houve muitos desassossegos nos índios por algumas sem-razões que se lhe fizeram; assim foi forçoso despovoar-se aquele sítio, donde já era feita uma cidade."

Premido pelas dificuldades, pois lhe não chegaram os recursos prometidos por Diogo Botelho, e pela insistência de Simão Nunes, convenceu-se Coelho de que melhor seria estacionar no Jaguaribe, mais à mão do Rio Grande onde estava o forte dos Reis Magos, fazendo erguer ali outro pequeno forte, o de São Lourenço, à margem esquerda da foz do rio. Há quem pense ter sido levantado o fortim de São Lourenço quando, no começo de sua excursão, demorou na foz do Jaguaribe. A razão, porém, está com os que entendem contrariamente.

Ainda não pode manter-se o martirizado bandeirante, porque lhe fugiram Simão Nunes, os soldados e os indígenas, menos uns dezessete que permaneceram ao seu lado e, também, o fiel índio de nome Goncalo.

"Lenda tristíssima a do seu 'exodo", classificou João Brígido a marcha de Pero Coelho do Jaguaribe ao Reis Magos.

Corria a seca de 1605-1606, a primeira que a história cearense regista. Todos a pé, inclusive a mulher e as crianças, que a maior contava 18 anos, estiraram-se numa retirada de fome pelas areias salinosas do Rio Grande. De começo lhe morreu um soldado, depois outro e, após, o primogênito do

casal. O ânimo de D. Tomásia cedeu à dor de ver os filhos em sinistra magreza, mas o espírito do capitão vencia a desgraça, alentando os companheiros. E o sofrimento foi maior quando por eles passou, sem os ver nem ouvir-lhes os gritos, o barco, velejando célere, que levava ao Siará os padres Pinto e Figueira, seus sucessores na desventura do fracasso.

Até que os encontrou, pois lhe vinha em socorro o vigário do Rio Grande, padre Manuel Correia Soares, informado da desdita do capitão pelos soldados trânsfugas de Simão Nunes. Conduzidos carinhosamente a Natal e refeitos, chegaram à Paraíba, onde se abriria a Pero Coelho outro martírio — o de sangrar de desgosto por lhe não darem os ressarcimentos desejados. De lá, numa interminável súplica, andou por Madri e acabou em Lisboa, morrendo pobremente.

A empresa de Pero Coelho frustrou-se, porém, só em parte. Se não atingiu o Maranhão, pôde inutilizar o perigoso enquistamento dos franceses no Ceará. E, talando as praias cearenses, exordiou a exploração civilizadora, preparando o terreno para aquele que seria considerado o fundador — Soares Moreno.

Acusam-no os historiadores de que se excedera, com brutalidade, no aprisionar gentios inermes, para os vender.

Mas não é tanto. A serenidade dos estudos históricos já lhe mediu os méritos e os deméritos, sobrepujando aqueles.

Do regimento mesmo da sua jornada emerge que lhe era lícito o resgate de índios, nem isto constituía novidade nas arremetidas desbravadoras da colonização a muque.

Na verdade, se alguns capturou, entregou-os a Diogo Botelho, juntamente com os 10 franceses da Ibiapaba. O mais certo é que, sem ser um santo, não seria um cruel, antes, porventura, a vítima de intrigas junto àquele Governador-Geral que, segundo os resultados de uma devassa feita por ordem régia, foi tido como autor de concussão, venalidade e até libidinagem.

A coragem das suas intenções, o denodo da execução destas e o sem-limite das suas atribulações, tudo em favor da conquista civilizadora, por certo pesam mais que os erros que se lhe imputam. E o martírio da esposa corajosa e dos filhos dão-lhe glória que não pode ser subestimada.

A Conquista da Terra: Viagem dos Jesuítas Francisco Pinto e Luís Figueira.

Ao contrário da expedição coelhina, de fins especulativos, a viagem dos padres Francisco Pinto e Luís Figueira teve caráter evangélico. Parece não assistir razão a Soares Moreno quando insinua terem eles vindo "em demanda de umas minas que dizem os franceses que estão na serra do Punaré".

Ambos da companhia de Jesus, cujo provincial — Fernão Cardim, — depois de obtida a licença régia, os mandou com o intento de pregar à gentilidade do Maranhão, fazendo-a "deitar de si os franceses corsários que lá residem, para que, indo os

portugueses, não os vexassem nem cativassem".

Partiram-se os dois em 20 de janeiro de 1607, de Pernambuco, numa barcaça que, devendo voltar carregada de sal, iria ao Jaguaribe. Conduziam 60 índios, das greis tupinambá, potiguara e tabajara, sob as ordens de Belchior da Rosa e muitos deles prisioneiros de Pero Coelho, agora restituídos, por determinação real, aos seus parentes. E para que se não assanhassem os silvícolas, ainda lembrados das adversidades anteriores, nenhum homem branco se ajuntou à comitiva.

Naquele rio, e por intermédio dos antigos índios escravizados, puseram-se em contato com os aborígines locais, tranquilizando-se e agrupando-os, e deslocaram-se todos, em direção ao Norte, a 2 de fevereiro, dia de N. Senhora das Candeias, "depois de dizer-se missa e comungarem alguns dos nossos".

Marchavam os padres em jeito de peregrinos — conta Luís Figueira na minuciosa *Relação do Maranhão*, — logo pela manhã rezando o "Itinerário" e as ladainhas de N. Senhora, e depois, entre dia, a dos Santos. Bordões e cabaças de água à

mão, caminhavam, orando repetidamente, em etapas de meia, uma, duas e três léguas, acomodando-se ao passo dos que

levavam as cargas e as crianças.

Os reconhecimentos do terreno eram feitos pelos nativos jaguaribaras e, assim, atravessando a inverneira, no dia 2 de março chegaram ao Pará (Parazinho), "uma formosa e quieta enseada", onde encontraram "aposentados os índios (50 a 60) que proximamente tinham fugido aos portugueses e cujo principal se chamava Acajuí", os quais os receberam "como vindos do Céu", abrigando-os numa choupana de palha, "com fogo para enxugá-los e presentes de peixe para matar-lhes a fome".

Cinco dias aí permaneceram em descanso e preparando provisões para a nova caminhada e, já então mais pelo interior, a fim de se desviarem dos rios cheios no litoral, rumaram à serra da Buapava (Ibiapaba), pois a intenção "em a irmos demandar foi para nela nos refazermos de mantimentos e mandarmos daí ao Maranhão a tomar língua do estado das coisas, principalmente se havia franceses", tal como se declara na aludida *Relação*.

Saiu-lhes desfavorável, entretanto, o afastamento do mar, porque, metendo-se por matos e brenhas, "a mor parte do caminho com lamas e águas até o joelho", tiveram que atravessar a "serra dos corvos" (Uruburetama), rompendo picada "a força de braço e ferro, subindo e descendo montes e rochedos, saltando de pedra em pedra, ora para as nuvens, ora para os

abismos".

Poderiam ter logrado a meta em pouco tempo, 20 días se tanto mas só o fizeram em muitos días, cerca de dois meses,

esgotadas as comidas e as resistências.

"Nessa triste serra dos Corvos — salienta Figueira — parece que se ajuntaram todas as pragas do Brasil, inumeráveis cobras e aranhas a que chamam caranguejeiras, peçonhentíssimas, de cuja mordedura se diz que morrem os homens, carrapatos sem conta, mosquitos e moscas que magoam estranhamente e ferem como lancetas."

Atingida a Serra Grande, numa pequena aldeia os recebeu o principal com a sua gente, oferecendo-lhes macaxeira cozida, um tanto de sal e pimenta da terra, espigas de milho, palmitos e abóboras, e agasalhando-os em sua choças. Aquela cordilheira, outrora campo movimentado de 70 núcleos de gentios, apresentava-se-lhes semideserta, dado que "depois de os brancos lá irem e os receberam no princípio com guerras se foram todos para o Maranhão com medo".

Dessa primeira aldeia transferiram-se à do Diabo-Grande (Juripariaçu), tendo vindo para conduzi-lo um irmão deste de

nome Diabo-Ligeiro, com outros índios, os quais lhes oferta-

ram milhos e feijões.

Onze dias gastaram para lá chegar, já sem forças, razão por que, no fim da jornada, foram transportados em redes, sendo afinal acolhidos, com especiais festas e alegrias, pelo valente cacique "ao meio do caminho, meia légua da aldeia, com todos os principais e algumas mulheres com seus presentes e eles todos com as suas buzinas, gaitas e cascaveis, que são seus instrumentos músicos".

Demoraram-se aí cerca de quatro meses, preocupados com o chamar a si selvagens mais distantes, reunindo-os numa igrejinha que improvisaram e expondo-lhes coisas sobre a morte e sobre a existência de um Deus diferente daqueles por eles temidos — "os chuveiros, trovões e relâmpagos", aos quais muito temiam e reverenciavam, "pondo-se de cócoras e pedindo aos trovões que não os matassem e aos relâmpagos que os não queimassem".

Sobremodo os ajudou durante todo esse tempo o Diabo-Grande, que lhes proporcionou uma roçazinha de milho e outra de mandioca; e também a mulher de um dos principais, constantemente a presenteá-los como se os padres fossem seus filhos.

E porque não tivessem efeito os chamamentos que fizeram, apenas os visitando o chefe Algodão em companhia de um filho do maioral Cobra-Azul, deliberaram ir adiante, partindo todos em 17 de outubro.

Já afastados doze léguas, encontraram o morubixaba Mandiaré e índios seus, chegados do Maranhão, e por isso resolveram demorar nesse ponto, para nova embaixada aos tapuias tocarijus, desgraçadamente fracassada, visto que eles mataram os emissários, queimando-os vivos, exceto um, aproveitado como guia para os levar ao ponto de repouso da comitiva.

Intranquilos com o não retorno dos enviados e prevendo graves consequências, abandonaram a idéia de seguir para o Maranhão e trataram de descer a serra em busca do mar, expedindo, por intermédio de um positivo, ao provincial e ao Governador Carel, contra aprilicativa de la provincia de

Governador-Geral, cartas explicativas da resolução.

Realizaram-se as previsões: no dia 11 de janeiro de 1608, pela manhã, saía o índio portador das missivas e eis que os tocarijus de súbito apareceram em furioso ataque. O padre Pinto, que estava em casa rezando as horas menores, acorreu ao campo, defendendo por alguns dos seus, inclusive o fiel Antônio Caraibpocu.

Não escapou o missionário, nem escaparam os defensores, às pauladas dos atacantes, reduzida a cabeça daquele a pe-

daços, o mesmo não acontecendo a Figueira porque, achando-se em choupana mais ao lado, pôde retirar-se às pressas, guiado por um rapazinho, que o pôs a salvo, escondido no mato.

Roubaram o que puderam roubar. "Levaram tudo da igreja e a nossa roupinha que tínhamos guardada para o restante da

nossa missão e tudo o mais" - lamenta o padre Luís.

Apanhando o corpo do santo companheiro e pondo-o numa rede, com ele desceu o padre sobrevivente, sepultando-o ao pé da montanha, no lugar denominado Abaiara (Ubajara?), "ao longo de um rio, dentro do mato", fazendo-lhe um monumento de pedra sobre a sepultura para sinal dela e pondo-lhe também uma cruz à cabeceira. À direita e à esquerda enterrou um índio — os dois que mais de perto lutaram pelo padre morto.

Diabo-Grande — narra-se na *Relação* — celebrou as exéquias do padre Pinto a seu modo, mandando se fizessem grandes e públicos prantos por toda a aldeia. "Ao pé da cruz que no terreiro haviam levantado, lamentaram-se em grandes gritos e derramando muitas lágrimas, deixando crescer o cabelo os filhos do maioral e tingindo-se e tisnando-se em sinal de tristeza, que é o seu luto."

Figueira depois de 17 dias de caminhada, tomou na praia a casa do Cobra-Azul, que lhe fez medíocre agasalho: "recolhendo-me numa casinha que me tinham mandado fazer, deu-me uma roça para plantar milho e eu fiz outra e comprei outra, e fiz plantar de milho, feijões, favas e abóboras."

Obtivera pequena colheita, porquanto chovera pouco e as formigas devoraram as plantações, mas era suprido de alguma forma pelo referido morubixaba, que assim procedia não obstante tratá-lo com aspereza, a ponto de tentar matá-lo mais de uma feita. "Neste tempo que gastei em casa do Cobra-Azul não me faltaram purgas e travos bem amargos com que o Senhor foi servido de me exercitar em penitência dos meus pecados."

Figueira, decorridos seis meses angustiosos, noites inteiras em vigília, deliberou abandonar a aldeia, e, protegido pelo filho mais velho do Cobra-Azul, que contra o pai se pusera em favor do jesuíta, saiu com o seu séquito, para a barra do Siará, onde os receberam "com festas, caminhos feitos, emboscadas simbólicas, tamborins etc. e uma casinha muito bonita de pindoba".

Congregando os índios moradores nos lugares circunvizinhos e aconselhando-os a plantarem em comum as suas roças, Figueira ergueu no mesmo local em que estivera Pero Coelho "uma formosa cruz de cedro lavrado", no dia de São Lourenço — 10 de agosto — e deu ao povoado o nome deste

santo, deixando "aqueles índios animados e com a esperança de que os brancos não mais os escravizariam, nem lhes fariam guerra".

Em 19 do mesmo mês de agosto, légua e meia em caminho para o Rio Grande, recebeu um escrito do padre Gaspar de Samperes, dizendo-lhes haver chegado ao Siará, com o fim de socorrê-lo, num barco cedido por Jerônimo de Albuquerque. No dia seguinte embarcou-se, verificando, então, a providencial coincidência do seu encontro, pois os tripulantes da embarcação, "cuidando que estavam em um porto se acharam noutro", exatamente ali.

Mas, porque os ventos estavam contrários, detiveram-se "17 ou 18 dias" no porto, somente podendo navegar no dia de N. S. do Nascimento. Iam o padre e os índios da Ibiapaba, a fim de evitar que os do Jaguaribe os não matassem. Os demais viajaram por terra, com destino ao Rio Grande, por ser pequeno o barco salvador.

Lá chegados, já em setembro, foram "recebidos com muita alegria de Jerônimo de Albuquerque e Antônio Ferreira, tenente, e dos demais, e com muita caridade dos padres Domingos Monteiro e Diogo Nunes".

Mais tarde, retirou-se Figueira para Pernambuco.

Os índios do Siará, amedrontados com a seca então reinante (1612), trouxeram da Ibiapaba os ossos do padre Pinto, deles fazendo objeto de veneração, acreditando-os protetores das chuvas ou do sol (amanaiara), segundo daquelas ou deste necessitavam, nas suas aflições.

O padre Francisco Pinto nasceu no ano de 1552, em Angra, na Ilha Terceira dos Açores, tendo vindo com os pais para o Brasil e ingressando na Companhia em 1568. Tornara-se afa-

mado como apóstolo da evangelização.

Luís Figueira era filho de Campo de Ourique, vila de Almodavar, do Arcebispado de Évora, e veio ao mundo em 1574 ou 1575. "Era fornecido de muitas graças do Céu, dons naturais, raros talentos e grandes letras." Chegou às terras brasileiras em 1602. Morreu, como náufrago, devorado pelos índios aruãs, da Ilha de Marajó, em 1643.

A Ocupação Humana do Litoral. A Posse Oficial da Terra. Martim Soares Moreno.

Cinco anos depois que do Recife haviam saído os padres jesuítas em busca do Maranhão, dava ao Siará o moço português Martim Soares Moreno, em companhia do padre Baltasar João Correia e apenas seis soldados, com o fim de pôr em prática, na região, a posse lusa. Chegaram em fins de 1611.

"Sendo de pouca idade" — dezessete ou dezoito anos — passara-se ao Brasil, compondo a gente do governador Diogo Botelho, e mal chegado a Pernambuco o incorporou Diogo de Campos Moreno, de quem era sobrinho, à expedição de Pero Coelho, para que, "servindo naquela entrada, aprendesse a língua dos índios e seus costumes, dando-se com eles e fazendo-se mui familiar".

Viera, portanto, ao Ceará, pela primeira vez, como simples soldado daquele bandeirante, e fielmente honrou os desejos do tio, dominando o linguajar dos nativos e adaptando-se, à maravilha, aos seus hábitos e processos: "aprendi muita parte da língua daqueles índios e travei com eles particular amizade" — escreveu na sua tão interessante *Relação do Siará*, escrita em 1618.

Servia como tenente no forte dos Reis Magos e, aproveitando-se das boas relações feitas com o tuxaua Jacaúna, tivera ensejo, arriscando-se com dois homens tão-só de "se meter com os moradores daquela Costa até Siará", aconselhando fosse um deles consigo à Bahia pedir ao governador Diogo de Meneses padre que os fizesse cristãos. E foi em face desse peditório que D. Diogo resolveu mandá-lo com o padre Baltasar, "negoceado de todas as coisas necessárias" e, especialmente,

encarregá-lo de "comerciar-se por terra com os naturais do

Maranhão para se fazer aquela conquista".

Achou-se "muito bem recebido, logo em poucos dias fez igreja e com os retábulos que levou se disse missa e se fizeram muitos índios cristãos".

Não lhe foi fácil neutralizar os receios e ódios da indiada, sempre em guarda desde as "sem-razões" que lhes causara a gente de Pero Coelho e, por isso, tanto agüentava a reação dos gentios mais rebeldes, como o assalto com que, por mar, o fustigavam os piratas, de quando a quando.

Refere ele próprio, na *Relação*, enfaticamente, que no ano de sua vinda degolou mais de duzentos desses flibusteiros, franceses e flamengos, e lhes tomou três navios, um dos quais

enviado ao Rei, "toda a proa e popa douradas".

Para consegui-lo — são palavras suas — "me despia nu e me rapava a barba, tingindo de negro, com um arco e frechas, ajudando-me de índios, falando-lhes de contínuo a língua e perguntando-lhes o que já sabia bem fazer". Nesse mesmo ano entrou em pazes com três castas de tapuias ali vizinhos e por meio deles teve notícias do Maranhão, "gastando sempre muito de minha fazenda para fazer estas pazes".

Fora preciso antes de tudo levantar um fortim de proteção, o que, de fato, realizou no local do antigo de Pero Coelho, na barra do Ceará, com os auxílios sempre solícitos do cacique Jacaúna. O início dessa defensão deu-se em 20 de janeiro de

1612.

Era uma paliçada "capaz de 200 homens, soldados e moradores", e com uma ermidazinha de taipa, ao lado, sob a invocação de N. Senhora do Amparo. Ao forte deu o nome de São Sebastião e, para armá-lo, não contou de logo senão com duas peças de menor calibre e uma guarnição de dezesseis homens e um sargento.

Reavivadas as providências reais para a conquista do Maranhão, teve a incumbência de ir até lá Jerônimo de Albuquerque. Saindo este de Pernambuco em junho de 1613, ao tocar o Ceará, levou como lugar-tenente a Soares Moreno, que deixou

a sua pobre fortificação confiada a Estêvão de Campos.

A expedição de Albuquerque pretendeu estabelecer base de operações no rio Camucim, porém, achando a terra ali "mísera, seca e sem água", firmou-se no buraco das tartarugas (Jericoacoara), construindo um forte de madeira — o de N. Senhora do Rosário. Daí saiu Moreno, num pequeno barco e com alguns homens, em direitura ao Maranhão, a fazer explorações e reconhecimentos sobre as posições francesas, tendo chegado ao Periá, a primeira boca do rio.

Após muitos reencontros vitoriosos, quis voltar a Jericoacoara, mas os ventos o arrastaram à ilha de São Domingos, de onde viajou para Sevilha, lá chegando a 25 de setembro de 1614, de onde remeteu para Pernambuco os informes colhidos na terra maranhense.

O retardamento de sua volta ao forte de N. Senhora do Rosário determinou que Jerônimo de Albuquerque regressasse ao Recife, por terra (em agosto), a fim de recompor a expedição e não sem deixar dito forte entregue à responsabilidade de

um seu sobrinho homônimo, com 40 soldados.

O fortim de São Sebastião, no Siará, na ausência de Martim Soares, teve de suportar várias investidas de piratas, principalmente em 1614, das forças do francês Du Prat, a que heroicamente resistiu, graças aos encorajamentos do padre Baltasar. O de N. Senhora do Rosário também se notabilizou pela resistência a 300 silvícolas que contra ele arremeteram no princípio daquele mesmo ano e, logo mais, em junho, pela reação oposta, numa flagrante desproporção de elementos, ao citado Du Prat, já repelido no Siará. Por ordem de seu fundador, foi demolido em outubro.

Moreno voltou ao Brasil em 1615 e novamente esteve a combater no Maranhão, auxiliando eficazmente a Alexandre de

Moura na expulsão definitiva dos normandos.

Doente de uma fístula, que se tornara crônica, pediu fosse substituído no posto de Capitão de Cumã, que exercia, e "indo-se a curar dela", navegou em desaparelhado barcote com destino ao Ceará, sendo arrebatado, entretanto, por violenta tempestade e indo ter novamente à ilha de São Domingos (1616).

Encarregado, pelo presidente desta ilha, de conduzir uns navios que seguiam para a Europa, viu-se abordado por um corsário e, mortos quase todos os seus, acabou preso com vinte e três feridas sérias e mutilado de uma das mãos. Levado à França e "recebendo muito mal tratamento", sofreu dez meses em prisão. Condenado à morte, foi salvo à custa dos esforços do embaixador espanhol, o Duque de Monteleón.

Em Portugal, solicitou repetidamente a natural compensação dos seus valiosos serviços, sendo-lhe por fim conferida, pela Carta-régia de 26 de maio de 1619, a Capitania do Ceará, por dez anos. Posteriormente, marcaram-lhe o ordenado anual

de 400 cruzados.

"Hei por bem e me praz de lhe fazer mercê da Capitania da dita Fortaleza do Siará por tempo de dez anos, com a qual haverá o ordenado que por outra minha provisão de fora lhe mandar nomear e os prós e precalços que lhe diretamente pertencerem" — assim se escreve em dita Carta-régia.

Todavia, somente em 1621 pôde tomar conta da concessão. Chegou a 23 de setembro: — "fui muito bem recebido de todos os índios aqui vizinhos, os quais achei muito trabalhados com guerras que uns selvagens circunvizinhos lhes dão, e a uns portugueses que aqui assistem de presídio, da própria maneira. Achei a terra falta de mantimentos causada pela falta de ferramentas, o que já tenho remediado, ficando mui empenhado em Pernambuco" — diz numa carta ao Rei, datada de 1 de novembro do citado ano.

O forte estava quase desaparecido, restando apenas uma arruinada cerca de pau-a-pique, umas cabanas de palha ao der-

redor, nenhuma pólvora para os canhões estragados.

Remodelou Moreno o que foi possível e requereu com insistência reforços de tropa e alguma artilharia, contando sempre com a ajuda do velho Jacaúna. Lutou contra a inércia burocrática do Reino, baldo de recursos melhores e até mesmo com os ordenados em grande atraso, inclusive os dos homens do presídio, uns 20 ao todo, "quase despidos e desbaratados". Nas aflições muito o auxiliou o alferes Domingos da Veiga Cabral, a quem sempre se mostrou deveras reconhecido.

Sobremaneira concorreu para a ausência das medidas reparadoras o fato de estar incluído o Ceará no chamado "Estado do Maranhão", desmembrado do "Estado do Brasil" e compreendido entre o extremo Norte e o cabo de São Roque. Soares Moreno fortemente batalhou contra essa inclusão, ilógica ao tempo, dada a maior facilidade das comunicações com Pernam-

buco.

Em 1624 frei Cristóvão Severim de Lisboa, O.F.M., demorou quinze dias no Siará e aí deixou dois padres a pedido de Martim, e dois anos depois o fez Francisco de Carvalho, nomeado Governador daquele novo Estado, beneficiando o fortim com artilharia e munição e pondo em dia os soldos atrasados. Estreitou a amizade dos lusitanos com Jacaúna e entregou a Soares Moreno o Hábito de Sant'iago, do qual El-Rei lhe fizera mercê.

Martim continuou no Ceará até o fim do seu provimento como Capitão-mor, cuidando zelosamente dele, introduzindo a criação de cavalgaduras e gado vacum e a plantação das canas-de-açúcar, "que se dão espantosamente", no seu dizer.

Em janeiro de 1631, terminado o prazo de sua provisão, foi substituído pelo sobrinho, Domingos da Veiga, partindo para Pernambuco a lutar contra os holandeses, no que altamente se notabilizou, a ponto de alcançar o título de Mestre de Campo.

Nunca mais voltou ao Ceará e com a sua ausência passou o seu pequeno bastião a definhar cada vez mais, até ser to-

mado, já em míseras ruínas, pelos flamengos, em 1637, como

se verá no capítulo seguinte.

Durante 45 anos serviu Martim Soares ao Brasil, que lhe deve ser, por isso, muito agradecido. Quanto ao Ceará, o seu nome não sairá dos corações, considerado que é o seu fundador: "Patriarca da civilização do Ceará", é o título que lhe dá Pedro Calmon.

José de Alencar o colocou imorredoiramente no pedestal da estima dos cearenses, fazendo-o o Guerreiro Branco ardente enamorado de Iracema, a moça tabajara com quem quebrara a flecha da paz, símbolo do conúbio racial que gerou Moacir, o filho, aqui, da miscigenação luso-ameríndia.

A metrópole não aprezio malto explorar ragião tão distante e todecito, aseim considerada paísa noticias que sobre ela libr

pegaciar com la babilantes de território. E dals autros halandesas. Handrick Hendrickesson Cop a Claus Africasa Cluyt, andaram no mesma local, tracardo com eles, por bagigangas, Ataques e Incursões Estrangeiras: O Parêntese Holandês.

A despeito de sua pobreza aparente, pelas desérticas praias que mostrava, encontravam-se no litoral do Ceará produtos de interesse comercial que atraíam os contrabandistas flibusteiros — franceses, ingleses e neerlandeses, — os quais não reconheciam a propriedade de Portugal nas terras do pau brasil. Para eles eram estas *res nulius*.

Constantes eram as suas incursões por esse desprezado litoral, a barganharem com os autóctones aqueles produtos na-

turais.

À metrópole não aprazia muito explorar região tão distante e inóspita, assim considerada pelas notícias que sobre ela lhe chegavam.

Já vimos como Pero Coelho, o primeiro a penetrá-la, encontrara, dominando a indiada, valentes piratas normandos. Vencidos estes e feitos prisioneiros, não serviu no entanto o fato para evitar que outros da mesma origem, bem como flamengos, tentassem adquirir riquezas cearenses: as madeiras, o âmbar, o algodão, as peles silvestres, os pássaros vistosos.

Antes de Coelho de Sousa, há registo de que o holandês João Bautista Syens, em 1600. desembarcou no Mucuripe, a negociar com os habitantes do território. E dois outros holandeses, Hendrick Hendrichessen Cop e Claes Adriasse Cluyt, andaram no mesmo local, trocando com eles, por bugigangas, algodão, pimenta, redes de dormir e papagaios (Barão de Studart).

Recorde-se o ataque de Du Prat, em 1614, e também que Soares Moreno se viu obrigado a enfrentar piratas, valendo-se das indigentes armas de que dispunha, encurralado no seu pífio presídio da barra do Ceará. Repeliu, em 1625, investidas de barcos flamengos que se esforçavam por apoderar-se do Ceará, tendo-se distinguido na reação o soldado Manuel Álvares

da Cunha, posteriormente Sargento-mor do Pará.

Sobressaltado de tamanhas preocupações pela defesa de seu reduto, é que Martim Soares Moreno, finda a sua gestão (1631), o transferiu ao substituto. Daí em diante a posição lusa entrou em desagregação, até o ponto de ser deliberado evacuá-la em definitivo, devendo enviar-se para o Maranhão os soldados que a guarneciam, "visto o grande perigo das vidas em que estão todos, se ainda forem vivos".

Jácome de Noronha, Capitão-mor da Capitania maranhense dizia ao Rei, em carta datada de 29 de maio de 1637: "Ao Ceará não pude mandar este ano socorro por falta de embarcação que tendo aviado não pôde ir, e está aquela Capitania sem socorro há dois anos e o capitão e os soldados sem missa por

não haver clérigo nem frade que para lá queira ir."

Nem foi preciso executar a deliberação, porque em outubro seguinte os diretores da Companhia das Índias Ocidentais receberam de Gedeon Morris de Jonge, conhecedor das coisas da região, relatório pelo qual eram informados sobre o Maranhão, Pará e Ceará, dizendo-se deste que "não era mais do que um pequeno forte construído na costa sobre um monte de terra vermelha, habitado e guardado por cerca de vinte portugueses para, em caso de necessidade, defenderem-no". Acrescentava-se que "os proveitos que se podem obter e esperar do Ceará são âmbar gris, alguns rolos de fumo, uma sorte de madeira, que é excelente mercadoria, e certa quantidade de algodão". "Esse lugar é também muito fértil e a terra própria para a cana-de-açúcar, fumo, algodão, tintas, gengibre e tudo o mais que se queira plantar; o seu ar é saudável e há abundância de mantimentos."

Já antes de recebido esse relato, haviam chegado ao Recife dois índios do Ceará, emissários de sua tribo, com o fim de pedirem a ajuda do governador holandês para a tomada do castelo do Ceará (o forte) e conseqüente expulsão dos portugueses, com quem se tinham inimistado. Adiantavam que o empreendimento era de todo fácil e que "naquelas cercanias havia belas salinas que podiam dar muito sal e se encontravam também muito âmbar e algodão".

Preparou-se, afinal, uma expedição, sob o comando do major George Gartsman, embarcados os seus 126 soldados e 25 índios cearenses nos iates "Camphaen" e "Brack", em 14 do citado mês de outubro. No dia 25 ancoraram os holandeses na enseada do Mucuripe, no seguinte desembarcaram e, guia-

dos pelo índio Algodão, maioral que com eles viera ter, marcharam à tarde contra o forte. Viram que este era quadrado, sem flancos especiais, tendo duas torres nos dois ângulos, e o atacaram por dois lados. "A muralha do forte era de pedras soltas, sobrepostas sem cal, da altura de homem e meio ou dois homens, foi imediatamente assaltada pelos nossos soldados" e, após alguma resistência, tomada. A guarnição compunha-se de 33 homens, e somente 5 peças de ferro com alguma pólvora e munições o alimentavam. Essas pobres peças e mais de 227 cabeças de gado deixados pelos ocupantes foram a presa do ligeiro embate.

Desfeito, assim, dum lance, o império dos lusos no Ceará, voltou Gartsman com a sua gente, deixando o forte na posse de 45 soldados ao mando do tenente van Ham, o qual, dois meses depois, em carta ao conde Maurício de Nassau, manifesta as suas decepções, escrevendo que a terra é arenosa e de ruim montanha, imprópria para o plantio da cana-de-açúcar e levantamento de engenhos, não existindo também salinas.

Dos índios "não podia obter o mínimo serviço ou auxílio sem paga", "gente de quem pouco ou nenhum proveito se pode esperar".

Em novembro de 1640, o tenente van Ham foi substituído pelo referido Gedeon de Jonge, que passou a trabalhar com afinco, descobrindo as salinas de Mossoró (Ipanema) e Camucim (Commeni) e preparando partidas de pau-violeta e de âmbar para o transporte dos navios.

Nessas explorações, contudo, os holandeses não tratavam bem os índios, nem lhes pagavam devidamente o trabalho, resultando daí a revolta deles, que em janeiro de 1644 assaltaram a fortaleza, matando toda a guarnição, inclusive o comandante Morris.

Guarda-se dessa fortaleza, perpetuada no livro de Barleus, uma pintura de Frans Post, pela qual se vê como era singela e precária, mesmo depois que os flamengos a reformaram.

Com a sua destruição, terminou o seu significado histórico, na frase de Carlos Studart Filho.

E, decisivamente, frisa Câmara Cascudo: "O fortim de Pero Coelho de Sousa em 1603, a aldeia de S. Lourenço do padre Luís Figueira em 1608, o forte de S. Sebastião de Martim Soares Moreno em 1612 encerram o ciclo histórico em 1644. Topográfica e especificamente distintos da fundação de Matias Beck na duna Marajaitiba, com o Schoonenborch, em 1649. Entre os dois núcleos não existe a continuidade funcional indispensável a uma unidade histórica."

Fechara-se dolorosamente o parêntese holandês da barra do Ceará, aberto com a fácil rendição do fortim de 1612.

Daí para a frente, voltou a terra aos primitivos senhores com a sua bruteza e os seus caciques. A metrópole portuguesa ainda quis uma restauração da sua desfeita posse, chegando a nomear capitães-mores para o Ceará — Diogo Velho de Albuquerque (26 de maio de 1645) e André Roiz, sargento-mor (26 de setembro), mas de todo em vão. Nenhum deles pôde chegar ao destino. Até 1649, o homem branco não pisaria "as alvas praias ensombradas de coqueiros".

Daquela tentativa colonizadora luso-flamenga nada ficou realmente: "nenhuma construção apreciável, nenhum engenho de açúcar, por menor que fosse, nenhuma irradiação para o interior, nem mesmo qualquer miscigenação que tivesse o mérito de deixar nas veias do nativo a mais mínima gota de sangue

português ou holandês."

Outro ciclo, duradouro, iria começar, longe da barra fatídica.

a história encrensa incontastado o cuja tradução, cuidadosa, se deve se historiador persumbreano Do Alfredo de Canvalho. "Documento precinse" «E como o decomina o Barão de

ao Stará emprendida so serviço de Pávia o da Companhia das

mate proximo do for do rio Bajod Marcherem "em bos ordem, em duce do sove com es bundeires despregadas" pers o affio visado que era "o autebro "aerado Marejaldha, so sopé do qual

ibor resolvi construir soui, com toda a bravidado possivel, a

Centro Inicial da Vida da Colônia: Matias Beck. A Fundação de Fortaleza.

Necessitada de rendas e desejando reparar as suas finan ças, ao mesmo tempo que visava a reassegurar o domínio holandês no Ceará, mandou a este a Companhia uma segunda expedição, às ordens de Matias Beck e constituída de 298 homens.

Conhecem-se as minúcias dessa empresa através do Diário escrito pelo comandante, documento de alto valor para a história cearense, incontestado e cuja tradução, cuidadosa, se deve ao historiador pernambucano Dr. Alfredo de Carvalho. "Documento precioso" — é como o denomina o Barão de Studart.

Nas palavras mesmas de Beck: "Diário de minha viagem ao Siará empreendida ao serviço da Pátria e da Companhia das índias Ocidentais, de acordo com a comissão e instruções dos Nobres e Poderosos Senhores, comunicando-lhes todo o ocor-

rido e realidade na mesma viagem."

Embarcaram no Recife em 20 de março de 1649, num sábado pelas 8 horas, lotando diversos barcos e iates, e no dia 6 de abril acabaram de desembarcar na enseada do Mucuripe, mais próximo da foz do rio Pajeú. Marcharam "em boa ordem, em duas divisões com as bandeiras despregadas" para o sítio visado que era "o outeiro chamado Marajaitiba, ao sopé do qual corre um belo rio d'água doce" (por eles chamado Marajaík). Esse pequeno rio denominou-se, depois, Ipojuca, Telha e, por fim, Pajeú (rio do feiticeiro).

"Não tendo deparado com sítio algum mais próprio e melhor, resolvi construir aqui, com toda a brevidade possível, a nossa fortificação" — diz Beck no seu citado relatório, selando com essa expressão o início ou fundação da futura cidade, que

seria Fortaleza, a capital cearense.

E "ao amanhecer do dia 9, depois que chegaram a terra as ferramentas, machados e foices, o comandante Maes mandou duas esquadras de soldados roçar e limpar o terreno no sítio em que devia ser levantada a fortificação, a fim de que o engenheiro possa traçar devidamente o respectivo risco". No dia 10 esse risco foi traçado pelo engenheiro Ricardo Caar e a construção "diligentemente começada por duas esquadras, consistindo ao todo em 40 soldados, diariamente revezados por ternos de esquadra até ser terminada a obra".

Das ruínas do forte de São Sebastião, na barra do Ceará, foi trazido, num carro puxado a braço de negros e soldados, o pouco que se podia aproveitar — telhas, já a maioria cobrindo as palhoças dos índios, e velhas peças de artilharia, soterradas pelos ventos, as quais foram aplicadas na construção do novo forte, que tomou o nome de *Schoonenborch*, em homenagem

ao então governador de Pernambuco.

Tinha esse castelo, de começo e conforme planta que acompanha o *Diário*, a forma pentagonal e era de pequenas proporções, o que foi posteriormente reconhecido, providenciando-se, sem demora, a sua ampliação, começada em 7 de agosto.

Assim se fez depois de chegado, pelo iate "Wittepaert", o major Gartsman, que vinha comandar a milícia da expedição.

Reexaminaram o local do antigo forte da barra do Ceará, distante nove quilômetros, e reunidos em conselho de guerra aceitaram a conclusão de que o porto, ali, estava imprestável para a entrada e saída dos navios, sendo, portanto, mais aconselhada a permanência da bateria do Schoonenborch no Pajeú: "por achar-se em melhor situação a posição do que o antigo."

A ampliação feita permitia maior alojamento à tropa e aos prateiros, assim como se incluíam no seu interior uma padaria

e outras instalações.

O Schoonenborch estava situado no mesmo local em que, no ano de 1816, foi levantada, em alvenaria de tijolo e cal, a Fortaleza de N. Senhora da Assunção: consta do auto lavrado em 12 de outubro de 1812, em presença do governador Manuel Inácio de Sampaio, que naquele momento se "dava princípio à edificação da dita Fortaleza no mesmo sítio em que havia a dita bateria".

Enquanto preparava o seu baluarte defensivo, Matias Beck intensificava as pesquisas da mineração, ora na Itarema, ora noutros lugares, sem contudo obter resultados apreciáveis. Não esquecia, por sua vez, o plantio de cereais e o da mandioca, a fim de garantir o sustento de sua gente.

As primeiras amostras conseguidas pelo engenheiro João Castiliaen apenas produziram "um pequeno fragmento de prata, do tamanho aproximado de um grão de saraiva, extraído de uma libra do mineral". As decepções se foram sucedendo e, noutro dia, de sete libras de minério somente meia libra de prata foi retirada. E, apesar da mudança constante das escavações, nada se conseguia melhor, recorrendo-se, por último, a procuras na serra da Ibiapaba, mas inutilmente.

A força de ânimo de Beck não supria os fracassos da mineração, e a sua posição era agravada com as notícias fantasiosas dos índios que, manhosos, lhe comunicavam a existência de minas imaginárias, a troco de vantagens de toda

espécie.

Por fim deixou escrito no seu Diário: — "entreguei a H. B. van der Meulen e a mestre Jonas, o prateiro, 5 libras de minério a fim de ser provado nos novos cadinhos de barro fabricados pelo mesmo van de Meulen; mas também esses cadinhos derreteram-se com o calor do fogo, de sorte que não foi possível obter amostra alguma e, como o barco Cammamon, desde a chegada de H. B. van der Meulen, tendo sido aqui retirado no propósito exclusivo de poder levar ao Recife uma boa amostra de prata e havendo o mesmo van der Meulen fracassado na primeira experiência e por duas vezes no fabrico de cadinhos, outrossim não existindo aqui mais cadinhos e não convindo demorar por mais tempo a partida do barco e finalmente sendo provável que no Recife se encontrem bons cadinhos e melhores provetas, resolvi enviar aos Nobres Senhores três barris de minério, para que seja examinado, não só no Recife como na Pátria."

Lógico era que não poderia ir além a missão de Matias Beck, ao correr de cinco anos, porém as suas agruras iriam passar ao toque da agrura maior da sua retirada com a derrota holandesa no Brasil, embarcando-se com todos os seus em direção da ilha de Barbados.

Se mais não deixara, pelo menos plantou os alicerces de uma cidade, hoje cheia de progresso e vida, que agora já lhe rende as homenagens que merece, como seu verdadeiro iniciador.

Injustificável movimento de opinião pretendeu negar a Beck a qualidade de fundador histórico da cidade de Fortaleza, que — bem acentua Th. Pompeu Sobrinho — teve "o seu primeiro prédio, o cristal estimulador da sua nucleação" no forte Schoonenborch.

Prurido de sectarismo religioso inspirou tal movimento, chegando-se a emprestar à pessoa de Matias Beck a pecha de

pirata, bandido aventureiro, calvinista insólito, um homem de ferro, de matar e morrer, de incendiar e depredar, de destruir e desaparecer.

Mas o exame sereno e meticuloso dos fatos históricos, relacionados com o comandante Beck e sua viagem, literalmen-

te demonstram essa distorção.

A empresa teve cunho oficial do seu governo e foi meticulosamente preparada com os elementos indispensáveis a uma organização de tal ordem, que visava à reconquista do Ceará pelos flamengos e à exploração de seus produtos minerais. "A expedição teria esse duplo fim: a ocupação definitiva do Ceará e a exploração de suas minas" — acentua Alfredo Carvalho.

Vieram soldados, operários, engenheiros, alguns acompanhados de suas esposas, dentro da mais elogiável disciplina, e

não piratas ou flibusteiros afeitos a incendiar e matar.

Longe de ser um renegado, era o chefe espírito profundamente religioso, trazendo como figura central do cometimento um representante de Cristo, o ministro Kempins, com a finalidade de instruir os nativos, "batizar aqueles de seus filhos que ainda estiverem pagãos, casar os que viverem juntos ilegitimamente, esforçar-se por imprimir entre eles a boa ordem e disciplina cristã, pregar-lhe em sua língua a santa palavra de Deus". No teor de seu *Diário*, ou melhor, dos fragmentos de seu *Diário*, vinte e uma vezes invoca Beck esta santa palavra.

Era homem de alta posição oficial, Comandante do Regimento dos Burgueses e deputado à Câmara dos Escabinos do Recife, e só isto representava enorme prestígio no seio do

povo.

Casado, autor de sete filhos brasileiros, mantinha no lar o clima de fé e, se orava a Deus com o ritual reformado, de modo algum esta circunstância serve para que seja julgado com o anátema da heresia. O doce Filho de Nazaré não é exclusivo de nenhum dos grupos em que se dividiu o Cristianismo, e sim de todos aqueles que o adoram, fiéis às belezas da sua doutrina admiravelmente baseada no amor e compreensão dos homens.

Saído do Ceará, fixou-se Beck em Curaçao, possessão holandesa desde 1634, servindo a princípio como Vice-Governador da Colônia, sob as ordens de Pieter Suyvesant, e como Governador de 1659 a 1668. Nasceram-lhe ali outros filhos e ali faleceu neste último ano. sk mennet til seleten stællere udde te de til seleten er et et et et et er er

respective de la compartición de l La compartición de la compartición del compartición de la compartición del compartición de la compartición de l

A compress ten en en la citata de separator al la serior de la compressión de la com

-Mister de la cincipa, la précision, la consultat de la figuration de la Mister de la Mister de la Mister de la Consultat del Consultat del Consultat de la Consultat del Consultat del Consultat del Consultat de la Consultat de la Consulta

edicalización del vice. Dello como dello com

Ese horrem de tito paticas eficiol flamancamo do Magir mateta do July sesso e econizão à Winter de Consideras de Rocife, e el leto nigrasceteva entras privilege no solo do

Serio do Cesar Increa Besis em Cretera Dosensa do Serio do Serio de Comercia d

O Quadro Fisiográfico: Influência do Meio Físico Natural. O Topônimo Ceará.

Se a linha convencional do tratado de Tordesilhas, produto de porfiados vaivéns diplomáticos, de nada serviu para evitar que as entradas, bandeiras e expedições empurrassem as fronteiras do Brasil até muito além da separação hemisférica, e as dilatassem, ao setentrião e ao sul, até o rio Amazonas e o da Prata, a mesma coisa havia de acontecer com aqueloutras, a ela perpendiculares, que, a fim de aquinhoar os seus nobres e cavaleiros fidalgos, traçara D. João 3.º, dividindo a terra descoberta em Capitanias, embriões das unidades administrativas da futura Colônia e, por ventura, da idéia federativa em que veio modelar-se a República.

Teriam sorte igual as que, para agraciar Antônio Cardoso de Barros, ele gisara no desígnio de extremar a chamada Capitania do Ceará, das vizinhas do Maranhão e do Rio Grande, concedidas, respectivamente, a Fernão Alvares de Andrade e, em

parceria, a João de Barros e Aires da Cunha.

A penetração, aqui como ali, necessariamente haveria de ultrapassar as paralelas de Angra dos Negros e rio da Cruz, e só iria esbarrar diante da moldura geográfica do alongado cordão de serranias dispostas em grande arco elipsoidal, cujas pontas se amarram, ao norte, nos primeiros contrafortes da Serra da Ibiapaba e, a leste, nos últimos espigões da Serra do Apodi.

Começa a enorme semi-elipse a menos de cinqüenta quilômetros da costa superior do Atlântico cearense, à altura de 3º e 15' de lat. sul, na faixa mesopotâmica entre o Parnaíba, antigo Punaré, e o Camucim, outrora rio da Cruz, com a histórica e afamada Serra da Ibiapaba ou Serra Grande (Guapaba, Buapaba, primitivamente), que se estende para o sul, em larga e

fertilíssima chapada.

Daí avante, com a denominação de Serra Geral, segue até 7º, ponto em que, bipartindo-se, arremessa um dos lanços para o oriente, com o nome de Serra do Araripe, outro chapadão amplo, mas arenoso, a descer lento para o ocaso (Pernambuco), até deprimir-se de 200 metros, em alcantis inexpressivos; e, baqueando para o lado cearense mais violentamente, de 700 a 800 metros, em virentes encostas donde saem as águas que regam o afamado Vale do Cariri.

Inflete-se, então, para o levante, numa seqüência de elevações mais baixas que definem as vertentes do rio Salgado, afluente do Jaguaribe, e do Piranhas, limitando dessa forma o Ceará e a Paraíba, e vão unir-se às serras do Cachorro-Morto, do Padre, S. Miguel e, por fim, à do Apodi que, extremando o Ceará e o Rio Grande do Norte, deixa os seus derradeiros vestígios perto do mar, entre as barras dos rios Jaguaribe e Mossoró (antigo Upanema).

A arena de tão vasto anfiteatro, cujas majestosas arquibancadas, pelos anos afora, viriam contemplar, nervosas e emocionadas, cruentas pelejas e heróicas, é uma região tipicamente nordestina, na planura média de cujo conjunto se alteiam, sem sistema, montanhas verdes e serrotes áridos, debruada pelas desassossegadas dunas do Oceano, "o verde mar

bravio, de vagas impetuosas".

Três zonas mais ou menos distintas integram essa região, sem, todavia, nenhuma delas apresentar dessimetria ou dife-

renciações notáveis.

O litoral, dominado por uma costa uniforme, sem modificações capazes de quebrar a monotonia, mal é cissurado por algumas pequenas baías, fracamente amparadas em tímidas pontas ou cabos, como as de Mucuripe e Jericoacoara, e pelas

estreitas fozes de poucos rios.

O sertão, igualmente indiferençado no seu aspecto geral, é a zona mais quente, mais ferida pelas carências de chuva, mais ensolarada e ventilada e, por isso mesmo, mais sadia, com uma flora pouca densa e baixa — a caatinga, que anualmente se desfolha, tornando tristonhos e ardentes os campos, a que não banham correntes fluviais perenes, senão rios de alimentação pluviosa e regime torrentoso, reduzidos no verão a poços a jeito de gânglios, salvação para a vida animal. Verdadeiros rios estróinas, perdulários, que imprevidentemente se despojam da riqueza das suas águas, jogando-as em desatino, na imensidão atlântica.

Dão exemplo nessa prodigalidade os dois maiores, o Jaguaribe e o Acaraú (antigo Acaracu), situado o primeiro na parte sul-nordeste e o segundo, o nordeste-norte sendo ambos aí postos, como fios de Ariadne, para servir de condutores à invasão colonizadora que, entrando pelo grande pórtico das suas embocaduras, começou e, por assim dizer, se completou dentro do último quartel do século 17 e o inicial do século 18.

O Jaguaribe, com o desenvolvimento de 550 quilômetros, carreia as águas de uma bojuda bacia hidrográfica de 72 000 km², quase metade da área total do Estado.

Nasce na Serra da Joaninha, derivação da Serra Grande, corta na seção superior o planalto dos Inhamuns, magnífico para a bovinocultura, e deságua no Oceano, abaixo do local onde está a cidade do Aracati. A parte inferior, do mar ao Boqueirão do Cunha, cerca de 30 léguas, chama-se Baixo Jaguaribe, aberta num vale de 30 mil hectares de terrenos aluvionais aptos às mais exigentes culturas se devidamente irrigados, e cheios de belos carnaubais, a sua principal riqueza, pela cera que produzem. Na parte média, acima do Boqueirão do Cunha, infla-se noutro vale semelhante, de 12 mil hectares, as chamadas várzeas do Icó ou ribeira do Icó e, mais acima, ainda outro, as várzeas do Iguatu, de 10 mil hectares. Recebe dois afluentes importantes: à margem esquerda, o Banabuiú (o Rinaré dos indígenas), coletando com o subafluente — Quixeramobim (antigo Ibu), as águas dos sertões centrais e, à margem direita, o Salgado (antigamente Jaguaribe-Mirim), que recebe as águas do Vale do Cariri e, por intermédio do Riacho dos Porcos (antigo Quimami), as do extremo sul.

O Acaraú, com o curso de 320 quilômetros e uma bacia hidrográfica de 14 mil km², deságua cerca de uma légua do ponto em que se encontra a cidade do mesmo nome, e, como o Jaguaribe, a sua parte baixa possui admiráveis várzeas de aluvião, onde viceja a carnaubeira tão útil e amiga.

Outros rios de menor relevo completam a potamografia propriamente oceânica, genuinamente cearense, exceto o Poti (o Potingh dos velhos documentos), cuja bacia hidrográfica compreende o sertão de Crateús, e é tributário do Parnaíba (Piauí), ao qual se junta na cidade de Teresina.

Ao contrário da zona litorânea, onde as condições de clima e natureza dos terrenos favorecem mais a agricultura, presta-se o sertão admiravelmente ao pastoreio, pela excelência das forragens nativas que nos anos normais o revestem. Esta diversidade geofísica gerou, como era óbvio, uma diversidade econômico-social muito acentuada, engendrando como que uma

duplicidade de ciclos evolucionais — o das atividades pastoris e o da lavoura.

A terceira zona a destacar é constituída pelas serras frescas, entre as quais avultam, além daquelas já referidas, Ibiapaba e Araripe, as de Baturité, Maranguape, Aratanha, Uruburetama, Meruoca, Machado, Santa Rita e Pereiro, fontes de produção mais estável, porque não atingidas diretamente pelas crises climáticas, e onde há regatos perenes, segurança e base de certas culturas agrícolas, como a do café, cana-de-açúcar, fumo e frutas.

Nos sopés serranos estão, comumente, vales úmidos, férteis, propiciando as culturas em qualquer tempo. Destaca-se entre todos o Vale do Cariri ou Cariris Novos, encaixado ao sul, no recôncavo do arco de cordilheiras contornador, refrescado pelos ribeiros que deslizam das escarpas araripenses, e cuja estrutura geológica se faz de matérias areno-calcárias, algo argilosas, emprestando-lhe, pela umidade constante que recebem, especial feracidade, motivo de formosura da região.

Traçadas deste modo, muito generalizadamente, a configuração e a fisionomia geográfica do Ceará, comparada aquela a um arco enorme de que a corda seria a orla marítima, melhor talvez se poderia ajustar o seu contorno ao de um barrete frígio em posição invertida, com o topo para o sul e a base sobre o mar.

Servida por um clima relativamente estável, sujeita-se a região cearense, no entanto, a forte perturbação telúrica — a seca, de incidência intermitente, traduzida em longa estiagem, causa de sérios, às vezes catastróficos, sacrifícios para as suas populações.

Desconhece-lhe ainda hoje a ciência a razão de ser do fenômeno, sendo muitas as hipóteses armadas para a sua exa-

ta explicação.

Em resumo, é a ausência total ou parcial e não raro a má distribuição, nas diversas zonas e no devido tempo, das quedas pluviométricas, dando como conseqüência a escassez da água, a carência de alimentação dos animais e do homem, crestadas as pastagens, a vegetação desprotegida da folhagem, parecendo morta.

Não é difícil compreender quantos danos advêm para a vida humana e para a economia geral, do decesso da produção, em certos anos atingindo o aniquilamento, e do resultante desequilíbrio entre esta e as necessidades do consumo.

Não podendo ser neutralizadas fisicamente essas crises climáticas, o remédio consiste em minorá-las o mais possível, com o corretivo das irrigações artificiais, por meio do armaze-

namento da água em reservatórios ou açudes, e a perfuração de poços tubulares. Mais recentemente, porém ainda sem a segurança e a generalização desejadas, tem-se recorrido a chu-

vas artificiais, obtidas por processos técnicos.

A facies de semi-aridez que, no conjunto, apresenta o Nordeste, do qual, pode dizer-se, o Ceará é o epicentro, impressionou os primeiros viajantes da era colonial, que passaram a emitir conceitos nem sempre verdadeiros acerca da utilização desse território longínquo.

Houve quem chegasse a emprestar à etimologia do topônimo Ceará influência do nome Saara, o grande deserto afri-

cano.

Não parece haja procedência nessa interpretação, sendo

certo, todavia, que é por demais controvertida.

Tantas são, a esse respeito, as opiniões dos velhos cronistas e dos modernos escritores, que dificilmente se poderá admitir como verdadeira qualquer das explicações oferecidas.

Aires do Casal, na Corografia Brasilica, anota que CIARA no idioma dos indígenas quer dizer canto da jandaia, papagaio pequeno e grasnador: de SEMO, cantar forte, clamar, e de ARA, pequena ave ou periquito. José de Alencar adota esta etimologia, acrescentando que "é a verdadeira, não só conforme a tradição, como as regras da língua tupi" (Iracema, Notas).

Apoiando-se em Casal e em mons. Pizarro, sustenta Millet de Saint-Adolphe, no seu *Dicionário Geográfico do Brasil*, verbete "Ceará", que o nome vem de certa espécie de papagaios

que os tapuias assim apelidavam.

O cônego Ulisses Pennafort, combatendo essas duas opiniões, e baseado num trecho do senador Tomás Pompeu, segundo o qual o nome da Província (Ceará) veio do rio em cuja barra fizeram os portugueses o primeiro estabelecimento e teria sido pronunciado inicialmente cemo-ará (rio nasce da serra), entende que "Ceará vem do adjetivo CEIA, CETÁ (no sânscrito CEIA, CITÁ, CITI) que quer dizer muito, o qual, junto ao substantivo ÁRA, significa reunião, grupo de serras. CEIA é empregado pelos indígenas para exprimir judiciosas considerações em torno da imprecisão e diversidade das etimologias das palavras indígenas da grafia do vocábulo Ceará, chega à conclusão de que este "proveio da infinita caça que havia neste Estado e foi a causa de fixarem os índios por aqui a sua nova residência". CEARÁ vem de COÓ ou SOÓ ou SUU e ARA "significando pássaro ou ave em geral e traduzindo a prodigiosa quantidade de caça que por aqui havia, de tal modo que atraía os índios, surpreendia-os até, visto como não se encontrava em tão grande abundância noutra Capitania".

Mais tarde Bezerra muda de opinião, quer que SIZRA tenha sido a palavra da qual proveio o nome do nosso Estado.

Confessa ignorar o que significa SIZRA em língua geral ou em cariri, e certamente abraçou tão extravagante etimologia, um tanto à Ménage, em momento de irreflexão, porquanto não é crível que, inteligente, culto e zeloso como era, permitisse aninhar-se-lhe na cabeça semelhante exegese. Nunca a palavra foi escrita Sizra, e o Barão de Studart nos dá, talvez sem o pensar, a contradita ao autor de *Algumas Origens do Ceará*, afirmando que no mesmo documento a que se refere Antônio Bezerra jamais esteve aquela grafia. Deu-se apenas que, ali, no nome Siará se encontrava pouco perceptível a letra A (2.ª sílaba), oferecendo a quem examinasse o documento a impressão de um Z.

Aquela primeira versão de Antônio Bezerra, ou seja Ceará, resultante de ÇOÓ ou SOÓ, caça, e ARÁ, papagaio, é combatida por Teodoro Sampaio: "Se ÇOÓ significa caça e ARÁ papagaio, são dois substantivos a entrarem na composição do vocábulo. Ora, no tupi, guardada a estrutura da palavra composta, o primeiro termo dela representa o possuidor e o segundo o objeto possuído ou, ainda, o primeiro termo indica a matéria de que a cousa é feita e o segundo representa a própria coisa. Assim, portanto, ÇOÓ-ARÁ se deverá traduzir — papagaio de caça, vez que, aqui, se não trata da constituição propriamente material da coisa, a não ser que se admita por tradução de ÇOÓ aquela que mais geralmente se lhe dá, isto é, carne, mas, neste caso, teríamos para versão portuguesa de ÇOÓ-ARÁ — "papagaio de carne" — que me parece inadmissível como a precedente."

Muito diferente é a opinião de Capistrano de Abreu: achando que as explicações dadas ao nome Ceará são entre si contraditórias, conclui ser no cariri e não na língua geral que se devem procurar luzes para aclarar a dúvida e, nessa conformidade, pensa que a palavra vem do DZU (com o d pouco sensível e o u soando à francesa, aproximadamente como particípio passado do verbo savoir), que significa água, rio, e de ERÁ, verde: Rio Verde. "Continuo a pensar, deixou escrito o grande historiador, que Ciará era o nome dum rio, que, fundando-se uma fortaleza junto às suas margens, se foi chamando fortaleza do Ceará; e que este nome com o tempo se foi estendendo à Capitania. O mesmo se deu em Pernambuco, em Alagoas etc."

Opõe-se a Capistrano o indianólogo Pompeu Sobrinho, sustentando que em nenhuma hipótese Ceará ou Siará poderá resultar de dzu e erá. Na língua cariri, de fato, água é dzu, mas

sem que o u tenha som francês, ao passo que verde (ou amarelo) é $er\tilde{a}$ e não $er\hat{a}$. Não nega que algumas vezes os portugueses colonos transformaram a terminação \tilde{a} do tupi em \hat{a} , como de eira-puã (abelha ou mel redondo) fizeram arapuá; porém, afirma seguramente que se Ceará pudesse ter vindo de dzu-er \hat{a} nunca significaria água verde ou mar verde, e sim casa de água. O que não teria sentido.

Paulino Nogueira sumariou diversas das opiniões acima expostas, fez-lhes a crítica e, acreditando que a palavra é túpica, emite o seu conceito: "Ceará compõe-se dos dois vocábulos da língua geral — ÇÕO, SÕO ou SUU caça, de ARÁ tempo, e da partícula pospositiva Â, com que o indígena dava mais força à expressão, significativa de um sentimento ou convicção forte, fora do comum, querendo dizer — "verdadeiro tempo de caça"! "A ortografia Siará, usada primitivamente, ainda mais corrobora esta interpretação que dá caça, na versão indígena, tanto escrita com ç (ÇÕO), como com s (SÕO ou SUU), e às vezes se encontra corrompida em SI, como SIUPÉ, outras em SU, como SUCATINGA. Em Ceará encontra-se a princípio corrompida em SI, depois em CE, como atualmente."

Também João Brígido oferece o seu voto: "Ceará, da ortografia atual e oficial, vem duma corrutela que foi aos poucos deturpando a palavra tupi, sem todavia eliminarem-se certos elementos ortoépicos. Primeiro, o povo que sucedeu ao índio substituiu na sua ortografia o i primitivo da fonética tupi pelo e que, entretanto, continua a pronunciar i, além de que sincopou a sílaba ri, porquanto a palavra primitiva ouvida ao índio era CIRI ARÁ... CIRI, na língua guarani, quer dizer andar para trás, e o selvagem, fazendo dum fato uma substância, chamou a todo câncer marítimo ou caranquejo — CIRI. O gênero é este; as espécies, diversas: quaiamuns, aratus, graucás etc.... Ora, a primeira coisa que chama atenção a quem toca uma vez às nossas prajas é o graucá a correr para trás, a caranquejar, fugindo aos importunos até meter-se nos orifícios da areia, tantos que parecem formigueiros. ARÁ é adjetivo, significando claro, branco, alvacento etc. E não há dúvida que esta designação correu da costa para o interior estendendo-se a toda a região que ora se chama Ceará."

Poder-se-á, outrossim, incluir a variante do alemão Jacó Rabbi que é também a de Cândido Mendes: o nome origina-se de Syrag minor ou Siará-mirim, corrutela de ciriápy-mirim, depois por contração ciri-á, ciriá e ceará — pequeno caranguejo redondo, rubiáceo do alagado, por causa da abundância desse crustaceo no local onde desliza o pequeno rio ou escoadouro (rio Ceará). Catunda esposa esta explicação, porém, Paulino No-

gueira a contesta, alegando que ela "pressupõe uma transformação, uma elaboração tão longa, lenta, trabalhosa e paciente que em nada se conforma com a índole do selvagem em tudo rápido, breve, ligeiro e expressivo. O indígena, atestam todos os cronistas, não aplicava às coisas ou pessoas senão nomes de objetos que por qualquer forma o impressionassem. Ora, não é crível que o impressionasse de preferência, em um litoral extenso e abundante de todas as espécies de crustáceos, o caranguejo pequeno e redondo, a espécie mais comum que há".

Pompeu Sobrinho, em trabalho sobre etimologia de palavras indígenas, na Revista do Instituto do Ceará, analisando o termo Ceará, diz: "com a grafia atual, a interpretação de Teodoro Sampaio é justa. Podemos, entretanto, oferecer outras que nos parecem igualmente razoáveis: 1.º — CEI (não quer) + RÁ (soltar) = não querer soltar, manter preso (algum prisioneiro notável). Um fato desta natureza pode ter sido assaz notável para dar nome à aldeia; 2.º — CEA (saindo) + RÁ (sinal) = baliza, aparente, visível de muito longe. Certamente alusão às serranías que ficam ao sul e que balizam o porto; 3.º - CÊ, contração de ACÊ (gente) + AÍ (bastante, assaz) + RÁ (marcada, pintada), literalmente 'muita gente pintada'; 4.º - CÊ (também significa sair, emergir, brotar, nascer) + Al (bastante, assaz) + RÁ (que também significa 'espiga'): lugar que dá assaz espiga, fértil; 5.º — Menos propriamente, porém, ainda admissível, fazemos a seguinte análise, correspondendo à grafia CIARÁ: KI = GÚI - CI (aqui) + A (pref. que forma adjetivos, como Y = água, AY — aquoso) + RÁ (marca, sinal), ARA (marcado, assinalado, balizado). CIARÁ = aqui está balizado. Apresentamos aos mais entendidos, ressalva Pompeu Sobrinho. essas diferentes interpretações, sem, entretanto, pretendermos impor, ou mesmo preferir, qualquer delas como verdadeira."

Mais recentemente o mesmo Pompeu Sobrinho lembra que a palavra bem poderá ter origem tarairiú, língua de uma raça ameríndia por muito tempo considerada cariri, mas na realidade diferente, habitando parte do território cearense e do rio-grandense do norte. De lá é que trouxeram o nome, aplicado que

era a um rio (Ceará-mirim).

O prof. Martinz de Aguiar, filólogo cearense tão proficiente quanto perspicaz, também já se manifestou, para ficar com a versão de José de Alencar, de que Ceará é "canto da jandaia". Sustenta que o étimo CÊ-ARÁ, tupi, significando "fala a ará", quer se tenha em consideração a grafia Ceará, quer a antiga Siará.

Parece que nenhuma das explicações dadas ao nome Ceará seja escrito com CE ou com SI, deverá ter como fundamento motivos ou acidentes geográficos ou regionais da nossa terra. O topônimo já era conhecido antes da colonização do Ceará e designava um lugar no Rio Grande do Norte. Dali para cá ele veio, talvez em virtude de qualquer coisa que lembrasse, aqui, o local potiguar.

"O nome lhe foi dado do de outro Ceará no Rio Grande do Norte, donde tinham vindo os Potiguares, companheiros de

Pero Coelho", sustenta o Barão de Studart.

Mas, por que razão sendo do rio daqui (50 km de curso) muito menor que o de lá (300 km), havia de chamar-se Ceará-Grande o nosso, e Ceará-Mirim aquele?

À primeira vista é um paradoxo, não resta dúvida.

Paulino Nogueira observa que "sendo o rio Ceará-Mirim, do R. G. do Norte, muito maior do que o nosso rio, com certeza os potiguares, ou quem quer que o denominasse, não achariam grande precisamente o menor. O qualificativo, então, assentaria no território, que é maior do que o da Província vizinha".

O ilustre historiador conterrâneo não atingiu a vila, mas tomou-lhe bem o caminho.

Quem parece lá chegou foi Studart que, ao comentar a Descrição da Costa do Nordeste do Brasil feita, em 1628, pelo holandês Kilian de Resenlaer, transcreve um trecho relativo ao "Siará, rivière pour yachts, bonne eau, grande place très peuplèe", entre cujos habitantes havia até alguns sabendo escrever.

Porque a praça era mais ampla e mais povoada, foi sendo diferençada do lugarejo da Capitania limítrofe com o qualificativo grande. Daí chamar-se Ceará-Grande o vilarejo e, com o

tempo, por extensão, todo o território cearense.

Anie mat off a padulisto, defendant a marte area a

Diante do quanto se expôs, é de ver que a origem do nome Ceará ainda constitui desafio à argúcia dos etimologistas. A Formação Étnica: A Pré-História. Contribuição do Elemento Indígena. O Elemento Alienígena e Sua Procedência.

A Quase Ausência do Negro.

O sertanista e indianólogo Couto de Magalhães, tomando em consideração os respectivos caracteres corporais, dividiu os índios habitantes do Brasil em três grupos ou raças: o abaúna ou índio escuro grande, talvez o tronco primitivo, o índio mais claro de estatura média e o mais claro de estatura pequena, os dois últimos por ele denominados abajus, porventura mestiços. Já o havia feito, adotando a mesma base, o viajante e etnólogo francês Alcides d'Orbigny.

Von Martius, o notável naturalista que tanto se dedicou aos estudos da fauna e flora brasileiras, classificou-os em nove grupos: tupi-guarani, jê ou crã, guck ou coco, cren ou gueren, pareci ou poragi, goitacá, aruaque aroaquis, leguá ou guacuru e índios de transição entre a sua e a cultura do português colo-

nizador. Há várias outras tentativas de sistematização.

Capistrano de Abreu sugeriu, de referência aos índios cearenses: "ocupado (o território) por tupinambás ou potiguaras, chegados recentemente do Rio Grande do Norte, e por tupiniquins ou tabajaras, espalhados pela Ibiapaba e residentes aí desde muitos anos, senão séculos, pois constituíam 70 aldeias. Eram numerosos os tapuias, geralmente cariris, primeiros habitadores do litoral, já então recalcados para o interior, exceto no norte, onde os tremembés, também do tronco cariri, dominavam as praias que vão do Camucim até além do Parnaíha."

Mas este retrato é incompleto, defeituoso, e não tem sido boa tarefa aperfeiçoá-lo.

Dos POTIGUARAS, POTIGUARES, PITIGUARAS, PITIGOARES, fortes e poderosos, tem-se por certo que pertenciam ao galho tupinambá, do grande tronco étnico tupi, derramado pela orla oceânica do Brasil, falando a língua abanheenga, ou tupi antigo, e entregando-se, conforme melhor versão, a demorado deslocamento migratório, começando talvez no médio Paraná-Paraguai em busca do Amazonas e, possivelmente perturbado pela ação invasora dos brancos, que os obrigaram ora a desviar-se para os sertões, ora a apressar a marcha para o setentrião.

No início da colonização do Brasil, aglomeravam-se os potiguares entre os rios Paraíba do Norte e Jaguaribe, conquanto no mapa Jacques de Vandeslay, datado de 1579, figure a sua existência a contar daquele primeiro rio, então chamado S. Domingos, até o da Cruz (Camucim). Pacificados por Martim Soares Moreno e trazidos das terras do baixo Jaguaribe, aonde algumas de suas cabildas haviam certamente regressado depois da volta de Pero Coelho à Paraíba, para as margens do Rio Ceará, os Potiguares aí se fixaram definitivamente.

Os TABAJARAS, TOBAJARAS ou TOBAIARAS, igualmente do grupo túpico, viviam em grandes áreas na Serra da Ibiapaba, a Buapava dos antigos, onde teriam chegado uns dois séculos antes do Descobrimento e Pero Coelho os encontrou distribuídos em 70 tabas. Seriam, segundo o padre Antônio Vieira, de índole rebelde, até antropófagos, embora na opinião de outros fossem "muito dóceis e trabalhadores", amantes da agricultação.

Joaquim Catunda reconhece que eram "bravos e se achavam mais adiantados do que os outros índios dos sertões circunvizinhos". Pedro Théberge acrescenta que "eram valorosos guerreiros e praticavam a antropofagia, não obstante se aplicarem à cultura do milho e da mandioca".

Sempre foram irreconciliáveis inimigos dos Potiguaras. Os demais gentios do Ceará, à parte algumas tribos ainda não classificadas, formavam três famílias distintas, e, pelos estudos mais modernos, tidos como grupos étnicos independentes: os cariris, os tarairiús e os tremembés.

Os CARIRIS ou QUIRIRIS figuram na síntese dos principais grupos "apurados" de Capistrano, aceita por João Ribeiro, como "os primeiros habitadores de grande extensão do litoral, onde ainda os portugueses os encontraram em partes do Maranhão e do Ceará e à esquerda do baixo S. Francisco, alhures já repelidos para o sertão antes da chegada dos europeus. Começavam pelo menos do Paraguaçu e chegaram talvez ao Itapicuru no Maranhão e parecem de todo extintos e não ter representante fora do Brasil".

São os cariris-sabujás de Ehrenreich e, para von Martius,

integravam o ajuntamento Guck.

Entretanto — sustenta Pompeu Sobrinho — "com os progressos dos conhecimentos etnográficos, verificou-se que os cariris formavam uma família independente dos outros gucks de Martius e sem afinidades definidas com qualquer outro grupo étnico. Dos tupis, com que se avizinham a leste, e dos caraíbas, separava-os a incompatibilidade de línguas; dos jês, que os circundavam ao sul e a oeste, além da língua, muitos e importantes elementos de cultura os diferenciavam". E, posteriormente, situa-os com maior precisão, quanto à sua origem e grau de cultura, em estudo na *Revista do Instituto do Ceará*, v. 64, p. 314.

O restante do território do Ceará, com exclusão de alguns grupos de menor importância, talvez jês, constituía campo de atividades da outra numerosa grei de tapuias — os *Tarairiús*, de posição culturo-racial agora bem determinada, devido especialmente às lucubrações do mesmo Pompeu Sobrinho; e dos *Tre*-

membés, também por ele estudado.

A singularidade da cultura e da língua dos primeiros — esclarece — "justifica plenamente a constituição de uma família étnico-lingüista, que compreenda todas as tribos que se expressavam na mesma linguagem dos jandoins ou num dialeto afim. Os Tarairiús eram índios genuinamente do Nordeste do Brasil, dentro do qual ocupavam enorme área territorial. A denominação Tarairiú, dada à família, pareceu-nos a mais consentânea, por isso que, segundo os autores neerlandeses, ela compreendia as duas subnações dos jandoins e dos canindés, ambas muito grandes. A expressão é grafada pelos holandeses: Tarairyou (Herckman), Tararyuck (Laet); os portugueses escreviam Tararijus".

Na classificação tradicional estão incluídos no ramo jê ou crã, com o nome de tatairiús ou ats-chu-caianas. Eram às vezes confundidos com os cariris e por muito tempo se chamaram jandoins (do nome de um dos seus maiores) ou jenipapos. A uma parte deles denominavam-se canindés ou jenipapoaçus, como se diferentes fossem.

Indiscutivelmente não eram um povo túpico, visto como falavam língua travada. Igualmente se distanciavam dos cariris pelos caracteres e por outros elementos culturais, como, por exemplo, o costume de comer assados os parentes mortos, para que tivessem estes sepultura condigna, guardados dentro do próprio organismo dos que os estimavam.

Também o fato de dormirem em redes e serem hábeis nadadores os distancia dos jês, com que, aliás, são freqüentemente confundidos. Mas ainda outro elemento cultural abre entre os dois povos largo hiato. Tinham os Tarairiús abundante cerâmica, cousa que os jês desconheciam."

Pompeu Sobrinho reputa tarairiús: os jandoins, os canindés, paiacus, jenipapos, jenipapoaçus, javós, camaçus, tucarijus, arariús ou irariús e os xucurus ou xocós.

E aceita como sendo família autônoma os TREMEMBÉS, TE-REMEMBÉS ou TARAMEMBÉS, que erravam no litoral entre o Acaraú e o Parnaíba, talvez além. Valentes, corpulentos, temidos, não se deixavam domar facilmente. Gulosos, hábeis pescadores, davam-se preferentemente à pesca, mas preparavam alguma agricultura. Manhosos no ataque aos inimigos, amavam as danças, tendo deixado vestígio de costumes coreográficos ainda hoje de certa forma mantidos pelos caboclos seus descendentes. O torém é conhecido no município de Acaraú e é executado com interessantes cânticos, animados pela ingestão de bebidas fermentadas, principalmente o suco do caju (mocororó). A sua língua desapareceu, por assim dizer, totalmente.

Como se vê, o mapa étnico-ameríndio do Ceará, quando iniciada a colonização, não apresenta contornos seguros, dadas as deficiências informativas, mas, ainda assim, poderá fornecer material para estudos mais interessantes.

Pode-se afirmar que no momento do primeiro contato civilizador, viviam a fase neolítica da sua evolução, desconhecendo os metais, mas já ingressos numa singular indústria e nos trabalhos da agricultura, algo semelhantemente à de toda a gentilidade brasileira.

Não tira o caráter dessa fase lítica o fato de ter Pero Coelho encontrado, mesclados aos tabajaras, vários franceses armados de trabuco e, por certo, fornecendo-lhes alguns instrumentos de ferro e outros efeitos da indústria européia. A influência desse contato com o branco deveria ter sido bastante fraca, levemente tegumentar, para imprimir qualquer mudança sensível nos hábitos e processos da gente índia, secularmente estratificados.

Portanto, não se errará asseverando que os agrupamentos aborígines do Ceará apresentavam esquema econômico-social mais ou menos parecido aos demais do Brasil, apenas com as alterações nascidas do determinismo geofísico peculiar à região, aliadas às condições de sua cultura de origem.

Concebiam o direito de propriedade sob o aspecto coletivo e não sob o particular ou privado em se tratando da terra. A área territorial destinada à vida da tribo pertencia a todos na sua integralidade, numa espécie de condomínio pró-indiviso,

sem qualquer sentido de parte alíquota, todavia. Propriedade tribal, poder-se-ia qualificar.

Ao lado dessa grande comunhão, existia o condomínio ou propriedade familial sobre a casa, a grande oca, teto de várias famílias, que aí residiam conjuntamente, sem que nenhum tivesse a idéia de tocar-lhe determinada porção do imóvel.

Existia certa fixação territorial e se, por injunções de ordem guerreira, climática ou doutra sorte, os agrupamentos aborígines se deslocavam em mudança mais radical, tais deslocamentos se davam para outros pontos mais vantajosos, dentro da área coletiva, não tendo portanto o caráter de nomadismo, que tanto impressionou a alguns dos narradores das épocas coloniais.

A explicação de todos esses acontecimentos não é difícil, se atentarmos para o fato de que aqueles povos se mantinham em relativo estado de natureza, com necessidades sociais e econômicas muito primárias e, por conseguinte, com uma organização de trabalho muito simples, sendo fáceis tais migrações.

Quanto à propriedade privada, é fora de dúvida que eles a sentiam talvez com a mesma intensidade que o homem civilizado; sob este aspecto dos direitos reais a sua organização jurídica estava bem esboçada.

Cada qual era senhor dos seus objetos, armas, utensílios, ornatos, instrumentos de trabalho, por ele fabricados ou por achados ou conquistados, e os demais aceitavam essa apropriação. O respeito ao que é de outrem, dentro da tribo, e mais estreitamente dentro da taba, é mais forte, porém o furto a estranhos que não fossem hóspedes, refere Clóvis Beviláqua, era ato lícito.

Esses princípios consuetudinários referentes ao direito das cousas e alguns atinentes ao direito da família, particularmente ao casamento, adjetos a algumas restrições de ordem religiosa, estruturavam a bem dizer a vida diuturna das nossas cabildas nativas. As normas, tão desenvolvidas entre os povos adiantados, concernentes às obrigações jurídicas, entre elas eram quase nenhumas, dada a singeleza das relações pessoais e das condições materiais de existência, pelo desconhecimento de tudo quanto a civilização imaginou e concretizou, tudo quanto foi indispensável regular juridicamente visando ao conforto e bem-estar do homem. E mais o direito contributivo, porquanto neste assunto o conceito de Estado mal espontava na pessoa do chefe ou principal (morubixaba), e do conselho dos velhos ou mais antigos.

O esforço ou contingente individual para a produção não tinha a feição de imposto ou dízimo, ainda que em espécie, senão o de partícula para a composição dum todo, como o trabalho do sócio para o acervo da sociedade.

Tal se verificava não só entre os tupis, como entre os cariris e tarairiús.

No que tange a habitações, os escritores aceitam unanimemente que os tupis as possuíam bem distribuídas em "verdadeiras acrópoles erigidas em sítios eminentes e arejados, nas vizinhanças dos rios, rodeadas de matas e terras férteis", e não assim entre os tapuias, sobre quem alguns escrevem que não tinham "aldeias nem casas ordenadas para viverem nelas".

"Suas povoações — assegura Théberge — compunham-se de cabanas feitas de ramagens ou de folhas de certas palmeiras, reunidas em aldeia, umas vezes cercadas de espécie de muralhas de terra ou madeira em estacada, outras vezes com fossos, a fim de tal forma deter os inimigos da tribo."

A mobiliação dessas cabanas era a mais simples: redes de dormir, objetos para o uso da alimentação (cuias, cabaças, colheres, potes, baixela de cerâmica) e de cozinha (alguidares, panelas, pilões etc.), armas (arcos, flechas), utensílios de depósitos (cesto, urus etc.), e instrumentos de trabalho (machados, fusos, teares etc.).

Quanto à caça e à pesca, parece incontestável que os índios do Nordeste não faziam exceção entre os demais do Brasil. Os processos de caçar e pescar lhes são comuns salvo as peculiaridades ditadas pelas condições regionais. Von Martius fala-nos de um direito venatório e Beviláqua pensa que as lendas de Anhangá, Caapora e Curupira são proteções às caças e às árvores úteis.

O regime de agricultura dos índios nordestinos consistia no cultivo da mandioca e do milho, além de outros em menor escala como das abóboras, do cará, batata doce, feijão, amendoim, fumo etc.

Os plantios fundamentais dessa agricultura eram o da mandioca (maniot e aypi) e do milho (avati), dos quais se extraíam a afamada farinha de pau e de milho e muitos outros produtos, no meio deles os vinhos das libações festivas.

Mas o que oferece o característico do progresso material de um povo é o adiantamento de sua história e esta leva-nos a crer que os antigos povoadores do Nordeste mostravam estágio industrial bastante avançado do ciclo evolutivo da pedra, certo, como é, que ainda não conheciam o uso dos metais: "por que eles não têm coisa que de ferro seja", como já mencionava Pero Vaz de Caminha.

É mesmo de admirar o aperfeiçoamento, a delicadeza de acabamento de alguns dos seus trabalhos manuais.

Têm maior relevo nessa indústria as armas, os instrumentos de trabalho, os objetos de louça de barro e as redes de dormir, em cuja manufatura entravam a madeira, o osso, a pedra, o barro, as fibras e penas de pássaros. Era-lhes estranho, por igual, o emprego do couro.

Os arcos, as flechas, as clavas, os tacapes, faziam-nos, às vezes, com primorosa técnica e emplumação artística.

Os instrumentos de trabalho, eram alguns de madeira ou de osso (quicés, raspadeiras) e os restantes de pedra. Destes os mais importantes eram os machados, os pilões e almofarizes, as bolas de caça e de guerra, e as mós de discos de trituração de cereais e frutos, todos de uso durante muito tempo obscuro, porém hoje mais ou menos esclarecido.

Para cortar árvores e aproveitá-las usavam machados de pedra duríssima, de natureza silicosa, composta de granulações verde-escuro, unidas por um cimento também silicoso.

Havia outros machados menores, com aplicação na marcenaria dos índios, sendo naturalmente múltiplos os seus empregos.

No Ceará é grande a quantidade de machados de pedra encontrados, hoje reunidos principalmente na coleção (Sala do Índio) do Museu Histórico e Antropológico do Ceará, o que desmente, à saciedade, a alegação de alguns autores de que os florestanos cearenses não praticavam a agricultura e não tinham estabilidade residencial.

Os vinhos eram extraídos, por meio de preparação bastante esmerada, da macaxeira, ou mandioca inofensiva, do milho, do jenipapo e outros frutos, bem como do famoso caju: "e no tempo desta fruta sustenta todos aqueles índios e recolhem muita castanha para o inverno. E fazem cada casal mais de três pipas de vinho do próprio caju e passam muitas que guardam para o inverno", esclarece a *Relação do Siará*, de Moreno.

Do jenipapo, do urucu, da tatajiba ou tatajuba e do barro tauá fabricavam-se os corantes para as finalidades da pintura dos objetos e da tatuagem.

Digna ainda de menção é a indústria dos adornos, em osso, madeira, sementes, conchas, plumagem, fibras e pedra, não se devendo esquecer a fiação das redes de dormir, comum aos tupis e a certos tapuias, como é unanimemente reconhecido até por aqueles que os supunham errantistas inveterados e vagabundos.

Todas essas atividades, que entrosavam a vida cotidiana dos agrupamentos índios, se desenvolviam no pequeno círculo das tabas, sem que se mantivessem, de tribo a tribo, relações de mercancia ou doutra natureza, e obedeciam a uma já bem articulada divisão do trabalho, de modo a caberem determinadas tarefas produtivas a determinadas pessoas, conforme o sexo ou idade.

Numa distribuição típica de colmeia, tocava aos homens a construção das casas, a caça, a pesca, o fabrico das armas, dos instrumentos de trabalho, a preparação do roçado, e às mulheres incumbia o cultivo das plantações, a colheita, a fabricação da farinha, dos vinhos e das tintas, a cerâmica, os serviços culinários, a tecelagem da rede.

Isso nos tempos de paz, porque as guerras tinham caráter total, e o esforço produtivo era intenso, sujeitando indistinta-

mente a todos.

Foi esse o panorama da vida indígena que veio encontrar o elemento alienígena, de procedência na sua maioria pernambucana, rio-grandense-do-norte e baiana, dominando o íncola, matando-o, expulsando-o, e também com ele se miscigenando e se identificando numa interculturação muito peculiar.

A mistura étnica com índio foi a maior, mais vasta, mais íntima, porque a exploração do território de logo se definiu no sentido curraleiro, para cujos misteres o nativo se prestava

convenientemente, sem necessidade do braco negro.

A escravidão azeviche nos campos do Nordeste semi-árido tomou a forma do aproveitamento do aborígine preado no serviço da vaqueirice. O fazendeiro tinha o homem nos labores do curral e a mulher índia nos da casa e no da procriação bastarda.

Entretanto, os cruzamentos legais do europeu com as "filhas da terra" esbarravam no preconceito da branquidade e só em torno das missões ou aldeamentos jesuíticos, onde este último se aglomerava, é que a fusão racial se processou mais larga e mais nivelada. Ainda hoje predomina o elemento caboclo nas áreas em que se instalaram aquelas missões, tais como, por exemplo, Caucaia, Messejana, Parangaba, Pacajus, Baturité, Cariri e Serra da Ibiapaba.

Nessa organização sócio-econômica, que veio caracterizar, no conceito de Capistrano, a civilização do couro, os ombros

afros pouco entraram em cena. Restringiram-se aos misteres da criadagem, gerando os "negros velhos" e as "babás", que não sofriam, em regra, o peso e os castigos do eito, como nas zonas dos engenhos de açúcar e nas da mineração.

No Ceará os canaviais mal alimentaram, ou alimentam, modestos engenhos bangüês de fabricação de rapadura, e as catas auríferas mal saíram dos fracassados ensaios da Itarema, de

São José dos Cariris e das faldas da Serra Grande.

Daí por que a percentagem do sangue africano é pequena dentro das veias do cearense. E também porque, humilde e pouco, o negro não pôde subir na escalada social, ficou em baixo, sem ânimo de interferir na mesclagem da etnia cearense.

subsection for a community of the product of the community of the communit

etee observation of the contract of the contract of the base state of the contract of the cont

Marke privation to sect construit

Penetração do Território: Povoamento. A Consolidação do Domínio Português. Catequese Católica. Sertanistas. As Fazendas de Criar. As Famílias. Barros Braga e Pascoal Vieira.

Vencidos no Recife com a assinatura dos vinte e sete artigos da "capitulação do Taborda" (26 de janeiro de 1654), assim chamada porque feita nos terrenos de morada do pescador Manuel Taborda, tiveram os holandeses de retirar-se também do Ceará.

No ajuste firmado entre vencedores e vencidos ficou acertado que aqueles, por seu Mestre-de-Campo General, mandariam ao Ceará "uma nau suficiente para se embarcar nela toda a gente, assim moradores, como soldados vassalos dos senhores Estados Gerais, com os referidos bens" (cláusula 13.ª das condições relativas às milícias).

Com a nomeação de Capitão-mor do Ceará, veio encarregado de receber o *Schoonenborch* Álvaro de Azevedo Barreto, tendo sob seu comando seis capitães e "no máximo uns cento e cinquenta soldados, tanto brancos, como brasilianos (índios), mulatos, mamelucos e negros".

No dia 20 de maio deu-se a entrega do forte à guarnição portuguesa, embarcando Matias Beck em 1 de junho, com os seus homens, em uma caravela e dois barcos. Destinaram-se à ilha da Martinica: "parti para lá por assim dizer despojado de tudo o que eu possuíra" — lamenta o comandante holandês.

Azevedo Barreto construiu dentro do forte recebido a ermida de N. Senhora da Assunção, assim denominada, daí por diante, a fortificação de Beck. A sua nomeação teve a data de 4 de maio, confirmada pela Resolução real de 23 de novembro.

Viria a ser o primeiro da série de dirigentes, de designação trianual, que até o fim do século administraram a Capitania, nome este que significava não mais do que a fortaleza e seus arredores, pois não passava daí o conhecimento ou exploração do território.

Nem Soares Moreno nem Beck se haviam aventurado a incursões mais profundas pela hinterlândia habitada de selvagens.

Sucedeu a Álvaro de Azevedo, que se retirou antes de findo o seu período, o capitão-mor Domingos de Sá Barbosa, nomeado por Patente régia de 13 de setembro de 1655, e a este Antônio Fernandes Monxica (1659), ao depois substituído por Diogo Coelho de Albuquerque (1660-1663).

Diogo Coelho entregou pessoalmente o cargo a João de Melo de Gusmão que, nomeado desde novembro de 1660, somente pôde empossar-se em 14 de dezembro de 1663. Foi o primeiro governante a trazer a família — a mulher e três filhinhas — e, tendo falecido, a viúva, Teresa de Gusmão, transportou-se com as filhas, por terra, para o Maranhão, numa viagem de verdadeiro desbravamento.

Em 4 de junho de 1666 foi nomeado capitão-mor João Tavares de Almeida, em cuja administração se reconstruiu a fortaleza do Ceará. Teve como sucessor Jorge Correia da Silva, nomeado a 5 de agosto de 1670. Fez intensa guerra aos índios Paíacus, a pedido dos jaguaribaras e outras tribos já avassaladas.

A substituição de Jorge Correia cabe ao acima citado Tavares de Almeida que, assim, pela segunda vez, dirige a Capitania. Fora nomeado pela Carta Patente de 2 de outubro de 1673 e veio a falecer em 1677, deixando aqui a viúva, Joana de Mendonça e duas filhas.

Substituído interinamente por Manuel Pereira da Silva, comandante dos soldados do presídio, designou o Governador de Pernambuco para suceder-lhe a Bento Correia de Figueiredo (1674). Deu este positivo desenvolvimento material à fortaleza e sua guarnição e muito gastou de sua fazenda em benefício dos necessitados.

O Capitão-mor seguinte foi Sebastião de Sá, pernambucano de Olinda e um dos heróis dos Guararapes (nomeação de 7 de maio, 1678). Reedificou o forte e a ermida e concedeu várias sesmarias, início da maior fixação de brancos no Ceará. A sua gestão findou em 11 de setembro de 1682, substituindo-o Bento de Macedo de Faria, que recebeu nomeação em 14 de junho do ano anterior. Faria tornou-se negocista no governo, contrabandeando com navios holandeses, o que lhe valeu graves denúncias. Vem substituí-lo, de novo dirigindo a Capitania,

Sebastião de Sá, nomeado pela Carta Patente de 13 de outubro de 1684, e a quem sucedeu Tomás Cabral de Olival, em 1688 (Carta Patente de nomeação de 4 de novembro de 1687).

Depois de Olival vêm: Pedro Lelou (1693), afastado do cargo no primeiro ano, "por suas violências e extorsões", substituído até voltar, por Fernão Carrilho; João de Freitas da Cunha (1696); novamente Fernão Carrilho (7 de julho de 1699) e, finalmente, Francisco Gil Ribeiro (1699).

Enquanto dessa forma e tão lentamente se desenrolavam os negócios oficiais na Capitania, sem poder realizar qualquer infiltração mais segura numa irradiação que partisse da sede do governo, pelo norte vindo do Maranhão e pelo leste-sul vindo de Pernambuco e da Bahia, dois movimentos civilizadores operavam-se, à custa de enormes sacrifícios e coragens.

O primeiro, de caráter religioso, procurava chamar para o seio da cristandade os grupos nativos habitantes da Ibiapaba (ver Capítulo 32), ao passo que o outro visava à ocupação mes-

ma do território.

O expansionismo povoador, cujos centros eram Pernambuco e Bahia, derramava-se por todo o Nordeste, procurando novos campos para os gados, e não tardou a alcançar o território cearense, uns rio Jaguaribe e seus afluentes acima e outros chegando à margem direita, saídos das regiões do São Francisco, até se misturarem formando uma só gente — a dos fazendeiros, localizados em terras que lhes iam sendo dadas em sesmarias.

A fixação desses colonos ou novos bandeirantes era, como se pode avaliar, muito árdua, a enfrentar não só a hostilidade do meio físico, aqui e ali agravado pelo fenômeno das longas estiagens ou secas, como especialmente a reação dos silvícolas, sempre infensos à usurpação dos seus campos nativos. Foi preciso que se preparassem sucessivas expedições contra eles, e nessas algaras temíveis muitos caudilhos se tornaram famosos.

O meio de legalizar a posse da terra ocupada era a aquisi-

ção de cartas de sesmarias, fornecidas pelo Governo.

Essas sesmarias ou datas a princípio eram timidamente solicitadas por moradores do Forte, para terras localizadas nas embocaduras dos rios Pacoti, Choró e Piranji, mas depois em 1680 se amiudaram os pedidos, todos desejando localizar-se nas áreas marginais aos outros rios, primeiramente o Jaguaribe e, com o decorrer do tempo, o Acaraú, o Aracatiaçu, o Camucim ou Coreaú.

Cada sesmaria, de regra, gerava uma fazenda, onde se formavam a pouco e pouco famílias organizadas, fundamentos

iniciais da genealogia cearense, e dominadas por chefes de espírito rude e demasiado severo, mas na mor parte honestos e austeros, futuros ricos proprietários e chefes políticos que, não raro, se entrechocavam nos seus interesses, particularmente os que se referiam às extremas de suas terras e à concessão de novas sesmarias, dando causa a lutas fraticidas e destruidoras.

"Dominando hordas selvagens que tinham reduzido à obediência com as armas na mão, longe da autoridade cuja ação, enfraquecida pela distância, mal se fazia sentir, tais homens — escreve João Brígido — viviam em perfeita licença e dominavam os outros colonos do modo o mais completo. Nos pontos mais longínquos, sobretudo, uma só vontade dominava — era a do mais rico e mais afamilhado; a lei e o dever eram coisas inteiramente ignoradas."

Esse singular bandeirismo à procura do verde das pastagens e não do das esmeraldas, caçadores destemidos de novos horizontes para a ampliação do conhecimento do País, con-

correu decisivamente para a conquista do Ceará.

Segundo a clássica afirmação de Capistrano de Abreu, as correntes colonizadoras caminhavam: uma — a baiana — pelo chamado sertão de dentro, ou seja, mais pelo interior, e a outra — a pernambucana — pisava o sertão de fora, compreendendo-se este da serra Borborema até o Ceará, onde se defrontaram ambas.

Pompeu Sobrinho destaca, muito precisamente, os modos como uma e outra se operaram, escrevendo que o ciclo do povoamento vindo da região do São Francisco se caracterizou pelas organizações bandeirantes, chefiadas por paulistas que procuravam antes afugentar das fazendas ou extinguir o índio. geralmente incômodo, do que reduzi-lo a escravo, para aproveitar-lhe os serviços, ao passo que o ciclo pernambucano teve como traço nítido o levantamento de casas fortes, a jeito de pequenos fortins provisórios, verdadeiras sentinelas que garantiam e consolidavam a fixação do colono, à retaguarda. Neste, como naquele ciclo, havia também, por certo, o relativo escorraçamento do gentio, mas a repressão não tinha o caráter geral aniquilador daquele, limitando-se, ao contrário, a zonas mais reduzidas, o que não resolvia satisfatoriamente a situação, sendo necessário fazer, como se fizeram, verdadeiras guerras de extermínio. oficialmente decretadas.

Ficaram tristemente registadas na história do povoamento cearense, afora outras de menor vulto, as expedições ordenadas em 3 de dezembro de 1666 pelo Capitão-mor do Ceará, João de Melo de Gusmão; em 26 de maio de 1691 por Tomás

Cabral de Olival; em 1708, contra as tribos dos Icós, Cariris, Cariús, Carateús e outras confederadas; em 1713, para combate aos Paiacus, que haviam invadido o Aquirás, e aos Arariús, revoltados contra os moradores da ribeira do Acaraú; em 1721, contra os Jenipapos, em Russas; em 1727, dirigida pelo coronel João de Barros Braga que, subindo o Jaguaribe, foi empurrando os indígenas até o Piauí.

Este Barros Braga era pernambucano e desempenhou decisivo papel nos acometimentos contra a indiada, no Ceará. Era Capitão de Cavalaria de Ordenanca da Ribeira do Jaguaribe, tendo substituído, no posto, a Gregório de Brito Freire. Muito se ligou à vida do Ceará nas primeiras épocas da sua evolução e mais tarde governou o Rio Grande do Norte (1731-1734). Apesar de João Brígido considerá-lo tremendo caudilho. "cuja tristíssima memória não se liga hoje a nenhuma família conhecida", foi Barros eficaz auxiliar do desbravamento dos nossos sertões e muito concorreu para a obra categuista dos jesuítas, inclusive a doação que lhes fez dos terrenos necessários à ereção do convento ou hospício de Aquirás. "Ajudou poderosamente a reedificação da fortaleza de N. S. da Assunção e foi guem levantou o arraial da Ribeira do Jaguaribe, construindo estacada, parapeito, quartéis e igreja, tudo à sua custa", conforme nos diz o Barão de Studart.

Foi seu lugar-tenente, nesse afanoso mister das lutas contra o desconhecido e o perigoso, o coronel Pascoal Correia Vieira, português que se casou com Ponciana de Sousa Barbalho, da família Montes e Silva, de grande influência àqueles idos e célebre, na crônica cearense, pela disputa sangrenta em que se empenhou com os Feitosas, no primeiro quartel do século 18. De Pascoal Vieira descendem, entre outras, as famílias Correia Vieira, de Quixeramobim, os Vieiras, de Mombaça, os Castelos Brancos, de Quixeramobim e Baturité.

Enquanto assim se passava no Jaguaribe acima, até os seus afluentes — Banabuiú, Quixeramobim, Sitiá, Salgado (até o Cariri), Bastiões etc., o mesmo se dava no Acaraú, Coreaú, Aracatiaçu e demais rios, em cujas margens se foram plantando os *currais* e estabelecendo-se outras tantas famílias de grandes desdobramentos e importância.

De referência ao Cariri, escrevemos *Bandeirismo Baiano e Povoamento do Ceará*, contribuição ao I Congresso de História da Bahia (1949), tese em que se faz o resumo do modo como se operou o seu povoamento, desfeitas versões fantasiosas que envolviam os fatos (Consulte-se *Revista do Instituto do Ceará*, v. 62, p. 5).

Uma dessas versões dava como influente no movimento povoador da fértil e curiosa região a chamada "Casa da Torre" de Francisco d'Ávila, na Bahia, cujo alargamento desbravador foi enorme. Entretanto, a sua ação não se fez presente ali. Baianos, realmente concorreram para a ocupação caririense, mas através de famílias que do São Francisco se deslocavam e já em contato com outras pernambucanas entraram a habitar o interessante vale.

De qualquer modo, os colonizadores encheram o Ceará nos seus útimos recantos até metade do século 18. Talvez se possa afirmar que até 1725 já o haviam feito.

The control of the house set of the substantial set of set of the set of the

is carried and the companies are appropriately the first operations.

A Formação Social: As Sesmarias e a Formação da Propriedade Territorial. A Família. A Divisão de Classes e o Regime de Trabalho. Habitação, Vestuário e Alimentação.

A geografia ditou, fortemente, o esquema sócio-econômico cearense.

O vasto sertão que se seguia à orla litorânea imprópria à criação dos gados oferecia-se para estes favoravelmente: "o caráter salino do solo, a abundância de pastos suculentos, os campos mimosos e agrestes determinaram a multiplicação do gado vacum" (Capistrano). Sem tardança, criou-se nos sertões do Ceará, qual já o fora noutras paragens do Nordeste, a civilização específica do pastoreiro, a única adequada e, sem dúvida, possível.

Foi chamada a "época do couro".

De couro fabricavam-se todas as coisas, pois que era a matéria-prima mais à mão e duradoira. "De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e, mais tarde, a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar a roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagens, as bainhas de faca, as broacas e os surrões, a roupa de entrar no mato, os bangüês para cortumes ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois, que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz."

Também de couro era a mobília (cadeiras de encosto, tamboretes), as cadeiras baixas de estar à almofada de bilros, os baús-guarda-roupa, arabescados de pregaria dourada.

O couro era o boi. O avanço colonizador ganhava terreno fincando currais onde antes somente pisava o índio bravio. E

cada curral iria ser uma fazenda, que se garantia juridicamente com a obtenção da sesmaria ou data.

Multiplicaram-se as fazendas, pequenos mundos, maiores umas, menores outras, sem delimitação certa, motivo frequente de rixas entre confinantes, senão de lutas armadas de consequências as mais graves, interessando diretamente famílias, parentes, amigos e agregados.

Prosperavam essas herdades com o aumento dos rebanhos, a ponto de não ser impossível, muitas vezes, distinguir os gados de posseiros vizinhos, o que determinou o uso, aos poucos inveterado, de matarem as reses no campo, dando parte uns aos outros do que matavam, para se inteirarem reciprocamente. Em 1780 já eram 972 as fazendas de criar.

A "casa da fazenda" teve função semelhante à da "casa grande" dos engenhos nas zonas do açúcar. O "fazendeiro" valia o "senhor de engenho". A diferença era só no luxo, na maneira mesma de cada um ser e apresentar-se. Identificavam-se no princípio de sua autoridade sobre a organização do seu "feudo".

Dirigia e trabalhava o dono da fazenda e crescia o número de agregados ou moradores, em grande parte índios mansos que, por fim, constituindo prole, ali ficavam como pessoas de casa, para integrar aquele pequeno mundo, ao qual também se "encostavam" forasteiros, as mais das vezes fugitivos da justiça ou da ação vingativa de parentes de suas vítimas.

Mantida no regime de dura austeridade, que, não raro, descia à brutalidade, enchia-se a casa da fazenda com a família — a mulher, as filhas, os filhos, todos empenhados, de mãos calosas, nas labutas diárias.

Os mancebos, com os agregados, entregavam-se ao pastoreio, "faziam o campo", vestidos de roupa de couro — gibão, perneiras e guarda-peito, preparados de peles de bezerro ou de veado, bem curtidos e macios, — montados em cavalos adestrados e escolhidos.

Surgiu o tipo do vaqueiro, a mais legítima configuração do sertanejo — como já escrevemos. Se porventura não fosse "antes de tudo um forte", é antes de tudo uma insolência de destemor.

O vaqueiro é que, rompendo a mataria intrícada e espinhenta para a "pega" dos barbatões, construiu a civilização pastoril do Nordeste.

Entretanto, recuado das cidades do litoral, estas não o enxergam — também já escrevemos, — os visitantes não o vêem, não vêem a sua bravura, a sua coragem nas carreiras brutais de mato a eito. não o percebem, sequer, porque ele não se oferece à contemplação dos artistas que o desconhecem, não se mostra, como se mostram as jangadas, às vistas comuns, vaidosas das suas proezas de algumas milhas oceano adentro, correndo ao dorso das águas ondulantes.

"O seu mundo, o mundo do vaqueiro, é uma oficina de

trabalho em silêncio, que mal se pressente."

"Mas, lá, esta sendo caldeada a têmpera de uma gente construtiva, no afá de uma realização dadivosa. Gente que não pode continuar esquecida, ignorada, sem cantos de cigarras para atrair os olhos indiferentes dos que só sabem ver as delícias cômodas, macias de uma existência de superfície."

Toda a vida da fazenda desenvolvia-se em torno da sua própria finalidade: o gado. A lavoura nada mais servia que para atender, supletivamente, às necessidades de quantos nela se ocupavam: dos roçados, na época das chuvas, colhiam-se o feijão, o milho, as abóboras (jerimuns) e a mandioca, depois que o cultivo desta foi introduzido; no estio, o celeiro eram as vazantes dos rios, onde se plantavam melancias, melões, feijão ligeiro, batata doce, e não muito mais. Lavoura de subsistência, puramente.

A abundância da carne, da caça, do peixe e do mel silvestre (jandaíra, jati, cupira, enxu, capuxu, enxuí), não dava maiores canseiras, tanto mais que restritas eram as necessidades do conforto e as exigências da alimentação.

Só o gado empolgava a gente da fazenda, no seu zelo, na sua conservação, na junta das boiadas que se remetiam para as feiras, e na matança para o preparo de couros e solas destinados ao consumo próprio e à exportação. "Quem não era criador, era criado."

O grande escoadouro era a estrada das boiadas, depois chamada caminho dos Inhamuns, que drenava do Piauí e dos sertões mais centrais do Ceará as manadas de corte para os mercados da Bahia e Pernambuco.

Outras estradas apareceram ligando os grupos pastoris às embocaduras dos grandes rios, futuros portos exportadores da Capitania.

Fazendeiros havia proprietários de diversas fazendas, tornando-se dinheirosos, prestimosos, gênese da figura indefec-

tível do chefe político. "Bons, burros e bravos", qualificou-os João Brígido.

Já evolvera a fazenda para aquele estágio a que se reporta Capistrano: "casas sólidas, espaçosas, de alpendres hospitaleiros, currais de mourões por cima dos quais se podia passear, bolandeiras para o preparo de farinha, teares modestos para o fabrico de redes ou pano grosseiro, açudes, engenhocas para preparar a rapadura, capela e até capelães, cavalos de estimação, negros africanos, não como fator econômico, mas como elemento de magnificência e fausto." Tudo sintoma duma situação de maior fartura, inclinada para um luxo e requinte sui generis que, no século imediato, configurará a aristocracia matuta, forcejando, sem o conseguir, por nivelar-se, igualar-se à nobreza dos engenhos, vaidosa e refinada.

Organizou-se a família com as características patriarcais, de costumes simples e sérios, obediente ao chefe, temente a Deus, preservada genealogicamente, sem misturas raciais no seu isolamento endógeno.

O visitante era aceito na mais fina hospitalidade, porém a dona da fazenda e as filhas se resguardavam em relação a ele numa atitude de reserva que tocava à timidez.

Na mesa farta ele era o homenageado, servido do melhor e, conforme a sua qualidade social, dormia na melhor alcova ou no alpendre amplo.

Cioso da sua procedência, o fazendeiro relembrava aos seus a necessidade de não abastardar a linhagem, quer no sangue, quer na inteireza do caráter e do procedimento reto. "A sua palavra era um tiro."

A simplicidade da família sertaneja refletia-se no traje e nas maneiras, sem exageros de luxo, nem de ademanes.

Resultou dessa educação a diferença de classes — o senhor, o agregado, o operário campesino — sem que, no entanto, houvesse entre elas prevenções mais fundas.

Em regra suavam juntos, nas campeadas e no amanho da terra. Até mesmo o negro não deixou de completar esse quadro com a sua rarefeita presença.

O regime de trabalho não exigia, por sua própria natureza, o salário em dinheiro. O dono da fazenda os "sustentava" de comida, casa e roupa, em troca da contribuição pessoal do trabalhador, na maioria seu compadre ou afilhado.

Entre os trabalhadores o adjunto ou mutirão resolvia os labores mais pesados.

O vestuário, igualmente singelo e essencial, em que predominava o "algodãozinho" ou os "riscados". Nas mulheres, as

chitas para as suas saias e casacos.

João Brígido acentua muito bem: "O luxo ainda não tinha transposto o oceano, aguardava o dia do supérfluo. A estética do colono devia parecer-se com as circunstâncias da terra, e nem podia haver gosto apurado, faltando os confrontos." Todos os luxos eram para os dias de missa e festas religiosas nas capelas das fazendas ou nas igrejas da cidade, vila ou povoado.

A alimentação, intemperante, tinha por base a carne, condimentada, nadando em gordura, e o leite nas suas diversas transformações. Não eram apreciadas as frutas e as verduras. an significant continue of the significant of the s

edos i de didicio en la propiesa de la propiesa del la propiesa de la propiesa del la propiesa de la propiesa d

printi our es de la participa dela participa de la participa del participa del la participa de

e



O Pastoreio. As Charqueadas. Seca de 1790-1792.

A história do boi, no Nordeste, é uma história viva. No Ceará o boi continua sendo uma das suas colunas econômicas. O Ceará ainda é o sertão; melhorado, mais civilizado, mais politizado, porém sertão.

Nos séculos 18 e 19, foi a sua grande preocupação a indústria pastoril. A grande mercadoria eram os rebanhos. Os grandes mercados, as feiras pernambucanas de Goiana, Igaraçu e as da Bahia. O grande intermediário, o boiadeiro, o tangerino.

Mercadoria de condições excepcionais: ela mesma era o valor, ela mesma se transportava a si, ela mesma era o frete, para transformar-se em objetos, instrumentos, panos e escravos, trazidos daquelas praças consumidoras.

Sucessivas e abundantes remessas se faziam, às vezes crivadas de percalços, trabalhosas e demoradas, em viagens de não mais de quatro ou cinco léguas por dia, "conforme a comodidade dos pastos aonde hão de parar".

As travessias dos rios, sempre perigosas: "um dos tangerinos guia a boiada, pondo uma armação de boi na cabeça e, nadando, mostra às reses o vau por onde hão de passar."

Quando não havia os "estouros", loucos, tremendos, dos bois espantados, tão bem descritos no estilo de Rui: "Vai o gado sua estrada mansamente, rota segura e limpa..."

Com o tempo, convenceram-se os fazendeiros cearenses de que lhes levavam vantagem os do Rio Grande do Norte e Paraíba, mais pertos do consumo do Recife, Olinda e Salvador.

As dificuldades e prejuízos nascidos das compridas jornadas e o ônus decorrente do subsídio de sangue, minguando o lucro das boiadas, forçaram-nos a preferir a venda da sua matéria-prima já industrialmente preparada, reduzida a carne a mantas conservadas pelo sol e capazes de resistir, sem de-

terioração, a longas viagens.

Cedo o produto obteve a aceitação dos comandantes de barcos que faziam a pequena cabotagem nos portos da Capitania, e foram eles que o levaram às outras praças das Capitanias próximas.

Depois, a experiência veio demonstrar a vantagem de erguer nos portos de embarque as salgadeiras, transportando-se para aí as reses a carnear.

E tamanho foi o êxito dessas fábricas, também designadas com o nome de charqueadas ou oficinas, que pelo resto do século constituiu o principal e quase exclusivo comércio da Capitania — a exportação da chamada "carne do Ceará".

Na evolução econômica cearense bem se poderá afirmar que o tempo de duração dessa indústria formou um ciclo próprio, de alta relevância, o ciclo das oficinas, que passou ao Rio

Grande do Norte e ao Piauí.

Oficinas sucederam-se nas embocaduras do Jaguaribe, do Acaraú, do Coreaú e, fora do Ceará, nas do Açu, Mossoró e ao

longo do Parnaíba.

Preparava-se a carne de duas formas — de tassalho e de posta, e depois de seca se recolhia em tabuleiros ao armazém, donde saía para ser depositada em pilha nos porões dos navios e, quando estes cheios, acomodando-se o restante da carga em garajaus.

O carregamento duma sumaca correspondia, aproximadamente, à produção de duas mil reses, ou seja, no mínimo, 80 000 quilos de carne seca, imputado a cada uma o peso médio de 200 quilos (o que não é exagerado para o gado da época) e o

rendimento de 20%, o que nos parece pouco.

A carne de tassalho provinha das mantas, em número de duas, formadas pelas massas musculares que cobrem o pescoco, as costelas e os flancos, ao passo que a outra provinha dos quartos, que davam seis postas, duas para cada traseiro e

uma para cada dianteiro.

Não se sabe ao certo quando principiaram a funcionar as charqueadas do Ceará, mas é fora de dúvida que datam de época anterior a 1740 e surgiram primeiramente no arraial de São José do Porto dos Barcos, depois elevado à categoria de vila com o nome de Santa Cruz do Aracati, hoje cidade do Aracati.

A vila de Santa Cruz do Aracati veio a tornar-se o mais movimentado e rico empório de transações da Capitania, muito especialmente passada a época anual das chuvas, quando se facilitavam as viagens das boiadas e cavalhadas e dos carros de boi transportando do interior couros, vaquetas, solas e pouco algodão, e voltando para as fazendas carregados de sal e outras mercadorias.

A indúsria saladeril que se desenvolvera lateralmente no Acaraú, no Camucim e em Granja, alargou-se ao Parnaíba, no Piauí, e ao Açu e Mossoró, no Rio Grande, concorrendo extraordinariamente, de par com um constante aumento da exportação dos couros e solas, para a valorização do gado.

No Mossoró e no Açu as oficinas, se bem que menores, provocaram séria crise no abastecimento da carne verde às populações do Recife e da faixa dos canaviais, suprida pelos gados dos sertões norte-rio-grandenses, e onde não mais apareciam, abatidos que eram naqueles pontos de salga.

Acabaram por impedir a exportação das carnes por esses portos do Açu e Mossoró, sem, contudo, estender-se a proibição ao do Aracati.

Como era de prever, o fechamento dos portos rio-grandenses favoreceu enormemente as charqueadas do Ceará, já refeitos os rebanhos da seca de 1777, de tão clamorosas resultantes para as riquezas nordestinas, ainda sobretudo porque foi nesse ano que do Aracati se retirou para o Rio Grande do Sul o cearense José Pinto Martins, o qual, fundando às margens do arroio Pelotas, em 1780, nas terras concedidas pelo governador José Marcelino Figueiredo a Manuel Carvalho de Sousa, um salgadeiro ou fábrica, transportou para o extremo meridional do País os conhecimentos e a prática da indústria. Escreveu dessa forma a sentença de morte do frutuoso comércio que, por tantos anos, fizera o sustentáculo econômico duma grande porção do Nordeste.

Efetivamente, em derredor e ao exemplo da pequena oficina do aracatiense ousado, estabeleceram-se outras, dando origem não só à hoje cidade de Pelotas, como ao charque gaúcho, de que se abastece todo o Brasil. Pinto Martins, naquela cidade sulina, é considerado o seu fundador.

Aracati, entretanto, não fora o único a beneficiar-se com a suspensão das oficinas de Mossoró e do Açu, e sim também os demais centros distribuidores do Acaraú, do Camucim e da Granja.

Pelo Acaraú transitavam os artigos e mercadorias que saíam ou demandavam os sertões do norte da Capitania.

As primeiras fábricas, aí, foram levantadas no modesto porto dos Barcos, afastado cerca de cinco quilômetros da barra do rio, onde, no lugar denominado "Outra Banda", se instalaram outras, fundamento do povoado que se adensou com o nome de Oficina, hoje cidade do Acaraú.

Enriquecia-se, pois, o Ceará com o negócio das carnes preparadas, mas eis que nova calamidade o assalta, a seca de 1790-1792, espantosa nos seus efeitos gerais e aniquiladora da rendosa indústria.

As crônicas nordestinas estão prenhes de alusões a esta seca, chamada vulgarmente seca grande ou a comprida que, matando os rebanhos quase inteiramente, liquidou em definitivo o comércio das carnes, cujos mercados compradores passaram a ser abastecidos, algum tempo ainda, pelas fábricas do Parnaíba, e depois o até hoje pelo charque do Rio Grande do Sul.

O vereador Esteves de Almeida, do Aracati, em interessante relato, escrito a 30 de dezembro de 1795, conta-nos que "no ano de 1790 principiou, além de outras mais moderadas, uma seca tão terrível e rigorosa que durou o espaço de 4 anos, porém no de 1791 e 1792 mais excessiva, de tal sorte que derrubou, destruiu e matou quase todos os gados dos sertões dessa comarca e por isso veio a perder aquele ramo de comércio das fábricas de carnes secas desde o ano de 1793, porque no ano de 1794 já não houve gados que se matar e pereceriam todos se da Capitania do Piauí não socorressem aos sertões desta comarca, com seus gados, cujo domínio se espera ser reparado e razão de ir de agora havendo gados com que se poderá continuar a referida fábrica das carnes secas".

Lamentavelmente, não se positivaram de todo as esperanças do vereador: com o correr dos anos a pecuária cearense se recompôs, mas as exportações das carnes conservadas duma vez por todas se extinguiram.

Do Piauí chegaram os gados para a reposição, porém ficara presa à perenidade do Parnaíba, último ponto de resistência, a exploração dos salgadeiros do Nordeste. As suas margens, no sítio conhecido como Porto dos Barcos ou Feitoria, desde antes de 1767, haviam sido localizadas oficinas, as quais cedo alcançaram tal importância, freqüentadas por crescido número de navios, que para ali foi transferida a vila de São João da Parnaíba.

CAPÍTULO 13

A Mineração. Outras Atividades Econômicas.

Desde a tentativa holandesa da Itarema, nunca mais se encorajara a exploração de minérios na Capitania, limitado o interesse, neste tocante, a ligeiras pesquisas e remessas de

amostras para exame no Recife e no Reino.

Em 1739, Antônio Gonçalves de Araújo, que adquirira a 17 de junho do ano anterior a sesmaria e jurisdição concedidas pela Provisão régia de 8 de janeiro de 1730 a Manuel Francisco dos Santos Soledade, conseguiu autorização para prosseguir no descobrimento de minas de prata, que dizia existirem nas Serras dos Cocos e Ibiapaba (Ubajara), para isso recebendo, logo depois, as condições e privilégios constantes da Provisão de 3 de dezembro de 1740.

Munido da permissão que lhe dera a Carta régia de 11 de outubro de 1742, mandou vir da Europa cinco mestres e oficiais de fundir e separar metais, iniciando os ensaios em 1744 sob a direção de João Cristóvão Sporgel, no sítio Frecheiras. Prestou o respectivo juramento a 22 de abril, perante o ouvidor Manuel José de Faria, que por sinal virou fervoroso antagonista da empresa e das arbitrariedades do superintendente, o mesmo Gonçalves de Araújo, a seu ver simples régulo e impostor.

Aventureiro ou visionário, as informações deste ficariam em choque com a verdade, porquanto os peritos nada encontraram que satisfizesse. Os exames encomendados pelo governo de Lisboa aos técnicos Guilherme Good e Matias Aires Ramos da Silva, este Provedor da Casa da Moeda, revelaram a nenhuma presença de prata e sim a doutros metais sem importâncias e em quantidades ínfimas. O primeiro parecer é datado de 22 de fevereiro, e o segundo, de 20 de abril, ambos de 1745.

O desastre de Ubajara em breve teria símile noutro mais fragoroso — o das minas de S. José dos Cariris.

Estava em vigor a Ordem Régia de D. João 5.º ao Conde de Sabugosa, de 27 de março de 1730, condenando o estabelecimento de minas a não ser nas Gerais, mas, como explica o Barão de Studart, que neste capítulo resumimos, atenuava-se o rigor da lei com a concessão de licenças não muito difíceis. Ao Governador de Pernambuco, Luís José Correia de Sá, primeiramente por intermédio de José Honório Valadares Aboim e, três dias depois, por um positivo enviado de Domingos Álvares de Matos, Coronel da Ribeira dos Cariris Novos, chegaram notícias de descobrimento de ouro nesta região, acompanhadas de amostras, e sem tardança confirmadas pelo capitão Bento da Silva e Oliveira.

Remetendo notícias e amostras a Portugal, nem esperou o Governador a licença do Rei e mandou imediatamente ao Cariri uma expedição, chefiada por Jerônimo Mendes de Paz, que, recebendo a ajuda de custo de duzentos mil réis, embarcou em 17 de maio (1752) com trinta soldados infantes, via Aracati, em companhia do mesmo Valadares Aboim.

Ao chegar, já encontrou Jerônimo de Paz, ali, o Governador do Ceará, Luís Quaresma Dourado, e o Ouvidor Alexandre de Proença Lemos, idos a investigar de perto a veracidade das informações também chegadas a Fortaleza e Aquirás.

Não viram ambos com bons olhos a interferência direta do governo pernambucano e daí certa resistência de sua parte a Mendes de Paz, velada a princípio e depois ostensiva, levandos a expor ao Rei a desvantagem das explorações, o que, aliás, o futuro confirmaria. A oposição de Quaresma Dourado extremou-se a ponto de, intencionalmente, protelar o pagamento dos soldados e dos índios das minas, omissão que provocou incessantes reclamações de Correia de Sá a Lisboa, e de desenvolver forte campanha de descrédito contra os trabalhos, afastando, por esses processos, os pretendentes à mineração.

Porém Jerônimo Mendes, sempre ajudado por Domingos de Matos, que lhe proporcionava todas as facilidades, foi realizando-os sem levar em conta a ação de Quaresma: organizou a repartição da intendência, utilizando-se dos auxiliares que trouxera e doutros que encontrou no local, ficando ele como Intendente. Construiu casas e aquartelamentos cobertos de telhas fabricadas pelos próprios soldados e dispôs, enfim, as coisas de modo a policiar a região, para prevenir a evasão dos quintos e os roubos e crimes, que aglomerada vivia ali gente de todo o jaez.

Substituído, no Recife, Correia de Sá por Diogo Lôbo da Silva em 1754 e, no Ceará, Quaresma Dourado por Francisco Xavier de Miranda Henriques, viu-se Mendes de Paz, com esta última substituição, em grande desafogo, por livrar-se de tão pertinaz opositor, mas, por outro lado, encheu-se de apreensões, sentindo que lhe faltava o apoio sempre decidido do tenente-coronel de Pernambuco.

Em face dos nenhuns resultados obtidos, Lôbo da Silva julgou melhor formar uma companhia — a Companhia do Ouro das Minas de São José dos Cariris — com a duração de um ano e composta de vinte sócios, que se obrigaram a subscrever, para os fins sociais, certa quantia em dinheiro e a entrar com determinado número de escravos. A idéia provocou o espírito de limitação dos senhores de engenho, animando-os a constituir outra companhia, a que o Governador cortou o vôo, decretando que a nova empresa somente seria possível se os associados provassem possuir, completas em pessoal, as lotações dos seus engenhos.

Redigidas as cláusulas do contrato da Companhia do Ouro, datadas de 3 de agosto de 1756, coube o cargo de administrador ao sócio capitão Antônio Jacó Viçoso, que a 19 de novembro saiu do Recife com uma expedição, levando 73 escravos, dos

quais chegaram apenas sessenta e nove.

Jerônimo de Paz, resgatando o metal encontrado e multiplicando esforços no combate ao contrabando, pôde enviar, a 15 de dezembro, para o Recife, cinco libras de ouro comprado a diversos, fazendo novas remessas em 3 e 29 de abril seguinte. Mas Jacó Viçoso não suportou a aspereza da missão e tratou de abandonar a Companhia e o cargo, a que serviu durante pouco mais de um ano, sendo substituído por José Pinto. E não mostrando o negócio nenhuma renda, vieram todos a compreender a inutilidade da mineração.

Dissolveu-se, em conseqüência, a Companhia e, com o seu fracasso, deliberou a Corte mandar sustar quaisquer serviços de catas, não só as de S. José, como em toda a Capitania (Re-

solução de 12 de setembro de 1758).

A Fazenda Real despendeu, pelas Proveodrias do Ceará e do Recife, 25:166\$476, além dos gêneros que vieram de Lisboa, e, como compensação, arrecadou 36 marcos, 5 oitavas e 26 grãos de ouro que, reputados a 1\$500 a oitava, produziram 3:464\$250, quantia visivelmente mesquinha. A S. Majestade saía cada oitava ao preço de 10\$899!

A seu turno, os da Companhia, em 21 meses e nove dias de atividade, colheram 906 oitavas de ouro líquidas de quintos e quebras, valendo 1:382\$060, e gastaram 5:649\$478, "donde se

vê que não estimando o serviço de cada escravo por dia mais que a 60 rs., por lhe darem de comer, ficarão perdendo quatro contos 267 mil e 418 rs., não obstante os contínuos descobertos com que sucessivamente se estava persuadindo o seu melhoramento".

Outra vez pensou a Metrópole nas jazidas do Ceará, movida por uma remessa de pedras feita em outubro de 1784, pelo governador Montauri. Uma carta de 26 de outubro de 1789 pedia amostras a seu sucessor Féo e Tôrres, mas daí não passou.

Apesar disso, aquele imaginoso padre Teles de Meneses, autor do *Mapa Curioso de Novo Descoberto*, espalhava que havia "tanta prata na ladeira de Ubajara que os índios a derretiam como caieiras deitando lenha em cima". Delírio, apenas.

Para crescer e frutificar, a árvore raquítica da economia da Colônia não teria como raízes, no Ceará, os veeiros dadivosos e fascinadores, senão aqueles cascos duros dos semoventes armentários, autolevados para as feiras longínquas ao som plangente dos aboios, ou retalhados em viandas saborosas, alimento do homem e também do comércio, preparando a felicidade futura da Capitania.

Efetivamente, durante o século 18 nenhuma outra atividade surgiu para reforçar a "economia do boi". Só mais para o fim da centúria começariam os ensaios da exploração comercial do algodão, que estudaremos em capítulo posterior.

Os minguados produtos de artesanato não podem ser

ceren mais do am una cenda substituído por José Pinto, El não

sching ab actionil enco et arvario 800 maratico libebigita ot

computados para esse fim, senão modestamente.

CAPÍTULO 14

A Administração: A Capitania Subalterna, Sua Vinculação ao Estado do Maranhão e Posterior Subordinação ao Estado do Brasil. Capitães-mores Governadores dos Séculos 17 e 18.

A Milícia. As Primeiras Vilas.

A necessidade imperiosa de assegurar a ocupação portuguesa nas regiões maranhense e paraense levou a Metrópole a criar um governo que as dirigisse, distinto da administração da Bahia.

Decreto régio de 13 de junho de 1621 concretizou a medida, estabelecendo na Terra de Santa Cruz dois Estados: o do Maranhão e Grão-Pará, com sede em S. Luís, e o do Brasil.

Aquele ficou pertencendo o Ceará, onde começava em direção ao Extremo Norte. Esta incipiente e pobre Capitania já estava confiada a Martim Soares Moreno quando o Estado do Maranhão foi definitivamente instalado, em 3 de setembro de 1626.

Conhecedor, por ciência própria, dos quase intransponíveis obstáculos que se antepunham nas relações e comunicações entre o seu presídio e o novo governo, Martim não tardou a reclamar contra a subordinação decretada. Em requerimento que o Barão de Studart supõe de 1625, ele manifesta ao Rei a inconveniência da união, considerando "a costa inavegável por respeito de as águas e de os ventos correrem sempre em contrário por terra, havendo a mesma impossibilidade por respeito de haver infinitas nações de selvagens inimigos". "E se põem cinco e seis meses no caminho, o que não é da dita Capitania do Ceará para Pernambuco, porque se vai em quinze dias, assim por mar como por terra, onde há caminho aberto e com facilidade."

Em 1629, no mês de outubro, já quase terminado o tempo de sua provisão de Capitão-mor, insiste na modificação pedida,

mas sem resultado favorável. Somente em 1656 pôde operar-se a passagem do Ceará à jurisdição de Pernambuco, "conquanto não haja ato oficial determinando positivamente que assim se fizesse" (Barão de Studart).

De qualquer modo, não melhorou a situação da relegada Capitania do Ceará-Grande, vítima dos abusos e da tirania dos

que vinham administrá-la.

E foi deliberadamente "para se atalharem parte das insolências dos capitães-mores governadores e se administrar melhor a justiça" que El-rei expediu a Ordem de 13 de fevereiro de 1699, resolvendo que "se crie em vila o Ceará e tenha oficiais de Câmaras e juiz ordinário, na forma que mandei praticar com muitas terras do sertão da Bahia".

Eram tais capitães-mores, como já ficou dito, de nomeação por ordem régia, com exercício em três anos, e cabia-lhes a inspeção das tropas e das fortalezas, a proteção das autoridades civis, a manutenção da independência dos representan-

tes da Justiça e da Fazenda.

Nada obstante essa limitação de atribuições, em verdade o seu poder era voluntarioso, dir-se-ia despótico, de modo que a criação das Câmaras, com base no voto, deveria ser o corretivo oferecido por Sua Majestade aos instantes pedidos do povo, ou fossem os homens de mais cabedal da terra, muitos nem sabendo assinar o nome, porém já possuindo certa consciência das liberdades civis.

O mandonismo dos capitães-mores governadores crescia de ponto com o direito de fazerem a nomeação dos capitães-mores e demais oficiais das milícias ou ordenanças, cargos gratuitos, criados pela Ordem Régia de 20 de janeiro daquele ano. Eram os capitães-mores de milícias encarregados da economia e disciplina dos corpos de ordenanças, agindo sem apelação nos recrutamentos, e incumbia-lhes a prisão dos desertores, malfeitores e vadios, no que procediam discricionariamente. Do mesmo modo, intervinham nos negócios eclesiásticos e nas coisas da Justiça, certos de que não seriam molestados, pois que eles é que hospedavam os governadores e os ouvidores, desfrutando, por isso, da generosidade e conivência de uns e de outros.

Árbitro das questões e desavenças, podendo chamar as partes para conciliá-las e exercendo outras funções nascidas do abuso, é de ver qual seria o policiamento da Capitania ainda semideserta e a cujos centros só muito tarde e dificilmente chegariam os despachos das reclamações.

Compunham os corpos de ordenanças os cidadãos alistados entre 18 e 40 anos de idade, comandados por sargentos-mores, ajudantes, capitães de companhia, surgentos e cabos de esquadra, sem falar nos célebres "capitães do mato", encarregados de dar caça aos vadios e aos escravos foragidos.

Não é pequena a lista dos capitães-mores que no século 18, ou seja, a partir da instituição da vila do Ceará até a separação deste do Governo-Geral de Pernambuco, dirigiram a Capitania. Durante a primeira metade da mesma centúria: o citado Francisco Gil Ribeiro, Jorge de Barros Leite (29 de dezembro de 1700 — 11 de março de 1703), João da Mota (interinamente), Gabriel da Silva Lago, nomeação de 12 de agosto de 1704 e posse em 1705, Carlos Ferreira (interinamente), Francisco Duarte de Vasconcelos, Plácido de Azevedo Falcão (interinamente), Manuel da Fonseca Jaime, Salvador Álvares da Silva, Manuel Francês, João Batista Furtado, Leonel de Abreu Lima, Domingos Simões Jordão, Francisco Ximenes de Aragão, João Teive Barreto de Meneses, Francisco de Miranda Costa e Pedro de Morais Magalhães (interino).

Na outra metade, mais assentadas as coisas da administração, passaram pelo cargo: 1) Luís Quaresma Dourado, cuia Carta Patente de nomeação é de 21 de janeiro de 1751, empossado em 18 de agosto e falecido em Fortaleza; 2) Francisco Xavier de Miranda Henriques, carta de nomeação de 2 de dezembro de 1754 e posse em 22 de abril de 1755; 3) João Baltasar de Quevedo Homem de Magalhães, nomeado em 13 de setembro de 1757, empossado em 11 de janeiro de 1759 e também falecido em Fortaleza, no dia 24 de janeiro de 1765; 4) Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca, pernambucano, nomeado em 26 de março e empossado em 25 de abril de 1765, tendo permanecido no governo até 10 de outubro de 1781, quando, espontaneamente, o entregou ao governo interino composto do ouvidor Dias e Barros, do Comandante da Fortaleza, José Pereira da Costa, e do vereador mais velho, João de Andrade Faleiros. É o autor da afamada Nobiliarquia Pernambucana; 5) João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri, nomeado em 19 de maio de 1781 e somente empossado em 9 de maio de 1782. Muito se interessou este pela divulgação dos produtos cearenses na Metrópole, tendo-lhe enviado ricos mostuários deles, dizendo da utilidade de cada um. Igualmente muito se bateu pela separação do Ceará do Governo de Pernambuco. medida por ele reputada "necessária para o melhoramento da Capitania, fundada na experiência antiga e moderna". Como Borges da Fonseca, entregou o cargo a um governo interino. em agosto de 1789; 6) Luís da Mota Féo e Torres, nomeado em 12 de janeiro de 1790 e só empossado em 9 de novembro do mesmo ano. O seu governo durou até agosto de 1799, tendo

passado o cargo, tal como os seus antecessores, a um governo de interinidade constituído do ouvidor José Vitorino da Silveira, do sargento-mor José de Barros Rego e do vereador João Pedro Dantas Correia. Teve sua administração muito criticada, cheia de empecilhos, avultando, entre estes, a *grande seca* de 1790-92, além de sérias inundações e graves epidemias.

Todos eles, uns mais, outros menos, saíram dos limites de atribuições traçados nas ordens régias e, a bem dizer, contra a sua prepotência nada ou muito pouco conseguiram as Câmaras eleitas pelo voto popular. Eram estas Câmaras corporações escolhidas trienalmente e tocava-lhes regular as feiras e mercados, assim como o trânsito, gerir os bens da comuna e as suas receitas, construir, reparar e conservar estradas, pontes e calçadas, arborizar e limpar as ruas e praças, levantar edifícios, regulamentar as profissões do comércio e dos ofícios e, além doutras, ter livre a faculdade de representar contra as autoridades aos respectivos superiores e até ao Rei.

Interessadas em constantes conflitos com os Capitães-mores, tinham ainda contra si as Câmaras a mesquinhez dos seus réditos, nunca suficientes para melhores realizações, ainda as mais rudimentares.

Viviam da tributação sobre o talho das carnes e alguma coisa pouca mais. Essa tributação era arrecadada por meio de contratos, arrematados em hasta pública e, se o produto não bastava, como era comum, recorriam às fintas e derramas. As fintas eram lançadas sobre os moradores da vila e seu termo e destinavam-se à efetivação de determinado serviço público, a elas somente escapando os mendigos e pessoas com privilégio especial. As derramas consistiam em obrigar a Câmara aos donos de fazenda de gado de seu distrito, a mandar cortar carne no açougue às semanas ou aos meses alternadamente, na proporção dos gados de cada um, observado o preço oficial e sujeitos a imposto (200 rs. cada rês abatida).

O certo é que jamais puderam as Câmaras sair do regime de penúria e por essa razão as fintas se multiplicavam, não raro acarretando a extenuação dos contribuintes.

Em 1799, por exemplo, a de Fortaleza pediu excusas à Metrópole de não poder lançar uma finta para a vinda de um cirurgião e outros técnicos necessários, porque o povo não a suportaria mais. Muitas Câmaras, talvez a maioria, não tinham casa própria e funcionavam pobremente em casas alugadas. Haja vista a do Aquirás que, depois de 30 anos de instalada, ainda se reunia em prédio de aluguel, mísero e sem conforto.

A instalação da vila do Ceará ou de São José de Ribamar, mandada erigir pela citada Ordem régia de 13 de fevereiro de

1699, deu margem a seríssima questão.

Devia fazer-se com a escolha pelo povo ou repúblicos a primeira Câmara, constituída de dois juízes ordinários, três vereadores e um procurador e, com surpresa, em vez de ser preferido o povoado da Fortaleza, no Pajeú, procedeu-se à eleição no Iguape, alegando-se, para tanto, que assim se fizera, "por haver várias opiniões"; mas, como o Governador de Pernambuco determinasse fosse feita a fundação "no lugar em que atualmente assiste essa pequena povoação", passou a ser considerada esta a sede da vila — "junto à Fortaleza, debaixo das armas dela", dando-se, então, posse à Câmara eleita.

Acontece que, antes, já haviam sido enviadas ao Rei cartas em que se expunha a inconveniência do dito lugar, "máxime por causa do porto ser pouco capaz", ao passo que naquele do Iguape "existiam terras férteis, aráveis, abundância em água e pescarias, porto fácil para entrada e saída de embarcações".

Deliberou o Governador que se mudasse a vila "para a parte mais conveniente" e, agora, o lugar preferido é a barra do rio Ceará, onde existira o forte de São Sebastião, de Soares Moreno, porém em 26 de fevereiro de 1706 a vila voltou para a Fortaleza, a pedido do povo desta e a mando do Capitão-mor.

Mas a Câmara recém-eleita, achando que a Fortaleza "é lugar de ladeira abaixo, ladeira acima", com ruim porto, opina pela mudança da vila para o Aquirás, "boa planície, bom sítio,

boa água permanente e rio de peixe".

Novas reclamações e, afinal, vem a vila fixar-se aí (27 de junho de 1713), o que, todavia, não logrou muita felicidade porque, atacada a povoação pelos índios, com a morte de muitos moradores e grandes roubos, é novamente solicitada a volta da sede para a Fortaleza.

Não concordou o Rei com essa mudança e ordenou permanecesse a vila no Aquirás; mas, não cessando a contenda, mandou, por fim, se criasse outra vila na Fortaleza, a qual é inaugurada em 13 de abril de 1726, pelo capitão-mor Manuel Francês. Em favor da solução em benefício de Fortaleza tenazmente trabalhou o seu vigário, padre João de Matos Serra.

A criação e instalação das duas vilas assim tão próximas uma da outra tiveram o mérito de pacificar os espíritos, porém constituíram grande tropeço ao progresso da Capitania, cujo território, na sua máxima parte, ficava distante daquelas sedes, tornando difíceis as comunicações e providências.

Só em 1738 (4 de maio), pelo ouvidor Vitoriano Pinto da Costa Mendonça, foi instalada a terceira vila — a do Icó. De-

ve-se a sua fundação a membros da família Montes e Silva, ou, mais precisamente, a Francisco do Montes e Silva, edificador da capela de N. Senhora da Expectação, depois transformada na atual matriz, tendo sido criada a freguesia pela Provisão de 6 de abril de 1764. A de Aracati data de 10 de fevereiro de 1748. construída em terras doadas por Matias Ferreira da Costa e sua mulher, Paula Barbosa de Gracismã. De 14 de abril de 1864 é a inauguração da de Monte-Mor-o-Nôvo-d'América (hoje Baturité), pelo ouvidor Vitoriano Soares Barbosa, no lugar da antiga Missão de N. Senhora da Palma; sendo do mesmo ano, em data de 21 de junho, a do Crato, na antiga Missão do Miranda ambas em virtude da Carta de 6 e Portaria de 15 de agosto de 1762, de Luís Diogo Lobo da Silva, mandando criá-las. Em 5 de julho de 1773, recebe a categoria de vila a povoação da Caicara, obediente à Carta Régia de 22 de julho de 1766, pela qual passou a ter o nome de Vila Distinta e Real de Sobral. A de Granja, anteriormente Macavoqueira, vem de junho, segundo uns, ou de julho de 1776, segundo outros; e de 13 de junho de 1789, com a denominação de Vila Novã de Santo Antônio de Quixeramobim, é a elevação à mesma categoria do povoado de S. Antônio de Quixeramobim.

Em 1759 haviam-se tornado vilas as antigas aldeias de índios missionados da Ibiapaba, hoje Viçosa do Ceará (7 de julho), de Caucaia (15 de outubro), de Parangaba (25 de outubro). A de Messejana, até então denominada S. Sebastião de Paupina, em 1 de janeiro de 1760.

continue statem a more pelos indicas com a morte de muitos

a missa a instalación des dues viles escim tão próximas

St on 1141 (4 ds main) held disvices Valuring P

Administração Judiciária. Ouvidores. Administração Fazendária. Provedores. Os Tributos.

Como ficou visto no capítulo anterior, estava, em última análise, nas mãos absolutas dos Capitães-mores governadores a ministração da Justiça e da Fazenda, porque era em realidade frouxa e longínqua a ação dos seus verdadeiros representantes. As causas e os negócios judiciários eram da alçada dos Ouvidores de Pernambuco e da Paraíba, os quais só de raro em raro visitavam o Ceará ou a ele mandavam algum preposto, origem de constantes e justas queixas, por um lado, dos moradores cearenses espoliados e, por outro, dos jurisdicionados pernambucanos e paraibanos prejudicados com as ausências dos Ouvidores.

Essas reclamações, de tão insistentes, moveram o Conselho Ultramarino que, em consultas de 4 de setembro e 16 de outubro de 1720 e 5 de setembro de 1721, representou ao Rei da necessidade de ser criada, aqui, uma Ouvidoria própria. Resultou disso a Provisão régia datada de 7 de janeiro de 1723, que mandou instalar a Ouvidoria do Ceará, unida a ela o lugar de Provedor da Fazenda Real, que, desta forma, se separava da do Rio Grande do Norte, a que estava anexo.

O primeiro Ouvidor escolhido foi José Mendes Machado, cuja nomeação data de 3 de abril do aludido ano de 1723. (As nomeações eram por três anos e feitas pelo Rei.) Reconhecia-se-lhe a ajuda de custo de quatrocentos mil réis e mais cem mil réis de aposentadoria, aluguel ou despesas da residência e o ordenado anual de trazentos mil réis. José Mendes tomou posse do cargo em setembro seguinte e, de logo, mostrou não possuir as qualidades indispensáveis ao seu desempenho. De-

pois de estar em visita de correição inquietante à ribeira do Acaraú, passou à do Jaguaribe e ao Cariri. Acompanhavam-no — como aos demais — "os seus escrivães, o meirinho-mor, os alcaides e oficiais de Justiça, em numeroso séquito de cargas às costas de animais".

Nas comitivas dos ouvidores e nas cavalgatas que lhes saíam ao encontro, havia ostentação e luxo próprios do tempo - transmite-nos Brígido. "Os cavalos com suas selas ginetes traziam cabeçadas semeadas de bonitos de prata, rabichos com a mesma ornamentação e estribos deste metal, às vezes com altura de um palmo. Os ricos montavam assim, os pobres como Deus era servido e todos iam render o seu preito ao grande senhor; depois, os presentes eram em fartura, as bajulações sem par e o respeito qual o medo e a ignorância costumam engendrar. A estada de um Ouvidor em localidade que houvesse padre era uma quadra de festas de igreja com repigues de sino e tiros de roqueira. Nestas e noutras solenidades aparecia a elite dos sertões - os grandes metidos em suas casacas de pano fino, cuja gola subia além da nuca, dura como um lenho, obtidas de Lisboa, Bahia e Pernambuco, acompanhados da família em solenes atitudes "

Teria sido com recepção dessa ordem que os Feitosas, localizados nos Inhamuns, receberam o ouvidor Mendes Machado e obtiveram o seu apoio nas rixas mantidas, havia tempos, contra os Montes e Silva, localizados no Icó. Abusiva, portanto, seria a sua atuação, que o espírito de parcialidade não deixava tornar-se eqüânime. A história mostra-o aos pósteros como magistrado venal, alcunhado de *Tubarão*, ávido de dinheiro e desobediente aos ditames da serenidade e da isenção, a despeito das solicitações advertentes que Ihe fazia o capitãomor Manuel Francês, então governador, e dos protestos do Senado da Câmara do Aquirás, sede da Ouvidoria. Até que foi obrigado a fugir para a Bahia, tangido pela revolta popular, tendo ficado nas funções do cargo o vereador mais velho, Valentim Calado Rego.

A segunda nomeação de Ouvidor recaiu em Antônio de Loureiro Medeiros e é datada de 21 de novembro de 1728. Tomou posse no dia 5 de junho do ano seguinte. Diz-se que era briguento e de altivez demasiada. Teria embaraçado a instalação do hospício dos jesuítas no Aquirás, e neste intento aliara-se aos criadores de gado, que não queriam submeter-se à taxa lançada em favor da manutenção do mesmo convento.

Acabou rebelando-se contra a posse daquele que lhe fora nomeado sucessor — Pedro Cardoso de Novais Pereira (nomeação de 1 de junho de 1730), aqui chegado prematuramente. nascendo do desentendimento de ambos séria perturbação da ordem geral. Graças à energia do capitão-mor Leonel de Abreu Lima, não se verificaram mais graves acontecimentos, pois que Loureiro organizara e municiara um grupo de apaniguados e criminosos com o fim de oferecer toda a resistência às ordens legais. Terminou retirando-se para o Acaraú (13 de junho de 1732), levando consigo muitos partidários, os livros da Câmara e os cartórios de escrivães, lá praticando atos de torpes violências e perseguições. Ousadamente, veio com sua gente para Fortaleza, fortificou-se numa casa que tomara, mas, cercado pela tropa do governo, rendeu-se ao final, tendo sido preso e depois remetido para Pernambuco e de lá para Lisboa.

O quarto Ouvidor foi Vitorino Pinto da Costa Mendonça, designado pela Provisão régia de 31 de março de 1735. Durante a sua gestão, que se estendeu até 1739, deu-se a instalação da vila do Icó (4 de maio de 1738).

Sucedeu-lhe Tomás da Silva Pereira, que acabava de ocupar a Ouvidoria da Paraíba, e foi substituído por Manuel José de Faria, que veio em virtude da Provisão de 11 de outubro de 1742. Instalou em 10 de fevereiro de 1748 a vila do Aracati (Santa Cruz do Aracati), cuja criação propusera, em 1744.

Alexandre de Proença Lemos foi o seu continuador, nomeado por Ato de 17 de maio de 1747 e empossado no dia 18 de janeiro de 1749. Desenvolveu grandes atividades contra as investigações das minas de S. José dos Cariris e chegou a ser, por último, seu superintendente.

Pela Provisão de 13 de outubro de 1755 teve nomeação para oitavo Ouvidor Vitorino Soares Barbosa, cuja posse se deu em 27 de junho de 1756. Inaugurou a vila de Monte-Mor-o-Novo-da-América (hoje Baturité) e a do Crato, antiga Missão do Miranda ou Aldeia do Brejo. Acusado de conivência em contratos lesivos à Fazenda Real e de haver envenenado o Capitão-mor governador Homem de Magalhães, viu, entretanto, a sua inocência cabalmente comprovada.

Fez as sindicâncias de sua gestão ou, como se dizia ao tempo, tirou-lhe residência, o seu sucessor João da Costa Carneiro e Sá, cuja designação é de 6 de abril de 1769. Empossado a 1 de janeiro seguinte. Instalou em 5 de julho de 1773 a vila de Sobral e, em junho de 1776, a vila de Granja, antigamente povoação de Macavoqueira.

A Costa Carneiro sucedeu o décimo Ouvidor, José da Costa Dias e Barros, nomeado pela Carta régia de 4 de outubro deste último ano de 1776 e empossado em 14 de março do ano imediato.

Substituiu-o André Ferreira de Almeida Guimarães, em face da nomeação que recebera, datada, ao que parece mais precisamente, de 5 de julho de 1781. Começou a exercer as

funções do cargo em 26 de maio de 1782.

Foi seu sucessor o Dr. Manuel de Magalhães Pinto e Avelar de Barbedo, com a Provisão de 8 de novembro de 1785 (ou, em face de alguns documentos, 31 de agosto), e posse em 3 de março de 1786. Este Ouvidor, como o seu antecessor, esteve fortemente empenhado em turras com o Capitão-mor governador Azevedo Montauri, na administração da Capitania desde maio de 1781. Inaugurou a vila de Campo Maior de Quixeramobim, então povoação de Santo Antônio (13 de junho de 1789).

Será o décimo terceiro ocupante da Ouvidoria, empossado em 16 de novembro de 1793, José Vitorino da Silveira, nomeado pela Carta régia de 4 de novembro do ano anterior. Teve como substituto Manuel Leocádio Rademaker, que instalou a vila de São Bernardo das Russas e, retirando-se em agosto de 1801 para Pernambuco, entregou o cargo a José Antônio de Sousa Galvão, que o exerceu interinamente até a chegada de Gregório José da Silva Coutinho (outubro de 1801). Este transmitiu as funções a Luís Manuel de Moura Cabral, décimo sexto Ouvidor efetivo, nomeado por Ato de 20 de setembro de 1802.

A Moura Cabral seguiu-se Francisco Afonso Ferreira, cuja indicação é assunto da Carta régia de 15 de julho de 1806. Passou a administração ouvidorial a Manuel Antônio Galvão, e este, por sua vez, a João Antônio Rodrigues de Carvalho, no-

meado a 6 de outubro de 1814.

Rodrigues de Carvalho, baiano, empossou-se no dia 8 de maio de 1815 e seria o derradeiro dos Ouvidores com jurisdição em todo o território cearense, pois que pelo Alvará de 27 de junho de 1816 foi criada a Comarca do Crato, dirigida por outro Ouvidor, o primeiro deles José Raimundo do Paço de Porbém Barbosa, empossado em 17 de dezembro de 1817. Referido Alvará determinava que a sede da Ouvidoria no Aquirás passasse para Fortaleza. Na gestão do ouvidor Carvalho erigiu-se em vila a povoação da Barra do Jardim (1816). Foi, no regime provincial, Senador pelo Ceará e Ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

No que tange à primeira instância, o judiciário era confiado a juízes leigos — juízes de vintena, almotacés e juízes ordinários.

Os primeiros, eleitos anualmente pelas Câmaras, chamavam-se também juízes pedâneos ou vintaneiros, tinham competência para decidir verbalmente, sem agravo nem apelação, causas até certos limites de valor, mas não conheciam de matéria criminal, nem de demandas sobre bens de raiz. Os almotacés tomavam conhecimento de feitos em audiência, sem processo escrito, com apelação ou agravo para os juízes ordinários. Estes, eleitos trienalmente com os vereadores, em número de três, servindo cada qual durante um ano, conheciam dos recursos contra as decisões dos almotacés e as julgavam, por si mesmos, se a causa não excedia o valor de 600 réis, e, se excedesse, somente a despachavam com a assistência dos vereadores. Quando havia pena corporal a aplicar, o recurso era para o Tribunal da Relação. Nas vilas de mais importância funcionava um juiz de fora, nomeado pelo Rei entre bacharéis em direito, não havendo, então, juiz ordinário. Eram pagos pelos cofres reais e tinham aposentadoria, além das propinas a que estavam obrigadas as Câmaras. Ao contrário dos juízes ordinários que, como insígnia, conduziam uma vara encarnada, os juízes de fora as tinham brancas. Bem mais amplas eram suas atribuições, e no Ceará os tiveram as cidades de Fortaleza (Decreto de 24 de junho de 1809), Sobral e Aracati (citado Alvará de 27 de janeiro de 1816).

Completava-se o aparelho judiciário com os escrivães dos almotacés, os tabeliães do judicial e notas junto aos juízes ordinários, os alcaides, estes encarregados das diligências e mandados judiciais, e os carcereiros, encarregados da guarda da cadeia. Havia, junto à Ouvidoria, os escrivães privativos e o meirinho de correição, com o respectivo escrivão.

A Provedoria, de funções fiscais, era exercida, no Ceará, pelo Ouvidor, desde a separação dela da do Rio Grande do

Norte.

Auxiliavam-na o escrivão da Fazenda, o almoxarife e seu escrivão, e os oficiais menores indispensáveis ao serviço das arrecadações. Extinguiu-se a Provedoria cearense com a criação da Junta da Fazenda, em 24 de janeiro de 1799, diretamente subordinada ao Real Erário. Nesta Junta o Ouvidor tomava assento como juiz dos feitos, tendo a seu cargo a jurisdição contenciosa, com apelação e agravo para o juiz dos feitos da Fazenda Real, na Corte.

A fonte substancial dos impostos régios era o dízimo, suplementado pelos subsídios militar e literário, pelo subsídio destinado as despesas com os casamentos dos príncipes reais

e pelos guintos da mineração.

O dízimo, de início, aplicava-se especialmente nas despesas eclesiásticas e, por último, na falta de outros meios, a todas as despesas. Capistrano de Abreu chama-o de "imposto meio civil, meio eclesiástico". No Ceará era arrecadado englobadamente com o do Rio Grande do Norte, até que a Ordem

régia de 16 de setembro de 1697 determinou que o fosse separadamente. Após a criação da Provedoria cearense passou a ser objeto de arrematação na sede da Comarca (Aquirás), todos os anos.

O ano fiscal corria de 1 de julho a 30 de junho, e a partir de 1755 as arrematações fizeram-se por três anos e freguesias separadas, recaindo, em geral, nos lances de pessoas ricas de Pernambuco. Ao arrematante cabia um quarto dos bezerros, tal

como ao vaqueiro em relação aos do amo.

O subsídio militar tinha como objetivo o pagamento da tropa e era ordinariamente conhecido por "subsídio de sangue". Fora estabelecido em Carta régia de 15 de maio de 1654 e incidia no gado vacum, à razão de quatrocentos réis por boi e trezentos e vinte réis por vaca que se transportassem para fora da Capitania, ou que nela se consumissem, fosse nos

açougues ou nas fazendas.

Instituído pela Carta régia de 10 de novembro de 1772, o subsídio literário visava ao custeio das escolas e consistia em: a) dez réis sobre canada de aguardente fabricada na América; b) um real sobre arrátel de carne vendida na América e sobre canada de vinho; c) quatro réis sobre canada de aguardente do Reino; e d) cento e sessenta réis sobre pipa de vinagre. Contendo uma arroba 32 arráteis, era, portanto, de trinta e dois réis o subsídio sobre a carne.

O subsídio das bodas reais teve começo em 1728 e recaía sobre cavalo ou rês que saísse da Capitania, na razão de dois cruzados e dois tostões, respectivamente.

Quanto aos quintos, pouco renderam, dada a pobreza da

mineração, na Capitania.

Entravam, também, para a receita o produto do gado do evento e os resíduos ou sobras dos réditos das Câmaras, o que nunca se verificou, em verdade.

resto clest, gaps, edealdestico", ito Coara em encoadado aquio-

A Capitania Autônoma. A Carta Régia de 1799. Separação de Pernambuco. Os Governadores. O Naturalista Feijó.
Novas Orientações.

Embora retardadamente, "a rainha Fidelíssima Nossa Senhora D. Maria 1.ª, Amor e Delícias do Seu Povo, guiada pela Sua inata Beneficência", decidira trazer alterações para a rotineira vida da Capitania, de "segurança individual vacilante, comércio limitadíssimo, indústria insignificante, riqueza pública e individual escassa, sertões ínvios, justiça sem valor, despotismo dos governadores exercido sem contestação, nenhuma instrução civil e pouquíssima doutrina religiosa". (Alencar Araripe.)

"Sendo-me presentes — consignara ela na Carta régia de 17 de janeiro de 1799 — os inconvenientes que se seguem, tanto ao Meu Real Servico como ao bem dos povos, da inteira dependência em que os governos das Capitanias do Siará e da Paraíba se acham do Governador e Capitão-General da Capitania de Pernambuco, que pela distância em que reside não pode dar com prontidão as providências necessárias para a melhor economia interior daquelas Capitanias, principalmente depois que elas têm aumentado em população, cultura e comércio, Sou servida separar as ditas Capitanias do Siará e Paraíba da subordinação imediata do Governo-Geral de Pernambuco em tudo o que diz respeito a proposta de oficiais militares nomeações interinas de ofícios e outros atos do governo, ficando porém os governadores das ditas duas capitanias obrigados a executar as ordens dos Governadores de Pernambuco no que for necessário para a defensa interior e exterior das três Capitanias e para a Polícia interior das mesmas."

Corolário lógico da medida era esta outra, constante da mesma carta: "Igualmente determino que do Siará e da Paraíba se possa fazer um comércio direto com o Reino, para o que se estabelecerão em tempo e lugar conveniente as bases de arrecadação que forem precisas e se dão as outras providências, que a experiência mostra, para a comunicação imediata e o comércio das ditas duas Capitanias com este Reino."

A efetuação desses desejos reais veio confiada ao encanecido Chefe de Esquadra Bernardo Manuel de Vasconcelos que, chegando ao Ceará em 25 de setembro do citado ano de 1799, iniciaria uma seqüência de governadores somente quebrada com a deposição de Francisco Alberto Rubim, em 3 de novembro de 1821.

Como era de ver, tudo iria prender-se à implantação de nova disposição das coisas governamentais, com reflexos sensíveis na vida econômica da Capitania, por tanto tempo esticlada ao peso das mais variadas circunstâncias, de que era coroamento a sujeição ao Governo-Geral do Recife.

Entrou Bernardo de Vasconcelos, sem demora, a enfronhar-se nos vários problemas que se abriam ao seu governo e, apenas decorridos três meses, já do Aracati dirigia à Corte as suas primeiras impressões: "A arte de agricultura e quase todos os seus utensílios são absolutamente desconhecidos, e dos núcleos de população só alguns merecem, isso mesmo em sentido estrito, o nome de povoação."

Destaca Aracati, cujo comércio bem estabelecido e tratado com algum sistema, aliado à civilidade e polidez dos seus habitantes, "fazem a vila assaz recomendável, juntamente a isto uma agradável e regular arquitetura nas suas casas, e de grande número delas os donos possuem avultados cabedais". "Do porto desta vila marítima se embarcaram em sumacas e outros barcos costeiros todos gêneros exportáveis, assim para os outros portos da Capitania como da de Pernambuco e, por isso, de nenhum dos portos desta Capitania se poderia começar a navegação direta à Capital desse Reino como deste."

A outra vila que mereceu citação especial foi a de Fortaleza, "um montão de areia profunda apresentando dos lados pequenas casas térreas", onde há falta absoluta de todas as cousas de primeira necessidade, estando a riqueza depositada nas mãos de dois ou três dos seus moradores, reputados ricos "por possuírem 25 ou 30 mil cruzados, dos quais parte consiste em algumas roças de mandioca, outra muito tênue em dinheiro e o resto em dívidas, umas pouco seguras e outras dependentes ainda das decisões de leis e opiniões forenses". Era, de fato, o Aracati o ponto obrigatório do comércio com Pernambuco; por ele saíam principalmente os gêneros de exportação e entravam os artigos de importação com que se supriam as ribeiras do Jaguaribe e do Icó, o Crato e os Inhamuns, através do centro de distribuição que era a vila do Icó, ainda não conhecida de Bernardo Manuel e por essa razão não mencionada naquelas impressões mandadas a Lisboa. Mais tarde, fazendo intercâmbios diretos e por terra com Recife e Campina Grande, transformar-se-ia num empório comercial de primeira grandeza.

De igual, não conhecera o Governador, àquele tempo, a vila de Sobral, então núcleo de crescente comércio distribuidor entre sertões do norte e o porto do Acaraú.

O essencial para Bernardo Manuel era encontrar meios de deslocar para Portugal as permutas e negócios, o que duas

ordens de razões fortemente dificultavam.

A primeira, era a própria inércia, o conservantismo dos comerciantes, habituados às transações com Pernambuco por longos anos, auferindo lucros certos; se a carestia dos preços prejudicava seriamente o consumidor, a eles pouco importava, visto que incluíam nas vendas os seus ganhos. Esses comerciantes, mancomunados com os do Recife, tudo envidavam para ver derrotada a medida régia, e não poucas vezes chegaram até mesmo a manifestações de caráter hostil. Insistiam na velha prática de mandar por terra os seus cavalos e bois às feiras pernambucanas, fazendo voltar por via marítima os artigos e panos para as suas lojas. Por mar enviavam os produtos armazenados do Aracati, esperando pacientemente as monções favoráveis.

O segundo motivo residia no temor da ação dos piratas que, freqüentemente, interceptavam a navegação entre o Brasil e a Europa, roubando as cargas dos navios. Bernardo Manuel reuniu os negociantes do Aracati e mostrou-lhes os benefícios da nova forma de comércio, porém todos lhe fizeram ver o receio de arriscarem sobre os mares, cobertos de ladrões, os seus barcos e mercadorias, ressalva aliás muito justa, porque realmente o oceano estava infestado de embarcações corsárias, chegando a ser aprisionada uma delas às alturas da costa do Ceará.

Tão só em 1803, a 10 de março, pôde vir em direitura ao porto de Mucuripe, tendo partido da cidade do Porto e apenas tocando na Ilha da Madeira, o primeiro barco que fazia a nova navegação — a escuna "Flor do Mar", sob o comando de Antônio Nunes. Nada encontrando de aparelhamento alfandegário, nem foral que regulasse o pagamento de direito, foi então

incumbida das providências da descarga a Junta da Fazenda, servindo de armazém a Casa de Inspeção dos Algodões, cujas prensas trabalhavam pela primeira vez no preparo de sacas de algodão, destinadas ao carregamento do barco em torna viagem.

O segundo navio chegado de Portugal, pela mesma rota, a polaca "Felicidade", aportou a 2 de dezembro do mesmo ano e pertencia a Antônio Manuel Alves e José Pacheco Spinosa, este último português, que exerceu as funções de inspetor do Tesouro e se radicou definitivamente ao meio com saliente atuação.

Em 1805 veio o bergantim "Dous-Amigos", pagando de direitos 1:133\$246 e repetindo as suas viagens em 1806 e 1807. Naquele mesmo ano de 1805, em junho, uma sumaca de propriedade do cearense Pedro José da Costa Barros saía do Aracati rumo a Lisboa, com um carregamento de algodão, ini-

ciando a linha reta dessa vila à metrópole.

Maior impulso receberia no entanto o comércio com a Europa depois de 1808. Seriam causas os êxitos da cultura do algodão, a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, objeto da Carta régia de 28 de janeiro, o gozo da isenção de impostos por seis anos, concedida ao comércio direto da Capitania pelo Alvará de 27 de abril de 1803, e as firmes iniciativas do 3.º Governador, Barba Alardo de Meneses, empossado a 21 de junho daquele ano, aliadas à boa vontade de alguns negociantes locais.

Começam as transações com Londres, para onde seguiu a 4 de fevereiro de 1809 a galera "Dous-Amigos", cujo dono — o português Antônio José Moreira Gomes, estabelecido desde 1777 em Fortaleza, fê-la carregar e mandou-a à Inglaterra, entregue a responsabilidade da viagem ao genro José Antônio Machado, mais tarde o conhecido comendador Machado.

Além da "Dous-Amigos" saíram do Ceará, no referido ano de 1809, a galera americana "Laura", a polaca portuguesa "Ariosa", o navio português "Paquete do Ceará", pagando todos

3:307\$794 de direitos reais.

No ano seguinte a escuna inglesa "Flor de Maio", a americana "Paquete" e as portuguesas "Ligeira" e "Barba Alardo", estas duas últimas da firma Barroso, Martins, Dourado & Carvalho, recolheram ao erário régio, de direitos, a quantia de 5:142\$473.

No governo de Bernardo Manuel de Vasconcelos muitas outras medidas de ordem econômico-administrativa se adotaram visando ao melhoramento da economia cearense.

Abriram-se estradas ligando a capital ao interior, criaram-se as Casas de Inspeção do Algodão, fomentaram-se a cultura

e a exportação do arroz e, de modo muito particular, tratou-se

da exploração do salitre, ou nitrato de potassa.

A extração do salitre esteve confiada ao naturalista João da Silva Feijó, trazido de Lisboa por Bernardo Manuel e incumbido de estudar a geografia da região, seus recursos e produções, nos termos da Provisão de 20 de abril de 1799.

De logo internou-se pela Capitania e começou a mostrar os frutos das suas pesquisas, escrevendo acerca do Ceará valiosas

Memórias.

O salitre tinha então grande procura, porque insubstituível na fabricação da pólvora, desconhecidas que eram as propriedades dos derivados da glicerina, da celulose e outros. Apresentava-se, portanto, de capital interesse para Portugal, que o importava da índia, extraí-lo nas suas colônias, e daí a razão da vinda de Silva Feijó e o especial empenho com que eram vistos oficialmente os seus trabalhos.

Outra matéria que muito prendeu o espírito de Bernardo Vasconcelos foi a execução da Carta régia de 9 de novembro de 1797, que recomendava a conservação das matas à borda da costa e o aproveitamento das madeiras de lei, tidas como

propriedade da Coroa.

Para continuar a obra de Bernardo de Vasconcelos, falecido de diabetes em 8 de novembro de 1802, veio João Carlos Augusto de Oeynhausen, que governou de 13 de novembro de 1803 a 14 de fevereiro de 1807, nomeado, que fora, pelo Decreto de 14 de novembro de 1802.

João Carlos chegou a ser o Marquês de Aracati e governou, igualmente, a Capitania de Mato Grosso. Na sua administração foi introduzido o emprego da vacina. Representou o Ceará como senador e faleceu em 28 de maio de 1838 em Moçambique, para onde fora despachado como governador.

A nomeação do 3.º Governador do Ceará recebeu-a Luís Barba Alardo de Meneses, na opinião de Brígido "incontestavelmente o homem de governo de mais capacidade e iniciativa que Portugal enviou ao Ceará e melhor cogitou de seu progresso ou mais contribuiu para ele". Studart di-lo governador de vistas adiantadas e largo descortino e dá-lhe o título de "benemérito do Ceará".

Era fidalgo da Casa Real e tomou posse do cargo a 21 de junho de 1808, metendo braços sem tardança à tarefa de comunicar o comércio cearense com o da Inglaterra, atraindo para tanto as boas disposições dos homens ricos da capital. Como ficou dito, o primeiro navio a conduzir para Londres artigos e produtos da terra foi a galera "Dous-Amigos", carregado, sob o seu patrocínio, por Antônio José Moreira Gomes, o dono,

José Pereira de Castro, José Agrela Jardim e outros. "Esta primeira tentativa que vão fazer os pobres negociantes desta capital para aquele Reino, relatava ele a D. Fernando José, é prova bem evidente dos desejos que eles têm de aumentar o amortecido comércio desta nascente Colônia; e é o motivo tam-

bém por que eu os animei a ela."

Apenas chegava a carga ao grande porto britânico e já resolvera a firma Barroso, Martins, Dourado & Carvalho, estabelecida ali, mandar à Capitania, a fim de conhecer-lhe mais de perto as possibilidades, o sócio Lourenço da Costa Dourado que, identificando-se com o Ceará, lhe prestou os mais assinalados serviços. "Quando a história do comércio brasileiro merecer digulgação, reaparecerá o nome desse precursor das trocas diretas", assim se refere a ele Câmara Cascudo, anotando o livro *Travel in Brazil*, de Henry Koster.

Oriunda dessa aproximação, em que Alardo descobria poderosas vantagens, é a vinda, em 1811, do irlandês William Wara, o fundador da primeira organização mercantil estrangeira no Ceará, a qual, com o nome popular Casa Inglesa, se notabilizou no comércio cearense pela sua prestança e longevidade, tendo chegado a dias mais recentes através de diversas modificações.

É igualmente do patrocínio de Alardo de Meneses a montagem, em Fortaleza, de uma fábrica de louça vidrada que, segundo as suas palavras mesmas, rivalizava com as da Bahia, e bem assim o meticuloso estudo de sondagens do porto do Ceará, feitas pelo capitão-de-fragata Francisco Giraldes.

"Deu todo o impulso ao plantio do algodão e mandou ao governo amostras de tucum e croatá, supondo poder torná-los

artigos de exportação."

Ao tempo de sua administração esteve em visita ao Ceará o aludido inglês Henry Koster e privou da sua estima, notando nele certa vaidade entusiástica sempre que se referia às coisas do território sob seu comando. Alardo, de tal sorte a elas se afeiçoou, que, tendo-as deixado já, elaborou no Rio de Janeiro um mapa cartográfico da Capitania, oferecido ao Príncipe Regente (1812), e escreveu sobre a mesma curiosa *Memória* ou monografia (1814), repleta de dados úteis e necessária a quem deseje conhecê-la mais minudentemente nos inícios do século passado.

O governador Manuel Inácio de Sampaio, que veio a ser mais tarde o 1.º Visconde da Lançada, empossou-se, substituin-do Barba Alardo, em 19 de março de 1812 e manteve-se no cargo até 12 de janeiro de 1820.

Studart reputa-o o "administrador mais inteligente e enér-

gico" do Ceará colonial.

Realizou, efetivamente, boa soma de melhoramentos materiais e mostrou-se severo na defesa da ordem pública, o que lhe valeu, aliás injustamente, a balda de tirano. Homem ilustrado, achou derivativo para os almejos de sua inteligência nas reuniões literárias que provocava no seu palácio, congregando em animados *outeiros*, prelúdio dos movimentos culturais no Ceará, os poucos intelectuais do lugar.

Mais intimamente muito obteve de sua atuação a capitalzinha da Colônia, que não parava de sonhar com as honras de cidade, sem olhar-se a si de tão pequena e atrasada, aquela mesma vilazinha em formato quadrangular, de quatro ruas querendo sair, sem coragem, da indefectível praça ou largo da matriz e do pelourinho, edificada em cima das areias, escaldando os pés dos seus ralos 1 200 habitantes — tal o giz de

Koster.

O arquiteto Antônio José da Silva Paulet, trazido por Sampaio como Ajudante-de-Ordens do Governo e seu mais competente e esforçado auxiliar, traçou-lhe o plano de reforma e crescimento, inspirado no urbanismo mais em voga então, consertando vielas tortas em ruas linheiras, cruzadas perpendicu-

larmente, ao gosto das urbes hispano-americanas.

Distingue-se, ainda, na administração de Sampaio a criação da alfândega de Fortaleza, autorizada pelo Alvará régio de junho de 1810, e a instituição do correio terrestre regular, até ali não existente, senão para a correspondência oficial, por meio de "positivos" ou de pessoas de confiança, embora tivesse sido objeto de resolução real muito anterior (1805) à adoção do serviço postal no Brasil.

Em 1813 mandou proceder a um recenseamento da população da Capitania e em 1817 teve que enfrentar, e o fez resolutamente, o movimento republicano que, nascido no Recife,

chegou ao Ceará.

Retirando-se do governo, para ir dirigir os destinos de Goiás, ficou em seu lugar uma junta provisória, que entregou a administração ao novo Governador, o quinto e último — capitão-de-mar-e-guerra Francisco Alberto Rubim, em 13 de julho de 1820.

Inicialmente, Rubim desenvolveu esforços para melhorar as rendas reais e muito se preocupou com o fomento da cultura do arroz e da mandioca. Cedo, porém, surgiram embaraços sérios às suas intenções, trazidos por fatos que não soube vencer.

Fora mal recebido pelos moradores do Crato o ato de D. João 6.º, jurando em 26 de fevereiro de 1821 a Constituição que se fizesse em Lisboa. Preferiam o antigo regime e, ali, o movimento de reação engrossou com a atitude de José Pereira Fil-

gueiras, Capitão-mor da vila, e do coronel Leandro Bezerra de Meneses, bem como a adesão dos mulatos e *cabras*, exaltados com a falsa notícia de que pela mesma Constituição seriam escravizados.

Rubim, prepotente mas de ânimo fraco, confiou ao ex-ouvidor Porbém Barbosa a tarefa de harmonizá-los, sem contudo nada conseguir, ao mesmo tempo que em Fortaleza crescia movimento inverso, ou seja, em prol da proclamação da nova lei.

Punha-se à frente desse movimento a tropa de linha que, postada na praça do palácio do governo, pedia fosse proclamada a Constituição a ser feita (14 de abril). Gerou-se a confusão, agora a soldadesca a exigir aumento de soldo, sem que Rubim quisesse atender aos seus reclamos, por não julgar-se legalmente autorizado. A fim de livrar-se da dificuldade lembrou a organização de um Conselho Consultivo, a que estaria afeto sindicar os abusos da administração e propor os meios de saná-los.

Ainda assim os oposicionistas não moderaram, gritando pela formação de um Conselho, não consultivo, mas deliberativo, de membros eleitos e não nomeados pelo Governador.

Cede mais uma vez Rubim e, a despeito da eleição dos Conselheiros, continuam as anormalidades, que o levam, por visional, sob a presidência de Francisco Xavier Torres (3 de fim, à renúncia do cargo, com a instalação de um Governo Pronovembro).

biliamente, o montrativo residirento que pasedo se Acode

enterior sin america de mon reconancia y es mission este estimos no

es fiscase un Lielma. Preferiam a sapae regime e, ell, **e movi**mente de mente compasso cod a situate de José Poreir**a Fil**

esnerad primire A Disconner de Regentian

CAPÍTULO 17

Os Anseios de Independência: Revolução de 1817.

A Revolução Francesa foi a cruel e majestosa conseqüência das idéias de liberdade política que dominaram o século 18. Os chamados "direitos do homem", fundamentados nos ditames da justiça social, exaltavam os espíritos, impelindo-os de encontro às velhas fórmulas do absolutismo.

No Continente Americano, mesmo antes daquela grande luta revolucionária, fora declarado pelo Congresso de Filadélfia que todos são iguais perante a lei e cada um tem como sagrados e inalienáveis o direito de viver em liberdade, o direito à liberdade do trabalho e o de trabalhar pelo seu bem-estar.

Não poderiam deixar de repercutir no Brasil, colônia portuguesa ao jugo de reis absolutos, tais idéias libertárias, gerando o pensamento de emancipação. Mestiços e lusos nascidos aqui aos poucos se possuíram de um liberalismo quase inconsciente e, de instante a instante, crescia o ódio do homem de cá ao homem de lá, dos cabras contra os reinóis, por eles denominados mascates ou marotos.

A revolta de Filipe dos Santos, em Vila Rica, Minas Gerais (1720) e a anterior, de Pitangui (1719), chefiada por Domingos Prado, são os primeiros sinais dessa mútua aversão. A Inconfidência Mineira de 1789 representa, no citado século, o penúltimo grito de revolta, molhado com o sangue dos conspiradores e selado barbaramente com o esquartejamento do alferes Silva Xavier — o Tiradentes, sem contudo ter podido arrefecer a marcha do separatismo, sempre em latência. Pois que o derradeiro foi o de outra rebelião grave — a Conspiração Baiana de 1798, filha mais próxima da Revolução Francesa e de resultantes mais lametáveis e tristes, com esquartejados e enforcados em maior número, conquanto menos resplendente que a

outra. Ao passo que a Mineira fora uma conspiração de "primeira classe — na expressão de Afrânio Peixoto, — de brancos, burgueses, letrados e funcionários; a Conspiração Baiana era de segunda classe, de pardos, artífices e soldados, sem poesia, embora maior martírio..."

Vem rebentar, de novo, o ânimo da rebeldia, em março de 1817, com a Revolução Nativista de Pernambuco, instigada, principalmente, por Domingos José Martins, educado na Inglaterra e negociante no Recife. Era ele quem mais ostensivamente pregava a reação contra os portugueses, fomentando o antagonismo, principalmente no meio de oficiais pernambucanos da milícia real.

A causa imediata do conflito foi a ordem de prisão dos mais atuantes, militares e civis, apontados como responsáveis pela desobediência. Ao ser preso o capitão José de Barros Lima, mais conhecido por *Leão Coroado*, investe contra o brigadeiro Manuel Joaquim Barbosa de Castro, que lhe dera voz de prisão, e o atravessa com a espada, matando-o. Também é morto, noutro momento, o ajudante-de-ordens do governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro que, afinal, não sustenta mais a situação e se refugia no forte do Brum, tendo de embarcar depois para o Rio de Janeiro.

Vitoriosos os rebeldes, com o apoio de toda a cidade, organiza-se um governo provisório, presidido pelo padre João Ribeiro Pessoa Montenegro, e de que faziam parte o referido Domingos Martins, o advogado José Luís de Mendonça, o coronel de milícia Manuel Correia de Araújo e Domingos Teotônio Jorge, comandante das armas, sendo secretário o padre Miguelinho de Almeida e Castro. Tomou parte decisiva na rebeldia o cearense Antônio Henrique Rabelo, que sofreu a morte por enforcamento, tendo-se-lhe decepado a cabeça, sendo

esta exposta na via pública.

Com o intuito de expandir o movimento republicano a todo o Norte do País, esse governo enviou emissários, que cedo estão em Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. Para o Ceará foram mandados, por mar, viajando numa jangada, Francisco Alves Pontes e Matias José Pacheco, ambos aprisionados antes da chegada a Fortaleza, no lugar Canoa Quebrada, perto do Aracati (27 de abril); e, por terra, o seminarista José Martiniano de Alencar, acompanhado de Miguel Joaquim César de Melo, com destino ao Cariri, onde gozava de largo prestígio a família Alencar. Já antes (30 de março) fora preso, como implicado, o ouvidor João Antônio Rodrigues de Carvalho, que é remetido para o Maranhão (20 de abril) e de lá para Lisboa. Carvalho, segundo o Barão de Studart, encarnava o espírito liberal na Ca-

pitania cearense e era amigo íntimo de Domingos Martins, fato do conhecimento do governador Manuel Inácio de Sampaio, estreme defensor do legalismo, desdobrando-se em mil providências para preservá-lo.

Valendo-se da amizade que lhe dedicava o padrinho, vigário Miguel Carlos da Silva Saldanha, e julgando, após furtivos entendimentos, contar com as simpatias de José Pereira Filgueiras, homem de enorme influência na região, onde vivia desde tenra idade, e sem a ajuda de Miguel César, que ficara no Rio do Peixe, Alencar, auxiliado pelo frade carmelita Francisco de Santana Pessoa, pelo irmão Tristão de Alencar, por Inácio Tavares Benevides e outros e adotando a estratégia de notícias alarmantes sobre a expulsão do governador Sampaio, conseguiu congregar em torno do movimento revolucionário grande número de adeptos. E no dia 3 de maio, após a missa conventual, leu na própria matriz a mensagem que trazia do governo de Pernambuco e proclamou a república.

Parentes e adeptos revolucionários ajudaram-no a invadir o prédio da Câmara e ali içar a bandeira branca dos Independentes. São depostas as autoridades legais e abertas as portas da cadeia pública, soltos os presos, tudo com espanto geral dos

habitantes da vila. O pelourinho é posto por terra.

Novas autoridades são nomeadas, tendo sido designado comandante da vila Francisco Pereira Maia e comandante das tropas a serem organizadas o capitão-mor José Pereira Filgueiras.

Ata ou termo lavrado no paço da Câmara regista os acontecimentos, e há um jantar de cordialidade em casa de D. Bárbara de Alencar, mãe do seminarista ardoroso. Desse pequeno banquete participaram Pereira Filgueiras e seu filho.

Bem se pode imaginar a agitação produzida pelo ato audacioso no meio das populações circunvizinhas e como se desdobravam em providências os seus autores, com o objetivo de

consolidar o novo regime.

Ao lado de Martiniano de Alencar estavam sempre os leais amigos Inácio Benevides, Bartolomeu e José Manuel Alves do Quental, Joaquim Francisco Gouveia, Francisco Carlos Zacarias e o pardo Jerônimo de Abreu.

No dia 5 seguiram para a vila do Jardim, onde fizeram coisa igual, com a adesão de Leonel Pereira de Alencar, tio de

José Martiniano.

Filgueiras permaneceu silencioso no seu sítio S. Paulo, distante quatro léguas do Crato e, instado por Leandro Bezerra Monteiro, a princípio por intermédio de seu filho Gonçalo Luís Teles e, mais tarde, por meio do padre Francisco Goncalves

Martins, acabou por manifestar-se a favor da causa legalista. Concertaram a contra-revolução e no dia 11 penetraram, com forças bastantes, na vila do Crato, hastearam novamente a bandeira real e prenderam Francisco Carlos, Bartolomeu Alves, José Martiniano, o padre Carlos José dos Santos e Tristão Gonçalves, no dia seguinte enviados para o Icó, onde foram entregues ao capitão Manuel da Cunha Freire Pedrosa, que de lá os despachou para Fortaleza.

Chefiaram a reação anti-republicana o mesmo coronel de milícias Leandro Monteiro, o sargento-mor José Vitoriano Ma-

ciel e o escrivão José Antônio Ferreira Chaves.

O apoio de Filgueiras fora peremptório.

D. Bárbara — a Dona *Barata Crato*, que em seu testamento político Arruda Câmara aconselhava dever ser olhada como heroína — foi detida na sua fazenda Cipó, do rio do Peixe, limites do Ceará com Pernambuco.

Apanhados, também, o padre Miguel Carlos, frei Francisco

de Santana e Inácio Benevides.

Foram reunidos ao todo 25 réus inconfidentes, que após fortes padecimentos nas prisões do Quartel da Tropa de Linha, tiveram de embarcar para Pernambuco, acompanhados dos processos respectivos. Do Recife seguiram para Salvador, em cujas prisões deram entrada em 9 de outubro de 1818, nelas já recolhidos, desde agosto, o ouvidor Rodrigues de Carvalho e os emissários Alves Pontes e Matias Pacheco. Somente em 1821, quando anulada a devassa pela Relação da Bahia, foram postos em liberdade os últimos indigitados sem que, felizmente, nenhum experimentasse a dura sina de outros cabecilhas da Revolução, enforçados sem piedade. D. Bárbara teve liberdade. em virtude de perdão, por mandado de 17 de novembro de 1820, e o padre Carlos e Leonel Pereira de Alencar, por mandado de 17 de dezembro. Faleceu a heroína, segundo a melhor versão. na fazenda Alecrim, do município de Fronteiras, Piauí, no dia 28 de agosto de 1832. Está sepultada na capela de Itaquá, do município cearense de Campos Sales.

Terminou, assim, a sonhada república nativista, que durara, vitoriosa, apenas 75 dias em Pernambuco e 8 no Ceará. João Ribeiro, com razão, disse que esse movimento emancipacionista foi "o de maior vulto até então realizado". Câmara Cascudo considera-o "a mais linda, inesquecível, arrebatadora

e inútil das revoluções brasileiras".

Muito se tem discutido sobre o exato sentido dessa Revolução, por alguns considerada acontecimento meramente ocasional e imprevisto, simples e inesperado rompimento de relações entre lusos e brasileiros desafetos. Na verdade, porém, nasceu, como se afirmou, da estratificação lenta e constante dos sentimentos de independência naturais nos povos coloni-

zados que atingem a consciência de sua autonomia.

No Ceará, poder-se-á aceitar que a revolta fosse consecutária tão-só da ação de família de projetada extensão, como era a Alencar, visto que não estava ainda amadurecida, nem sequer apenas devidamente começada, a idéia republicana naquela

gente do sul da Colônia.

Foi, por certo, um arrebatamento que, entretanto, teria ido mais longe não fora a atitude enérgica do governador Sampaio, fiel executante dos desejos reais nesse trecho brasileiro. Os mais exaltados censuram-no e acusam-no de monstro e malvado, porém em verdade nada mais fez do que zelar pela autoridade de que estava investido. Agiu com a severidade serena de quem sabe governar.

to des Corres Cerela Extraordinários e Constitur Cin.de 29 da setembro de ene entertor (1821). Ero composta do Dr. José

Fliqueiras, capilág-mar do Carlo a cuio prestigio se finera na-

Ellousings, em proplamación de 29 do oficido más de octu-

Os Acontecimentos do Ipiranga e Sua Repercussão no Ceará.

À falta de comunicações fáceis, somente vinham ao Ceará as notícias da Corte com o espaço de cerca de um mês, trazidas pelos navios sujeitos aos percalços da navegação a vela.

Por isso, os ecos do 7 de setembro mal chegaram, e atenuados, quando já outro fato da mais alta relevância marcava a consolidação da independência política do Brasil — a aclamação de Pedro 1.º como Imperador, em 12 de outubro de 1822.

Coincidindo quase literalmente com o ato aclamativo, o colégio eleitoral reunido na vila do lcó (16 de outubro) insurgia-se contra o governo instalado em Fortaleza, integrado por uma Junta Provisional tipicamente portuguesa, eleita no dia 15 de janeiro e empossada a 17 de fevereiro, obediente ao decreto das Cortes Gerais Extraordinárias e Constitucionais de 29 de setembro do ano anterior (1821). Era composta do Dr. José Raimundo do Paço de Porbém Barbosa, presidente, José de Castro e Silva, padre Francisco Gonçalves Ferreira Magalhães, Mariano Gomes da Silva, comerciante, e José de Agrela Jardim, fazendeiro.

No seu protesto o colégio imputava-lhe a eiva de constitucionalista e, em contraposição, elegeu outra, chamada Governo Temporário, de caráter nacionalista e chefiada por José Pereira Filgueiras, capitão-mor do Crato e cujo prestígio se fizera garantia de quaisquer resoluções, políticas ou particulares, na região sul da Província. Os membros dessa Junta foram escolhidos pelas respectivas Câmaras da Comarca do Crato, um para cada vila.

Filgueiras, em proclamação de 29 do citado mês de outubro, assinada no seu "quartel-general" no Icó, declara insubsis-

tente a Junta Governativa de Fortaleza e à frente de numerosos milicianos dirige-se para aí, onde penetrou em 23 de janeiro de 1823.

Enquanto marchava ele pela estrada que vai do Icó ao Aracati e desta vila à capital, resolveu a Junta demitir-se, entregando a administração governamental ao comandante da tropa de linha, Francisco Xavier Torres, que a mantém em caráter interino. Assim agira em face das recusas de Filgueiras a entendimentos com Porbém Barbosa, por intermédio do padre Francisco Pinheiro Landim. No mesmo dia de sua chegada toma posse o Governo Temporário organizado no Icó e constituído de Filgueiras, como presidente, eleito no Crato, vigário Antônio Manuel de Sousa, secretário eleito no Jardim, vigário José Joaquim Xavier Sobreira, em Lavras, tenente-coronel Antônio Bezerra de Sousa Meneses, no Icó, major Francisco Fernandes Vieira, em São Mateus, e Joaquim Felício Pinto de Almeida e Castro, em Quixeramobim. No dia 29 é ordenada a exclusão dos portugueses que estivessem ocupando cargos públicos.

Já então se havia verificado a adesão solene do Ceará à independência, em memorável sessão efetuada em Fortaleza, presentes o "Exmo. Governo Provisório, tropa, clero, nobreza e povo", e na qual se "aclamava Imperador Constitucional do Brasil o Sr. D. Pedro de Alcântara, à imitação da província do Rio de Janeiro, segundo consta das folhas públicas", (24 de novembro).

E, também, já havia realizada a eleição dos representantes cearenses nas Cortes do Império, votados os nomes de Pedro José da Costa Barros, padre Alencar, padre Xavier Sobreira, Rodrigues de Carvalho, padre Manuel Pacheco Pimentel, padre Manuel Ribeiro Bessa de Holanda Cavalcante e padre Antônio Manuel.

Em 3 de março (1823) é eleito, na Capital, em substituição ao temporário do Icó, outro Governo, de que fizeram parte: padre Francisco Pinheiro Landim, presidente, Miguel Antônio Rocha Lima, secretário, e, como vogais, Tristão Gonçalves, padre Vicente José Pereira e Joaquim Felício Pinto de Almeida e Castro, cabendo a Filgueiras o lugar de Comandante das Armas.

As coisas davam-se assim favoravelmente no Ceará, mas na vizinha Província do Piauí dominava ainda o jugo lusitano. Em Parnaíba, ajudado pelo coronel de milícias Simplício Dias da Silva e outros, o Juiz de Fora, Dr. João Cândido de Deus e Silva, ardoroso nacionalista, preparou a revolta libertária e, em 19 de outubro, embora afoitamente e sem base segura, declarou-se pelo independência.

Tomando conhecimento do fato, o Comandante das Armas com sede em Oeiras, o português João José da Cunha Fidié, reuniu o seu exército e dirigiu-se no dia 13 de novembro a Parnaíba, com o fim de debelar a insurreição popular, mas ao chegar nada teve que fazer, porque os insurretos, temendo a superioridade de forças, haviam abandonado a vila, passando-se para o território cearense e indo localizar-se em Granja. Daí, em nome da "santa causa brasileira", vem para Fortaleza frei Alexandre da Purificação (pernambucano) a solicitar ajuda contra a resistência portuguesa, no que é atendido. Resolveu-se, então, que o Ceará deveria socorrer o Piauí, fazendo "seguir imediatamente tropas auxiliadoras com destino a três pontos daquela Província, isto é, do Cariri para Oeiras, dos Inhamuns e Crateús para Campo Maior, e da vila Viçosa Real, Sobral e Granja para S. João da Parnaíba".

Anteriormente, quando ainda no governo Xavier Torres, uma tropa, de que eram chefes o major Luís Rodrigues Chaves, João da Costa Alecrim e Alexandre Neri Ferreira, fora organizada com elementos recrutados em Uruburetama, Sobral e serra da Ibiapaba, em socorro dos independentes piauienses. A essa força juntou-se outra, maranhense, pequeno contingente comandado por Salvador Cardoso de Oliveira (baiano) e ambas, no dia 13 de março, meteram-se em combate com os legalistas de Fidié, nas proximidades de Campo Maior, lugar denominado Jenipapo, tendo sido derrotadas com pesadas baixas, porém com o mérito de haver tomado a Fidié quase toda a sua bagagem (munição, botica, armas e dinheiro).

A gente do comandante português somava cerca de 1 600 homens, bem municiados e dispondo de onze peças de artilharia, enquanto as falanges inimigas estavam deficientemente armadas, contando apenas com duas peças. A precipitação de Rodrigues Chaves teria determinado a derrota.

Entretanto, em vez de retornar a Oeiras, onde havia deixado uma Junta Governativa, preferiu Fidié demorar nas margens do Parnaíba e, depois, seguir para Caxias, no Maranhão, onde se fortificou, no Morro da Taboca.

Informado de que Cunha Fidié, ao deixar Parnaíba, iria voltar a Oeiras, deliberou o Governo do Ceará (28 de março) expedir forças bastantes para combatê-lo, designado para guiá-las o seu comandante das armas, Pereira Filgueiras, que "pela sua influência e prestígio poderia não só salvar aquela Província, como também o Ceará se porventura Fidié não fosse derrotado". Para coadjuvá-lo, foi designado Tristão Gonçalves, um dos vogais do Governo. Juntamente, ou cada qual de per si, teriam

ambos plenos poderes para dirigir a expedição, agindo civil e militarmente.

Por onde passavam — Aquirás (30 de março), Aracati (4 de abril), Icó (dia 20), Lavras (dia 27), Crato (5 de maio), iam falando ao povo, aliciando homens e solicitando subscrições em dinheiro e gêneros para sustento da tropa. Também com os seus incitamentos patrióticos conseguiam afastar ressentimentos e ódios, concorrendo, deste modo, para a pacificação dos distúrbios que, notadamente, intranqüilizavam o sul da Província.

No Crato, ponto marcado para a reunião dos vários troços expedicionários, demoraram-se até 27 de maio, quando partiram para Várzea da Vaca (hoje cidade de Campos Sales), lugar em que seria definitivamente estruturado o *Exército Libertador* e *Pacificador*, como foi chamado. Durante a viagem recebeu Filgueiras a nomeação de Comandante-Chefe das Forças Independentes do Piauí e Maranhão, assinada em 16 de abril pelo Imperador. Entram em Oeiras em 15 de junho, já a vila em poder

de uma junta independente.

Estão em Caxias a 23 de julho, com os seus 6 000 soldados e colocam-na sob cerco, intimado Fidié a render-se, fazendo-lhe ver Filgueiras que ele não estava "abarracado em uma Tróia muralhada e fornecida". E dizia na intimação: "Não tenho prevenções contra V. Sa. e hei de recebê-lo e tratá-lo como a um meu semelhante." Após os entendimentos necessários, rendidos Fidié e os seus, ocupou o Exército Libertador a vila no dia 1 de agosto, proclamando-se no dia 7, depois de eleitos a Câmara e o Juiz de Fora, a Independência, com o juramento de fidelidade a Pedro 1.º.

Fidié, preso, é remetido para Oeiras e de lá para o Rio de Janeiro, após a demora de quase um mês na Bahia, onde esteve guardado no Forte do Mar. Ficou, por último, recolhido na Fortaleza de Villegaignon. A sua gente estava reduzida a 700 homens e foram apreendidos 20 canhões e 5 bandeiras.

Quatro dias depois daquela proclamação, soube-se, por meio de uma circular, que Lord Cochrane (Alexandre Tomas) se havia apoderado de São Luís desde 26 de julho e para lá seguiu uma comissão composta do tenente-coronel Luís Pedro de Melo César, capitão João Manuel Lopes de Oliveira e Antônio Joaquim de Carvalho, a fim de entender-se com o Almirante e com as autoridades da Capital.

Conquistada, assim, a liberdade política das duas Províncias, começou a ser dissolvido o Exército Libertador, pagos os soldados com o dinheiro fornecido pelo Governo maranhense e com as multas impostas ao povo de Caxias, regressando Fil-

gueiras e Tristão ao Ceará, onde chegaram nos primeiros dias de novembro, triunfalmente recebidos. Encontraram, no entanto, o Governo a que pertenciam enfraquecido e desmoralizado. Contra ele encabeçara forte coação o comandante das armas interino, Francisco Félix de Carvalho Couto, ajudado por elementos da família Castro, antinacionalista, principalmente Manuel de Castro e Silva e Joaquim José Barbosa. O vogal padre Vicente José dele retirara-se desgostoso, bandeando-se para os adversários.

Foi altamente importante, de caráter extenso e sério, como se vê, a atuação dos cearenses na ajuda pedida pelo Piauí e Maranhão.

Sem pretender negar-se o valor de Cochrane, impossível é deixar de reconhecer que, no tocante a esses fatos, foi limitada e fácil a sua tarefa.

O historiador Oliveira Lima é de opinião que melhor caberia o título de Marquês do Maranhão, que se lhe deu, a Pereira Filgueiras.

Igualmente poderia dizer-se quanto a Tristão de Alencar, figura que iria agigantar-se, logo mais, nas pelejas da Federação do Equador.

Vão ambos, nessas brigas fratricidas, encontrar a sua desventura e a morte.

Helia, braco, la remer lua para Calcas e de la para lo Silo de

mA o misville ob escell legacht d'ol, entiuch intele ciet ab SmiA o knowe a relegación de mit a cultural de rejupant ciet.

Massification of contents of c

A Insubmissão de 1824. Conseqüências no Ceará.

Por Decreto de 12 de novembro de 1823 D. Pedro 1.º, declarando que a Constituinte havia "prejurado ao tão solene juramento que prestou à Nação, de defender a integridade do Império, sua independência e a minha dinastia", dissolveu aquela assembléia.

O ato imperial foi recebido com espanto e indignação na Corte e nas Províncias, à medida que lhes chegava ao conhecimento, retardadas como eram as notícias do tempo, à falta de telégrafo.

José Martiniano de Alencar, um dos deputados, deixa o Rio de Janeiro e vem para o Norte, com a intenção de por-se à frente da revolta contra o despotismo do Imperador e, ao demorar no Recife, teve oportunidade de assistir à sessão do Grande Conselho de Pernambuco, na qual foi eleito presidente Manuel de Carvalho Paes de Andrade.

Esses Grandes Conselhos tinham sido criados por uma lei de 20 de outubro, em substituição às Juntas Governistas, e para a sua composição deviam ser eleitos seis membros, ao mais votado dos quais caberia a direção do governo. Deviam trabalhar em cooperação com o Presidente da Província, cargo criado pela mesma lei.

No Ceará a irritação culminou ao ter-se ciência da dissolução, e foi debaixo desse clima que a Câmara da vila de Campo Maior de Quixeramobim, no dia 9 de janeiro de 1824, considerando a "horrorosa perfídia de Pedro 1.º", resolveu declarar "excluído do trono o Imperador e decaída a dinastia bragantina". Era, não resta dúvida, deliberação mais que ousada e, então, organizou-se, ali, um governo republicano sob a chefia do

já afamado caudilho José Pereira Filgueiras, o qual assumiria o

Comando-Geral das Forças da Província.

Partiu de Quixeramobim uma delegação constituída do padre Gonçalo Inácio de Loiola Albuquerque e Melo, mais tarde *Mororó*, Belarmino de Arruda Câmara e Antônio Francisco de Queirós com destino ao Icó. Convocada a respectiva Câmara, dá esta a sua adesão ao ato e, por sua vez, expede comissões que, com todo o êxito, vão entender-se com as Câmaras de São Bernardo de Russas e Aracati. A do Crato aderiria a 2 de fevereiro e, ainda neste mês, Filgueiras e Tristão de Alencar chegam a Fortaleza, onde prendem imediatamente o Comandante da Força de Linha, Francisco Félix de Carvalho Couto, restabelecendo a autoridade da Junta Governativa, da qual, como já ficou dito, o primeiro era o presidente e o segundo o comandante das armas.

Já a esse tempo os patriotas de Pernambuco haviam entrado em luta contra as determinações do governo imperial, recusando-se acintosamente Paes de Andrade a passar o cargo ao presidente Francisco Paes Barreto, nomeado pelo Imperador.

Os do Ceará, como bem se compreende, procuraram firmar-se nos elementos pernambucanos, tendo deles obtido uma tipografia, na qual veio a ser publicado o primeiro jornal cearense — o Diário do Governo do Ceará, saído em 1 de abril e

dirigido pelo padre Mororó.

No dia 8 deste mês realizaram-se as eleicões do Grande Conselho do Ceará, sendo escolhidos: Tristão Gonçalves (c mais votado), padre Joaquim de Paula Galvão, José Félix de Azevedo e Sá, padre Antônio José Moreira, José Inácio Gomes Parente e padre Manuel Pacheco Pimentel. Mas no dia 14. a bordo da corveta "Gentil Americana", chega a Fortaleza o tenente-coronel Pedro José da Costa Barros, nomeado primeiro Presidente do Ceará-província. A Junta Governativa — pois que os resultados das eleições dos Conselheiros não eram ainda conhecidos — insurgiu-se contra a posse de Costa Barros, efetuada à uma hora da madrugada do dia 15 — quinta-feira santa — e retirou-se para a vila de Arronches (Parangaba), onde logo depois se apresentou Costa Barros. Concertaram, assim, pessoalmente, um acordo pelo qual os da Junta voltariam à Capital, porém não tardaram a desentender-se novamente, verificando-se, agora, a retirada de Filgueiras, Tristão e os companheiros para a vila do Aquirás (dia 23), o que motiva a proclamação de Costa Barros, de 24, assegurando os bons intuitos do Imperador.

No dia seguinte, 25, os membros da Junta, conduzindo numerosos homens armados, acampam em Messejana, fazendo,

aí, o seu quartel-general. Filgueiras nomeia o major Luís Rodrigues Chaves comandante do Corpo de 1.ª linha, aquartelado na Capital, e o manda para ali a efetuar prisões de pessoas consideradas mais hostis, ordem que, realmente, ele executou, trancafiando, entre outros, o ouvidor Joaquim Marcelino de Brito, o capitão-mor da Cidade, Joaquim José Barbosa, o major João Facundo de Castro Meneses, o sargento-mor Jerônimo Delgado Esteves, o coronel Martins Ribeiro e Francisco Xavier Torres, que são recolhidos à fragata inglesa "Jubilee".

Presentes no dia 29 mais de cem pessoas, foi lida, pelo padre Estêvão da Porciúncula, no Paço do Conselho e perante a Câmara, uma proclamação de Filgueiras propondo a demissão de Costa Barros e, de fato, resigna este o governo, sob protesto que, liberalmente, é consignado na ata da reunião em que se registou a renúncia.

Costa Barros deixa o Ceará, viajando para a Corte no brigue inglês "Mathilde", e o governo fica nas mãos de Tristão de Alencar, já, então, sabido o mais votado dos Conselheiros. O padre Mororó é por ele chamado para seu secretário.

Não se perdeu tempo em comunicar todos esses acontecimentos ao governo rebelde do Recife, estreitando-se, dessa maneira, as relações de mútua solidariedade entre os dois governantes. E continuam as coisas assim convulsas até que, em 22 de maio, o presidente Tristão Gonçalves dirige à Província destemida proclamação, convidando povo, nobreza e clero a unirem-se a Pernambuco. Concita maior resistência ao Imperador e, da palavra aos atos, priva os portugueses dos cargos civis e militares (28 e 29 de maio). A rebeldia generaliza-se e, enquanto isto, em Pernambuco a revolução cada vez mais se acentuava. Paes de Carvalho, em 2 de julho, proclama a Confederação das Províncias Unidas do Equador e lança às unidades provinciais do Norte caloroso apelo para que todas se mantenham coesas: "Para salvação nossa estabelecamos um Governo Supremo, verdadeiramente constitucional, que se encarreque de nossa defesa e salvação!" E conclama a todos para se reunirem no dia 17 de agosto, em Grande Conselho, no Recife.

Sem que ainda houvesse chegado ao Ceará a notícia desses fatos, em Granja o coronel João de Andrade Pessoa (mais tarde Pessoa Anta), comandante-geral da vila, incita o povo "à luta pela independência da Pátria" (10 de julho), exatamente quando a Câmara do Icó (dia 11) se recusava a obedecer ao decreto de 25 de março, que ordenava fosse jurada e observada a Constituição de Pedro 1.º.

Por fim, em 26 de agosto, o Ceará constitui-se em República, na deliberação de um Grande Conselho de 405 eleitores e representantes das várias Câmaras do interior, assembleados no Palácio do Governo (Fortaleza) e com a assistência direta das Câmaras da Capital, do Aquirás e de Messejana. A sessão tem a presidência de Tristão de Alencar e todos juram, solenemente, fidelidade à Confederação.

No dia 28 são eleitos deputados ao Congresso Federativo de Pernambuco os padres José Martiniano de Alencar (o mais votado), Manuel Pacheco Pimentel e José Costa Barros *Jaguaribe* e mais Luís Pedro de Melo César, José Francisco de Gouveia Ferraz, José Ferreira Lima *Sucupira*, Francisco Manuel Pereira *Ibiapina* e João da Costa *Alecrim*, os quais, no dia 3

de setembro, se encaminham ao seu destino.

A essas alturas começaram, todavia, os insucessos do novo regime. Deixando em seu lugar, como comandante das armas, o coronel Antônio Bezerra de Sousa Meneses, segue Filgueiras para o Crato, aí já encontrando o padre Alencar, com o fim de fomentar devidamente a adesão geral ao movimento republicano, aliciando novas tropas para a defesa da causa. Durante a viagem demorou no Icó, onde chegou a 23, e marcou para 1 de outubro o juramento, ali, à recente República, o que realmente aconteceu. Lá mesmo sofre a primeira derrota, pois uma parte de seus homens enviados contra os imperialistas em São Severino é batida por Manuel Antônio de Amorim. Depois de repor a autoridade revolucionária em Jardim, onde haviam os legalistas assassinado Leonel Pereira de Alencar e um filho (28 de setembro), ruma Filqueiras a Pernambuco, através dos sertões da Paraíba, mas logo de início enfrenta o inimigo e sabe que um troço da sua vanguarda, sob o comando de Maximiano Rodrigues dos Santos (conhecido por Maxi), fora totalmente sacrificado, ébrios que se achavam e entregues ao sono, na fazenda Picada, nos limites paraibanos (17 de outubro). Eram cerca de 150 soldados e deles apenas escaparam três. Matou-os a força comandada por Joaquim Pinto Madeira.

Filgueiras contramarchou para o Icó e daí para o Crato, pelas margens do Salgado, demorando naquela vila até que, a 23 foi esta ocupada pelo imperialista Francisco Pereira da Fonseca. Anteriormente, no dia 15, havia sido reconquistada aos revolucionários a vila de Jardim, com a derrota e morte de

Geraldo Carvalho, representante de Filgueiras.

Ao lado desses tristes acontecimentos para a causa republicana, outros, dificultosos, se desenrolavam na Capital.

Informado de que Luís Rodrigues Chaves, enviado a Pernambuco como seu emissário, bandeara-se para o imperialis-

mo e marchava para o Ceará, em missão contra-revolucionária, Tristão deixou na presidência o coronel José Félix de Azevedo e Sá e marchou para o Aracati (12 de outubro), já na posse de Rodrigues Chaves, que instalara um governo provisório. Consegue Tristão deslocá-lo facilmente (18 de outubro).

Contudo em Fortaleza, neste mesmo dia, aportara a nau "Pedro 1.º" trazendo Lord Cochrane, que desembarca e intima José Félix a obedecer-lhe, e, depois de conseguir-lhe a adesão "por manifesto medo", o autoriza a continuar no governo.

A cidade, sem resistência, jura fidelidade ao Imperador, e trata Cochrane de pacificar os ânimos, prometendo a anistia e dando, assim, margem a que os rebeldes, inclusive Alencar e Filgueiras, "voltem a suas casas em sossego".

Mas, ouvindo os seus oficiais, decide-se Tristão Gonçalves pela continuação da luta e resolve deslocar-se para o Icó (20 de outubro), a fim de juntar-se a Filgueiras, ainda na suposição

de que este mantinha integrais os seus batalhões.

Já se infiltrara o desânimo em sua gente e as deserções se sucediam. Seguia pela margem direita do rio Jaguaribe e no dia 31 encontra forças imperiais, mais numerosas, ao mando de Manuel de Amorim. Apesar de resistir bravamente, e já quase só, é morto quando alcançava a margem oposta, lugar Santa Rosa, hoje cidade de Jaquaribara. Deixam-lhe o corpo exposto ao tempo por muitos dias, mutilado e recostado a uma árvore e, de passagem por lá, Luís Rodrigues Chaves dá-lhe sepultura na capela do povoado.

O mais, daí por diante, é o desmoronamento da efêmera

República cearense.

O coronel Antônio Bezerra de Sousa Meneses, que estivera em Uruburetama a sufocar uma reação de legalistas locais, passou-se para Baturité (sítio Itãs), com o fito de obstar a remessa de víveres destinados à Capital e, em seguida, encontrar-se com Tristão. Sabendo, todavia, do desastre de Santa Rosa, licenciou os seus homens e acabou preso, remetido para

A tropa de Filgueiras mantivera o último combate em Batateira, nas proximidades do Crato (30 de outubro), tendo vencido os imperialistas comandados por Francisco Pereira da Fonseca. Mas resolveu ele depor as armas (8 de novembro) e dirigiu-se, em companhia do padre Alencar e outros republicanos de evidência, para o território pernambucano, na direção do Exu. Entregou-se ao legalista capitão Reinaldo Bezerra de Araújo, seu ex-comandado, no rio S. Francisco e, ao ser conduzido para o Rio de Janeiro, faleceu na vilazinha mineira de São Romão, vítima de febre palustre.

A prisão do padre José Martiniano deu-se na fazenda Pintado, Pernambuco (14 de novembro), escondido que esteve, longo tempo, na casa do camponês Francisco Dias, no Riacho da Brígida. Entregue ao capitão Manuel Nunes de Barros, facilitou este a sua viagem até o Rio, recomendado à benevolência do Imperador pelo Bispo de Olinda, D. Tomás de Noronha, que se achava em visita pastoral na vila da Barra, a esse tempo pertencente a Pernambuco, e que, com surpresa, reconheceu naquele prisioneiro o antigo e altivo deputado à Constituinte. Aí escreveu Alencar a sua conhecida Súplica, em que pedia para si a magnanimidade de Pedro 1.º. Na Corte foi recolhido ao forte de Santa Cruz, onde é tratado como hóspede. Mandado para Fortaleza, em 14 de dezembro de 1925 é absolvido unanimemente pela Comissão Militar.

Por Decreto de 5 de outubro estendeu-se ao Ceará a ação das Comissões Militares encarregadas de julgar os monstros da Confederação. Ficou a daqui constituída do tenente-coronel de engenheiros Conrado Jacó de Niemeyer, presidente, bacharel Manuel Pedro de Morais Mayer, relator, major José Gervásio de Queirós Correia, e capitães Luís Maria Cabral de Teive, João Sabino Monteiro e João Bloem, nomeados a 16 de dezembro. Converteu-se tal Comissão em verdadeiro tribunal de sangue. Encerrou as suas atividades em 20 de iunho de

1826.

Foram por ela friamente condenados muitos adeptos da República do Equador, dos quais sofreram fuzilamento no Campo da Pólvora, depois Praça dos Mártires, onde está o Passeio Público (Fortaleza), por não ter sido encontrado carrasco que os enforcasse, o padre Gonçalo Mororó (manhã de 30 de abril de 1825), Pessoa Anta (idem), Francisco Miguel Pereira Ibiapina (manhã de 7 de maio), Luís Inácio de Azevedo (manhã de 16) e Feliciano José da Silva Carapinima (dia 28).

O padre Mororó, figura principal desses arcabuzados, portou-se com lendário heroísmo, pondo a mão no peito e dizendo para o pelotão de atiradores: — "Camaradas, o alvo é este. tiro seguro para que não me deixe sofrer muito." Era homem de corajosas atitudes e de grande preparo humanístico.

Antes, em 17 de dezembro, recebera Costa Barros das mãos de José Félix de Azevedo e Sá as rédeas da administracão da Província. E em julho seguinte àquelas bárbaras exe-

cuções Azevedo e Sá era promovido a coronel...

Decreto imperial de 23 do mesmo mês mandou suspender as sentenças de morte proferidas contra os revolucionários frei Alexandre da Purificação, Antônio Bezerra de Sousa Meneses e José Ferreira de Azevedo. A pena comutou-se em degredo.

Terminou, assim, esse trágico episódio da história cearense. Joaquim Catunda, no seu belo estilo amargo, escreveu mas sem maior razão que a República veio a morrer pela incapacidade nativa da raça para qualquer regime de liberdade política. A Confederação não deixou de vencer por falta de uma aptidão assim pessimistamente generalizada, e sim em virtude dos mesmos fatores negativos que derrotam as revoluções saídas para o campo ou para as ruas ainda não devidamente sazonadas e só deflagradas pela energia insopitável dos fortes ideais e dos fortes sonhos.

"A Confederação do Equador — disse-o Júlio César da Fonseca — foi um sonho, um desses sonhos eternos de reforma e transformações, foi um poder criador, olhando o futuro da Pátria, sem ambições e os preconceitos dos caçadores de glórias vãs, dos imitadores e copiadores estéreis sem ânsia do bem, que se superpõe aos seus interesses, e só se preocupam com o seu eu. Pelos gestos de abnegação e sacrifício têm os seus heróis lugar de eminente destaque em nossa hagiologia oívica"

pesto de bexida (variola), tudo pencenmente agravado pelo re-

qualquer ordem. Cinco navios jeveram pera o Sul 2:50 coacen-

verno as casas dos particulares abasisdos construtentente

Provincia. O rémero dos que têm perecido à minque é incal-

O Abrilismo no Ceará. Pinto Madeira e o Padre Benze-cacetes.

A José Félix de Azevedo e Sá, que novamente havia recebido a direção do governo cearense em virtude da transferência de Costa Barros para a presidência do Maranhão (13 de janeiro de 1825), sucedeu o coronel Antônio de Sales Nunes

Berford, empossado a 4 de fevereiro de 1826.

Encontrou este presidente o Ceará em tristíssima situação, não só em conseqüência da guerra civil, gerada pelos fatos da sedição do Equador, como pelas resultantes da seca do ano antecedente, com o seu indefectível cortejo da fome e da peste de bexiga (varíola), tudo penosamente agravado pelo recrutamento de sertanejos para lutas da Cisplatina, pegados a ferro e fogo e embarcados, como bichos, sem assistência de qualquer ordem. Cinco navios levaram para o Sul 2 150 cearenses torturados pelos sofrimentos, e deles haviam morrido 412 e sido entregues aos hospitais 314, além de 58 extraviados, antes de chegados ao Rio de Janeiro.

O próprio Nunes Berford, em ofício ao Ministro Marquês de Barbacena, descreveu a miséria e o infortúnio que os seus olhos viram, assim que chegado: "A cidade (Fortaleza) apresenta ao homem sensível um quadro desolador: as ruas sempre apinhadas de um sem-número de mendigos; o Palácio do Governo, as casas dos particulares abastados constantemente cercados desses desgraçados, apresentam o triste espetáculo de miseráveis esqueletos mirrados de fome só cobertos de pele que são outras tantas miragens da morte: a miséria, a consternação e a pobreza pública aparecem em todas as partes da Província. O número dos que têm perecido à míngua é incalculável. Os principais ramos que formam as rendas da Provín-

cia e a riqueza dos particulares, como o gado e o algodão, sendo quase tudo extinto pelas perturbações de 1824 e pela longa e flagelante seca, os cofres públicos se acham exaustos, sem poder pagar a tropa e empregados da Província; os mesmos particulares e negociantes, privados aqueles de seus bens e estes dos seus gêneros que formavam a base do seu comércio e especulação mercantil, estão uns arruinados, outros em pobreza."

Tantos flagelos caíram sucessivamente, e alguns ao mesmo tempo, sobre a população do Ceará, desde 1824 até 1828 — comentava o senador Pompeu — que admira não ter-se ela inteiramente rarefeito, sucumbindo ao flagício dos homens e da natureza e emigrando para outras províncias.

Foi seu sucessor o marechal-de-campo Manuel Joaquim Pereira da Silva, que tomou posse no dia 6 de abril de 1829. Aquele deixara o cargo em 2 de janeiro, passando-o ao vice-presidente José Antônio Machado. A outro vice-presidente, José de Castro e Silva, transmitiria Pereira da Silva o governo, em 8 de julho de 1830.

Na gestão de Pereira da Silva foi instalado (1 de dezembro de 1829) o 1.º Conselho-Geral da Província, aliás muito retardadamente, pois havia sido criado desde 1824 por Decreto de 26 de março.

Estava o Ceará sob a interinidade de Castro e Silva quando em 13 de maio do ano seguinte ancorou em Fortaleza o brigue inglês "Atlas", trazendo a notícia da abdicação de Pedro 1.º.

Viu-se, então, quanto era impopular o jovem Imperador, em virtude de suas preferências pelos portugueses, principalmente no tocante à organização do ministério de 5 de abril. As suas declarações de que nada desejaria fazer pelo povo, embora estivesse pronto a tudo para ele fazer, cavaram o descontentamento, que aos poucos chegava às Províncias.

Tão logo se soube daquela renúncia, explodiu o sentimento de reação e no mesmo dia da chegada da notícia a Fortaleza prepararam os patriotas, à noite, um ajuntamento no Campo da Pólvora e puseram por terra, a machado, a forca ali erguida pela Comissão Militar e destinada à execução dos mártires da República do Equador.

No interior, como na capital, fizeram-se manifestações entusiásticas, plantando-se em muitas localidades árvores comemorativas, chamadas "árvores da liberdade", e rezava-se *Te Deum* votivo pela felicidade do rei-criança — Pedro 2.º, em favor de quem se dera a abdicação. *Le roi est mort, vive le roi!*

O vice-presidente Castro e Silva não cessou de expedir ofícios recomendando calma e respeito aos afeiçoados do monarca abdicante, mas ainda não estavam bem fechadas as feridas morais dos que haviam sido vítimas das desgraças de 1817 e 1824.

Os choques dos mútuos ressentimentos não tinham corretivo e, sem demora, tomavam aspecto de verdadeira anarquia, de modo particular no Cariri, onde a figura de Joaquim Pinto Madeira, herói matuto de refregas passadas e residente no Jardim, era visada por inimigos rancorosos. Haviam conseguido da Regência (4 de julho) a cassação do Decreto de 1 de outubro de 1827, que o elevara ao posto de coronel do Batalhão n.º 78 de Caçadores de 2.ª linha do Exército, sob o pretexto de ter sido ele "ilegalmente promovido", e no Crato fermentava o ódio ao destemido cabecilha. "Alguns — escreve Irineu Pinheiro — enciumados da importância do caudilho caririense, que o povo apelidava Governador do Centro, esforçavam-se por afastá-le do campo político, fosse como fosse."

Necessário se tornou que o governo enviasse àquela região o seu comandante das armas, Tomás Antônio da Silveira, sem que, no entanto, nada obtivesse em benefício de uma pacificação razoável. A ação dos denominados cabras, reputados por Silveira "perfeitos cossacos, que não temem a lei e a religião", intranqüilizava, de mais a mais, as autoridades, e o próprio comandante das Armas sugeria a urgência de colocarse na vila do Crato, "como a mais arriscada a qualquer tentativa dos jardinenses, uma força de 60 praças de primeira linha

comandada por oficial de conceito".

Castro e Silva, em 7 de outubro, passara a presidência ao 2.º vice-presidente, João Facundo de Castro Meneses e este, por sua vez, ao outro vice, Manuel Antônio da Rocha Lima, que ordena ao Ouvidor do Crato proceda a uma devassa contra os habitantes do Jardim. Constituiu essa determinação "ato de extrema imprudência, que acabou por provocar o conflito armado entre as duas localidades caririenses, de relações políticas já muito tensas".

Pinto Madeira, partidário dos *restauradores*, que desejavam a volta ao Brasil do filho de D. João 6.º, diante de tantos fatos inquietantes quis deles afastar-se, porém cedeu às instâncias do vigário do Jardim, padre Antônio Manuel de Sousa, que lhe prometia apoiá-lo com todo o seu enorme prestígio. Mais por estes motivos de ordem local, do que por intuitos de patriotismo restaurador, preferiu lutar.

Começam daí as hostilidades, os dois a aliciar grossos contingentes de sertanejos, os quais, à falta de armas de fogo,

em grande parte se muniam de cacetes em cujo manejo eram afamadamente amestrados. Antônio Manuel ia-os benzendo aos montes e distribuindo-os, origem do seu apelido de "Padre Benze-cacetes".

Para comandar esse numeroso exército irregular de quase 2 000 homens foi designado Francisco Xavier de Sousa e, como este não estivesse à altura do comando, assumiu-o o próprio Pinto Madeira, que marchou contra o Crato (23 de dezembro), ao ter ciência de que os legalistas cratenses se preparavam para fazê-lo em relação ao Jardim. No dia 27, perto da vila de Barbalha (Sítio Buriti), verifica-se o encontro dessas tropas, a do Crato comandada pelo tenente Luís Rodrigues Chaves, que sofre total derrota, penetrando Joaquim Pinto, sem nenhuma resistência, na capital caririense no dia seguinte e sem poder evitar que os seus soldados a saqueassem e cometessem muito desatino. Um troço deles, guiado por Francisco Xavier Matos (vulgarmente conhecido por Veneno), matou o governista José Pinto Cidade e foi esta morte que serviu, mais tarde, de pretexto jurídico para o fuzilamento de Pinto Madeira.

Céleres, chegaram os ecos de tais acontecimentos à Câmara do Aracati e ao Presidente da Província, em Fortaleza, quando já no governo o tenente José Mariano de Albuquerque Cavalcante, pois se empossara em 8 do mês de dezembro.

Em 22 de janeiro (1833) é expedido o Comandante das Armas, major Francisco Xavier Torres, para dar combate aos rebeldes que, segundo as informações, tencionavam atingir Fortaleza e já se aproximavam do Icó com o objetivo de combater os cratenses para ali recuados. Enfrentaram-se revoltosos e legalistas nas ruas dessa aludida vila, saindo vitoriosos os primeiros (4 de abril), mas em seguida são ali mesmo, de inopino, batidos e muitos feitos prisioneiros. Remetidos estes para a Capital, sob a responsabilidade de Francisco Martins de Almeida Galucho, foram liquidados em caminho, impiedosamente. É tido esse combate como um dos mais ferozes da história guerreira cearense.

Em 20 de março, o presidente José Mariano vai, pessoalmente, dirigir a ação contra os *pintistas*. Tendo feito penosa viagem, dada a inverneira, chegou ao Icó no dia 10 de abril e de lá seguiu para o Crato, onde Madeira e o padre Antônio Manuel, refluídos do Icó, estabeleceram reduto.

Em 13 de junho, o major Francisco Fernandes Vieira, ao depois Visconde do Icó, desbaratou grande número de revoltosos no lugar Cachoeirinha, perto de Santanópole, e em 22, à frente de sua tropa, o presidente Mariano de Albuquerque derrotou, no lugar Emboscadas, em Missão Velha, os chefes Pinto

Madeira e padre Antônio Manuel, apossando-se da povoação. Seguiu-se a queda de Crato (24 de junho) e Jardim (8 de julho), ambas abandonadas pelo inimigo, e continuou José Mariano na sua perseguição aos rebeldes até que, achando-se na fazenda Macacos, no riacho das Antas, foi informado da chegada do general Pedro Labatut. Retornou ao Icó, onde o encontrou e lhe passou o comando-geral das forças governistas (31 de agosto).

Labatut, que chegara a Fortaleza em 23 de junho, era francês de Marselha, e veio ao Ceará a serviço do governo imperial. Agiu com elevação militar e sabedoria no apaziguamento dos espíritos, agitados de parte a parte, o que de certo modo não agradou à facção legalista, ávida de vingança. A sua ação, no Ceará, pode dizer-se "imparcial, justa e patriótica".

Chegando ao Cariri, em proclamação datada de 22 de setembro, convidou os rebeldes a renderem-se e não demorou que o fizessem cerca de 700 deles na vila de S. Mateus (hoje Jucás) e no lugar Ponto do Cotovelo, e logo mais outros em número aproximado de 800, no seu acampamento do Correntinho. Antes de chegar a este mesmo acampamento, já havia recebido cartas e mensagens verbais de Pinto Madeira e do padre Antônio Manuel, pedindo-lhe que - segundo as suas palavras mesmas — "se eu lhes assegurasse as vidas e os mandasse incontinenti presos para o Rio de Janeiro à disposição do Regente do Império, se me viriam entregar no Correntinho. Prometi-lhes cumprir o que me pediram em nome do Imperador — acrescenta Labatut — e assim, logo que chegaram à minha presença, remeti presos ao Jardim, e seguem a Pernambuco guardados pelo bravo e subordinado capitão José Joaquim da Silva Santiago. Eles vinham acompanhados de inúmeras famílias: eu e a pouca tropa que me acompanhava vimo--nos cercados de mais de mil pessoas de todos os sexos e idades; os que vinham armados com armas da nação mas entregaram, e as fiz conduzir para a vila do Crato".

Os dois valentes derrotados foram levados, efetivamente, para a capital pernambucana e tiveram de suportar inúmeros sofrimentos durante a viagem, apontados, a cada passo, por onde passavam, como "monstros de que convinha purgar a terra", como refere João Brígido.

Do Recife, em cujos cárceres sobremodo padeceram, foram remetidos para o Maranhão, em agosto de 1833, a bordo do brigue "29 de agosto". Demoraram em Fortaleza algum tempo e, reembarcados, chegaram ao destino no dia 25. Supunham ambos que os iam deixar aqui, para serem submetidos a júri. Em 15 de outubro do ano seguinte Pinto Madeira é trazido para o Ceará, tendo ficado no Maranhão o Padre, por motivo de

doença.

O senador José Martiniano de Alencar, na Presidência da Província, fazia apenas nove dias, seu inimigo político, encaminhou-o para o Crato, bem guardado por forte escolta comandada pelo seu ajudante-de-ordens tenente João da Rocha Moreira e pelo tenente Manuel Franklin do Amaral, aos quais fez recomendações rigorosas em favor da integridade pessoal do

preso, que reputava sagrada.

Tendo chegado àquela vila a 23 de novembro, e sido entregue à justiça local, Pinto Madeira, no dia 26, foi condenado a enforcamento, por um júri faccioso, a que presidia o seu velho inimigo, o juiz leigo José Vitoriano Maciel, respondendo não por delito de sedição e sim pelo crime do assassínio de Joaquim Pinto Cidade, morto por um dos seus lugares-tenentes nas guerrilhas de 1831, e do qual fora, em última instância, impronunciado pela Relação de Pernambuco. No Museu Histórico e Antropológico do Ceará encontra-se a mesa em que se lavrou a vergonhosa condenação.

Ao réu foi negado o comezinho e legal direito de apelar e daquele tribunal iníquo apenas mereceu a indulgência de ser fuzilado, em vez de enforcado, isto a instantes protestos seus. O arcabuzamento efetuou-se na manhã de 28, no subúrbio da vila, denominado Alto Vermelho. Por mais de vinte anos permaneceu ali a forca que se lhe destinara e na qual foram pendurados outros réus comuns. Em 1856 foi destruída por ordem do Chefe de Polícia, Herculano Antônio Pereira da Cunha.

De igual injustiçamento escapou o padre Manuel Antônio porque, ao ser julgado em 17 de julho de 1837, o tempo já desmanchara as prevenções, e as exprobrações à sentença de Pinto Madeira eram uma advertência. Mereceu o Padre a absolvição e morreu pobremente, cego e desiludido dos seus ardo-

do reciso limitrolo entre a Ceará e o Picui, a "aujas maldades

Malambas, Totans, Sentivis, Mata-volhos, Fox-fomas, Fames,

res patrióticos.

O Padre Alencar. Assembléia Provincial. Finanças Xenxém.
O Banco Provincial. Colonos Estrangeiros.
Obras Públicas. Outros Presidentes.

Senador desde maio de 1832, quando sucedeu a João Carlos Oeynhausen, Marquês do Aracati, empossou-se no governo do Ceará, a 6 de outubro de 1834, o padre José Martiniano de Alencar.

Alencar foi um clarividente, antecipando-se em iniciativas e providências governamentais muito fora do estalão comum, e era um bravo, cujas energias másculas o ajudavam admiravelmente na efetivação dos seus projetos e resoluções. Um forte, desses que têm confiança em si.

Lançou, como acertadamente afirma João Brígido, "os fundamentos do progresso moral e material do Ceará, ensaiando com grande intuição do futuro quantos melhoramentos a Província mais tarde veio a considerar indispensáveis à sua civilização".

Sua primeira grande batalha foi contra o a que ele próprio chamava "criminosos prepotentes e de séquito", destacando-se no meio deles, primeiramente, João André Teixeira Mendes, da vila do Icó, autor de muitas mortes, abertamente protegido pelo partido da oposição, mas por fim condenado a 20 anos de degredo para o Rio Negro. E, depois de muitos outros, os afamados Mourões, família belicosa que se fizera o desassossego da região limítrofe entre o Ceará e o Piauí, e "cujas maldades não se podem descrever", como salientava o Presidente.

Um dia pôde, no entanto, escrever na sua Fala ou Mensagem de 1 de agosto de 1837: "Felizmente já se não ouvem todos os dias as formidáveis empresas de Mourões, Zolhões, Malambas, Tetéus, Bentivis, Mata-velhos, Faz-fomes, Famas, Folgazões e outros cruéis e afamados assassinos que por suas

façanhas haviam adquirido celebridade e apelidos consentâneos a suas crueldades."

Outro problema absorvente da gestão do padre José Martiniano foi o da reconstituição da economia geral e das finanças oficiais, em desordem ambas, por influência de muitas causas, destacando-se a fragilidade das transações comerciais pela difusão de dinheiro falsificado ou de peso inferior ao legal, que após a Independência começou a invadir algumas Províncias, não tardando a atingir o Ceará.

Conspurcava-se o já de si minguado metal circulante, no-

tadamente o divisionário, que era a moeda de cobre.

Esta de tal forma se avolumou, pela falsificação, que ocasionou o desaparecimento da moeda de prata. A imitação a princípio cuidadosa, terminou generalizada, havendo fábricas de moedas até nos matos, à vista de todo o mundo. De tão fina, na sua espessura, recebeu o nome de xenxém, porventura onomatopaico.

Daí a medida governamental de 22 de outubro de 1830, ordenando fosse pesado o dinheiro no momento das pagas, a fim de obrigar o seu peso legal, e, mais tarde, outra — 18 de outubro de 1832 — segundo a qual a moeda, menos o xenxém, devia correr livremente, mas recarimbada pela repartição do governo.

Em 1833, uma lei de 3 de outubro impôs a substituição da moeda de cobre por moeda-papel, metade por cédulas e metade em *conhecimentos* provisórios emitidos pelas Províncias.

Não foram todavia satisfatórios no Ceará os resultados da medida porque insuficientes as cédulas recebidas, tendo sido forçado o governo da Província a emitir enorme soma de conhecimentos provisórios, que não lograram aceitação fácil e concorriam para irritar a situação em vez de minorá-la. Desconfiados da precariedade desses títulos provisórios, os interessados exigiam o seu destroço, em meio às mais sérias reclamações, e foi nesse momento que o presidente Inácio de Vasconcelos, imitando o que se fizera no Maranhão, pôs de novo em circulação o cobre recolhido, reduzido da metade do seu valor e contramarcado com um carimbo em forma de estrela de cinco pontas, fixada em cada ponta uma das letras da palavra Ceará.

O novo surto do mercado do algodão, exigindo pela elevação do preço maiores numerários, principalmente em 1835, agravou a crise e Alencar, já agora no governo não se entibiou e pôs mãos ao trabalho do saneamento monetário.

Pleiteou autorização para continuar o reprensamento das moedas de cobre, e antes que o Ministro da Fazenda esclare-

cesse que, embora permitida de começo a providência pela força das circunstâncias, somente ao Poder Legislativo caberia dar valor e tipo às moedas, não convindo, desta forma, insistir nela (Provisão de 28 de novembro de 1834, só muito depois chegada ao Ceará), Alencar resolutamente mandou voltar à circulação as moedas de cobre de peso legal anteriormente recolhidas, em lugar de prensá-las, no que obteve ótimos resultados.

Em meio a tais aperturas e com a intenção de conjurá-las e melhorar as condições do comércio, resolvera o Padre criar um estabelecimento de crédito, empreendimento a que ninguém, senão ele, ao seu tempo, se aventuraria, o que de fato concretizou, instalando a 7 de setembro de 1835 o Banco Provincial do Ceará, daí por diante motivo especial do seu entusiasmo de homem resoluto e realizador.

Depois do Banco do Brasil de D. João 6.º, o primeiro a funcionar em território brasileiro parece foi o Banco Provincial do

Ceará.

Era de caráter emissor, de circulação e depósito, com a duração estatutária de 10 anos, se antes a maioria dos acionistas não resolvesse extingui-lo, e o seu capital seria de 400 contos de réis, no máximo, dividido em ações de 100\$000, transferíveis e realizáveis em moeda de prata e de ouro, em pagamentos semestrais, o primeiro de 30\$000 e os outros dois de 35\$000, ressalvado aos subscritores o direito de integralizá-las duma vez só.

Objetivava o Banco dar dinheiro a prêmio nunca a menos

de ½% ao mês, nem por maior prazo que o de um ano.

Também podia o Banco descontar letras de câmbio pagá-

veis em ouro e prata na razão do valor legal.

No tocante aos depósitos, nenhum prêmio pagaria o estabelecimento aos depositantes de dinheiro, e dos que nele guardassem objetos de ouro e prata, ou jóias, receberia ½% sobre o valor.

As notas emitidas pelo Banco, de 5\$000, 10\$000, 20\$000, 50\$000 e 100\$000 eram títulos ao portador assinados pelo presidente e tesoureiro em efetivo serviço e endossados no verso por um dos outros diretores.

Vedavam-se transações com o governo, sob pena de nu-

lidade.

A partir de 24 de abril de 1836 novos estatutos começaram a vigorar, alterando o limite do capital para 800 contos de réis e o da subscrição dos acionistas para 4 000 ações; aumentando para quatro meses o prazo de gestão de cada diretor e tesoureiro; e introduzindo outras modificações de ordem estrutural. Adotou-se uma inovação quanto às notas, permanecendo

com os mesmos valores as que devessem representar a moeda de prata e ouro pelo valor da lei, e devendo ser com valores de 1\$000, 2\$000, 5\$000, 10\$000, 20\$000, 50\$000 e 100\$000 as que representassem a moeda papel.

No interesse de consolidar a instituição, Alencar fez-se o seu primeiro acionista (20 ações) e tudo empenhou para que

ela vencesse a indiferença e a desconfiança do meio.

Em fins de 1836 o Banco já havia posto em giro mais de 100 contos de réis, e o seu capital real era maior de 60 contos.

Atendendo ao alvitre do Presidente, votou a Assembléia a Lei n.º 36, de 5 de setembro, autorizando o governo a mandar subscrever para o Banco até a quantia de 50 ações por conta das rendas provinciais, cujo inspetor ficou sendo considerado acionista para fins de voto nas deliberações da assembléia geral, compreendido que, afora isto, o mesmo governo nenhuma ingerência teria nos negócios do instituto.

Por força dessa lei, as notas do Banco passaram a ser admitidas em todas as estações arrecadadoras e pagadoras da Província em paridade ao papel oficial, pagando-se com elas todas as despesas e ordenados. A sede do Banco ficou equiparada aos edifícios públicos, obrigado o governo a prestar-lhe

a guarda necessária.

Com a retirada de Alencar do governo (25 de novembro de 1837), determinada pela renúncia do Regente Feijó e conseqüente queda dos liberais, tornou-se o Banco Provincial alvo do que Paulino Nogueira denominou "a guerra terrível do espírito partidário".

O Banco deixou de transacionar em 30 de maio de 1839.

Muitos outros empreendimentos são testemunho eloquente das qualidades de vero estadista que forravam a individualidade do padre Alencar.

Incumbido de dar execução, no Ceará, ao Ato Adicional, que substituíra os Conselhos Provinciais pelas Assembléias Legislativas, instalou a primeira agremiação política cearense no simbólico dia 7 de abril, do ano de 1835, e ambos se mantiveram na mútua e mais fecunda compreensão em prol dos interesses da Província. "Alencar a impulsionou para o bem e ela aceitou, sem restrições nem reservas, sua superior iniciativa e ascendência, como aconteceu a D. José para com o Marquês de Pombal."

Na Fala que então lhe apresentou, a primeira das três que teve ensejo de ler aos novos deputados, o Presidente deu o pano de amostra de sua pujante visão administrativa, encarando com segurança os problemas governamentais mais prementes.

Tudo estava por fazer: dominava a insegurança individual, o desmantelo da instrução pública, o abandono da religião, entregue, "guardadas algumas excepções, a homens a quem faltam os elementos necessários para desempenharem o custoso ofício de pároco". A agricultura precisava de braços, não havia estradas, não havia obras públicas, e nas finanças o déficit era grande.

Mas depressa os facínoras conheceram a prisão, a morte ou a fuga, e as escolas, em vez de muitas e inúteis, com professores ganhando ninharia, passaram a ser em menor número e mais eficientes.

Com o fim de sanar a deficiência orçamentária, em lugar de aumentar os impostos o que se devia fazer era cobrar os existentes, "cujo produto atualmente não entra no Tesouro talvez pela metade do que devia. Para prova disto — explica aos deputados — basta dizer-vos que o imposto de cinco réis da carne verde tem rendido na proporção de um boi morto por dia em toda a Província, quando só na Capital se matam 6 a 8

De referência ao incremento da produção, aconselhava formar-se em cada município uma Companhia de Trabalhadores, em que se alistassem os indivíduos que, não tendo renda bastante para constituí-los guardas nacionais, pudessem ser assalariados pelos agricultores ao preço corrente, escapando, assim, da ociosidade.

Para a construção das obras públicas, idéia originalíssima, seria criada uma dessas companhias com homens "efetivamente pagos, vestidos e aquartelados à custa da Fazenda e entregues à disposição do governo", em tudo semelhante a uma companhia de guardas policiais com a única diferença de que teria no seu quartel, "em vez de armas, — foices, machados e todos os instrumentos de laboragem".

Era preciso habilitar o governo a abrir estradas, primeiramente para as vilas do Icó e Sobral, "que facilitem a condução dos produtos destas duas importantes localidades da Província

para a Capital".

diariamente".

E não esquecia, encarando o problema das secas, a construção de açudes: "Nós temos já uma lei geral que algum incentivo dá para a fatura dessas obras; mas foi tão diminuto o prêmio que ela ofereceu que nenhum efeito tem causado. Cumpre duplicar a quantia destinada naquela lei para o prêmio de cada braça de açude (10\$000 por braça de extensão nos açudes de pedra e cal, e 5\$000 nos de terra) que se fizer; e além disso convém que as câmaras por suas posturas obriguem os proprietários a construirem em suas fazendas estes reservatórios."

Até as fontes artesianas foram objeto de cogitação, embora reputasse "esta empresa superior às nossas possibilidades, convindo antes esperarmos que elas apareçam em alguma outra Província do Brasil, para então com melhor conhecimento de causa nos propormos a efetuá-las em a nossa".

A Lei n.º 5, de 16 de maio daquele ano de 1836 aprovou o engajamento, pelo Presidente, de seis oficiais europeus, que também trabalhariam em obras particulares, quando não houvesse as do governo. Conseguira-os por mediação de Antônio Marques da Costa, do Recife.

Alargando cada vez mais as suas iniciativas, pediu e recebeu em setembro do ano seguinte autorização legislativa (Lei n.º 43, de 14 de setembro de 1836) para mandar engajar em St. Cloud, na França, 50 trabalhadores adestrados no preparo de estradas, para serem empregados nas obras públicas da Província, e, assim autorizado, encarregou da incumbência o conhecido cientista bacharel Marcos Antônio de Macedo. O engajamento seria por seis anos, vencendo cada engajado a remuneração marcada em tabela ou o que se ajustasse, descontada a décima parte para a despesa feita pelo governo com a sua passagem e a de sua família, se a tivesse. Findos os seis anos, se a administração não estivesse indenizada das despesas, ficaria o engajado na obrigação de reengajar-se, até a ultimação do débito.

Muito retardados chegaram ao porto de Fortaleza, com escala pelo Recife, 16 obreiros, uma mulher e duas meninas. Em vez de homens com a necessária aptidão para o trabalho de estradas, segundo a crítica do sucessor de Alencar, Felizardo de Sousa e Melo, na sua *Fala* de 1 de agosto de 1838, vieram 4 pedreiros, 2 carpinteiros de obras grossas, 1 de carros, 1 ferreiro, 1 arquiteto, 1 serralheiro, 2 marceneiros, 2 cavoqueiros e 2 cantareiros.

Falhava, pela inoportunidade da chegada e má escolha dos artífices, a providência do sábio governante.

Decisão de maior alcance, no entanto, havia de ser a que pleiteou Alencar na sua referida Fala: "adquirir colonos, que venham povoar as nossas terras devolutas e aumentar a nossa cultura. Em reconhecendo esta necessidade não me tenho descuidado de fazer tudo ao meu alcance para introduzir na Província alguma colonização; minha correspondência a este respeito vos será apresentada, e por ela vereis que breve devemos aqui esperar alguns centos de colonos. Mas ainda não é isto bastante — acrescentava. Convém que por vossas leis en-

corajeis a colonização, e eu lembro a idéia de diminuir pela metade os impostos provinciais a todo aquele agricultor que lavrar em sua fazenda com um certo número de colonos, que a vossa sabedoria julgar conveniente. Isto, que a muita gente parecerá causar um desfalque nas rendas provinciais, será, pelo contrário, um incentivo para que elas tenham um rápido aumento."

A Assembléia tudo aprovou e consignou no Orçamento a verba de 6:000\$000 para custear a introdução (Lei n.º 59, de 26 de setembro de 1833, art. 1, n.º 19), e na terceira Fala, de 1 de agosto de 1837, escrevia o Padre, esperançoso: "Inda não pôde surtir efeito a constante diligência que tenho posto em prática para introduzir colonos açorianos em nossa Província; contudo, segundo as últimas participações do Cônsul do Brasil em Lisboa, o sr. Mariano Carlos de Sousa Correia, que muito nos tem ajudado neste negócio, devemos esperar a cada instante que entre pela nossa barra alguma porção desses colonos."

Mas somente a 15 de novembro de 1837, apenas 10 dias antes de transmitir Alencar o exercício do cargo ao vice-presidente major João Facundo de Castro, aportaram a Fortaleza 120 colonos, vindos pelo brigue "Maria Carlota".

Esculpem-se no pedestal granítico da gestão do padre José Martiniano de Alencar um sem conto de outras iniciativas, que o consagram, sem favor, o maior dos homens de governo do Ceará, em todos os tempos.

Acoroçoou a construção de açudes e conseguiu do governo central um engenheiro técnico em fontes artesianas, "com os utensílios necessários para se abrir uma delas".

Pensou na importação de camelos para fins de aclimação ao meio, criou em Parangaba a feira dos gados grossos e providenciou na aquisição de modelos de máquinas para o efeito da educação rural, tais como engenhos de serrar, de descaroçar algodão, de fazer manteiga, descascar café, debulhar milho, moer, espremer e peneirar mandioca, arados, cultivadores, grades de campo etc. (Lei n.º 45, de 14 de setembro de 1836).

Como exemplo ou estímulo, mandou vir um engenho de ferro para moer cana, o primeiro que chegou à Província, e fê-lo assentar em seu sítio Alagadiço Novo, encarregando-se da montagem o francês Gagné.

Dotou a Capital com o serviço de abastecimento dágua por meio de chafarizes, e muito se esforçou pelo levantamento de um desembarcadouro, confiados plano e orçamento ao engenheiro João Estêvão Seraine.

No domínio das finanças agiu com sabedoria, procurando a todo custo melhorá-las sem o sacrifício dos contribuintes.

Ao padre Alencar sucederam, até 1850, nove presidentes.

Os três primeiros, Manuel Felizardo de Sousa e Melo (1837-1839), João Antônio de Miranda (1839-1840) e Francisco de Sousa Martins (3 de fevereiro a 9 de setembro de 1840), representam, na expressão do Barão de Studart, três administrações ocupadas meramente na montagem da política conservadora em perseguição aos adversários. Deste último disse Paulino Nogueira que não teria vindo ao Ceará administrador de mais talento e ilustração, nem mais partidário.

Todavia, pode destacar-se a atuação que teve na repressão dos "balaios" que, tangidos do Maranhão e Piauí, ameaçavam penetrar o Ceará. Sousa Martins de pronto preparou um contingente de 80 praças, confiado ao major Joaquim da Rocha Moreira e ao qual deveria juntar-se outro em Sobral, sob o comando de Joaquim Ribeiro da Silva. E porque chegassem notícias mais alarmantes, igualmente sem tardança aprestou força militar maior, de seis companhias de caçadores, inclusive artilharia, ao todo 400 soldados e 13 oficiais, comandados pelo coronel Francisco Xavier Torres. Seguiu ele próprio com essa expedição, para melhor eficácia das medidas adotadas.

Permaneceu vários dias em Sobral, de onde se passou para Granja, Viçosa e Ipu, à proporção das necessidades da

campanha.

A balaiada irrompera no território maranhense em torno de Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, apelidado Balaio, filha das disputas políticas entre conservadores e liberais, tomando, depois, aspecto separatista. Constituídos, principalmente, de cabras e negros foragidos, sem disciplina e subordinação hierárquica, os agrupamentos balaios combatiam preferentemente de emboscada ou em pequenos surtos, de modo a se tornarem extremamente perigosos.

Chegaram a apoderar-se da povoação de S. Pedro de Ibiapina (hoje cidade deste último nome), na Ibiapaba, embora tenham sido ali mesmo destroçados pelo batalhão cearense (10

de julho de 1840).

Dominou-os, afinal, pacificando o Maranhão, o coronel Luís

Alves de Lima e Silva, posteriormente Duque de Caxias.

Com a queda dos conservadores, ou caranguejos, e a consequente exoneração de Sousa Martins, ficou interinamente no governo o vice-presidente major João Facundo de Castro Meneses até a posse do padre José Martiniano de Alencar que,

pela segunda vez, vinha presidir à Província (20 de outubro), agora como representante da Maioridade.

Foi, porém, apenas de seis meses a sua demora no poder porque, decaídos os liberais ou *chimangos*, teve a sua demissão lavrada em março do ano seguinte (1841). Contra ele não perdiam tempo os oposicionistas, que fomentavam revoltas aqui e ali, tais como em Aracati, Russas, Muxuré (Quixeramobim), Icó, sendo a mais séria a que se verificou em Sobral.

Nesta vila, sem querer recolher-se ao seu quartel em Fortaleza, a despeito de repetidas ordens, permanecia o coronel Xavier Torres com os seus homens, remanescentes da guerrilha contra os balaios, e tendo casado lá com uma irmã de Manuel José de Albuquerque, chefe da oposição, integrou-se na política deste, o que deu margem à ida de Alencar, sabedor dos intuitos sediciosos de ambos. Acompanhado de 30 praças de linha e dois canhões, além do comandante capitão José Félix Bandeira e dos oficiais, tenente Xilderico de Alencar e alferes Luís Xavier Torres, chegou a Sobral, sendo hóspede do capitão-mor Francisco de Paula Pessoa (mais tarde senador) e intimou Torres a apresentar-se. Este não cumpriu a determinação, mandando, pelo contrário, ao Presidente um abaixo-assinado de correligionários caranguejos pedindo a sua continuação, sendo, porém, demitido, com ordem de seguir para a Capital.

Fingindo, agora, obediência, veio entender-se pessoalmente com Alencar que, atilado e suspicaz, se encheu de cautelas, e eis que à noite (14 de dezembro) estoura o movimento armado, que o Padre resolutamente enfrentou. Ao primeiro ataque, dirigido pelo oficial rebelde Joaquim Ferreira de Sousa Jacarandá, respondeu Alencar com um tiro de canhão que feriu a muitos e matou dois dos atacantes. Sucederam-se outras investidas mas, ao amanhecer, quase todos se renderam, menos Xavier Torres, que fugiu com alguns companheiros para o Piauí e, tempos depois, acabou preso em Baturité, no lugar Caiçara (19 de janeiro de 1842), juntamente com Jacarandá, que se foragira após a primeira prisão. Num dos manifestos de Torres, apreendidos após a luta, este se dirigia aos cearenses concitando-os a unirem-se para "duma vez livrar a nossa província das garras da demagogia em que a pretende submergir o atual presidente José Martiniano de Alencar, esse ingrato patrício nosso que, sendo verdadeiro inimigo do Brasil, desde 1817, pretende torná-lo republicano...'

O substituto de Martiniano de Alencar, com a ascensão do Gabinete Francisco Vilela Barbosa (23 de março de 1841), foi o

conservador, brigadeiro José Joaquim Coelho, a quem entregou as rédeas governamentais o vice-presidente major Facundo (9 de maio). Pelo assassínio deste, que era o chefe liberal no Ceará (noite de 8 de dezembro), havia de responder moralmente, acusado pela família Castro. Era português naturalizado e chegou a ser o Barão da Vitória. Deixou o Ceará, viajando no navio "S. Sebastião", em 14 de março de 1843.

O assento presidencial dele passou para outro brigadeiro, José Maria Bittencourt, nomeado em 12 de janeiro e empossado a 2 de abril. Administrou até 4 de dezembro de 1844, substituído neste dia pelo coronel Inácio Correia de Vasconcelos, segunda vez nomeado para tal posto.

Nesta gestão de Correia de Vasconcelos verificou-se a grande seca de 1845, de consequências tristíssimas. O quadro reproduzir-se-ia, infelizmente, até os dias de hoje: "A população dos sertões achou-se reduzida aos maiores apuros e obrigada a sustentar-se de vegetais agrestes e baldos de princípios nutritivos, quando não continham propriedades nocivas, levando esta situação à prática de atos horríveis e de crimes de homicídio, que se tornaram então numerosos, sendo quase todos ocasionados por questões de alimento. Não achando os sertanejos mais o que comerem, abandonaram suas moradas, retirando-se para o Cariri e mais serras úmidas da Província. Para a Capital convergiram mais de 30 000 pessoas sem recurso e reduzidas em geral a um estado de magrém espantoso. A caridade pública por si só não podia acudir às precisões de tanta gente, e o governo, à espera das ordens do Ministério, a quem tinha dado parte do estado da Província, demorava-se em dar as providências reclamadas por tão críticas circunstâncias." (Pedro Théberge).

Em substituição a Vasconcelos e com o interregno de pouco mais de dois meses (2 de agosto a 14 de outubro de 1847), tomado pelo vice-presidente João Crisóstomo de Oliveira, veio ocupar a presidência o Dr. Casimiro de Morais Sarmento, nomeado a 12 de setembro e em cuja administração se inaugurou a iluminação de Fortaleza, a azeite de peixe, assunto de que tratara com interesse Correia de Vasconcelos no seu primeiro período de administrador. Esse servico público foi contratado com Vitoriano Augusto Borges, para levantar e manter sempre limpos 44 lampiões acesos "das seis horas da tarde até que amanhecesse o outro dia, ou até que saísse a lua".

Também se deve a Sarmento a construção do primeiro cemitério de Fortaleza, que tomou o nome de S. Casimiro, localizado no terreno em que hoje se encontram vários edifícios da Central da Rede de Viação Cearense (RFFSA).

Até então os enterramentos eram feitos nas igrejas.

Ficou muito conhecido pela alcunha, que lhe deram, de "Morais Malcriado", dado o seu temperamento irascível.

Transmitiu o governo, em 14 de abril de 1848, ao mesmo vice-presidente Crisóstomo, de quem o havia recebido, e este passou ao Dr. Fausto Augusto de Aguiar (13 de maio). Governou este Presidente até 1 de agosto de 1850, tendo deixado documentados relatórios ou mensagens lidos à Assembléia, nos quais se encontram valiosas informações sobre a vida político-administrativa do Ceará.

in the second The second se

ear on an income it of despit of the control of the first one is and the control of the control

ea miamino of characters of a contract of the artificial

Ainda Outros Presidentes. A Guerra do Paraguai O Tribunal da Relação.

No espaço de tempo que decorre entre a metade do século passado e a proclamação da República teve o Ceará trinta e oito presidentes, cujas administrações, via de regra, não apre-

sentam grandes relevos.

O primeiro a vir, depois de Fausto de Aguiar, foi o Dr. Inácio Francisco Silveira da Mota, que encontrou a Província sob o guante do mais estreito partidarismo político. Tomou posse no mesmo dia em que chegou (14 de novembro de 1850) e governou até 6 de julho de 1851. Soube colocar-se acima das paixões locais e pôde agir livremente contra os criminosos, inclusive alguns mandões, que com a sua ação nefasta intranquilizavam o interior. Entre eles o célebre Conduru (Antônio Ferreira Braga), evadido de Fernando de Noronha e que, fazia anos, era perigoso instrumento nas mãos dos politiqueiros. Outro foi o não menos conhecido Fandango (Antônio Bernardino), protegido de potentados de Quixeramobim e réu de morte na Paraíba, co-autor do assassínio do padre Inácio Ribeiro de Melo, na vila de Sousa (agosto de 1849). Era o Presidente mesmo quem dava, diretamente, as providências da manutenção da ordem e obteve os resultados mais compensadores. De modo geral saneou o sertão da praga dos bandoleiros. José de Barros, o terror da região compreendida entre Brejo Grande, no Ceará, e Exu, em Pernambuco, foi capturado após afanosas procuras, tendo igual sorte Antônio Abraão, co-réu na morte do major João Facundo, em 1841, e desde aquele momento foragido.

Tudo fazia o Presidente com severidade, mas não com violência. Identicamente, procurou limpar a própria Justiça de

elementos mais desviados do dever, procedendo com energia e serenidade. Embora curto o seu período administrativo, introduziu melhoramentos recomendáveis na Província. Trouxe para o Ceará a primeira máquina de descaroçar algodão, chegada a Fortaleza em 1 de junho de 1851. Recebeu os aplausos gerais, coisa rara naquele tempo. Deram-lhe mais tarde o título de Barão da Vila Franca.

Substituiu-o, no referido dia 6 de julho, o Dr. Joaquim Marcos de Almeida Rego, o primeiro médico a ser nomeado Presidente do Ceará, na fase imperial. O segundo e último haveria de ser o Dr. Sátiro Dias, em 1883-1884. Teve de enfrentar rebelde surto da febre amarela, contra a qual Silveira da Mota havia tomado as primeiras medidas. Veio mesmo a calhar, como esculápio que era. Reunido aos colegas José Lourenco de Castro e Silva, Castro Carreira e Marcos José Teófilo tudo fez para debelar o mal. O tabelião Cândido Pamplona e o comerciante José Henrique Samico ajudavam o seu trabalho de salvação, aplicando a homeopatia. Este último acabou vítima da febre e faleceu. Os Drs. Castro Carreira e José Lourenço, atacados, quase seguem caminho igual. Morreu, com a maior tristeza de todos, o mestre-de-obras Francisco de Paula Coutinho, arquiteto da Sé (matriz de Fortaleza) e grande impulsionador de melhoramentos no estilo urbanístico da Capital, ainda uma cidade de casas muito pobres. Elogios a esses incansáveis obreiros do bem não faltaram depois que a epidemia cedeu. A justiça relembra, também, a ação benfazeja dos boticários Antônio Rodrigues Ferreira, Antônio Teodorico da Costa e Antônio Paes Mamede. Foi a febre amarela uma provação terrível para a Província.

Em 20 de fevereiro de 1854, assume as funções da presidência o padre Dr. Vicente Pires da Mota, em substituição ao Dr. Joaquim Vilela de Castro Tavares, que havia sucedido a Almeida Rego (28 de abril de 1853). Na sua curta gestão foram terminadas as obras da Catedral (Sé), iniciadas havia trinta e dois anos, conduzidas para ela, depois da respectiva bênção (2 de abril), as imagens em procissão, saídas da capela do Rosário, onde permaneciam desde a demolição da antiga matriz substituída, no mesmo local, pela nova.

Depois de Pires da Mota governaram a Província: Francisco Xavier Paes Barreto (13 de outubro de 1855 — 26 de março de 1857), João Silveira de Sousa (27 de julho de 1875 a 15 de setembro de 1859), Antônio Marcelino Nunes Gonçalves (7 de outubro de 1859 — 9 de abril de 1861), Manuel Antônio Duarte de Azevedo (6 de maio de 1861 — 12 de fevereiro de 1862) e

José Bento da Cunha Figueiredo Júnior (5 de maio de 1862 a 19 de fevereiro de 1864) — todos do Partido Conservador.

Agora pertencentes à facção liberal, foram mandados para governar o Ceará, sucessivamente: Lafayette Rodrigues Pereira, o futuro conselheiro Lafayette (4 de abril de 1864 — 10 de junho de 1865), Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, mais tarde o Barão Homem de Melo (10 de junho 1865 — 6 de novembro de 1866), João de Sousa Melo e Alvin (6 de novembro de 1866 — 6 de maio de 1867), e Pedro Leão Veloso, depois Ministro do Império (16 de outubro de 1867 — 15 de abril de 1868).

Ao Dr. Lafayette Pereira coube dar as primeiras providências no tocante à remessa de tropas para a Campanha do Paraguai. Em Decreto de 7 de janeiro de 1865 recomendara o Governo Imperial a organização de corpos de voluntários, para reforco do Exército, e não tardou que os cearenses, logo conhecedores da notícia da declaração de guerra, se movimentassem na formação do voluntariado. Os primeiros a inscreverem-se foram Israel Bezerra de Meneses e José Martiniano Peixoto de Alencar, os quais seguiram incorporados ao 1.º Corpo de Voluntários da Pátria embarcado em 6 de abril daquele mesmo ano, composto de 466 praças, sob o comando de José Nunes de Melo, Coronel da Guarda Nacional. Três dias antes, seguira o Corpo da Guarnição da Província (tropa regular) com 376 praças, inclusive 25 oficiais, dois médicos e um capelão. No dia 13 viajou o Corpo de Polícia da Província, com 170 homens comandados pelo major José Fernandes de Araújo Viana, e, pouco tempo depois (2 de maio), o 2.º Corpo de Voluntários com 200 homens, dos quais era comandante o tenente José Peregrino Viriato de Medeiros. Em 2 de outubro seguiu o 3.º Corpo de Voluntários, com 213 pracas e 13 oficiais, e no dia 27, o 4.º Corpo, com 168 praças e 9 oficiais.

Outros foram enviados, perfazendo o total de 5 802 homens que representam a contribuição do Ceará àquele rude mas glorioso embate das armas nacionais. Dois batalhões cearenses se destacaram nessa luta de cinco anos: o 26.º de Voluntários e o 14.º de Infantaria.

Recebido com grandes júbilos, o primeiro chegou de volta a Fortaleza em 30 de abril de 1870, comandado pelo então coronel Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa (General Tibúrcio), tendo sido dissolvido por Ordem-do-dia de 5 de maio. Tibúrcio, muito culto, professor de Química e Física da Escola Militar, dotado de sólidos conhecimentos filosóficos, foi ao lado disso

163

panha. Muitas honrosas comissões desempenhou, inclusive na Europa. Nasceu em Viçosa do Ceará, em 11 de agosto de 1837 e faleceu em Fortaleza no dia 28 de março de 1885.

Entre muitos que dignificaram a coragem militar brasileira figura o general Antônio de Sampaio, hoje patrono da Infantaria do Exército Nacional. Vítima de ferimentos sofridos na célebre batalha de Tuiti (24 de maio de 1866), faleceu a bordo do vapor "Eponina", que o conduzia a Buenos Aires (6 de julho). Nasceu em Tamboril a 24 de maio de 1810.

É de justiça consignar nestas referências a guerra contra Solano Lopez a atitude da jovem cearense, de 17 anos, Antônia Alves Feitosa, mais conhecida por Jovita Feitosa e natural dos Inhamuns, a qual, vestindo roupa masculina e o cabelo cortado à homem, se apresentou, assim disfarçada, em Teresina, ao governador piauiense, como "voluntário da Pátria", a fim

de seguir para a frente de batalha.

Descoberto o seu verdadeiro sexo, a rogos seus foi incorporada excepcionalmente e, de saiote e blusa militar com a divisa de 1.º sargento, seguiu junto a um dos batalhões para o Rio de Janeiro, alvo de admiração e de homenagem de todos quantos a viam e conheciam as circunstâncias da sua apresentação. Na Corte foram, no entanto, rejeitados os seus serviços, porque contrária à lei a sua incorporação. Desgraçadamente, deixando-se ficar ali, sem a necessária experiência da vida, terminou em dura infelicidade, matando-se com uma punhalada no coração.

Com a nova ascensão dos conservadores na política geral, passou a presidência do Ceará a ser confiada a partidários caranguejos, numa série que se inicia com a do Dr. Diogo Velho Cavalcânti de Albuquerque (27 de agosto de 1868 — 24 de abril de 1869). Vieram, em seguida: des. João Antônio de Araújo Freitas Henrique (26 de julho de 1869 — 13 de dezembro de 1870), Dr. José Fernandes da Costa Pereira Júnior (20 de janeiro a 26 de abril de 1871), conselheiro José Calazans Rodrigues (Barão de Taquari), de 29 de junho a 9 de janeiro de 1872, comendador João Wilkens de Matos (12 de janeiro a 30 de outubro de 1872), Francisco de Assis de Oliveira Maciel (7 de dezembro de 1872 a 12 de setembro de 1873), Francisco Teixeira de Sá (13 de novembro de 1873 — 21 de março de 1874).

Este é que instalou em 3 de fevereiro de 1874 o Tribunal da Relação, hoje Tribunal de Justiça do Ceará, cuja criação data do Decreto Legislativo n.º 2342, de 6 de agosto anterior. Até ali os negócios judiciários, na Província, tinham a sua última instância na Relação de Pernambuco. Isso, a partir de 13

de agosto de 1822, dia da instalação desta, porque, antes, pertencia à Relação do Maranhão e, mais recuadamente, à da Bahia (desde a criação desta até 1812, quando ficaram afetos ao Tribunal maranhense). Constituía-se o novo Tribunal de cinco desembargadores e teve como primeiro presidente o sergipano Bernardo Machado da Costa Dória, sendo primeiro Procurador da Coroa, junto a ele, o pernambucano José Nicolau Rigueira Costa.

Ainda nesta administração começou oficialmente o tráfego da Estrada de Ferro de Baturité (29 de novembro de 1873) entre a Central e a estação de Parangaba, puxada a composição pela locomotiva "Fortaleza". Era, então, essa estrada uma empresa particular, organizada em 1870 pelo Senador Pompeu, Barão de Aquirás, Barão de Ibiapaba, o inglês Henrique Brocklehurst e o engenheiro José Pompeu de Albuquerque Ca-

valcante, seus primeiros diretores.

Continuou a cadeia de governantes conservadores com o Presidente Dr. Heráclito de Alencastro Pereira da Graça, cearense e reputado filólogo (23 de outubro de 1874 a 1 de março de 1875), ao qual se seguiram: des. Francisco de Faria Lemos (22 de março de 1876 — 10 de janeiro de 1877), des. Caetano Estelita Cavalcante Pessoa, também cearense (10 de janeiro a 24 de novembro de 1877), conselheiro João José Ferreira de Aguiar (24 de novembro a 21 de fevereiro de 1878).

Já em seguida são *chimangos* ou liberais os dirigentes da Província, até a proclamação da República: Dr. José Júlio de Albuquerque e Barros, posteriormente Barão de Sobral (8 de março de 1878 a 2 de julho de 1880), conselheiro André Augusto de Pádua Fleury (2 de julho, referido, a 1 de abril de

1880).

Coincide com a gestão de Pádua Fleury a expedição do Decreto Geral n.º 3012, de 22 de outubro de 1880, por força do qual, concretizando-se antiga aspiração de ambos os interessados, passava a pertencer ao nosso Estado a comarca piauiense do Príncipe Imperial (compreendendo os atuais Municípios de Crateús e Independência), em troca da freguesia cearense de Amarração. Isso permitiu limites mais naturais entre o Ceará e o Piauí e, também, a este último tornar-se marítimo, pois que central era até ali.

Ainda liberais: senador Pedro Leão Veloso, pela segunda vez presidente (de 1 de abril a 26 de dezembro de 1881), Dr. Sancho de Barros Pimentel (22 de março a 31 de outubro de 1882), Dr. Domingos Antônio Raiol, Barão de Guajará (12 de dezembro de 1882 a 17 de maio de 1883), Dr. Sátiro de Oliveira Dias (21 de agosto de 1883 — 31 de maio de 1884). Dr.

Carlos Honório Benedito Ottoni (12 de julho de 1884 — 19 de fevereiro de 1885), conselheiro Sinval Odorico de Moura (19 de fevereiro a 1 de outubro de 1885), des. Miguel Calmon du Pin e Almeida (1 de outubro de 1885 a 9 de abril de 1886), des. Joaquim da Costa Barradas (9 de abril a 21 de setembro de 1886), Dr. Enéias de Araújo Torreão (21 de setembro de 1886 a 21 de abril de 1888), Dr. Antônio Caio da Silva Prado (21 de abril, referido, a 25 de maio de 1889, data do seu falecimento, em Fortaleza), senador Henrique Francisco d'Ávila (10 de julho de 1889) e, finalmente, o coronel de engenheiros Jerônimo Rodrigues de Morais Jardim (11 de outubro — 16 de novembro de 1889).

(888).

Objection of a control of thirt bit out a expanding of Objection (1888), particle of Pourse. The control of the Control of the Control of the Control of this or this

Tightish sing action to the second se

A Abolição: A Batalha Anti-escravista. Os Libertadores.

Bafejada pelas simpatias do Trono, a luta contra a escravatura só precisava transpor a resistência conservadora, por interesseira, dos lavradores do café e da cana-de-açúcar.

A Lei de 4 de setembro de 1850 dera força e execução ao Decreto inoperante de 1831, suprimindo definitivamente a ação dos contrabandistas que somente no lapso de 1842-50 haviam introduzido escravos na média alarmante de 35 000 por ano. Mas a emancipação teria de fazer-se por etapas, e em 1871 (28 de setembro), com o Visconde do Rio Branco, votase a lei do ventre-livre, por efeito da qual, passadas duas gerações, teria cabo a feia instituição. Desde 1840 as alforrias e a morte teriam sido responsáveis pela diminuição dos cativos de dois milhões para um milhão e setecentos mil. A força da afinidade agrupava políticos, jornalistas, intelectuais, oradores, a que os militares não eram indiferentes, e todos acabaram fazendo o resto.

A remissão dos sexagenários pela Lei Cotegipe-Saraiva foi mais um passo e em 13 de maio de 1888 a Nação recebeu das

mãos da Princesa Isabel a dádiva apetecida.

No Ceará os anseios emancipadores coincidiam com o modo de serem tratados os cativos: "é preciso deixar bem acentuado que, muito embora a crudelíssima disciplina da família antiga, que penetrava até as escolas, o escravo do Ceará não era o mesmo mártir da lavoura do Sul. Não conhecia o eito e a senzala dos latifúndios; fazia tão-somente de doméstico em contato imediato com seu senhor. Os homens ajudavam no campo e as mulheres, debaixo do mesmo teto, faziam o menage e à conta delas estava a cozinha, cargo de confiança, entendendo com o preparo do pão do qual depende a vida ou pode vir a morte" — escreveu João Brígido.

As horas acerbas com que a meteorologia marca o tempo na terra cabocla do Nordeste não só uma vez nivelaram ainda mais o escravo e o amo, solidarizando-os intimamente. A dor unia-os e, passado o sofrimento, não sabiam avaliar qual se ajudara mais. Brígido refere os não poucos lances dessa solidariedade por ocasião das secas, escravas pedindo às senhoras que as vendessem para que não morressem de fome os moços-senhores; e acrescenta que antes da fala do Trono de 1869 já eram numerosas, nos partidos políticos do Ceará, as chamadas alas libertadoras.

A loja maçônica Fraternidade Cearense, onde estavam alistadas a nobreza e a opulência de Fortaleza, alforriava por alto preço, nas suas festas, bom número de cativos, e nas famílias de maçons os grandes regozijos eram registados com cartas de liberdade. Sucessivas eram as subscrições populares para o mesmo fim, e de sua parte o governo deu exemplo instituindo um fundo especial de 15 contos de réis por ano, para a manumissão de cem escravos que fossem nascendo e levados à pia batismal, de preferência do sexo feminino (Lei n.º 1254, de 28 de dezembro de 1868).

Escoados dois lustros de gestos generosos em prol da gente servil, entra-se em ação mais decisiva com a fundação, em Fortaleza, a 28 de setembro de 1879 da sociedade Perseverança e Porvir, de objetivos comerciais, porém visando igualmente a ajudar a emancipação de escravos, para o que no contrato social figurava dispositivo específico. Doze eram os seus sócios.

Dela, pouco mais de um ano, vai nascer outra — a Sociedade Cearense Libertadora (8 de dezembro de 1880), anotando no momento de sua instituição 225 sócios e com finalidade mais radicais e processos mais atrevidos, senão violentos, nos quais se destacam, em santa fúria, João Cordeiro, Antônio Dias Martins, José e Isaac Amaral, Antônio Bezerra, Antônio Cruz Saldanha, Filipe Sampaio, padre Dr. João Augusto da Frota, Pedro Artur de Vasconcelos, Almino Álvares Afonso, Frederico Borges, José Teles Marrocos, Manuel Albano Filho, Justiniano de Serpa, João Carlos da Silva Jataí, Alfredo Salgado, Dr. Pedro Borges, José Albano Filho. E quantos outros que, nas colunas do jornal Libertador ou comprando e furtando negros, seguiam à risca patético juramento feito. Certo dia, a mão posta, não nos evangelhos mas no cabo do punhal de João Cordeiro, fincado à mesa coberta de pano preto, com duas lanternas aos extremos, no centro da "Sala de Aço", um tanto lúgubre e adrede preparada, prometem "matar ou ser morto em bem da abolição". Poucos os que fugiram ao juramento.

O estatuto da estranha associação é a mais revolucionária das sínteses: "Art. 1.º — Um por todos, todos por um. Parágrafo único — A sociedade libertará escravos por todos os meios ao seu alcance." Tomaram os sócios nomes de guerra e convencionaram linguagem secreta. Não mataram nem morreram na aloucada e refulgente campanha, porém realizaram, na mais desenvolta obstinação, aquilo a que se propuseram. "De todas as sociedades abolicionistas do Império, nenhuma fizera tanto em províncias mais ricas."

Foi, em verdade, uma espadachinada entre picaresca e heróica, rica de lances que não raro atingiam o incalculável, mas sem cuja desabusada atuação tardaria muito mais o des-

fecho da libertação procurada.

O seu trabalho intenso na Capital e a irradiação de suas

idéias no interior ganhavam terreno dia a dia.

A 1 de janeiro de 1883, a vila do Acarape seria a primeira a transformar-se em *Rosal da Liberdade*, na expressão louçã de um dos seus filhos — o jornalista e professor Perboyre e Silva. A Cearense Libertadora, saída de Fortaleza, em composição especial da Estrada de Ferro chega bem cedo e tudo entra em festas. A gente da vila e dos sítios vizinhos, todos com delirante entusiasmo, recebe os mensageiros das alforrias, entre estes José do Patrocínio, que tendo antes conhecido o Ceará como repórter da *Gazeta da Tarde*, do Rio (1878), agora chegado a 1 de dezembro, viera dar ao movimento o calor de sua presença e de sua palavra. Canta-se o Hino da Libertação.

"Nenhum homem terá direito de propriedade sobre outro" — declama Almino Afonso, e, na hora da solenidade, 116 cativos não mais se sujeitariam a nenhum senhor. "As idéias transformam mais que as armas" — e era sem armas, sem feridas de sangue que o cearense principiava a dar ao Brasil a significativa mostra de sua decisão de acabar definitivamente o cativeiro. Mais tarde, a vila do Acarape chamar-se-á Ci-

dade da Redenção.

A seu turno, movidos pela incansável catequese do liberto José Napoleão, capataz da Casa Inglesa, os jangadeiros declaram-se em greve contra os despachos da torpe mercadoria e ajeitam para as homenagens da História e do bronze o seu chefe — o Dragão do Mar, Francisco José do Nascimento. "No porto de Fortaleza não se embarca mais escravos" é frase pronunciada por Pedro Artur de Vasconcelos e constitui o primeiro repto dos libertadores e praieiros, no dia 30 de agosto (1881), à tropa do chefe de polícia Torquato Viana, que insistia em mandar para bordo do vapor "Espírito Santo", ancorado à

distância, duas negras que, afinal, são subtraídas à posse da autoridade.

Outra entidade vem filiar-se à cruzada redentora — o Centro Abolicionista 25 de Dezembro, começando a 19 deste mês de 1882, entre júbilos, nos salões do Reform Club de Fortaleza, e visando a procedimentos mais conformes à lei, "sem perturbações de ordem moral ou econômica no seio da família ou da sociedade". A instalação solene efetuou-se a 4 de fevereiro seguinte e dirigiam-na individualidades do maior porte social, entre elas Júlio César da Fonseca, João Lopes Ferreira Filho, Meton de Alencar, Guilherme Studart, Joaquim Catunda, Antônio Leal de Miranda, A. Afonso de Albuquerque, Narciso Cunha.

Também a mulher cearense faria de soldado destemido nessa gloriosa pugna, reunidas na Sociedade das Senhoras Libertadoras, Maria Tomásia Figueira Lima, Francisca Nunes da Cruz, Carolina Cordeiro, Elvira Pinho, Luduvina Borges, Eugênia Amaral, Jacinta Souto, Maria Teófilo Morais, Maria Nunes Façanha, Lina Bezerra, Joana Bezerra e inúmeras mais, arrebatadas de fé inexcedível.

Pondo em rubores a Capital, imitam a Cidade da Redenção os municípios de Pacatuba e Itapajé (2 de fevereiro), Baturité e Icó (25 de março), Tauá (25 de abril), Maranguape e Messejana (20 de maio), Aquirás (23 de maio).

Agora, clero, nobreza e povo andam juntos e não pára mais a jornada que iria terminar com a vitória da abolição completa.

Sucedem-se por toda parte as derrotas do escravismo, e a 24 de maio, Fortaleza quebra as algemas dos seus negros. Atendera ao desafio de Maria Tomásia, nome que será sempre exaltado pelo seu infatigável serviço em prol da campanha: "Se esta heróica cidade foi o quartel-general do pensamento emancipador, a seus generosos habitantes corre, neste momento, o glorioso dever de reduzir a estilhaços os ferros dos poucos cativos que ainda protestam contra a lei que, há três séculos, os tem seqüestrado das comunhões civis e políticas."

José Irineu de Sousa, pintor cearense, em majestosa tela retrata a sessão declaratória, realizada na sala nobre da Assembléia Provincial, e hoje o quadro histórico dá realce às paredes do Palácio da Abolição, sede do Governo do Estado.

Ainda nesse ano, a emulação magnífica atinge os municípios de Caucaia (3 de junho), Viçosa do Ceará (29 de setembro), Canindé (4 de outubro), Ibiapina (11 de outubro), Várzea Alegre (22 de outubro), Pentecostes (9 de dezembro), São Mateus, hoje Jucás (27 de dezembro), Trairi, Jaguaribe e Brejo-

-Santo (31 de dezembro).

Até que, vencido o terreno palmo por palmo, no dia da anunciação da Virgem Santa, sua amorável padroeira, em 25 de marco de 1884, a Capital abriu o coração e a alma para receber a ansiada Declaração da Liberdade.

Há vibração e calor cívico, as ruas adornadas, a sua gente, em movimentação emocional nunca vista, confluindo para a Praca da Estação (praça Castro Carreira), onde, aproveitando-se o pavilhão do Grande Circo Americano, ali armado, se efetuaria a solenização do feito.

A cidade não cabe na concha do seu tamanho nos desabafos do júbilo. Adejam sobre o seu pequeno povo as divindades da Alegria e da Beleza com todas as suas inspirações

e magias - já tivemos ocasião de escrever.

A sessão, quem a ela preside é o Presidente da Província - o Dr. Sátiro de Oliveira Dias, que é aclamado sócio benemérito da Cearense Libertadora e, ao concluir o seu discurso, convida todos a que, de pé, ouçam a declaração imorredoura: A Provincia do Ceará não possui mais escravos!

Salientou o governante a magnitude da "cruzada olímpica, primeiro de poucos bravos, depois de muitos, depois de todos. luta que não descreverei porque fostes vós que a preparastes, porque fostes vós que a travastes, e sois vós que a ven-

ceis hoie, gloriosamente".

Não era uma lei que se decretava, era uma Declaração de Direito da Liberdade. Não se consubstanciava na letra de um diploma legal, que a tanto faltava atribuição ao Presidente da Província e mesmo ao Legislativo Provincial. Eram palavras que se pronunciavam com o vigor e substância das frases que ficam no bronze da História.

Era, sobretudo, uma mensagem de fé dirigida ao Brasil. incentivo a que cobrasse mais ânimo para obter - o que somente quatro anos mais tarde faria — destruição da escrava-

tura, traduzida na Lei Áurea de 1888.

E escreveu Joaquim Nabuco a José do Amaral: "O que o Ceará acaba de fazer não significa por certo ainda — o Brasil da Liberdade: mas modifica tão profundamente o Brasil da Escravidão, que se pode dizer que a sua nobre província nos deu uma nova pátria. A imensa luz acesa do Norte há de destruir as trevas do Sul. Não há quem possa impedir a marcha dessa claridade."

dini te dikemi, jam jedenski jej saktora e tjal

Adesão à República.

Teria de ser a república um imperativo americano.

Descoberta pelo europeu civilizado, a América foi chamada o Novo-Mundo, e este nome "significava mesmo que se recomeçava aqui a vida em mundo realmente novo, nada tendo de comum com o antigo, senão as relações de ordem

política". (Rocha Pombo).

Como bem disse Gilberto Amado, "a Europa é uma atmosfera densa cujas camadas representam séculos. Nela, o ar que se respira fala a linguagem carregada de sentido". "Comprimida no seu território limitado, a Europa se aprofunda no seu solo e cresce nele como uma montanha formidável", ao passo que a América é como que "uma película tênue, distendida no espaço", e "uma atmosfera leve sob cuja pressão não ofega o ser humano". "O americano respira largo na amplitude dos horizontes, e, à medida que penetra na América, o filho da Europa sente aligeirar-se-lhe o espírito."

Afrânio Peixoto escreveu que "é a ambiência, a permanência do quadro, da moldura histórica, tradicional, monumentos, catedrais, túmulos, lembranças do passado, reminiscência, imperativo de contínua sugestão, desde os mais tenros anos, — que fazem do europeu tradicionalista, hierárquico, guerreiro, cheio de ódio, pronto a vinditas militares, querendo um pedaço da terra dos outros... amoroso de glória que eles atribuem ao sangue derramado", enquanto "nada disto há na América, povinhos com fronteirinhas, com fortalezas de espaço a espaço".

Poderemos resumir que o europeu vive uma paisagem vertical, estratificada, diferente da paisagem do lado de cá, vastamente horizontal, sem maior profundidade, ansiando pela ex-

pansão, pelo movimento solto, pela liberdade.

Foi essa falta de estratificação que gerou as nações americanas, desprendidas das nações-pátrias, transformando-se em repúblicas, a começar pela de George Washington, que firmou o exemplo. O regime colonial impusera o republicanismo, porque no momento de resolverem o problema da independência, elas não tinham príncipes de sangue, que porventura prolongassem a realeza, valendo-se então, para dirigir-se, de chefes de prestígio lastreado nas simpatias populares.

Assim nos Estados Unidos, assim nas colônias espanholas.

O Brasil, quando dos pruridos separatistas, encontrou-se, todavia, em situação diversa. O exército de Junot pusera em fuga para aqui a Corte portuguesa toda, numa transplantação às carreiras, e vieram os nobres e áulicos com o seu fausto e os seus modos, que perturbaram os sentimentos autonomistas, as mentes agora presas à admiração dos notáveis empreendimentos materiais e culturais de D. João 6.º. Primeiro, a pomposidade da denominação — Novo Império do Brasil, e depois o comércio livre, as facilidades industriais criando fábricas e oficinas, o Banco do Brasil, museus, bibliotecas, liceus, escolas superiores, a Imprensa Régia, o Jardim Botânico.

A cornucópia de benefícios desviou necessariamente a direção republicana do Brasil e, quando despertos da emoção, viram os brasileiros que se retardavam dos outros irmãos americanos. Já em plena emancipação, foi aproveitando um Príncipe (e só eles o tinham) que jogaram fora os laços coloniais.

Feita a Independência, com o grito do Ipiranga, não tardou se apercebessem da inconveniência do regime, e daí as reações que vieram culminar com a abdicação de Pedro 1.º, nova transigência do "espírito republicano", só explicada pelo fato de valer por uma aparente república a forma de escolha dos Regentes pelo voto popular.

Com efeito, expressa João Ribeiro, "a regência com um regente eleito pelo povo foi essencialmente a primeira república de consenso nacional".

Viria consolidar-se a instituição real nas qualidades superiores e liberais de Pedro 2.º, que aos poucos amorteceu as idéias republicanas, na verdade, até ali, mais de cunho nativista.

Dirigindo o grande, porém, ainda pouco articulado Império durante quase sessenta anos, D. Pedro sempre se mostrou um exato burocrata, seguidor sereno da lei, preocupado muito com as delícias espirituais da filosofia e das ciências e letras, porventura desestimando a sua posição de rei, que lhe é, ao que parece, um peso. Não o empolga "o insípido dever de reinar".

Certa vez disse: "A honra do meu reinado só pode ser cumprir a Constituição que jurei." Doutra feita, já no exílio, revelou a Ouro Preto: — "Em suma, estou satisfeito. É a minha carta de alforria. Posso agora ir aonde quero."

Euclides da Cunha viu no segundo reinado "uma parada, digamos melhor, uma situação de equilíbrio", e os mais descrentes cognominaram de "Brasil adormecido, Brasil sem pressas" aquele regime a que, para usar de uma frase de Nabuco, "presidia com as suas longas barbas níveas o velho de S. Cristóvão".

A longevidade do reinado dava margem a muitos descontentamentos, que se vieram somando e se confundiram, após a guerra contra o Paraguai, ao espírito novo dos elementos do Exército em contato demorado com o caudilhismo do Sul. Por outro lado, a repetição das quedas e subidas dos gabinetes, provocadas pela gana do poder, foram amolecendo o ânimo e a fé dos estadistas, que acabaram não crendo mais na viabilidade de um terceiro rei.

A bonomia do monarca era interpretada como fraqueza ou espírito de acomodação preguiçosa, e já por último tudo se agrava com os entrechoques da campanha da abolição servil, empolgando o País.

A "questão religiosa" cavou as antipatias do clero, de tal modo que chegamos a ver o padre Joaquim José Vieira, vigário de Campinas e depois segundo Bispo do Ceará, recusar-se a apertar a mão do Imperador só porque este assinara a ordem de prisão de d. Macedo Costa e frei Vital Maria Gonçalves.

Da "questão religiosa" à "questão militar" é um passo, extremado o Exército contra o Ministério, aos influxos sutis da propaganda de alguns poucos mas tenazes republicanos, pela

imprensa, na tribuna e na cátedra das Escolas.

Passara o partido republicano a engrossar com os descontentes e sabe-se como em 15 de novembro uma indisposição de momento deu à luz, inesperadamente, a República. Deodoro à testa, com espanto da maioria. Ele mesmo relutara: — "Eu queria acompanhar o caixão do Imperador, que está velho e a quem respeito muito." Mas a onda de solicitações da hora extrema levou-o, o "Generalíssimo", a dar seu endosso ao movimento que, embora estruturado pela erudição de Rui Barbosa, só a dureza e valentia de Floriano Peixoto poderiam sustentar e consolidar.

No Ceará, a idéia republicana foi sempre um artigo de fé, manifestada não raro audaciosamente. No Aracati, em 1870 (21 de abril), fundava-se o Clube Republicano, tendo como organizador mais ativo Júlio César da Fonseca Filho. O grêmio devia tomar a si "a missão da propaganda da república, quer pela imprensa, quer pela tribuna, quer pelos comícios ou por outros quaisquer meios considerados preciosos para a vitória final da causa". Mas somente em 1872 (27 de outubro) pôde mover-se procurando atingir as suas finalidades.

Arrefecida a propaganda com os entusiasmo doutra mais humanamente gritante — a da libertação dos escravos, retomou o movimento republicano, após o triunfo de 25 de março de 1884, a sua marcha decisiva. Em 1889 (26 de julho) tomam corpo as atividades então dispersas, homogeneizadas no Centro Republicano do Ceará (Fortaleza), presentes os elementos de maior evidência da causa — Joaquim Catunda, Antônio Cruz Saldanha, Gonçalo de Lagos Fernandes Bastos, José do Amaral, Antônio Sales, Jovino Guedes, tenente Floriano Florambel, João Cordeiro, Antônio Papi Júnior, Adolfo Caminha, João Lopes Ferreira Filho, Álvaro Martins e muitos outros.

Provocou-o um artigo de Papi Júnior no semanário A Avenida.

João Cordeiro, no mês seguinte, viajou para o Sul, tendo tomado parte no Congresso Republicano realizado na capital de S. Paulo. Voltando ao Rio, foi comissionado pelo propagandista Quintino Bocaiúva para investigar, nas capitais do Norte, com que elementos poderia contar a conspiração. E já preparava o seu relatório, quando a intentona sobreveio.

A notícia chegou através de telegramas recebidos entre 16 e 17 horas do mesmo dia 15 de novembro, inclusive um de Benjamim Constant e outro de Quintino Bocaiúva ao cel. Luís Ferraz. O presidente Morais Jardim, que se empossara apenas era decorrido um mês, diante dos acontecimentos a se enovelarem rapidamente aos seus olhos, deliberou convocar, para uma reunião em Palácio, os seus colegas de farda, os chefes políticos, os diretores de repartições.

As 11 horas do dia 16, todos atentos, expôs que "era gravíssima a situação do País e ele, administrador do Ceará, numa quadra anormalíssima, não podia abandonar os cearenses antes do telegrama oficial do novo governo republicano anunciando a deposição do governo monárquico e, portanto, como Presidente e como militar, apelava para o povo e principalmente para os seus camaradas de armas, pedindo-lhes apoio e garantindo-lhes que só se limitaria a manter a ordem pública, aguardando comunicação da Corte".

Dirigentes e alunos da Escola Militar e oficiais do 11º Batalhão de pronto discordaram do apelo, declarando-se solidários com Deodoro, a quem iriam imediatamente telegrafar.

Enquanto isso, reunidos na sala das ordens do Quartel, desde as 5 horas da tarde anterior, os oficiais do 11º, por proposta de Tristão Sucupira de Alencar Araripe, resolveram — com alguma relutância do cel. Ferraz — aderir imediatamente ao movimento. Por sua vez, o Clube Republicano mantinha-se em sessão permanente, em constante ligação com a tropa por intermédio de João Cordeiro, Joaquim Catunda e João Lopes, e só às 14 horas de 16 ultimaram a decisão. A essa hora, populares já corriam as ruas da Capital, quebrando placas de logradouros públicos e insígnias reais, aglomerando-se no Passeio Público oficiais, soldados, civis e componentes do Centro Republicano, na atoarda congratulatória de foguetes e banda de música, preparados para deporem o Presidente e constituírem novo regime.

Foi nesta ocasião que Júlio César da Fonseca repudiou, em atitude irrevogável, a maneira como estavam implantando na terra cearense a República dos seus sonhos. Vira sobre um dos bancos do jardim uma bandeira nacional com a coroa do Império substituída por um barrete frígio, feito de baeta vermelha e, trocando algumas palavras com o major Manuel Bezerra de Albuquerque, lente da Escola Militar e o mais ostensivo promotor do ajuntamento, recebeu dele a informação de que iria ao Quartel, ali em frente, e não tardaria a voltar.

Realmente o fez e de lá veio trazendo o Comandante do Batalhão, tenente-coronel Luís Antônio Ferraz, em companhia do capitão-engenheiro Pretextato Maciel.

"O Ferraz — narra Júlio César, — vinha pálido, muito pálido, abotoando o dólmã, sinal de que o tinha vestido às pressas. Bezerra, apresentando-o, num gesto senhoril de condutor de homens, declarou, voz altissonante: — "Eis o nosso primeiro Governador!"

"Achava-se aí, também, na mesma ocasião — acrescenta — um célebre cavalheiro de indústria, espanhol, conhecido por Catalão o qual, imediatamente, sem tir-te nem guarte, se apoderou da bandeira referida e, empunhando-a solta aos beijos da brisa marítima que então soprava, bradou violentamente: — Viva a República!"

Catalão era o apelido de Seraphyn Gran y Ferrer, aventureiro de má fama e, doutra parte, o coronel Ferraz, o indigitado governador naquela improvisação difícil, havia-se julgado ofendido, dias antes, pelo mesmo Júlio César, e portara-se sem a devida calma, só porque este lhe insinuara que-os republicanos do Ceará precisavam da sua espada.

"De uma República que tem por seu primeiro governador o Ferraz e por gonfaloneiro o *Catalão*, eu não posso fazer parte" — declarou Júlio César. E retirou-se.

João Cordeiro — são palavras suas — e com ele o major Bezerra de Albuquerque, "receosos de uma contra-revolução no Rio, lembraram-se de Ferraz para ter, assim, o Batalhão às suas ordens". E marcharam todos, ao som da Marselhesa, o velho militar encabeçando o préstito, para o Palácio e aí intimaram Morais Jardim a depor-se. Este os recebe no salão e logo o major Bezerra, como intérprete da multidão, disse: — "Coronel Jardim, o povo, o exército e a armada acabam de aclamar, na praça pública, chefe do poder executivo nesta Província o sr. tenente-coronel Ferraz", seguindo-se vibrantes vivas à República, a Deodoro, a Ferraz, a João Cordeiro.

O cel. Jardim — escreve testemunha presencial, — trepando-se numa cadeira, com a prudência de homem de idade
e porte de soldado, respondeu que nunca pensou que depois de
trinta anos de vida militar, e de haver apelado pedindo o apoio
dos seus colegas, prometendo não criar estorvos à nova forma
de governo, fosse vítima de tamanha violência; mas desde que
o povo queria, obedecia". E adiantou: "Desejo que sejam felizes
e a vós cearenses eu peço-vos com os olhos abrasados em lágrimas (e foi chorando) não vos esqueçais dos vossos patrícios
que se estorcem com fome."

Instalou-se, em seguida, o "Governo Provisório do Estado

do Ceará da Confederação da República do Brasil".

Foi primeiro ato do novo dirigente nomear uma Comissão Executiva, em forma de ministério, para auxiliá-lo, dela participando: João Cordeiro, encarregado dos Negócios da Fazenda; major Manuel Bezerra de Albuquerque, dos Negócios da Guerra; João Lopes Ferreira Filho, do Interior; tenente Alexandre José Barbosa Lima, da Justiça; Joaquim Catunda, do Exterior; capitão José Freire Bezerril Fontenele, da Agricultura, Comércio de Obras Públicas; e 2.º tenente da Armada, José Tomás Lobato de Castro, da Marinha.

Esse inexperiente Conselho, algo ridicularizado, veio a dissolver-se quando Ferraz foi nomeado Governador, por ato confirmativo do Presidente da República, em 16 de janeiro subse-

qüente.

Também um dos municípios do interior — o do Icó — constituiu o seu ministério, a que não faltou, paradoxalmente, o seu ministro dos Negócios da Marinha...

No dia 18, ainda em meio à confusão natural a tais fatos, João Cordeiro recebeu telegrama do ministro Aristides Lobo comunicando a sua nomeação para Presidente do Estado, porém lealmente deixou de aceitá-la, pois havia sido aclamado e empossado o coronel Ferraz. O mesmo Ministro e Rui Barbosa voltaram à carga, dizendo que ficaria sem efeito a aclamação devendo ele, sem demora, tomar posse do governo.

A resposta foi que de modo nenhum o faria e, por isso, a nomeação recaiu no próprio Ferraz, como Governador Provisório. E foi, assim, o Ceará o único Estado à manter o Governo

aclamado.

Nesse mesmo dia 18, Ferraz e o seu secretariado juraram fidelidade às instituições e dedicação ao progresso material e moral do Estado, perante a Câmara Municipal de Fortaleza, presidida pelo sr. Arnulfo Pamplona. Em data de 1 de dezembro Ferraz é efetivado por ato do Governo Federal.

e preceipte de granten. El fer é le transe l'était : l'antice l'était ... e intande ém Comm de l'était de la comme de le colon de la parigne de le parigne de la parigne de

abelinces of Justice Pascill I justice Terrolis of the camprised of the samples of the pascillation of the camprise of the pascillation of the pas

Joseph Ruel Harry Torrege a varietado o Contraso acens oldes

CAPÍTULO 25

O Novo Regime. Mimetismo Partidário. Clarindo e Sua Deposição.

Como é bem compreensível, o advento republicano acarretou sensíveis modificações na organização administrativa e política e, quanto a esta, tiveram os partidos eleitorais de suportar profundas alterações.

Até ali, já foi dito, dois grandes grupos se disputavam, no País, a direção da coisa pública — o conservador e o liberal, co-

mumente chamados caranguejo e chimango.

No Ceará, o partido conservador organizou-se na presidência do Dr. Manuel Felizardo de Sousa e Melo, sucessor do senador Alencar (1837), mas só a partir de 1841 se firmou com o prestígio da numerosa família Fernandes Vieira, nucleada em torno do Visconde do Icó, e à qual se agregavam as figuras eminentes do boticário Rodrigues Ferreira e do comendador José Antônio Machado. Dividiu-se em 1863 nos subgrupos: miúdos ou carcarás, componentes da velha guarda, tendo como reduto o jornal Pedro II e que, de começo, eram chefiados pelo Dr. Miguel Fernandes Vieira e depois pelo Dr. Goncalo Fernandes Vieira, Barão de Aquirás; e graúdos, dissidentes chefiados pelo Dr. Domingos Jaguaribe e pelo Barão de Ibiapaba, Joaquim da Cunha Freire, e cuia trincheira eram as colunas da Constituicão.

À sua vez, os liberais, que tiveram raízes nas famílias Alencar e Castro e Silva, bipartiram-se, após a morte do chefe, senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil, em pompeus ou minus, sob a chefia do genro deste, Dr. Antônio Pinto Nogueira Acióli, e tendo por arma de propaganda o periódico Gazeta do Norte: e paulas ou ripardos, obedientes ao conselheiro Antônio Joaquim Rodrigues Júnior e mantendo o Cearense como cida-

dela dos seus interesses e reivindicações.

Nas suas constantes desinteligências, por vezes as facções adversas se aliavam em *coalisões*, objetivando um fim comum, e foi com os *graúdos* unidos aos *pompeus* e com os *miúdos* aos *paulas*, que a República os encontrou.

Perderam, então, de sentido os partidos monárquicos, e os seus elementos, num explicável mimetismo, vestiram outras cores, particularmente a do partido republicano, sem demora

cindido também.

Martinho Rodrigues de Sousa, Cruz Saldanha, Justiniano de Serpa e *tutti quanti* separaram-se do Centro e fundaram o jornal *O Norte*, passando a ser conhecidos por *maloqueiros*, enquanto os outros, ao redor de João Cordeiro, continuavam a

utilizar o Libertador e foram alcunhados cafinfins.

Já em abril de 1891, desprestigiados que estavam, perderam estes últimos os cargos de 1.º e 2.º Vice-Governador, com a demissão, respectivamente, de João Cordeiro e Benjamim Barroso, tendo sido nomeados para substituí-los o general José Clarindo de Queirós, como Governador, na falta da Ferraz, que falecera no Recife, e como Vice-Governador o tenente-coronel Feliciano Antônio Benjamim, secretário da Escola Militar do Ceará.

Havia-se instalado o Congresso Constituinte Estadual, que deveria promulgar a Constituição e eleger o governador e vice-governador constitucionais. Assentar-se-ia no Rio, por intermédio do Barão de Ibiapaba, a eleição de Martinho Rodrigues para esse primeiro cargo, porém a escolha encontrou sérias restrições dos republicanos ortodoxos, a começar por João Cordeiro, cujo nome eles desejavam fosse vitorioso, João Cordeiro não aceitou a fórmula lembrada e, com surpresa de todos, indicou, como candidato, o general Clarindo de Queirós que, a seu ver, era o único nome a poder atrair os votos necessários para derrotar o candidato de Ibiapaba, apoiado pelo Barão de Lucena, Ministro de Deodoro.

Feita a eleição, pelo Congresso, em 7 de maio, obteve Clarindo todos os votos menos um (23 deputados), sendo eleito vice-governador o major Benjamin Liberato Barroso que, por 14 votos contra 9, derrotou Martinho Rodrigues. Ambos os eleitos tomaram posse neste mesmo dia.

Clarindo, já experimentado nos deveres da administração pública, pois antes governara a Província do Amazonas (1879), presidiu ao Ceará com o visível desejo de adaptá-lo ao novo regime, demonstrando grande sensatez e espírito de transigência, apesar da forte oposição que lhe faziam os adversários. Mas em fevereiro do ano seguinte foi deposto violentamente pelos alunos da Escola Militar e parte da tropa federal, porque

não aceitara o convite, que lhe dirigira Floriano Peixoto, para

deixar o cargo.

Efetivamente, tendo-se verificado o golpe de Estado, com que a 3 de novembro o marechal Deodoro dissolveu o Congresso Nacional todos os Governadores estaduais, exceto o do Pará, o apoiaram, e dado o contragolpe, sob a responsabilidade do Marechal de Ferro, tiveram de cair, um a um, aqueles apoiantes.

Embora contasse com o Congresso do Estado, com a maioria da imprensa, com a maioria dos oficiais do 11º Batalhão do Exército e as simpatias populares, foi alvo Clarindo da indisfarçável pressão do governo federal, a princípio chamando-o ao Rio com urgência, a título de serem necessários os seus servicos militares ali e, logo mais, porque não anuísse, intimando-o a abandonar a presidência.

Em 16 de fevereiro (1892), cavilosamente, havia sido mandado para Maranguape o 11º Batalhão, a pretexto de realizar exercícios, e na tarde desse mesmo dia, de 16 para 17 horas, a Escola Militar e o restante da força federal dirigida pelo major Manuel Bezerra de Albuquerque, iniciou o bombardeio do Palácio do Governo.

Contava o Governador somente com o Corpo de Segurança Pública, aliás constituído de soldados recrutas, e mais com a Guarda Cívica, pouco numerosa e também desinstruída, afora alguns civis que se encontravam na ocasião, e assim mesmo apôs obstinada resistência, tendo que ceder, porém, aos tiros dos canhões La Hitte de 12 polegadas, utilizados pelos atacantes, já o Palácio em buracos e mortos vários dos seus defensores.

Endereçou, às 7 horas, ao Comandante da Guarnição e dirigente interino da Escola Militar, tenente-coronel José Freire Bezerril Fontenele, um ofício-renúncia, que o conselheiro Rodriques Júnior e o Dr. Pedro de Queirós ajudaram a redigir e, entregando-lhe o governo, embarcou à tarde para a Capital da República, onde publicou um Manifesto à Nação, expondo os motivos da sua deposição.

Clarindo era fortalezense e faleceu, no Rio, em 28 de dezembro de 1893, em decorrência dos padecimentos sofridos na prisão, pois fora um dos treze generais desterrados em

Cucuí, por decreto de Floriano Peixoto.

Logo no dia imediato, 18, transmite o tte-cel. Bezerril as funções do cargo ao vice-governador Benjamim Barroso, cujo primeiro ato foi decretar a extinção do Congresso — Câmara e Senado, - este criado pela Constituição de 16 de junho de 1891, convocando outro para 12 de maio. A esse decreto sucederam-se outros com o fito de desmantelar a situação deodorense, inclusive o da demissão de quatro desembargadores do Tribunal de Apelação e doze juízes de direito do interior do Estado.

Benjamim Barroso, em 12 de julho, passou o cargo ao Dr. Antônio Pinto Nogueira Acióli, eleito, neste dia, 1.º vice-governador e que a 27 de agosto o entregaria ao cel. Bezerril Fontenele, agora presidente escolhido para o quadriênio 1892-1896.

Nenhuma obra de maior destaque realizou este governante, mas demonstrou absoluta honestidade administrativa, tendo acumulado avaramente no Tesouro do Estado enorme soma de dinheiro, por ele próprio chamada de "reserva sagrada". Nasceu em 9 de março de 1850.

rand la company of the self of the company of the c

e de la company de la company

A "Política dos Governadores". As Oligarquias. Pedro Borges e a Questão de Limites. O 3 de Janeiro. A Faculdade de Direito. Nogueira Acióli.

Como se explicou, os adeptos e chefes dos velhos partidos políticos do Império, proclamada a República, tiveram de atuar com outras roupagens, tomando as posições que a cada qual mais convinha. Os *graúdos*, que nas eleições de senador em 20 de maio de 1889 se haviam aliado aos *pompeus*, batendo-se pelo candidato Dr. Nogueira Acióli, depois do evento republicano fundaram a União Republicana e se dirigiram ao povo cearense em manifesto datado de 19 de julho de 1890. O seu órgão de imprensa, surgido no dia seguinte, foi o *Estado do Ceará*, em substituição à *Gazeta do Norte*.

De sua vez, a coligação paulas-miúdos, que naquelas eleições tivera como objetivo a vitória do Dr. Leandro Bezerra; havia-se transformado no Clube Democrático (19 de fevereiro de 1890), sob a presidência do conselheiro Rodrigues Júnior, mudando-se o Cearense em Órgão Democrático. Este jornal, apoio da situação governista, desapareceu com a queda do general

Clarindo.

E por seu lado, fundindo-se a União Republicana e o Centro Republicano, ambos anti-clarindistas, os respectivos jornais — *Libertador* e *Estado do Ceará* — contraíram-se num só — *A República* — (9 de abril de 1892), o qual passou a ser o quartel jornalístico dos chamados *federalistas*.

Nesta série de mutações sobressai a individualidade do Dr. Nogueira Acióli, feito presidente do 3.º Congresso Estadual e por este eleito 1.º vice-presidente do Estado (12 de julho de 1892), caráter em que assume a direção dos negócios estaduais até 27 de agosto, dia da posse do tenente-coronel Bezerril Fon-

tenele, a quem sucederia em 12 de julho de 1896, escolhido pelo voto popular, nas eleições de 11 de abril, para o quadriênio de 1896-1900.

Sem grande cultura humanística e filosófica, mostrou, no entanto, neste primeiro período de governo, as mais positivas qualidades de chefe, notável líder que por dezesseis anos controlaria, pode dizer-se de modo personalíssimo, a administração

e a política de sua terra.

Viera do Senado Federal para a governação do Estado, e a chamada "política dos governadores" de Campos Sales lhe deu todas as ensanchas à consolidação do seu enorme prestígio. Deliberara o eminente paulista assegurar a vitória do seu programa de restauração financeira do País, executado pelo senso realista do seu ministro Joaquim Murtinho, e em troca da solidariedade do Congresso oferecia, aos governos estaduais, todos os favores e a necessária força moral, só por meio deles distribuindo as nomeações e os benefícios federais nos Estados.

Tal política, de intuitos justificados, gerou, todavia, o nepotismo político e em várias unidades da Federação floresceram as oligarquias, com as odiosidades do seu exclusivismo e a

intolerância dos seus processos de ação.

No Ceará, a oligarquia aciolina plantou raízes sólidas no referido primeiro período governamental do chefe e durante

quatro quadriênios sucessivos dominou.

Com efeito, não se podem excluir dessa sucessão os anos da administração do Dr. Pedro Augusto Borges (julho de 1900 a julho de 1904), o qual, apesar de indicado pelo ministro Murtinho, cedo foi abraçado pelo povo nepotista. Integralmente de acordo com o oligarca foi que o Dr. Pedro Borges administrou, fazendo-o, no entanto, com lisura e relativa eficiência.

Dois fatos de excepcional repercussão deram-se no seu

tempo.

O primeiro, de sérias conseqüências, relacionou-se com a tão calorosamente discutida "questão de Grossos", entre o Ceará e o Rio Grande do Norte.

Os limites entre os dois Estados, que desde a Carta-régia de 17 de dezembro de 1793 se haviam fixado oficialmente, aceito como ponto de partida, na costa, o rio Mossoró, assim vinham sendo respeitados, quando numerosos habitantes da Paróquia de Areias dirigiram à Assembléia Nacional uma representação, em que pediam cessassem os litígios e contestações entre as autoridades cearenses e as norte-rio-grandenses, em matéria de jurisdição administrativa.

Aparece desde então mais claramente o intuito de avancarem os industriais salineiros do Rio Grande as fronteiras até o morro do Tibau, abrangendo as ricas salinas da margem esquerda daquele rio e bem assim a povoação de Grossos.

Para dirimir a dúvida recorre o Ceará (1894) aos meios judiciais, mas após muitas protelações forenses resolveram as partes contendoras fazê-lo por via do juízo arbitral, firmando ambas um "Compromisso", datado de 20 de março de 1902, assinando-o do lado cearense o coronel José Freire Bezerril Fontenele, Dr. Francisco Sá, Dr. Sérgio de Sabóia e Dr. Frederico Borges, e do lado riograndense os Drs. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, Ferreira Chaves e Augusto Tavares de Lira.

Nesse documento concordaram em que os árbitros — o Dr. Mateus Nogueira Brandão, indicado pelo Ceará, e o conselheiro Antônio Coelho Rodrigues, pelo Rio Grande, — nomeariam três desempatadores, enumerados na ordem em que deveriam ser chamados se houvesse empate, tendo sido escolhidos o conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, o conselheiro Andrade Figueira e o Dr. Antônio Sousa Ribeiro, todos sumidades na juriscultura pátria.

Os contratantes expressamente se obrigaram — fosse comum o laudo ou dado pelo desempatador — a "aceitá-lo como definitivo e a promover a sua adoção pelo Congresso Nacional".

Tendo divergido os árbitros e entregue o caso ao conselheiro Lafayette, desempatou este (24 de julho) em favor do Ceará, concluindo por que "o terreno disputado faz parte, pelos limites vigentes, do território do Estado do Ceará".

Como resultava eloquentemente do "Compromisso", a decisão arbitral tinha caráter definitivo, passando a representação cearense a pleitear a ratificação do Congresso, mas a isto se negou o governo do Rio Grande, voltando o assunto ao Judiciário que, por fim, proferiu sentença contrária aos direitos cearenses. (Acórdão de 30 de setembro de 1908, do Supremo Tribunal).

Em 1903 o presidente Pedro Borges — como expôs ele mesmo — considerando atos abusivos das autoridades riograndenses e a ameaça do próprio território pela concentração de forças daquele Estado, tomou a deliberação de enviar para Grossos um contingente da força pública, "não tendo porém a providência caráter algum agressivo ou hostil, senão de proteção e defesa". Mas, "tendo-lhe o governo do Estado do Rio Grande do Norte atribuído outras intenções e mobilizando toda a sua força militar em direção a Grossos", foi "forçado a expedir um contingente mais numeroso do Batalhão de Segurança", com ordem de estacionar no Aracati. A intervenção do

Presidente da República evitou o conflito das armas, voltando

as tropas aos seus quartéis.

A "questão de Grossos" apaixonou de lado a lado os ânimos e hoje, com a apreciação mais neutral dos fatos, bem se evidencia que o Ceará defendera direitos legítimos. Recente estudo do Dr. Tomás Pompeu Sobrinho, baseado em documentação segura e sem pretensão de reviver qualquer discussão, deixa indiscutível essa afirmativa.

O outro fato sintetiza-se no que se tem denominado — o "3 de janeiro". Entraram em greve, nesse dia do ano de 1904, os estivadores do porto de Fortaleza, demonstrando com essa atitude o seu protesto contra a maneira como estava sendo feito pelo Capitão dos Portos — Luís Lopes da Cruz — o alistamento de homens para o serviço da Marinha de Guerra.

Porque quisesse obrigá-los a realizar o serviço de embarque e desembarque do navio "Maranhão", do Lóide Brasileiro, procedente do Amazonas, e eles se recusassem, aquela autoridade solicitou do governo do Estado a tropa policial, que vai para a praia de armas embaladas, sob o comando do cel. Cabral da Silveira, com ordens especiais de agir com a máxima pru-

dência.

Essa tropa encontrou em revolta os "catraieiros", incitados por elementos do povo ali aglomerados, recebendo vaias e pedradas de uns e outros. A tudo assistiu pacientemente o cel. Silveira, procurando amortecer a exaltação, mas o ajudante-de-ordens do Presidente, capitão Raimundo Guilherme, ali chegando e sentindo-se ofendido nos seus brios militares, retirou uma companhia de soldados e marchou contra os estivadores, estabelecendo-se o pânico. Foi o bastante para que todos os soldados explodissem nos seus recalques, e passaram então a atirar à-toa, do que resultaram algumas mortes e muitos ferimentos.

Ao saber desses fatos assim tão graves o Presidente verberou a atitude da polícia, porém de logo avisado das minúcias do caso acabou por prestigiá-la, tanto que, reunida mais tarde grande multidão em frente do Palácio do Governo, clamando por justiça, dera ele, em alta voz, ordem para dispersá-la.

A tudo isso correspondeu, na sensibilidade do povo e das classes, desnorteante traumatismo e, como resultante, fechouse o comércio e a massa popular constituiu-se em passeata, indo à casa do jornalista João Brígido, que se pôs ao seu lado e rompeu com a situação governista, a que pertencia.

No período governamental do Dr. Pedro Borges fundou-se a Faculdade Livre de Direito, cuja criação já em 1891 Tomás Pompeu, Antônio Augusto de Vasconcelos e outros haviam ventilado. Instalou-se no edifício do Liceu a 1 de março de 1903, tendo como diretor honorário o comendador Nogueira Acióli e diretor de fato aquele primeiro ideador. A 2 de setembro o governo estadual a encampou e logo a 23 de novembro foi equiparada aos estabelecimentos federais congêneres.

Terminou a gestão de Pedro Borges em 12 de julho de 1904, data em que novamente passou a governar o Dr. Acióli.

Daí até ser deposto em 1912 estiveram seguras às suas mãos politicamente hábeis as rédeas da governação cearense.

Reelegeu-se em 1908 graças à sua sempre crescente ascendência partidária. Na verdade, era possuidor de indiscutíveis méritos de sensatez e antevisão, capazes de fazê-lo manter-se como figura central da sua facção durante tanto tempo e a despeito da ativa e valente oposição, que lhe faziam homens do mais alto valor e quilate.

Não efetuava, entretanto, um governo produtivo, senão administração rotineira, visceralmente dinástica, não poucas vezes violenta ou desabusada, mas considerada proba pelos que a têm apreciado imparcialmente.

Deixou, todavia, algumas notáveis realizações, tais como o Teatro José de Alencar, inaugurado em junho de 1910, a instalação da rede telegráfica no interior; e encaminhou, sem poder terminá-los, os serviços de água e esgotos da Capital. O seu Intendente (Prefeito), cel. Guilherme Rocha, introduziu nesta muitos melhoramentos dignos de nota, embelezando-a com jardins, dotando-a de moderno mercado todo de estrutura metálica e proporcionando aos fortalezenses melhores meios para o seu bem-estar e conforto.

Sem espírito de transigência para com os adversários, permitiu o Dr. Acióli que certos áulicos se extremassem contra eles, na capital e no interior.

Os jornais A República e o O Tempo defendiam-lhe os atos, ao contrário de Unitário, de João Brígido, e do Jornal do Ceará, de Waldemiro Cavalcânti e Agapito dos Santos, que o martelavam tenazmente, sem contudo abalar o apoio, nunca negado, dos Presidentes da República, desde Rodrigues Alves, cuja escolha se processara numa Convenção Nacional a que ele, Dr. Acióli, presidiu por aclamação.

Os benefícios de tal prestígio, como é natural, aumentavam dia a dia a tensão oposicionista, a explorar, dando-lhes cores negras, os erros do governo, os monopólios, o afilhadismo.

Apelidaram-no de *Babaquara* e o caricaturavam como bem o podiam. E foi quando, agitada a candidatura do marechal Hermes da Fonseca à Presidência da República, se declarava este avesso aos oligarcas e, depois no governo, meteu-se a der-

ribá-los, um a um, por meios indiretos.

Estavam marcadas para abril de 1912 as eleições para Presidente e Vice-presidentes, e, em 20 de dezembro anterior, o partido aciolino, reunido em Convenção, indicou como candidato desses cargos o desembargador José Domingues Carneiro e para os demais os srs. Waldemiro Moreira, Lourenço Feitosa e padre Cícero Romão Batista.

Viram, e com razão, os *maloqueiros* seus inimigos, que o velho magistrado lhe seria uma continuação e, já mais organizados, com a liderança dos Drs. Manuel Moreira da Rocha, Francisco de Paula Rodrigues e João Brígido, tentaram protestos mais ousados, utilizando-se de boletins, distribuídos entre o povo, e promovendo discursos na praça pública.

Num desses boletins, intitulado *Ecce Homo*, da autoria de José Brasil de Matos e José Barbosa Passarinho, foi lembrada a candidatura do tenente-coronel Marcos Franco Rabelo, cearense, professor da Escola Militar do Rio de Janeiro. A lembrança teria partido de Joaquim Costa Sousa, seu amigo, desde quando lente, aquele, da Escola Militar do Ceará; ou, segundo outra versão, do general Dantas Barreto, lembrado por este o nome de Franco Rabelo, em viagem do Rio para o Recife. O Dr. Tompson Mota é que a divulgou no Ceará.

Embora um desconhecido nas raias políticas, a indicação do ilustre militar, que muito relutou em a ela anuir, fez rebentar a animosidade à oligarquia, e o lema Franco Rabelo ou morte!, com uma passeata apoteótica, selou com contagiante ex-

pansão, pelo sertão adentro.

Em 14 de janeiro (1912) a Liga Feminina pró-solidariedade da mulher cearense aderiu à nova campanha, seguindo-se dias depois a "passeata das crianças", na qual interveio com muita infelicidade a política, provocando ferimentos e mortes.

O Inspetor da Região Militar, coronel José Faustino da Silva, mostrou ao Dr. Acióli a seriedade da situação, sem conseguir demovê-lo da resistência, pois se dizia firme no seu

posto.

A 22 começaram os entricheiramentos e, cerca de 13 horas, o tiroteio contra o Palácio. A resistência do comerciante Joaquim Sá transformara-se no quartel dos revoltosos, homens e rapazes armados de rifles: Emílio Sá, João da Rocha Moreira, Edmar de Queirós, José e Pedro Façanha de Sá, José Colares Cintra, José Carvalho, Tibúrcio Brígido, Vicente Antunes da Paz, Joaquim Holanda, Homero Barbosa Lima, Américo Justa, José Salazar, Leonel e Sindulfo Chaves, Raimundo Assunção, José Nepomuceno (Dandão), Rafael Marques, Alberto Sá, estes dois

às voltas com um canhãozinho velho que só pôde dar três disparos inofensivos — todos eles, e muitos mais, se mostravam destemerosos e atiravam incessantemente.

Já sem munição, com certeza desbaratados se a polícia governamental os tivesse atacado, retiraram um cunhete de balas da Casa de Ferragens de Antônio Pôrto e, assim refeitos, continuaram a lutar

Na manhã de 23 o bispo D. Joaquim Vieira, afrontando os tiros e em companhia do padre João Alfredo Furtado, tenta uma mediação, indo entender-se com o Presidente, que se recusa a ceder, dizendo-se ainda bem defendido e alegando já haver concordado com a substituição da candidatura do des. Domingues Carneiro pela do cel. Bezerril Fontenele, fazendo-lhe ver, porém, D. Joaquim que isso nada mais influiria no desenrolar dos acontecimentos. Efetivamente, na manhã seguinte, vencido à realidade da derrota, entreguar-se-ia sem impor condições.

Conseguindo chegar a Palácio, o cel. José Faustino recebeu do comendador Acióli o alvitre de aceitá-lo no Quartel do Exército, pois naquele instante estava renunciando ao governo. Toalha branca presa ao cano de um fuzil anunciava a rendição, ao mesmo tempo que o Dr. Francisco Sá, genro do Presidente, solicitava do padre Furtado, ali novamente, que lesse ao povo amotinado, os termos da renúncia irrevogável.

Com efeito, leu-a na Praça do Ferreira, apelando para a generosidade dos revoltosos, os quais, porém, só accederam com a condição de permanecerem, como reféns, em poder dos che-

fes, pessoas da família deposta.

Sob a guarda do Dr. Paula Rodrigues ficaram, como tais, os Drs. José Acióli e Maurício Graco Cardoso, encaminhando-se, então, o Dr. Acióli e os seus para o Quartel, de onde no dia imediato foram levados ao porto e, garantidos pela presença do cel. José Faustino e de D. Joaquim, embarcaram no vapor "Pará".

e cael e Sindulia Chaves, Raimundo Assunção, José

Franco Rabelo. A Sedição de Juazeiro.

Ausonie do Coará havia muitos anos e desconh**ecendo**-lae.

O nome de Marcos Franco Rabelo, contraposto ao candidato aciolino, des. Domingues Carneiro, passou a ser a flâmula

da redenção, delirantemente aclamada.

Tal qual se dera noutros Estados do Norte, havia necessidade de jogar contra o da oligarquia um candidato militar que, amparado no prestígio da classe, pudesse vencer e expurgar da pública administração velhos e defeituosos costumes. Seriam esses militares uns "salvadores" e, dessa forma, para libertação do Ceará fora apontado aquele oficial do Exército, a despeito de iniciais reservas do senador Pinheiro Machado, então o grande chefe da política brasileira.

Ainda tentaram os elementos oligarcas substituir a sua candidatura pela do general José Bezerril Fontenele, mas a vitória de Franco Rabelo foi largamente vantajosa nas eleições realizadas em 11 de abril (1912), com a sua presença, pois estava no Ceará desde 15 de março, vindo pelo vapor "Manaus".

Se bem que eleito, não seria fácil a sua posse, porque não dispunha de deputados em número suficiente para reconhecê-lo, porém combinações posteriores permitiram que o reco-

nhecimento se fizesse, ainda que sem o quorum legal.

Chegando novamente ao Ceará, de onde se retirara desde 16 de abril, assumiu Franco Rabelo as funções do cargo de Presidente, recebendo-as das mãos do deputado Belisário Cícero Alexandrino, Presidente da Assembléia Legislativa no exercício da Presidência do Estado, exatamente no mesmo dia do seu desembarque — 14 de julho. De 24 de janeiro, data da renúncia do comendador Acióli, a 12 de julho, que seria o término do seu mandato governou interinamente o Estado o vice-presidente, Antônio Frederico de Carvalho Mota.

Ausente do Ceará havia muitos anos e desconhecendo-lhe, por isso, os fatos e os homens com a exatidão e a percuciência inerentes aos estadistas e, por outro lado, não dispondo de maior prática das coisas da administração geral, sempre dedicado que estivera aos seus deveres militares, não pôde o cel. Franco Rabelo dar cunho seguro e imparcial ao seu mandato, antes deixou, por certo não intencionalmente, que sobre os interesses públicos prevalecessem, muita vez, os desejos de amigos, ainda inflamados de ódios contra os antigos prosélitos do Dr. Nogueira Acióli.

Tais ódios se exacerbaram, e culminaram os desatinos no dia 9 de novembro, quando, instigados por elementos exaltados, populares passaram a atacar pessoas mais ligadas ao comendador Acióli, roubando-lhes e incendiando-lhes as casas, sem que a polícia os detivesse, tal a sanha com que agiam. Tudo isso refletiria intensamente no espírito da população, colocando em situação indesejável os responsáveis pela ordem pública. "O cel. Franco Rabelo e Frota Pessoa, ante tamanha selvageria, testemunha mons. José Quinderé, resolveram renunciar ao governo. Só não o fizeram porque não permitiram aqueles amigos que os assistiam."

Dificuldades sem conta embaraçavam, ao governante, as suas intenções melhores, e não tardou se reaglutinasse mais consistentemente o velho grupo, agora na oposição, até que surgiu, no âmbito nacional, o problema da sucessão do marechal Hermes da Fonseca, na Presidência da República.

Ostensivamente, o Marechal pugnava pela candidatura do senador Pinheiro Machado e, já sem disfarces, por intermédio do seu Ministro Dr. Rivadávia Correia, meteu ombros ao tra-

balho da catequese eleitoral dos Estados.

Contra as "pretensões do Catete" se insurgiram alguns Estados, formando o que veio a denominar-se a "Coligação" e, divididos assim os campos, teria Franco Rabelo de decidir-se por um ou por outro. Premido pelos amigos, ainda inflantes de espírito libertário e apesar das repetidas advertências que, do Rio de Janeiro, lhe mandava o deputado Moreira da Rocha, inclinou-se o governante cearense pela reação dos "Coligados", cometendo, visivelmente, grande erro, que lhe traria bem cedo as mais funestas consegüências.

Iria enfrentar inimigos muito mais poderosos, acreditandose acobertado na "força da lei", nos princípios de garantia dos direitos escritos na Constituição Federal; e sem demora começaram as hostilidades do Marechal insatisfeito, no propósito de afastar do poder o coronel Marcos Franco Rabelo. À demissão arbitrária de funcionários federais seus correligionários e sua substituição por adversários, seguiu-se a mais declarada preparação de descrédito contra o dirigente estadual, aproveitada, para tanto, a força do Exército aquartelada em Fortaleza, tendo vindo para comandá-la mais de uma alta patente com recomendações especiais tendentes a restringir, até o sufocamento, a atuação do administrador desobediente. Alguns destes, como os generais Carlos Frederico de Mesquita, Lino Ramos de Oliveira, Celestino Alves Bastos e Jesuíno de Albuquerque, voltaram ao Rio de Janeiro, convencidos da injustiça da missão que traziam.

Tudo isso, no entanto, não bastava para apeá-lo do governo, pois ainda era endeusado pelo povo o seu nome, e daí a necessidade — o que foi concertado na Capital da República de conflagrar-se o Estado, para que, por via da intervenção federal, fosse atingido o fim combinado.

Escolheu-se para centro e estopim da conflagração a cidade de Juazeiro do padre Cícero Romão Batista, somada e medida a influência deste, não somente entre os milhares de "romeiros", para ali atraídos constantemente, guiados por invencível misticismo religioso, como também entre "chefes polí-

ticos" dos municípios vizinhos.

Estendera-se consideravelmente ao mais longínquo interior do Nordeste e ao Norte a veneração ao Padre, principalmente depois de se verificarem em Juazeiro os fatos de que foi inconsciente protagonista a fanática Maria de Araújo. Na sexta-feira 6 de março de 1889, ao receber das mãos dele a santa hóstia, viu a beata que esta se transmudava em sangue, fenômeno que se repetiu muitas vezes, gerando as mais desencontradas explicações; e de tal monta que se tornou mister a intervenção enérgica do bispo D. Joaquim Vieira, contrário ao reconhecimento de um milagre naquela propalada transmutação.

Padres e médicos afirmaram a sobrenaturalidade do acontecimento do Juazeiro: "o sangue, diziam, era o de N. Senhor Jesus Cristo", e houve apelação à Santa Sé que, ao final, condenou a ruidosa miraculação. Mas, nem por isso, foi vencido o espírito místico das populações sertanejas, surgindo então Juazeiro como ponto confluente, dia e noite, de peregrinos de toda parte e de toda sorte. Esse fenômeno ainda hoje como

que se acirra.

A influência do Padre só era superada pela que sobre ele exercia o Dr. Floro Bartolomeu da Costa, médico baiano, que se fixara, desde 1908, na Meca caririense e acabou sendo o seu grande orientador e amigo de cega confiança.

Já pelos meados de 1913 foi o Dr. Floro chamado ao Rio e lá, em articulações com os Drs. Francisco Sá, Virgílio Brígido

e general Tomás Cavalcânti, assentaram-se "as medidas necessárias à retomação da paz e tranquilidade do povo cearense", entre outras a eleição do mesmo emissário do padre Cícero para presidente da Assembléia Legislativa a reunir-se no Juazeiro, que ficaria, assim, transformado em sede do "governo de dualidade", inventado como pretexto para a revolução.

Voltando ao Juazeiro, depois de burlar a ação policial do governo do Estado, que destacara forças para prendê-lo em caminho, em 9 de dezembro iniciou a revolta com a deposição das autoridades locais e o desarmamento da polícia alojada ali, construindo sem delonga defesas em torno da cidade, a fim de repelir qualquer ação inimiga.

Noutros pontos do Estado, como em Acarape, Soure (hoje Caucaia), Maranguape (sítio Trapiá) e Camucim, foram pelo governo vencidos pequenos surtos sediciosos, mas desde logo ficou evidenciado que lhe seria difícil consegui-lo em relação ao do Juazeiro.

Com efeito, logo no primeiro assalto foi derrotada a tropa governamental, comandada inabilmente pelo coronel Alípio de Barros. Do Crato partira essa tropa de uns 800 a 1 000 homens (20 de dezembro), tendo à vanguarda a 4.ª Companhia sob o mando do capitão Ladislau Lourenço e, à retaquarda, a 3.ª, dirigida pelo capitão Manuel Afonso de Carvalho. Grosseiros erros de técnica militar expuseram facilmente tantos homens a uma debandada, em busca do ponto de partida, onde, como era natural, se estabeleceu o desânimo.

Destituído do comando o coronel Alípio e a ele promovido o capitão Ladislau, cuja insensatez era notória, novo assalto foi feito ao Juazeiro, em 16 de janeiro de 1914, formados uns 1-200 soldados que até o dia 23 assediaram inutilmente a cidade, dispersando-se a seguir o grosso em direção a Barbalha. Os restantes procuraram o Crato, onde, no dia 24, tiveram de lutar com os "romeiros" do padre Cícero, mas na defensiva, porque antes lhes vieram ao encalço, reconhecido o desvalor da gente oficial. Eram cerca de 750, divididos em três colunas de 250, guiados por José Pedro, José Terto e Manuel Chiquinha, e não foi áspera a sua tarefa, visto como pela manhã de 26 caía o último reduto governista — a casa do coronel José Francisco Alves Teixeira.

"A vitória do Crato proporcionou aos revoltosos incontestáveis vantagens de ordem moral e material. À notícia da sua queda irrompeu o pânico em todo o Cariri. Fugiram os governistas e abandonaram ao inimigo as cidades e as vilas, de que estavam de posse." Mais apetrechados daí por diante, com as armas encontradas no Crato, bastantes para transformarem em atiradores uma legião de mercenários e aventureiros que aderiam aos combatentes, estavam os sediciosos com os caminhos livres para a Capital, chefiados pelo Dr. José de Borba Vasconcelos e o "coronel" Pedro Silvino de Alencar.

Os legalistas tentaram, sem resultado, alguma resistência em Iguatu e, sem qualquer ajuda do governo federal, ainda puderam ensaiar em Miguel Calmon (hoje Ibicuã) uma última barreira, agora comandados pelo capitão do Exército José da Penha Alves de Sousa (J. da Penha) e com o auxílio dos chefes locais

José e Filemon Magalhães.

A morte do comandante Penha, varado de balas, foi, entretanto, o selo do infortúnio dos defensores do presidente Franco Rabelo, e nada mais houve, da parte deste, que ao menos retardasse a marcha dos "romeiros" até Fortaleza, onde não penetraram tão-somente em obediência a ordens vindas do Rio de Janeiro para que poupassem a cidade aos efeitos da guerrilha desarrazoada.

Como aconteceu em 1823, o Cariri veio até o mar, depor pelas armas o governo constituído. Dois caudilhos do Rio São Francisco, em curiosa coincidência, as dirigiram: Pereira Filgueiras e Floro Bartolomeu.

Até ali tivera o governante cearense cerceados todos os seus recursos no sentido de melhorar as condições da sua defesa, a ponto de ser-lhe negada licença para despachar armas e munições na Alfândega e para transportar os seus soldados pela Estrada de Ferro, de propriedade da União.

Apertando o cerco, o Presidente da República estendeu sobre o Ceará o clima pesado do estado de sítio (9 de março), para, no golpe último, decretar a intervenção, como realmente fez (14 do mês citado), anulando, deste modo, os poderes executivo e legislativo do Estado, que passaram a ser exercidos pelo coronel Setembrino de Carvalho, nomeado Interventor. Este militar, que era chefe do Gabinete do Ministro da Guerra, e de logo foi promovido a general, veio de ponto feito apressar o afastamento de Franco Rabelo, tendo chegado ao Ceará no dia 18 de fevereiro. Como Interventor, dirigiu os destinos do Estado desde 15 de março até 24 de junho, data em que assumiu as funções do cargo de Presidente o coronel Benjamim Barroso, eleito em 15 de maio, para completar o período presidencial a terminar a 12 de julho de 1916.

Foram secretários da Interventoria: Dr. Hermino Barroso, na pasta da Fazenda; Dr. José Lino da Justa, na do Interior e Justiça; Dr. José de Borba Vasconcelos, na Chefia da Polícia;

cel. Casimiro Ribeiro Brasil Montenegro, na Prefeitura de For-

taleza. Delegado de Polícia, o major Toscano de Brito.

Abusiva, oriunda de condescendência do Governo Federal para com as tricas do partidarismo local, essa Intervenção nodoou incontestavelmente a história política do Ceará. Os chamados jagunços da revolução do Juazeiro, estacionados em Maranguape, Messejana e Parangaba tiveram ordem, vinda do Rio de Janeiro, de não invadir a Capital, e para satisfazer-lhes os desejos concordava o Interventor em "que viessem, em grupos escoltados, ver o mar como lhes determinou o pe. Cícero".

Não tardou, porém, fossem aproveitados como componentes do Batalhão de Segurança Pública e entrassem a cometer desordens, perturbando a tranquilidade das famílias, ao mesmo passo que os prosélitos mais chegados ao governante deposto, eram agora as vítimas do desrespeito à inviolabilidade pessoal, no que teve participação mais violenta o próprio Delegado de

salve a Colica d Strag resails de estena da sitta fa de granafi

na pagea da Perendar Dr. Joan Siro da Juste, no do Interdor o

Polícia da cidade.

De 1914 a 1930. Justiniano de Serpa.

A gestão do coronel Benjamim Barroso deve ser considerada período de transição, medeando a fase convulsa que se abriu na campanha contra o Dr. Nogueira Acióli e se coroou com a intervenção federal, e a fase de normalidade que se seguiu, com a gestão do Dr. João Tomé de Sabóia e Silva (1916-1920).

Graças a atitudes severas, não raro autoritárias, restabeleceu, de mão forte, a ordem pública, chegando ao ponto de sumariamente dissolver o batalhão policial do Estado, composto na maioria de "romeiros" da revolução juazeirense, e cujo comandante, Pedro Silvino, demitiu sem maior formalidade, pelo telefone!

Enfrentou com toda a coragem as solicitações menos justas dos chefes revolucionários e tratou de ajustar as peças da administração estadual algo fora de eixo, ao choque de tantas

vicissitudes da politicagem.

Escolheu para Secretário do Interior e da Justiça o Dr. Gustavo Barroso, ainda muito jovem e mais tarde reputado escritor nacional, mas, eleito deputado federal, foi substituído pelo Dr. Hermino Barroso, que aliava as qualidades de prestigioso dirigente político às de amante da cultura, notadamente a da música e do teatro clássicos. Para a Secretaria da Fazenda foi nomeado o Dr. Edgard Augusto Borges, continuando na Prefeitura de Fortaleza o cel. Casimiro Montenegro. A Chefia de Polícia coube ao Dr. José de Borba Vasconcelos.

Durante a administração Benjamim Barroso, o Ceará sofreu outra apavorante crise clínica, a seca de 1915, que apanhou de surpresa as populações já habituadas, havia anos, a uma prosperidade bastante acentuada. Muito se desvelou o Presidente,

e com ele a sua digna esposa, no amparo às vítimas do flagelo, e quando sentiu que o governo federal o encarava com frieza, sem a devida compreensão dos seus rudes efeitos, não hesitou em mandar-lhe incisivo telegrama, obtendo como resposta a advertência de que o Presidente da República aguardava o término do mandato do governante do Estado, para mandá-lo, como militar, entender-se com o Ministro da Guerra. Calcula-se que os prejuízos decorrentes da "seca do 15", só em gado vacum, somou cerca de um milhão de cabeças. Mais de 42 000 cearenses emigraram e aproximadamente 30 000 morreram.

O Barão de Studart regista a estatística, por certo meramente estimativa, segundo a qual foram sacrificados pela fome e sede 4 441 000 caprinos, 211 000 cavalares, 112 000 asininos e muares e 243 000 suínos.

O quadriênio 1916-1920, como se disse, foi ocupado pelo engenheiro João Thomé de Sabóia e Silva, eleito sem competidor, tendo resultado a sua candidatura de acordo entre os partidos Conservador e Democrata, em entendimentos no Rio de Janeiro. A sua austeridade de maneiras e atos o impôs à consideração geral e, dessa forma, foi-lhe possível realizar governo normal, de reconstituição da economia e da tranquilidade pública, a despeito dos assanhamentos político-partidários verificados quando das cogitações em torno da sua sucessão. Deu especial atenção ao desenvolvimento da rede rodoviária do Estado e ao problema das secas procurando-lhe a solução mais lógica de obter chuvas artificiais, para tanto montando aparelhagem especializada, sem contudo poder terminar as suas experimentações. Tendo resolvido nomear Prefeito da Capital o engenheiro militar Rubens Monte, em substituição ao cel. Casimiro Montenegro, determinou o ato a demissão, a pedido, do Secretário do Interior e da Justica, Dr. José Sabóia de Albuquerque, substituído em 3 de janeiro de 1919 pelo des. José Moreira da Rocha, e a decisiva separação dos dois partidos — Democrata e Conservador — que o apoiavam, ficando o Presidente com o primeiro, chefiado pelo deputado Manuel Moreira da Rocha.

Daí por que não conseguiu indicar, para suceder-lhe, um candidato de conciliação, como ele o fora, abrindo-se então a luta eleitoral entre o Dr. Justiniano de Serpa, bafejado pelo si tuacionismo, e o Dr. Belizário Fernandes Távora, nome que fazia a bandeira da oposição.

Saiu vitorioso da grande pugna o primeiro, jurista cearense de renome nacional, jornalista, orador de estofo superior que, ao tempo, representava o Estado do Pará na Câmara dos Deputados. Assumiu o Dr. Serpa a direção da coisa pública do Estado no dia 12 de julho de 1920, já o Ceará em via de refazer-se da seca do ano anterior. As perdas de 1919 tinham sido também vultosas. O recenseamento de 1920 encontrou apenas 580 028 vacuns, 393 560 ovinos, 531 000 caprinos, 123 000 eqüinos e 117 793 muares e asininos. Entretanto, maior amplitude não teve a crise, em relação ao próprio homem, porque as obras federais e as vias de comunicação, já então mais espalhadas pelo interior, ao lado das providências da administração estadual, de muito atenuaram o flagelo.

Não é erro qualificar-se de governo-marco o do Dr. Justiniano de Serpa, verdadeiro primado da inteligência e das renovações democráticas. A reforma da Constituição Estadual, com a proibição das reeleições presidenciais, a escolha por eleição dos prefeitos dos Municípios, a garantia da indemissibilidade dos funcionários públicos sem prévio inquérito administrativo e a proibição das acumulações remuneradas — são bem o traço do espírito liberal do governante inspirador direto daquela reforma, estratificada na nova Carta de 4 de novembro de 1921. Completando-a, promulgou a Lei de Organização Judiciária e os Códigos de Processo Civil e de Processo Criminal.

A da instrução pública é outro índice da sua visão arejada. pondo, rigorosamente, acima das conveniências dos partidos os interesses do ensino primário. Chamou para reorganizá-lo um técnico alheio a essas conveniências, o paulista professor Manuel Bergstrom Lourenço Filho, que resolveu, de todo, velhos hábitos para instituir uma ordem de coisas menos formalística e literária, antes mais prática e coerente. Primeiro. deu linhas novas à estrutura pedagógica da Escola Normal, por ele considerada o núcleo das modificações a realizar, e sem demora instalou a repartição diretora da instrução pública, até antes expressão nos regulamentos oficiais. Promoveu, a mil custos, o cadastro escolar, criou grupos escolares e reuniu escolas que logicamente funcionavam separadas. Em tudo, outras práticas, outras disposições. Criou o Curso de Férias para a frequência das professoras do interior, na época dos descansos escolares. Ele mesmo como mestre de Pedagogia e Didática. passou a dar Curso Especial de ensinamentos da matéria, assistido com invulgar interesse pelo professorado em geral, alunos e estranhos desejosos de aprender as suas lições.

Culto e talentoso, o Dr. Serpa aproximou os intelectuais ao seu redor mecênico, no Palácio do Governo, oferecendo-lhes a estimulação imprescindível que permitiu o reflorescer da Academia Cearense de Letras, então letárgica e muito desfalcada de seus membros. Foi ele que oficializou a Bandeira do Ceará, com o Dec. n.º 1 971, de 25 de agosto de 1922, valendo-se de uma idéia do comerciante João Tibúrcio Albano, que imaginara o pavilhão cearense aproveitando as linhas do nacional.

Quebrou-se, no entanto, em meio ao golpe do inesperado e dando ansas a profundas mágoas, esse brilhante movimento de renovação, pois que, enfermando, veio a falecer o Presidente em 1 de agosto de 1923, no Rio de Janeiro, para onde se transportara em busca de restauração de saúde.

Em 12 de junho havia transmitido o governo ao vice-presidente Ildefonso Albano, que lhe continuou a obra meritória. Ficou proverbial a operosidade do seu substituto, já claramente demonstrada quando de sua gestão na Prefeitura de Fortaleza, ao tempo do governo Franco Rabelo.

No período governamental Serpa-Albano tiveram começo as grandes obras do Nordeste, de iniciativa do Presidente da República, Dr. Epitácio Pessoa, nordestino que pretendeu, mais afoitamente, mostrar aos governantes nacionais a sua incorreta e injusta indiferença em relação à solução do problema das estiagens. Destinou a essas obras o crédito de 200 milhões de cruzeiros e tornou obrigatória a reserva de 2% da renda geral da União em caixa especial para a respectiva execução, sistemática e continuada. Mais de 300 milhões dispendeu no afã de alcançar o seu patriótico desiderato.

Há de ser apreciado como novo ciclo na evolução econômico-social do Nordeste o início dos serviços federais contra o mal das secas, ordenados pelo presidente Epitácio.

Ao des. Moreira da Rocha deve-se o término dos serviços de água e esgoto da Capital, os quais foram inaugurados em 19 de novembro de 1927, superintendidos pelo engenheiro Vitoriano Borges de Melo; e também nova reforma da Constituição Estadual, promulgada em 24 de setembro de 1925, graças à orientação do seu Secretário do Interior e da Justiça, o jurisconsulto Matos Peixoto.

A sucessão de Ildefonso Albano também não se pôde fazer por meios conciliatórios, apesar de inicialmente haver surgido o nome do Dr. João Tomé. As divergências deste com o Dr. José Acióli, chefe do Partido Conservador, foram causa do afastamento de sua candidatura, mas com o seu assentimento surgiu o nome do des. José Moreira da Rocha, afinal aceito, com a fórmula de ser indicado para a vice-presidência o Dr. Manoelito Moreira, da facção democrata, e para senador o mesmo Dr. João Tomé.

Ainda no mesmo governo foi posto em execução a lei que determinava a escolha dos prefeitos municipais por meio do

voto popular. E nessa Carta Constitucional ficou consagrada, numa primazia do Ceará, a instituição do voto secreto no Brasil.

Em 1926, o Ceará recebeu a visita do Dr. Washington Luís, já eleito Presidente da República. Era o segundo que o fazia, pondo-se em contato com o Norte do País. O primeiro fora o Dr. Afonso Pena, chegado a Fortaleza em 15 de junho de 1906.

Por motivo de doença, o presidente Moreira da Rocha passou o cargo em 1928, e em caráter definitivo, ao Presidente da Assembléia Legislativa, Dr. Eduardo Henrique Girão, que, após dificultoso reajustamento do império da lei, por sua vez o transferiu no dia 12 de julho ao Dr. José Carlos de Matos Peixoto, seu antecessor escolhido pelo voto conciliado dos partidos.

Procedeu o Dr. Eduardo Girão com a mais elogiável prudência, aliada a uma energia que, sem demora, se impôs ao

respeito e consideração dos seus governados.

Advogado e professor de vastos conhecimentos jurídicos e humanísticos, o Dr. Matos Peixoto era bem uma lídima expressão da cultura que vinha para a cadeira presidencial, e mais evidenciaria ainda o seu saber quando, transferindo-se para o sul do País, sem dificuldades reputou-se nas lides forenses da antiga Capital da República, nas cátedras das Faculdades de Direito do Rio de Janeiro e de Niterói, brilhantemente conquistadas por concurso, e na produção de obras de inequívoco valor sobre a ciência de que, no Brasil, se tornou mestre conspícuo Clóvis Beviláqua.

O secretariado do novo dirigente ficou composto do Dr. Joaquim Máximo de Carvalho Júnior, do Interior e da Justiça; Dr. José de Pontes Medeiros, da Fazenda; Dr. Mozart Catunda Gondim, da Polícia e Segurança Pública; Álvaro Weyne, Prefeito de Fortaleza. A atuação do Dr. Pontes Medeiros foi exemplar, tal como a de Álvaro Weyne, que introduziu na Capital

e de mel ett suittis betretesta militer o eegaal Midma Diec

es ante a cutas acconómica mundal de 1920, com reflexas in

muitos melhoramentos dignos de nota.

Revolução de 1930. Estado Novo de 1937. Reconstitucionalização.

O movimento revolucionário que depôs o Dr. Washington Luís foi uma demorada resultante. É de dizer-se que teve embrião na campanha civilista de Rui Barbosa. Tratava-se, em 1908, de escolher o sucessor do Dr. Afonso Pena na Presidência da República e, porque não fosse possível a conciliação entre os responsáveis pela direção pública nacional, nasceu a candidatura do marechal Hermes da Fonseca, de caráter militarista, com o que não concordou o genial brasileiro. Evidentemente, os processos de escolha dos candidatos à governação vinham perturbando os veros sentidos democráticos prometidos pelo regime, e Rui, "persuadido de que a república declarada e legalizada no Brasil ainda não chegara a ser realizada", de todo se entregou à memorável evangelização.

Essa realização da república, desde aí, penetrou a pouco e pouco o espírito nacional e veio pronunciar-se mais vivamente na Reação Republicana, de que foi pregador Nilo Peçanha e que teve deflagração frustrada na revolta quartelista de 5 de julho de 1922, com o sacrifício heróico e inútil dos "18

de Copacabana".

Novamente em 1924 a "republicanização do Brasil" servia de tema a outra reação, chefiada civilmente por Assis Brasil e da qual era máxima expressão militar o general Isidoro Dias Lopes — outra insubmissão malograda, com a morte de muitos, inclusive Joaquim Távora, falecido vítima de ferimento em 18 de juiho, na Capital de S. Paulo.

A sequência dos erros administrativos e políticos agravase ante a crise econômica mundial de 1929, com reflexos inquietantes na lavoura cafeeira, causando o mal-estar no País. e foi sob o clima abafadiço das insatisfações que se processou a sucessão do presidente Washington Luís, aferrado ao propósito de eleger o paulista, Dr. Júlio Prestes de Albuquerque, para o quadriênio de 1930-1934. Levava longe demais a sua "confiança no poder" e subestimou os preparativos da oposição, orientada por velhos e sagazes corifeus da "velha república", agora santamente empenhados na regeneração dos costumes e na extirpação das fraudes eleitorais.

Conseguiu, assim, essa oposição reunir sob o mesmo estandarte aqueles militares idealistas e os profissionais do partidarismo, amparados na situação oficial dos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, dissidentes que animaram a candidatura do Dr. Getúlio Vargas, através do programa de ação que se chamou Aliança Liberal e foi concertado nas linhas mestras pelo Dr. Antônio Carlos, com o apoio gaúcho de Borges de Medeiros, o mineiro Artur Bernardes e o nortista de João Pessoa. Embora desejassem a "renovação pacífica dos processos da política brasileira", em verdade o que saiu foi a "revolução à maneira clássica da América espanhola", soprada pelas fardas e pelos impetuosos políticos sul-rio-grandenses.

No dia 2 de janeiro Getúlio Vargas leu, da Esplanada do Castelo, no Rio de Janeiro, a sua plataforma de candidato da Aliança e, desde então, as caravanas liberais se espalharam na catequização do Norte, do Centro e do Sul.

Em Fortaleza aportou a primeira em 2 de fevereiro chefiada pelo deputado Augusto de Lima e da qual faziam parte Bruno Lobo, Agripino Nazaré, Alcides Carneiro e outros, provocando correrias, pois que a polícia não lhe permitira realizar comício na Praça do Ferreira, centro vital da cidade. No dia 14 vem outra com Batista Luzardo, Raul Bittencourt, Gustavo Capanema, Paulo Duarte, tendo conseguido reunir o povo na Praça Fernandes Vieira, falando os oradores do palanque armado no jardim da residência do professor Morais Correia. Esta caravana efetuou conferências noutros locais da cidade e foi até o Cariri, donde regressou no dia 21, à noite, embarcando no dia seguinte para o Maranhão.

Em 1 de março, dão-se as eleições gerais ao jeito da época, vencendo os governos pela força de seu prestígio e o prestígio da sua força. A vitória dos candidatos do Dr. Washington, como era de esperar, não foi aceita pelos adversários, apesar de reconhecida pelo Congresso Nacional. É exato que Borges de Medeiros declara conformar-se com o resultado das urnas, mas a Aliança reputava nulo o reconhecimento, considerado um esbulho. Na Paraíba as lutas enfureceram-se entre o presidente João Pessoa e o caudilho José Pereira, no seu baluarte de Princesa, ajudado este pelo governo federal, e o desfecho foi o assassínio daquele, no Recife, morto a tiros pelo seu inimigo João Dantas, no dia 26 de junho.

O sacrifício de João Pessoa aumentou a tensão revolucionária, exacerbada mais ainda pelo contágio decorrente da revolução que, em setembro, derribou o situacionismo na Argentina.

E a 3 de outubro explode a rebelião no Rio Grande do Sul, tendo à frente o Dr. Getúlio Vargas, generalizando-se por vários Estados.

No Norte, a revolta era preparada pelo capitão Juarez Távora e pelo Dr. José Américo de Almeida, e de logo caíram os governos da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Piauí, Maranhão e sucessivamente os demais.

A deposição do Dr. Matos Peixoto, no Ceará, estava marcada para a madrugada do dia 4 pelos oficiais do Exército com serviço no Colégio Militar, ajudados por civis e com a conivência do capitão da Força Policial, Antônio Ribeiro de Lima (capitão Pretinho), porém, devidamente avisado, adotou o Presidente medidas acauteladoras que evitaram a ação dos rebeldes naquele momento.

Fugiram eles, então, para a cidade de Sousa, na Paraíba, onde se encontrava desde agosto o 23.º BC, com sede no Ceará. Eram os tenentes Landri Sales, Martins de Almeida, Djalma Baima, Júlio Veras, Ari Correia, tendo seguido depois o major João da Silva Leal. São imediatamente presos os chefes civis Drs. Fernandes Távora e José de Borba Vasconcelos, além de outros revolucionários mais evidentes.

Verificando, no entanto, a impossibilidade de resistência eficaz, visto que a revolução dominava quase inteiramente e a sua polícia não oferecia a necessária confiança, resolveu o Dr. Matos Peixoto deixar a presidência, e na madrugada do dia 8 passou-se com a família e vários auxiliares de sua administração para o Quartel da Força Federal, de onde saíram para bordo do navio "Itanajé", acompanhados apenas de alguns poucos amigos mais leais e corajosos.

Sabedor deste fato, o povo, aglomerado nas ruas, retira das prisões os presos políticos, sendo aclamado Governador provisório o Dr. Fernandes Távora, que organiza, sem demora, o seu secretariado: Dr. Luís de Morais Correia, Secretário do Interior e da Justiça; Dr. José de Borba Vasconcelos, da Polícia e Segurança Pública; major João da Silva Leal, dos Negócios

da Fazenda; advogado Raimundo Monte Arrais, da Agricultura; e Dr. César Cals de Oliveira, Prefeito Municipal de Fortaleza.

Em 24 do mesmo mês de outubro o Dr. Washington Luís entregava a direção do País a uma Junta Militar e, então, o chefe Antônio Carlos pudera afirmar que "o Brasil reentrou na República".

la-se ver, todavia, que não era tanto assim.

A revolução trazia, em si mesma, o micróbio do descontentamento e das desilusões: — a heterogeneidade de intuitos das suas mais fortes correntes formadoras. A *ala militar* queria impor a execução do seu programa de reforma básica, econômico-administrativa, que alimentara os anseios das intentonas de 1922 e 1924, ao passo que a *ala política* não se mostrava inclinada a sair das simples renovações de métodos

da prática do regime, sem descer a maiores excessos.

O governo revolucionário do Ceará coubera a um civil, político de tradições, e apenas um militar, também político, figurava no seu quadro de secretários. E o Governador era, agravantemente, irmão de Juarez Távora, que encarnava o princípio do apoliticismo administrativo e, com ele, os seus tenentes idealistas. Cavou-se bem cedo a divergência entre as tendências mais conservadoras e partidárias daquele governante e as mais radicais destes, que trabalhavam pelo expurgo mais fundo e recuado dos vícios das administrações anteriores e não só a do Dr. Matos Peixoto.

Compreende-se como delicada a posição de Fernandes Távora, e o resultado foi que, tendo viajado para a Capital da República em 13 de junho do ano seguinte, não mais voltou à sua curul, tendo sido exonerado no dia 21 de agosto. Na sua ausência ficara interinamente o major João Leal, e para substituí-lo veio o capitão Roberto Carneiro de Mendonça, carioca de nascimento.

O capitão Mendonça, claramente, representava o "tenentismo" e, chegado ao Ceará a 20 de setembro, tomou posse da Interventoria no dia 22. Desconhecido dos cearenses, foi recebido com reservas, mas não custou a impor-se no conceito geral como homem reto, de alto espírito de justiça e invulgar capacidade realizadora.

Antes, estivera no Ceará em tratamento de saúde, aqui se casando com jovem cearense, falecida pouco tempo depois do casamento. Concorreu isso para identificá-lo afetivamente com a alma cearense.

Constituiu um secretariado alheio às competições locais: des. Olívio Dorneles Câmara, para a pasta da Justiça; capitão Olímpio Falconière da Cunha, para a Segurança Pública; o Dr.

Dário Tavares Gonçalves, técnico indicado pelo Ministério da Agricultura, para a Agricultura; o Dr. Olímpio Barreto, técnico indicado pelo Ministério da Fazenda, para a Fazenda. Para Diretor da Instrução Pública nomeou o Dr. Joaquim Moreira de Sousa e para a Prefeitura de Fortaleza o major Manuel Tibúrcio Cavalcânti. Este último substituiu, depois, o Dr. Olímpio Barreto e teve como sucessor, na Prefeitura, o Dr. Raimundo Girão.

O Dr. Dário Gonçalves, porque não correspondesse à designação, foi substituído pelo agrônomo Esmerino Gomes Parente.

Mais tarde, o capitão Falconière deixou a Secretaria de Polícia, que foi ocupada pelos srs. major Tibúrcio Cavalcânti, tenente Alfredo Américo Silva e Franklin Monteiro Gondim. Ainda obediente ao critério das indicações, nomeara para a Diretoria de Saúde Pública o médico Amílcar Barca Pelon.

Deixou o capitão Mendonça a Interventoria em 5 de setembro de 1934, realizando administração austera e honesta, de modo a solucionar com segurança os problemas do Ceará e do seu povo, que deveras lamentou a sua ausência, decorrente do seu pedido de demissão. Veio substituí-lo o coronel Filipe Moreira Lima, o qual, chamado ao Rio, pela sua incontinência de atitudes, que chegou à insensatez, viajou de avião, para não mais voltar ao cargo, no dia 11 de maio (1935), tendo passado na véspera o governo ao sr. Franklin Monteiro Gondim, seu Secretário da Fazenda.

Foi este quem, quinze dias após (26 de maio), transferiu a chefia dos negócios públicos do Estado ao Dr. Francisco de Meneses Pimentel, candidato da Liga Eleitoral Católica, eleito pela Assembléia no dia 25, em sessão sob a garantia do Exército, em virtude de *habeas-corpus* concedido pelo Poder Judiciário, ante a ameaça de elementos menos ponderados, que se reuniam em torno do cel. Filipe.

Dos trinta votos da Assembléia o Dr. Meneses Pimentel obteve 16, tendo recaído os demais no nome do Dr. José Pompeu Pinto Acióli, candidato dos remanescentes revolucionários.

Essa mesma Assembléia promulgou em 24 de setembro a nova Constituição do Estado, já de acordo com os ditames da Lei Magna da Federação, posta em vigor no dia 16 de julho do ano antecedente.

O Dr. Pimentel exercia as funções com brandura e eficiência administrativa e eis que em 10 de novembro de 1937 se dá o golpe de Estado que instaurando, no Brasil, o chamado Estado Novo, de feição fascista e classificado eufemisticamente, pelos seus imaginadores, de *Estado autoritário*, teria como

princípio o reforço e unidade do governo, mas sem os extremos do totalitarismo alemão ou italiano.

Preparou-se em surdina o mesmo golpe, com a ciência sigilar dos governadores dos Estados, inclusive, o do Ceará, os quais seriam transformados em Interventores, delegados da confiança do Chefe Nacional, que, em manifesto à Nação, explicou as causas do movimento "contra as decepções do regime derrogado" e terminou dizendo que, "modelada nas realidades brasileiras e no preenchimento dos atributos de fortaleza da autoridade, da constância do poder e da estabilidade política", naquele momento se outorgava nova Constituição. Na sua gestão foi criado o Tribunal de Contas do Estado, composto de cinco juízes, que, inicialmente, foram os seguintes: Augusto Correia Lima, Antônio Coelho de Albuquerque, Sila Ribeiro, Raimundo Girão e Luís Sucupira, que não aceitou a nomeação.

Não houve, portanto, solução de continuidade na fecunda administração Pimentel, até o seu afastamento com o ato demissório de 28 de outubro de 1945. Muito realizou, na verdade, em benefício do Ceará e, a despeito das restrições que lhe fizeram adversários e descontentes, houve-se com a prudência e a honestidade, intrínsecas ao seu feitio individual.

Daí por diante, na cadeira presidencial cearense mal se sentaram diversos Interventores: Dr. Beni Carvalho (31 de outubro de 1945 — 10 de janeiro de 1946), Dr. Tomás Pompeu Filho, interinamente, deste último dia a 21 com a posse do Dr. Acrísio Moreira da Rocha (até 16 de fevereiro), Dr. Pedro Firmeza (até 28 de outubro), coronel José Machado Lopes (até 3 de fevereiro de 1947) e, finalmente, o des. José Feliciano de Ataíde (3 de fevereiro), que em 1 de março desse ano a transmitiu ao des. Faustino de Albuquerque e Sousa, Governador eleito em 19 de janeiro, para o quadriênio de março de 1947 — janeiro de 1951. Nas eleições teve como competidor o general Onofre Muniz Gomes de Lima.

Em 3 de outubro de 1950 foi eleito Governador o Dr. Raul Barbosa, vencendo, por expressiva maioria de votos, a seu con-

tendor, Dr. Edgar Cavalcante de Arruda.

Foram seus auxiliares: Dr. Waldemar Alcântara, Secretário de Educação e Saúde; Dr. Joaquim Bastos Gonçalves, do Interior e Justiça; Dr. Plácido Aderaldo Castelo, da Agricultura e Obras Públicas; Carlos Barbosa, dos Negócios da Fazenda; cel. Manuel Cordeiro Neto, da Polícia e Segurança Pública.

O Dr. Raul Barbosa pôde fazer equilibrada e profícua gestão, preocupado com os altos interesses do Estado, atento às soluções requeridas pelos problemas da sua política e de sua conjuntura econômico-social, afastando-se para tanto, o mais que possível, das injunções partidárias, o que lhe custaria, aliás, sérias dificuldades e o seu sacrifício nas eleições de 3 de outubro de 1954, como candidato ao cargo de senador da República. Para tanto, renunciava às funções do cargo de Governador, passando-a ao vice-governador Stênio Gomes da Silva, no dia 30 de junho, o qual concluiu o período governamental.

Nessas eleições como candidato a Governador, venceu o Dr. Paulo Sarasate Ferreira Lopes, que muito se havia destacado por sua inteligência e operosidade como representante do Ceará na Câmara Baixa do País, tanto quanto o faria depois como senador, eleito em 1966. Foi seu competidor o Dr. Armando Ribeiro Falcão. O Dr. Paulo Sarasate, para efeito de desincompatibilização, renunciou às suas funções em 3 de julho daquele ano, tendo completado o quadriênio o vice-governador, Dr. Flávio Portela Marcílio.

Para o quadriênio seguinte (março de 1959 — março de 1963), as eleições favoreceram o Dr. José Parsifal Barroso, culto professor, que exercera as funções de senador federal e as de Ministro de Estado do Trabalho, Indústria e Comércio. Para vice-governador, recebeu os votos da maioria o Dr. Wilson Gonçalves. As citadas eleições concorreu o cel. Virgílio de Morais Távora como postulante ao cargo de Governador, e, como vice-governador, o Dr. Acrísio Moreira da Rocha.

Mas candidatando-se novamente ao Governo do Estado, para o quadriênio de 1963-1966, logrou o cel. Virgílio Távora a maioria do eleitorado, derrotando o seu competidor, Dr. Adail Barreto Cavalcante, por grande maioria. O vice-governador, Dr. Joaquim de Figueiredo Correia, igualmente superou o seu adversário, sr. Fausto Borges Cabral. Caracterizou-se a administração Virgílio Távora por audaciosas iniciativas em favor da infra-estrutura necessária à aceleração dos meios capazes de neutralizar o nosso subdesenvolvimento, podendo-se salientar entre as muitas obras iniciadas a concretização das primeiras metas do plano de eletrificação do Ceará, com a energia de Paulo Afonso. Bem assim, as do Porto do Mucuripe, conseguindo transformar em excelente realidade, velha aspiração dos cearenses, com a sua Capital servida, até então, de um porto das mais precárias instalações.

Empossado a 12 de setembro de 1966, eleito pela Assembléia Legislativa, depois de indicado pelo partido da Revolução de 1964 — a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), passou a dirigir o Governo cearense o Dr. Plácido Aderaldo Castelo, sendo vice-governador, eleito da mesma forma, o gen. Francisco Humberto Ferreira Ellery. Essa primeira administração revolu-

cionária, confiada a um homem de muita experiência da coisa pública, como magistrado, professor, Secretário de Estado e deputado estadual, correspondeu integralmente aos postulados da Revolução Nacional. Sem pretender alhear-se à filiação partidária, preferiu constituir um secretariado composto de elementos não políticos, o que, por certo, não contentou os correligionários mais graduados da ARENA. A despeito disso, realizou obra administrativa de segura orientação, cheia de iniciativas de maior proveito para a vida econômica e social do Estado, no campo da Viação, das Comunicações, do Ensino, da Saúde, da Assistência Pública e das atividades culturais, que tanto procurou estimular e dignificar através da Secretaria de Cultura que estruturou e implantou.

O conjunto de tantas obras, feitas sem as propagandas zumbáticas, que nem sempre correspondem ao que se alardeia, dá-lhe o justo lugar de um dos mais equilibrados e operantes

governadores do Ceará.

Entre os períodos Virgílio Távora e Aderaldo Castelo e por imperativo legal, esteve no Governo do Estado, de 12 de agosto a 12 de setembro, o deputado Franklin Gondim Chaves, Presidente da Assembléia Legislativa, o qual não se limitou à posição de simples ocupante transitório de um cargo, antes muitas atividades desenvolveu para que o seu substituto encontrasse o mais bem arrumada possível a máquina da administração estadual.

Ao Governador Plácido Aderaldo Castelo sucedeu o cel. César Cals de Oliveira Filho, sendo vice-governador o ten.-cel. Francisco Humberto Bezerra, eleitos pela Assembléia Legislativa do Estado em 3 de outubro de 1970, para o período de 15 de marco de 1971 a 15 de marco de 1975, prestando ambos o respectivo compromisso no dia 15 de março de 1971. A gestão César Cals Filho caracterizou-se por entusiástica realização das metas prometidas, podendo-se salientar, entre outras, a construção do Centro das Convenções, a instalação da EMCETUR (Empresa Cearense de Turismo), no velho prédio. devidamente adaptado, da Cadeia Pública de Fortaleza, e o projeto e execução da chamada Estrada da Confiança, ligando, entre si, por pista asfaltada, os vários Municípios da parte oeste do Estado. Cumpriu integralmente o seu mandato, entregando o cargo de Governador ao cel. José Adauto Bezerra, eleito, juntamente com vice-governador, Dr. José Waldemar de Alcântara e Silva, pela mesma Assembléia, em 3 de outubro de 1974. para o período de 15 de março de 1975 a 15 de marco de 1979. Muitas foram as obras, realizações e providências desse Governador em benefício da administração estadual, mas, para fíns de desincompatibilização e em virtude de renúncia transferiu as funções do cargo ao vice-governador, no dia 28 de fevereiro de 1978, o qual dessa forma, em caráter efetivo, terminou o respectivo mandato, o que fez com a mais elogiável isenção de ânimo e decidido interesse pelo bem dos seus governados. Sucedeu-lhe na Chefia Administrativa do Estado o cel. Virgílio Fernandes Távora, outra vez, assim, chamado a governá-lo, tendo como vice-governador o Dr. Manuel de Castro Filho, empossados no dia 15 de março de 1979, para o período desta data a 15 de março de 1983.

Ambos haviam sido eleitos pelo Colégio Eleitoral de que trata o art. 64 da Constituição Estadual, no dia 1 de setembro

de crerço de 161 a la comerción de 1818, resetando ambos o mesocución de 1876. A acotão de 1876. A acotão

ass mora momentas, ondendo en gella em, onde outros, a reposeur en do Cartro das Començãos a instalação ada EMOSTUR (Emoraca Cartrassa da Turiama) no velha ptádio, devidentado e execução da riva ada Estado, e Cartras ada Cartros da Cartros da Fertilidas, o o prodes al por rista el el estado, etc. de cartros da Salado, for do Estado, forma da estado e en mencado, estregando o cargo da Pereza aleito, junto cargo da Pereza aleito, junto cargo da Pereza Aleito d

Mujtre forem se chres, reglacipose o providencias desse Go-

de 1978.

CAPÍTULO 30

Educação e Cultura (Ciências, Letras e Artes) na Colônia e no Império. Fundação do Liceu. O Senador Pompeu. Educandários Particulares. O Ensino Superior. As Universidades.

A Secretaria de Cultura do Ceará.

O que assinala, em verdade, o começo da educação e ensino no Ceará é a instalação do Liceu, em 1845, com a sede em Fortaleza.

Quanto existia antes, a esse respeito, era rudimentar e atrasado. Escolas isoladas, pobres e raras, espalhadas pelo in-

terior não muito diferentes das da Capital.

João Brígido mostra-nos o retrato melancólico da escola dos primeiros tempos, que se prolongou, até muito recentemente, com os seus aspectos de causar pena e quase sempre a revolta, os indefesos discípulos trazidos à mais implacável disciplina por mestres na maioria ignorantes de letras e das boas maneiras. Ensinava-se a *ler e contar* e, ao lado disso, absurdamente, o latim.

"O ensino daqueles tempos se ressentia da crueldade, que era peculiar aos homens de governo e andava associada a toda idéia de mando. Os pais de família corrigiam seus filhos seviciando-os a chicote; os mestres faziam outro tanto por delegação deles e consenso universal. A escola inspirava horror aos rapazes e não era debalde. Além do castigo usual da palmatória e outros, havia o que se chamava montar a cavalo: às costas de um rapaz, posto de quatro pés, ligavam o paciente e lhe flagelavam as nádegas com chicote." As crianças não resistiam aos duros ensinamentos e, por essa razão, só freqüentavam as aulas os meninos de mais de doze anos.

As três primeiras escolas públicas datam- de 1759, uma na povoação de Caucaia, outra em Pacajus e uma terceira na

vila de Viçosa. A Carta real de 6 de novembro de 1772 criou escolas nas colônias portuguesas, entregues a professores denominados mestres-régios, pagos pelo chamado subsídio literário e com a investidura de seis anos. O ensino constava de leitura, escrita e tabuada e muito se prejudicara com a expulsão dos jesuítas.

A ignorância era a regra geral e só os padres mostravam possuir melhores conhecimentos, assim no século 18, como no começo do século passado. "O absolutismo político, então dominante, era infenso a todos os meios de esclarecer as clas-

ses populares."

Com a Independência, em 1822, tomaram-se medidas a fim de favorecer a instrução, tendo sido votado pela Constituinte o Decreto de 20 de outubro de 1823, que mandava abrir escolas primárias independente de licença ou autorização, e em 1837 a Lei de 15 de outubro determinou que todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império tivessem escolas de primeiras letras, em número estabelecido pelos presidentes de Província. Não logrou execução regular essa lei e, por isso, o ensino em quase nada progrediu. Era diminuto o número de professores habilitados e, quando as escolas eram instaladas, pequena a freqüência de alunos pelo pouco amor dos pais às coisas da instrução. Por outro lado, a pobreza das finanças provinciais não a animava como devera ser.

Em 22 de outubro de 1855 regulamentou-se o ensino, na Província, porém sem resultados mais satisfatórios, dado que não se afastavam aquelas causas empecilhantes. Esse regulamento foi reformado pelo de 19 de dezembro de 1873 (autorizado pela Lei 1506, de 26 de dezembro anterior), em vigor até o dia 1 de março de 1897, decretado pelo presidente Nogueira Acióli. Neste último ano, em junho, outro regulamento elaborado por uma Comissão de que fizeram parte os Drs. Tomás Pompeu de Sousa Brasil, José de Barcelos e J. Sampaio. Mas a reforma fundamental do ensino somente se daria ao tempo da administração governamental do Dr. Justiniano de Serpa (1920-1923].

Em 1826, tentou-se estabelecer uma cadeira de Filosofia, mas esta não foi além da sua decretação no papel; e na administração do presidente José Martiniano de Alencar, uma Escola Normal igualmente não se objetivou, em virtude de sua demissão e por alegar o seu substituto não dispor o cofre da Província de meios para cobrir despesa dessa espécie.

A criação de um Liceu, do mesmo modo falhou, proposta em 1830, "para nele se ensinarem os princípios das ciências,

não só das que dizem respeito aos direitos sociais, como também ao conhecimento da natureza humana".

Inaugurados, em 1827, os cursos jurídicos no Brasil, foi dado então aos rapazes de famílias ricas dirigirem-se para Olinda, de lá trazerem seus diplomas de bacharel e, com as suas habilitações, provocarem alguma ondulação na superfície do quieto lago da vida provinciana. Dos 555 diplomados em ciências jurídicas e sociais pela academia pernambucana, até 1845, quarenta e dois eram do Ceará, porém, ao voltarem, em geral caíam no chão lamoso das tricas partidárias, tão na massa do sangue estava o sentimento das competições desse jaez, contados os que, delas imunes, continuavam abraçados aos livros, dedicando-se ao magistério ou à advocacia.

No que se relacionava à Medicina, maiores os embaraços, pois que longínquas as Faculdades. O atraso era de causar pena, enfrentadas as curas com os processos empíricos das meizinhas, benzeduras, emplastros e toda uma ominosa terapêutica de garrafadas e medicamentos os mais esdrúxulos. Acrescentese, todavia, que já em 1847 se empregava, a primeira vez, em mesa operatória, no Ceará, o éter sulfúrico como anestesia geral, verificado o fato numa intervenção cirúrgica feita no Aracati pelo Dr. Liberato de Castro Carreira; mas, também, que só em 1862 se redigiu a primeira publicação médica — o jornalzinho *A Lanceta*, fundado pelo Dr. Joaquim Antônio Alves Ribeiro, formado pela Universidade de Harward, Cambridge.

A imprensa nada oferecia de relevante para aquilatar-se de mais favorável nível mental do povo, adstrita que era a sua atuação, quase exclusivamente, às polêmicas e retaliações pessoais entre partidaristas das facções e subfacções em constantes arengas pelo poder. Por isso, não será igualmente acertado, qual se tem pretendido, considerar o aparecimento do primeiro jornal — O Diário do Governo do Ceará, dirigido pelo padre Gonçalo Inácio de Albuquerque Melo Mororó, como baliza inicial da marcha evolutiva de nossa cultura. Como acentuou Antônio Sales, a vinda do periódico republicano de 1824 "não teve uma especial significação em prol de nossa intelectualidade".

De sua vez, o clero, que, por sua função mesma, devia altear-se na planície, não ostentava, ressalvadas as exceções, figuras mais distintas que valessem como clareiras no obtuso ambiente sertanejo. Sabe-se que a formação de padres àquele tempo era ditada na maioria dos casos pela imposição paterna, e os que a esta não podiam fugir escorregavam comumente pelos cursos, saindo dos Seminários sem o imprescindível aprimoramento, circunstância insistentemente destacada pelos

presidentes da Província, em suas Falas, animados do desejo de encontrar corretivo aos desleixos ou à incompetência dos vigários. Muito tempo levaríamos até que, inaugurado o Seminário Episcopal (1864) pelo bispo D. Luís, a outro sentido, reconhecidamente sadio, obedecesse a ilustração dos novos ministros da Igreja. A criação da Diocese do Ceará, subtraindo este à ingerência do espiritual de Pernambuco, foi, só de si, motivo de excepcional significação para a vida religiosa e social da Província. Tanto mais que, paralelamente ao Seminário, abriu-se à freqüência das moças, até então presas a uma educação omissa e cheia de preconceitos, o tradicional estabelecimento de ensino — Colégio da Imaculada Conceição, em cujas classes se têm instruído e aperfeiçoado muitas gerações femininas.

E, por cima de tudo isso, não havia onde comprar livros, pois só em 1849 é que o português Manuel Antônio da Rocha Júnior abriu na sua loja uma seção livresca, na qual, além da venda, alugava romances e novelas, a tanto por mês, o que de alguma forma propiciava oportunidades de leitura àqueles que não podiam adquiri-los. A Biblioteca Pública da Província começou a funcionar em 25 de março de 1867.

Esse, o panorama do Ceará até o mencionado ano do aparecimento do Liceu.

Sabia-se, entretanto, que em toda a área da Província não se contavam senão 43 escolas avulsas para o sexo masculino e 9 para o feminino, afora 9 aulas de Latim, localizadas noutras tantas vilas, aulas que eram, afinal, uma incongruência, assim indigitadas pela crítica arguta do Senador Pompeu, porquanto, ao cabo do curso, "saía o rapaz com superficial conhecimento de uma língua clássica que lhe não pode servir de utilidade alguma no uso da vida, salvo se pretende aplicar-se aos estudos superiores, sendo poucos os que podem seguir essa carreira".

Instituído por lei do ano anterior, começou a funcionar o Liceu em 19 de outubro de 1845. Era um externato, cuja montagem foi confiada ao padre Tomás Pompeu de Sousa Brasil (mais tarde senador Pompeu). Ordenado no Seminário de Olinda em 1841, dois anos após se bacharelou em Direito, e já havia conquistado o professorado do admirável estabelecimento, quando, a em permanecer no Ceará, a fim de orientar o ensino provincial. Nomeado diretor do Liceu e, nesta qualidade, diretor da Instrução Pública, soube vantajosamente o padre Pompeu dar aplicação aos seus vastos conhecimentos teóricos e, dessa maneira, firmar o seu nome como o de quem, em pri-

meira mão, pôde dar rumo e sistema ao adiantamento intelectual de sua terra.

Com efeito, em conformidade com os seus seguros gisamentos, o Liceu estruturou-se sabiamente, e em breve representaria não só um fator de concentração daquilo que de melhor existia na Província e vagava disperso, referentemente ao saber humanístico e às cogitações filosóficas e científicas, mas também um foco de atração à juventude que, na capital e no interior, estagnava em pernicioso remanso, à falta da correnteza que a conduzisse ao largo mar do aprendizado integral.

Congregando homens cultos, Pompeu amalgamou a cultu-

ra, dando-lhe consistência.

O ilustre padre Severino Duarte veio reger a cadeira de Latim; o médico José Lourenço de Castro e Silva, já muito reputado, a de Francês; Gonçalo de Almeida Souto, posteriormente graduado em Direito, a de Inglês; o Dr. Joaquim Saldanha Marinho, a das Matemáticas; o bacharel Manuel Teófilo Gaspar de Oliveira, a de Retórica; Manuel José de Albuquerque, jornalista e professor, a de Filosofia. A de Geografia e História coube ao próprio diretor que, achando falho o travejamento técnico do educandário nos moldes da legislação que o criou, eruditamente traçou a respectiva reforma, adaptando-o a modelo mais adequado.

Sob tais inspirações, os anos decorridos de 1845 a 1860, a despeito da intercorrência de séria crise climática, como que se predispunham ao evento de fatos intimamente ligados aos intentos de Pompeu, sempre interessado em dar homogenei-

dade ao seu trabalho de pioneiro.

Assim é que logo em 1846 surge a folha liberal *Cearense*, fundada por Tristão de Alencar Araripe (depois conselheiro Tristão) e Frederico Pamplona, aos quais, sem demora se ajuntou Pompeu, para fazer do periódico, modificando sensivelmente métodos viciados da imprensa local, um dos órgãos mais influentes e requeridos — cuja característica essencial era uma segura orientação doutrinária — de quantos têm circulado no Ceará.

Em 1850 publica o incansável padre o primeiro livro didático cearense — Princípios Elementares de Cronologia Para Uso do Liceu do Ceará e, no ano seguinte, os Elementos de Geografia. De 1856 é o seu afamado Compêndio de Geografia, adotado, oficialmente, no Colégio Pedro II, da Corte, e nos seminários e liceus do Império.

As idéias, não havia negar, estavam a andar mais livremente. Em 1863, rejubilava-se o Ceará com o aparecimento, a 8 de janeiro, do Ateneu Cearense, instituto educacional que

vinha reforçar a ação do Liceu e acabava de ser organizado por João de Araújo Costa Mendes, portador dos novos métodos pedagógicos do glorioso Ginásio Baiano, do prof. Abílio César Borges. João de Araújo fora, ali, lente e vice-diretor; estava, assim, capacitado para introduzir na sua Província aquela renovação metodológica. Na verdade, o seu colégio constituiu-se, muito cedo, efervescente núcleo de estudos, com a vantagem que o estabelecimento oficial não apresentava, de ser também um internato, podendo com maior facilidade chamar os moços do sertão e dar-lhes casa e mesa, pois nem hotéis a cidade possuía. Educação religiosa, humanística e mais a de Música, Dança e Ginástica. Com a morte do fundador, prosseguiu o irmão Manuel Teófilo Costa Mendes o eficiente programa do Ateneu, que chegou, sem alterar o ritmo, às eras de 1886, então entregue à direção do Dr. Torres Portugal, que o fechou por ter de ir para o Rio de Janeiro, a tomar conta do seu mandato de deputado geral.

Outras casas de educação existiram no período compre-

endido entre a abertura e a extinção do Ateneu.

Em 1870 foi instalado o Panteon Cearense pelo professor Pedro da Silva Sena, curso primário, com internato e externato.

Em 1876, o Colégio São José, do padre Ananias Correia do Amaral, sacerdote de muita cultura e humildade, que por duas vezes recusou a mitra de bispo.

E, três anos depois, funda-se o Instituto Cearense de Humanidades, dirigido pelo padre, depois monsenhor Bruno Ro-

drigues da Silva Figueiredo, latinista afamado.

O Partenon Cearense, do professor Lino de Sousa Encarnação (1882), foi muito reputado, mantendo curso de primeiras letras, curso de preparatórios e curso comercial. Por ele passaram várias gerações de moços, que aprendiam pela estimulação e não pela palmatória, impondo-se o ensinador ao aluno pela persuasão, o conselho, o brio, a delicadeza do trato.

Outro educandário de fama legítima foi o Ginásio Cearense, do professor Anacleto Pereira de Queirós, que rivalizou em organização e importância com o Ateneu dos Costas Mendes. Dotado de notável capacidade de trabalho e o mais pronunciado senso didático, cedo se impôs o Ginásio, mais conhecido por Colégio do Anacleto, ao conceito geral e à confiança dos pais de família. Firmou-se, então, como o principal instituto particular de ensino no Ceará.

O Instituto de Humanidades, do cônego Vicente Salazar da Cunha e do professor Antônio Augusto de Vasconcelos, fundado em 1892 e, portanto, já na República, foi outra casa de ensino e educação, somente vencida por outro Instituto de Humanidades aberto pelo admirável mestre-escola que era Joaquim Nogueira (janeiro de 1904). Nogueira apurou muito cedo os dons e vocação para o magistério e consagrou-se efetivamente. Os seus métodos de transmitir conhecimentos revolucionaram o didatismo local, superando formas e noções obsoletas que a inércia conservadora persistia em aplicar. A fértil imaginação do reformador não parava de encontrar maneiras e meios de atrair o interesse do aluno e prendê-lo ao estudo, habituando-o, prazerosamente, à exatidão dos deveres escolares.

Diversos outros educandários completaram o quadro do ensino primário e humanístico no Ceará, não podendo ser omitida destacada referência ao Colégio Nossa Senhora de Lourdes (externato e internato), fundado e dirigido pela intelectual Ana Bilhar e destinado ao sexo feminino. Iniciado em 1889, na serra de Guaramiranga, transferiu-se em 1896 para Fortaleza. Professorado escolhido e escolhido currículo. A sua orientação pedagógica ajustava-se ao que de melhor havia naquela época. Sabia dar o máximo de brilho e distinção social e artística às suas festas e solenidades.

De fundação mais recente, não é possível deixar sem especial e alto registo o Colégio Colombo, de Francisco Gonçalves e, depois, de Leiria de Andrade; o Instituto Miguel Borges, do prof. Odorico Castelo Branco, posteriormente transformado no atual Colégio Castelo Branco; o Colégio Cearense, fundado em 1912 pelos padres Climério Chaves, Misael Gomes da Silva e José Quinderé, mais tarde transferido à Ordem dos Irmãos Maristas; o Colégio N. Senhora do Sagrado Coração (Instituto de Santa Dorotéia), para o sexo feminino, já desaparecido; o Colégio S. Luís, do prof. Francisco de Meneses Pimentel. O Colégio S. João, Colégio Farias Brito e muitos outros. Daí para cá muito se ampliou o quadro educacional cearense.

Só em 1903 é que vem a ser fundada a Faculdade de Direito do Ceará, possibilitando à juventude o ingresso nos estudos superiores. Inicialmente, Faculdade Livre, depois encampada pelo governo do Estado, tendo sido os professores Tomás Pompeu de Sousa Brasil e Antônio Augusto de Vasconcelos os dois principais organizadores. E não eram ambos senão o instrumento dos anseios de uma mocidade desejosa de instruir-se até os mais elevados graus e que, contudo, encalhava nas dificuldades de toda sorte.

Em 1916, a iniciativa particular instala a Faculdade de Farmácia e Odontologia, e, dois anos depois (1918), a Escola de Agronomia. O Colégio Militar do Ceará, depois extinto e atualmente restaurado, data de 1919. Antes dessa restauração funcionou durante vários anos a Escola Preparatória de Fortaleza.

Somente em 1936 foi criada, sob a orientação dos profs. Djacir Meneses e Lincoln Mourão Matos, a Faculdade de Ciências Econômicas, e, em 1947, a Faculdade Católica de Filosofia, sob os aupícios da Congregação dos Maristas.

Do ano seguinte são as atividades da Faculdade de Medicina do Ceará (1 de março de 1948). A Escola de Engenharia instalou-se em 21 de janeiro de 1956, devendo-se a sua criação notadamente ao interesse do deputado Walter Bezerra de Sá. Desde 1943 data a Escola de Enfermagem S. Vicente de

Paulo, e de 1950 a Escola de Serviço Social.

Essas entidades funcionavam dispersamente, e foi o prof. Antônio Martins Filho quem percebeu a necessidade de uni-las num conjunto universitário, dedicando toda a sua inteligência e a sua obstinácia à consecução de tão elevado objetivo. Na realidade, o seu trabalho no vencer os obstáculos passou dos limites comuns. Obstáculos de ordem teórica e de ordem burocrática como que mais o estimulavam, ainda.

E, por fim, com a decisiva ajuda do ministro Antônio Balbino de Carvalho, o Congresso Nacional vota a lei de criação da Universidade do Ceará, sancionada em 16 de dezembro de 1954 pelo Presidente da República, Dr. João Café Filho.

Foi seu primeiro Reitor o mesmo prof. Antônio Martins Filho, que, no cargo durante doze anos, soube com a mais perfeita visão, dar amplitude e admirável estrutura à Universidade por que tanto se esforçou.

A instalação solene da Universidade deu-se em 25 de ju-

nho de 1955, no Teatro José de Alencar.

Mais tarde, criaram-se a Faculdade de Filosofia do Ceará, em que se transformou a Faculdade Católica de Filosofia mantida pela Ordem dos Maristas; a Escola de Administração do Ceará, de iniciativa particular e encampada pelo Governo estadual; e a Faculdade de Veterinária, por este instituída. Em Limoeiro do Norte funciona a Faculdade de Filosofia D. Aureliano Matos, estadual, e na cidade do Crato uma Faculdade de Filosofia e uma de Ciências Econômicas e Contábeis e uma Faculdade de Direito.

Essas entidades mais tarde seriam reunidas no conjunto da Universidade Estadual do Ceará, criada pela Resolução n.º 02/75, de 5 de março de 1975, por ato do Conselho Diretor da Fundação Educacional do Estado do Ceará (FUNEDUCE), sob a orientação e larga experiência do prof. Antônio Martins Filho, nomeado seu Reitor *Pro Tempore*. A nova Universidade foi instalada no dia 10 de março de 1977, em solenidade no Palácio da Abolição, presidida pelo Governador do Estado, cel. Adauto Bezerra, o qual peremptoriamente afirmou: "Podemos orgu-

Ihar-nos de que nenhuma adversidade é capaz de deter-nos quando decidimos trabalhar para ampliar os horizontes de nossa existência e de nossa cultura." O primeiro Reitor designado foi o prof. Danísio Dalton da Rocha Corrêa, empossado em 19 do mesmo mês. Ao professor Martins Filho, como presidente da FUNEDUCE, coube o título de Chanceler. Decreto Federal n.º 79.172, de 26 de janeiro, havia reconhecido a U.E.C.E.

Antes, em 1971, fora instituída, em Fortaleza, a Fundação Educacional Edson Queiroz, de logo reconhecida de utilidade pública pela Lei Estadual n.º 945, de 26 de maio do mesmo ano, criando-se então a Universidade de Fortaleza (UNIFOR), inaugurada em 21 de março de 1972, reconhecida e autorizada a funcionar pelo Decreto federal n.º 71.655 de 4 de janeiro de 1973. Foi seu primeiro Reitor o prof. Antero Coelho Neto. Edson Queiroz é o seu Chanceler. Atende plenamente às suas finalidades, com a segurança de seu ensino e a modernidade de suas instalações.

Com a sede na cidade de Sobral, foi criada, pela Lei municipal de 23 de outubro de 1968, a Fundação Universidade Vale do Acaraú. Os vários cursos componentes da entidade foram reconhecidos, devidamente e autorizados a funcionar por decretos federais de diversas datas. Compõem a U.V.A. as entidades — Faculdade de Filosofia D. José, Faculdade de Ciências Contábeis, Faculdade de Tecnologia e Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia. O seu primeiro Reitor é o Pe. Francisco

Sadoc de Araújo.

Enquanto isso, a Cultura cearense muito reforcava com a criação de novas entidades acadêmicas, entre elas a Academia Cearense de Retórica (ACERE), fundada em 17 de maio de 1979, tendo como primeiro presidente o prof. Itamar de Santiago Espíndola; a Academia Cearense de Língua Portuguesa, fundada em 1 de dezembro de 1976, tendo como primeiro presidente o prof. Hélio de Sousa Melo: a Academia Cearense de Medicina, fundada em 12 de maio de 1978, sendo seu primeiro presidente o prof. José Waldemar de Alcântara. Em cidades do interior do Estado funcionam a Academia Sobralense de Estudos e Letras, fundada em 7 de setembro de 1943; o Instituto Cultural do Cariri, sede em Crato, fundado em 18 de outubro de 1953, cujo primeiro presidente foi o médico e historiador Irineu Pinheiro, e o Instituto Cultural do Vale Caririense, em Juazeiro do Norte, fundado em 22 de setembro de 1974, iniciativa do prof. Joarvyar Macedo, seu presidente nato.

Acontecimento do maior relevo é a criação da Secretaria de Cultura do Estado, decorrência da Lei n.º-8.541, de 9 de agosto de 1966, desmembrada da Secretaria de Educação e

Cultura, completada com a criação do Conselho Estadual de Cultura, pelo Decreto n.º 7.628, de 5 de outubro do mesmo ano. A instalação da nova Pasta deu-se no dia 9 de dezembro seguinte,

tendo como primeiro titular o prof. Raimundo Girão.

A inovação, que já fora objeto de uma proposição apresentada, em 1946, ao I Congresso Cearense de Escritores, de começo sofreu a restrição de alguns críticos menos informados, mas, além de constituir empreendimento pioneiro, pois ao Ceará coube a primazia de fazê-lo corajosamente, tem concorrido de modo insofismável para a melhor estrutura e atuação de órgãos estaduais agora a ela subordinados e para a maior divulgação de nossas atividades intelectuais, no País e fora de nossas fronteiras. Realiza, efetivamente, a Secretaria de Cultura, a que mais tarde se juntou o setor do Desporto, trabalho de todo elogiável, correspondendo ao que de sua presença era de esperar. Geraldo da Silva Nobre, historiador e incansável estudioso dos fatos e fastos de nossa evolução mental, assegura-o: "Após o surgimento da Universidade Federal do Ceará, o acontecimento mais significativo no tocante à promoção cultural neste Estado foi a criação de uma Secretaria de Estado com atribuições específicas, recebida com hostilidade por uns e com ceticismo por outros, por considerarem-na inútil, de antemão sujeita a fracasso." "Com a Secretaria de Cultura - já afirmamos - amplia-se a coordenação cultural da Universidade; é dela como que um desdobramento, tendo-se em vista dar mais vigor aos métodos de dirigir a cultura, que esta somente é posta em caixilhos nos países totalitários. Dar sistema, meios de funcionamento produtivo e estimulador, sem nenhum limite à liberdade cultural, isto sim, é a razão máxima da criação da recente Secretaria de Estado. Abre outro campo verde e florido onde respire a alma do homem de Cultura os cientistas, os literatos, os artistas na confiança da pureza do ar que os seus pulmões sorvem satisfeitos."

de 1952, culo primeiro presidente foi o médico e historiador

de Cultura do Estado, decorrência da Lei n.º 8.541, de 9 de

CAPÍTULO 31

O Desabrochamento Intelectual. A "Academia Francesa". O Instituto do Ceará. O Clube Iracema. A Padaria Espiritual. A Academia de Letras. A Fênix Caixeiral. Movimento Modernista. Atualidade Literária.

Como se expôs no capítulo anterior, a vida cultural cearense tem o seu ponto de partida na figura exponencial do senador Pompeu, não somente pela sistematização que ele imprimiu aos estudos objeto dos seus livros de geografia, história e estatística, como pelo seu trabalho de orientação intelectual, política e pedagógica através do jornal *Cearense* (órgão do seu partido), fundado em 1846, e da sua atuação construtiva como diretor do Liceu e, também, da Instrução Pública da Província.

Escritores há, entretanto, que sustentam terem as atividades propriamente literárias começado com a publicação do livro *Prelúdios Poéticos*, de Juvenal Galeno, em 1856. Outros são de opinião que o começo deve ser fixado em 1859, cóm a permanência, no Ceará, do poeta Gonçalves Dias, um dos componentes da chamada Comissão Científica, nomeada pelo governo imperial para proceder a observações e pesquisas das ciências naturais e de antropologia em várias províncias do Norte brasileiro. E terceiros acham que essa fixação não deve ficar além, nem aquém, do febricitante movimento de fundo maçônico-filosófico, que despontou nos primeiros anos da década de 1870 e é comumente conhecido por "Academia Francesa".

Embora se tenha de levar em conta que ao tempo do governador Manuel Inácio de Sampaio as suas originais tertúlias, denominadas *outeiros*, atraindo os poucos intelectuais da época para as salas do Palácio do Governo, poderiam representar a primeira contribuição de certo valor para a nossa história lite-

rária, não há como deixar de reconhecer que a erudição do padre Tomás Pompeu, profunda e luminosa, constitui a grande tocha que aclara os camínhos da cultura mental, na Província apenas medianamente instruída.

As páginas do citado jornal, doutrinando um público ainda meio ignorante, as aulas do Liceu, fornecendo aos rapazes conhecimentos mais coordenados do classicismo da época, os relatórios do dirigente da Instrução Pública, mostrando a necessidade de novos métodos educacionais, tudo concorre para selar o decênio de 1840 como saliente marco divisor no campo das letras cearenses, a que não faltaram os benefícios trazidos pelo "Teatro Taliense", instalado em 1842 e cujas récitas, graças ao impulso animador de Vitoriano Augusto Borges, se intercalavam, nos intervalos, de "verdadeiros saraus literários", gostosamente apreciados por assistência sempre numerosa e mais seleta.

Daí por diante é inegável a melhora do nível mental, que vai efetivamente reflorir, com maior exuberância, após 1870, em agrupamentos de notável projeção, até o restante do século.

Em 1863, já foi dito, a Capital assistira à inauguração do Ateneu Cearense, o primeiro colégio de ensino primário e secundário do Ceará, sob a orientação de João de Araújo Costa Mendes.

Dele fizeram parte, ainda muito jovens, figuras do porte de Capistrano de Abreu, Tomás Pompeu de Sousa Brasil, Raimundo Antônio da Rocha Lima, João Lopes Ferreira Filho, Xilderico de Faria, Paula Nei, Domingos Olímpio, Júlio César da Fonseca Filho, Araripe Júnior, Frederico Borges, Rodolfo Teófilo, Inácio de Sousa Dias, José Leorne Menescal, Clóvis Beviláqua e outros — os mesmos que, mais tarde, se exercitaram com fulguração inexcedível, nos embates político-doutrinários da "Academia", embarricados na *Fraternidade*, órgão de publicidade da Maçonaria local. Na Escola Popular, de funcionamento noturno e mantida por eles para ministrar ensino "aos pobres e operários", ferviam as idéias novas, nas mais ousadas e radicais interpretações, através de conferências e discursos que se tornaram famosos.

Inspirou essa Escola Noturna a criação de Gabinetes de Leitura, na Capital e no interior, tais como em Baturité (1875), Aracati (1879), Granja (1880), Pereiro (1883), Campo Grande, hoje Guaraciaba do Norte (1884), Ipu (1886), Barbalha (1889) etc.

O Gabinete Cearense de Leitura, de Fortaleza, criado exatamente quando findava a Academia (dezembro de 1875), tinha por mira "o maior alargamento e progresso, na Província, da instrução pública" e a ele pertenceram, além de outros, Gui-

Iherme Studart (o Barão de Studart), Antônio Dias Martins, Paula Nei, Clóvis Beviláqua. Existiu até 1886, também no momento em que nova agremiação nascia promissora — o Clube Literário (novembro do mesmo ano), graças à iniciativa de João Lopes, Antônio Bezerra, José de Barcelos, Oliveira Paiva, Abel Garcia, José Olímpio da Rocha e, depois, com a solidariedade de Juvenal Galeno, Justiniano de Serpa, Francisca Clotilde, Farias Brito, Rodolfo Teófilo, mons. Bruno Figueiredo e muito mais. O órgão do Clube, na imprensa, foi *A Quinzena*, que assinalou "nas nossas letras período de incontestável animação e florescimento".

No terreno das atividades mundano-sociais, em 1884, surge em Fortaleza o Clube Iracema, formado pelos rapazes do comércio e funcionários públicos, em contraposição aos excessos aristocráticos do velho Clube Cearense, cujos salões, desde 1867 (19 de abril), recebiam a freqüência elegante dos ricos da cidade, de hábitos apurados no convívio de europeus aqui residentes em grande número, ou nas visitas ao Velho Continente, em passeios que se repetiam. Serviu o Clube Iracema de admirável núcleo de irradiação da inteligência, pois que as suas salas se faziam obrigatórias para as conferências, festas de arte e concertos musicais de quantos vultos ilustres, intelectuais e artistas brasileiros ou estrangeiros tocavam no Ceará.

De 1887 (4 de março), data a fundação do Instituto do Ceará, destinado ao cultivo da História, da Geografia e das Letras e Ciências em geral, no Ceará, idéia movimentada, um decênio antes, mas sem objetivação, pelo Gabinete Cearense de Leitura, a ponto de ter aprovados os respectivos estatutos pelo Presidente da Província (15 de novembro de 1877). Compunha-se de 12 sócios e foram seus iniciadores: Guilherme Studart, Paulino Nogueira Borges da Fonseca, Joaquim Catunda, padre João Augusto da Frota, Antônio Augusto de Vasconcelos. Antônio Bezerra, Júlio César da Fonseca e João Perdigão de Oliveira, e imediatamente aderiram à criação os Drs. José Sombra, Virgílio Brígido, Virgílio Augusto de Morais e o poeta Juvenal Galeno. O notável sodalício desde lá vem prestando à cultura cearense os mais proveitosos serviços e tem o seu renome, dentro e fora do País, consolidado na preciosa coleção de estudo que é a sua Revista, publicada desde o primeiro ano até hoie sem nenhuma interrupção.

Sete anos depois nasce a Academia Cearense, fundada em 15 de agosto de 1894. Constituída de 30 sócios efetivos, foram considerados fundadores: Tomás Pompeu, Pedro de Queirós, Valdemiro Cavalcante, Raimundo Arruda, Álvaro Mendes, Farias Brito, Antônio Augusto de Vasconcelos, Guilherme Studart, José Carlos Júnior, Virgílio de Morais, José Fontenele, José de Barcelos, Antônio Bezerra, Drumond da Costa, Eduardo Studart, Adolfo Luna Freire, Alves de Lima, Eduardo Salgado, Alcântara Bilhar, Franco Rabelo, Benedito Sidou, Antônio Fontenele, Antônio Teodorico Filho, Álvaro Alencar, padre Valdevino Nogueira, Henrique Théberge e Justiniano de Serpa. Em 1922 a Academia tomou o nome de Academia Cearense de Letras, elevado o número de imortais para 40. Nova recomposição nela se operou em 1930, no tempo do presidente Matos Peixoto, que a patrocinou. Atualmente, a Academia — refundida em 1951, com a incorporação de elementos da Academia de Letras do Ceará, fundada em 1930 (9 de junho) e declarada extinta — desenvolve as suas atividades ao influxo animador dos seus associados, conjunto que bem expressa o corte anatômico das belas-letras da Terra da Luz.

Na mesma época do aparecimento da Academia Cearense, surgiu o Centro Literário (27 de setembro daquele ano de 1894), tendo como pioneiros Antônio Papi Júnior, Juvenal Galeno, Bonfim Sobrinho, Álvaro Martins, Temístocles Machado, Pedro Muniz, Frota Pessoa, Rodolfo Teófilo, Quintino Cunha, Farias Brito, Alves de Líma e muitos outros, engrossado o núcleo inicial com a adesão de diversos, como Justiniano de Serpa, Martinho Rodrigues. Rodrigues de Carvalho, Antônio Bezerra, Guilherme Studart, Aníbal Teófilo, Soares Bulcão, Fernando Weyne. Foi outra brilhante associação que honrou os nossos foros literários e, indiscutivelmente, se originou duma reação dos chamados moços, dissidentes da Padaria Espiritual e doutros que a eles se juntaram, tais como alguns que "relativamente se podem chamar os velhos e se inclinaram à criação da Academia Cearense, num ambiente mais pacífico de pesquisas".

Essa Padaria Espiritual brotara do espírito cintilante e irrequieto de Antônio Sales e teve cunho essencialmente *literário*, como a da Abolição se caracterizara tipicamente e o da Academia Francesa como *filosófico*, segundo a discriminação do escritor Tristão de Ataíde. Os anais da agremiação indicam terem sido seus fundadores o aludido Antônio Sales, Lívio Barreto, Temístocles Machado, Jovino Guedes, Ulisses Bezerra, Adolfo Caminha, Joaquim Vitoriano, Sabino Batista, Alvaro Martins, Luís Sá, João Paiva. José dos Santos, Raimundo Teófilo de Moura, Henrique Jorge, Carlos Vítor, José Mário Brígido, Gastão de Castro, Tibúrcio de Freitas, Lopes Filho e José Antônio de Moura Cavalcante.

O dia da fundação foi 30 de maio do ano de 1892. No princípio o grêmio teve feição espaventosa, num antipassadismo

exagerado, até a pilhéria! Os associados adotavam um criptônimo ou nome de guerra e eram denominados padeiros. O jornal do grupo tinha o título de O Pão. O presidente era o padeiro-mor. Os secretários receberam a alcunha de forneiros e o tesoureiro o de gaveta. Padeiros livres eram os sócios correspondentes. As sessões eram as fornadas. A divisa — "Amor e Trabalho". Depois de certo tempo tomou aspecto mais sério e pôde dar ao Ceará e ao Brasil eloqüente demonstração de talento e grande arrojo intelectual. Principalmente na gestão mais ponderada do padeiro-mor Rodolfo Teófilo (1896-1898). As duas primeiras (das três que a Padaria teve) foram as de Jovino Guedes (desde a fundação até 5 de outubro de 1894) e José Carlos Júnior (até a sua morte, em 29 de maio de 1896), "assinalada como o período mais brilhante da vida da instituição". O Forno deixou de funcionar em dezembro de 1898.

Merece referência destacada entre tantas entidades de fins culturais a que se organizou em 1891 e se instalou a 24 de junho, formada pelos empregados do comércio de Fortaleza, com o propósito de reunir os membros da classe numa sociedade de defesa dos respectivos interesses e que, simultaneamente, pudesse proporcionar-lhes meios mais aptos para a sua educação e instrução — a Fênix Caixeiral. Souberam os caixeiros manter continuadamente vigorosa esta sua associação, que vem servindo integralmente naqueles seus propósitos ini-

ciais.

São figuras centrais do movimento fenixta, nos seus primórdios, Pedro Muniz, José Bastos, Heráclito Domingues, Antônio Alves Brasil.

Os salões da Fênix, como os do Clube Iracema, por muitos anos se encheram dos encantos dos bailes primorosos e como tribuna e palco da oratória de reputados conferencistas e de recitais e audições que faziam as alegrias da sociedade fortalezense, ávida de ouvi-los e aplaudi-los.

A instituição da Faculdade de Direito mostrou, não resta dúvida, aos cearenses outros horizontes culturais. Dela passaram a sair, nos fins de curso, não somente novos juízes, novos membros para o Ministério Público, novos causídicos, e sim também professores e homens que, apercebidos de melhores ensinamentos, de melhores conceitos, de melhor orientação filosófica e moral, estariam em ponto de galgar posições mais compensadoras e honrosas nas cátedras, na administração pública, nos parlamentos políticos.

E a fase que sucedeu a essa criação robusteceu-se, dia por dia, com o nascimento de novas casas de educação secundária, ao mesmo passo que, embora sem a convergência em agremiações, como as do ciclo de 1884-1894, florescia nas letras e nas ciências uma porção de inteligências vigorosas a produzir opimos frutos, prosadores e poetas, educadores, filólogos, juristas, jornalistas, estudiosos, mestres que, abundantemente, adornavam com as suas produções a já milionária cultura da Terra de Sol. É a época em que surgem e se projetam e consolidam Gustavo Barroso, Alba Valdez, padre Antônio Tomás, Virgílio e Bruno Barbosa, José da Cruz Filho, Júlio Maciel, Joaquim Noqueira, Francisco Goncalves, Leiria de Andrade, Adonias Lima. Matos Peixoto, Eduardo Girão, Irineu Filho, Raimundo Magalhães, Américo Boanerges e Eurico Facó, Carlos Gondim, Soriano de Albuquerque, Carlos de Vasconcelos, Beni Carvalho, Martinz de Aguiar, Ferreira dos Santos, Mário Linhares, Alfredo de Castro, José Albano, Joaquim Pimenta, José Lino da Justa, Andrade Furtado, Clóvis Monteiro, Mozar Monteiro, Gastão Justa. Herman Lima. Martins d'Alvarez, Sabóia Ribeiro, Ábner de Vasconcelos, Carlos Câmara, Leonardo Mota, Elcias Lopes, Genuíno de Castro. Leão de Vasconcelos, José Gil Amora, Eufrásio de Almeida, Maria e Abigail Sampaio. Epifânio Leite. Mozart Pinto, Pedro Sampaio, Gustavo Braga, Antônio Furtado. Liberato Nogueira, Mário Studart, Sales Campos, Moreira de Azevedo, Júlio Ibiapina, Cursino Belém, José Martins Rodrigues, Edgard de Arruda, Carlyle Martins, José Sombra Filho. Henriqueta Galeno, Otacílio de Azevedo, Carvalho Júnior. Gilberto Câmara, Otávio Lôbo, Ermínio Araújo, Monte Arrais, Valdemar Falcão, Faustino Nascimento, Raquel de Queirós, José Valdo Ribeiro Ramos, Amora Maciel...

Desde 1919 que entrara para o cenário o Salão, depois Casa de Juvenal Galeno, com as suas recepções, os seus serões lítero-artísticos, a sua Ala Feminina e a sua revista *Jangada*, trazendo incontestável contributo à melhor divulgação das

nossas colheitas na vinha das idéias.

Percebia-se claramente uma estimulação adejante, o soprar de uma viração convidativa, um excitante otimismo ou mesmo de sofreguidão por outra coisa, diferente, a qual termina comunicando-se ao sensorial estético de alguns d'Artagnans que se acercavam de Demócrito Rocha nas mesas de redação do *Ceará Ilustrado* (1924) e afinal se arrojam às espadachinadas do Modernismo, que desde 1922 mexia com a mornidão romântica e a superestesia parnasiana, intimando de florete em punho — "Cria o teu ritmo, e criarás o mundo!" Demócrito, Jáder de Carvalho, Franklin Nascimento, Mozart Firmeza, Sidney Neto, Filgueiras Lima são os primeiros contaminados da novidade, que ainda mais se exaltou com o aparecimento do meio-jornal, meio-revista *Maracajá* (1929), ainda com

Demócrito Rocha e mais Paulo Sarasate, Mário Sobreira de Andrade, Heitor Marçal e Raquel de Queirós, esta prontinha para notabilizar-se com a publicação do seu precoce *O Quinze* (1930).

E, anos depois, aceitando o figurino pós-modernista, — o Grupo Clã, produto ligado ao remoto 1.º Congresso de Poesia do Ceará (1942), puxado o cordão por Fran Martins e na esteira, mas em paridade de valor com ele, — Braga Montenegro, Mozart Soriano Aderaldo, Manuel Eduardo Campos, Martins Filho, José Maria Moreira Campos, Joaquim Alves, Clímaco Bezerra, Lúcia Martins, Stênio Lopes, Antônio Girão Barroso, Otacílio Colares, Artur Eduardo Benevides e Aluísio Medeiros. O Grupo, e a sua revista, advertiam que bem era ele "uma amostra de que no Ceará, como aliás em todos os pequenos Estados do Brasil, existem escritores, moços e velhos, que acreditam ainda em líteratura e trabalham com afinco, apesar das agruras do meio".

Depois desses todos, outras inteligências conquistaram lugar de relevo na arena das nossas letras.

es les sol milital a emerganisticativa, un tola le contralir de la contralir d

et u se incanazaul dor ute un b arraidis distrutas, no laflexivel ese e una força de annalustica de em fedica inhála". Acaben viganto de e v. Maranhen e em 15.1 col rou-se para Portugal. De la voltou para

stri sus ACIT, a Governi der de Estado de Marcinão esoresia ao Rei Insti

CAPÍTULO 32

A Formação Religiosa: A Igreja Católica e Sua Atuação. Expulsão dos Jesuítas. Criação do Bispado do Ceará. Novas Dioceses. A Igreja Reformada.

A bandeira de Pero Coelho não trouxe nenhum padre. Mas a expedição seguinte foi dirigida por dois, da Ordem de Santo Inácio, um deles sacrificado à sanha dos índios — o padre Francisco Pinto. Eram eles os que plantariam a Cruz de Cristo na terra do Ceará.

Todavia, é ao padre Baltasar João Correia, secular vindo em companhia de Martim Soares Moreno, que se deve, efetivamente, o começo da evangelização católica, com a construção de uma pequena ermida, sob a invocação de N. Senhora do Amparo, na barra do rio Ceará, a poucos metros do fortim de São Sebastião, levantado ali pelo jovem capitão-mor. O padre Baltasar fora nomeado capelão do presídio ou forte pelo Governador-Geral do Brasil, D. Diogo de Menezes Siqueira, e, além da capelania, trazia o dever catequético de recolher, entre os nativos bárbaros, almas para o rebanho de Jesus.

Dotado de muita bravura pessoal e de invulgar constância missionária, ajudou extraordinariamente a Martim Soares, ao lado da ajuda paternal que a este dava o cacique Jacaúna. Por mais de uma vez enfrentou lutas contra os piratas e, "itinerante incansável, derivou para arraiais distantes, no inflexível esforço de transfundir a fé aos índios infiéis". Acabou vigário do Maranhão e em 1619 retirou-se para Portugal. De lá voltou para a vigararia maranhense, não se sabendo onde faleceu.

Com a ausência do padre Baltasar, ficou a esquecida colônia militar do Ceará sem "clérigo com assistência certa". Em 1637, o Governador do Estado do Maranhão escrevia ao Rei informando achar-se o Ceará sem socorro, havia dois anos e o Capitão e os soldados sem missa, por não haver clérigo nem frade que para lá queira ir, porque os frades de Santo Antônio são todos idos da Capitania.

Tomado o fortim pelos flamengos nesse mesmo ano aos portugueses assim tão abandonados, só em 1654 voltaria a Igreja Católica a mandar sacerdote para o Ceará. Durante os cinco anos da ocupação holandesa, a evangelização dos silvícolas obedeceu ao sentido calvinista, ensinado pelo ministro Kempins.

Em face do retorno da Capitania cearense ao domínio luso, veio como vigário o padre Pedro Morais, com poderes do múnus espiritual, dada a grande distância em que estava o Ceará em relação à Bahia e, por isso, "praticamente impossibilitada de

receber visitas episcopais".

Demorou pouco tempo o novo vigário e a povoação da Fortaleza, daí por diante, não se proveu de outros senão espaçadamente.

Por ocasião de instalar-se a primeira vila, mandada criar pela Ordem Régia de fevereiro de 1699, dirigia os serviços espirituais na Fortaleza o padre João de Matos Serra, que denodadamente batalhou pela instalação da mesma vila no povoado do Pajeú.

Já havia tomado incremento a exploração do interior através de sucessivas entradas de colonizadores, principalmente na bacia do rio Jaguaribe; e na região norte, da especial a serra da Ibiapaba, outra penetração se fazia, esta de feição evangé-

lica, promovida pelos jesuítas e vinda do Maranhão.

Três vezes tentaram os inacianos conquistar a gentilidade daquela serra. A primeira, em fevereiro de 1656, por mar, numa sumaca em que viajavam o padre Tomé Ribeiro e o irmão Sebastião Teixeira, fracassou por força dos ventos contrários, voltando ao lugar de partida em 12 horas aquilo que tinham feito em 50 dias. A segunda, também por mar, no mesmo mês, chefiada pelo padre Manuel Nunes, teve idêntica sorte, pela mesma ação das monções violentas, "refazendo em poucas horas o caminho de 53 dias".

A terceira logrou êxito favorável, confiada aos padres Antônio Ribeiro e Pedro de Pedrosa. Caminhada por terra, crivada de sacritício: "a cama era onde os tomava a noite, sobre a mesma areia e também debaixo dela, porque marchavam no tempo das maiores ventanias" — qual descreve o padre Antônio Vieira. Depois de trinta e cinco dias de fadiga, em 4 de julho do referido ano de 1656, chegaram ao ponto desejado e, sem demora, foram convertendo a gente selvagem, improvisadas uma igreja e uma escola.

Muito conseguiam os padres, mas sem contato com a Fortaleza e ao preço de grandes canseiras e inquietação, tendo vindo, para assegurar os triunfos da catequese, o próprio Vieira instalar-se uns dias naquela serra (1660).

Dificuldades cada vez maiores, porém, obstaram o progresso catequético, até que os filhos de Loiola tiveram que

retornar ao Maranhão, desfeitas as missões (1662).

Os índios revoltados os expulsaram, sem remédio, quebrando os compromissos que haviam firmado com o padre Vieira.

Entretanto, era necessário conquistar a Ibiapaba para a civilização e para a Igreja, e nova Missão foi intentada, com os padres Manuel Pedroso Júnior e Ascenço Gago, em princípios de 1695. Antes, com algum resultado, esteve a convertêlos, mas isoladamente, frei Francisco de Sá (1673), Pedro de

Pedrosa (1689) e o mesmo Manuel Pedroso (1690).

Esta nova investida acabou vitoriosa. A Missão da Ibiapaba, como ficou geralmente conhecida, produziu os seus bons frutos. O povoado em que eram reunidos e missionados os índios recebeu o nome de Aldeia de N. S. da Assunção da Ibiapaba e transformou-se no que é hoie a cidade de Vicosa do Ceará, antes denominada Vila Viçosa Real, assim ereta em 7 de iunho de 1759.

Para consolidar a Missão, era preciso construir um convento ou hospício, chegando o Rei a decretar auxílio em dinheiro para isso e conceder terras bastantes à instalação de currais

de gado, cujos rendimentos lhe fossem a garantia.

Entretanto, não seria na serra que o hospício se construísse, senão no litoral, mais provavelmente na Fortaleza, como preferiam alguns. Não só uma casa de residência e repouso, mas

igualmente uma casa de ensino, talvez um Seminário.

Prevaleceu a localização nas margens do Pajeú, na Fortaleza, onde levantaram uma casa de taipa, com acomodações regulares e sala de oração, mas alguns inconvenientes levaram os padres a transportá-la para o Aquirás, onde João de Barros Braga oferecia terreno suficiente e bom. Com efeito, ali permaneceu o Hispício Jesuítico, "na história da instrução e educação públicas como a primeira instituição cearense onde se ensinaram humanidades, e também na história eclesiástica do Ceará, por ter sido, de fato, o seu primeiro Seminário".

Ibiapaba, Parangaba, Caucaia, Paiacu e Paupina eram as aldeias administradas pelos Jesuítas, com os seus erros perdoáveis e as suas grandes virtudes, dignas de exaltação.

Não durariam muito em seu poder essas aldeias missionárias. Imposto pelo Marquês de Pombal o fechamento da Companhia, expediu-se, em 14 de setembro de 1758, a Ordem Régia que ordenava ao Ouvidor de Pernambuco vir ao Ceará seqüestrar os bens dos inacianos e converter em vilas aquelas mencionadas aldeias.

Tocou ao des. Bernardo Coelho da Gama Casco a incumbência e ele a executou rigorosamente: não houve item das "Instruções" que não tivesse cabal observância. Foram arrecadados "pretos, escravos, bestas, tachos, caldeiras e outros semelhantes, todos produtos do comércio ilícito que têm feito

os tais Religiosos".

Verdadeira espoliação oficial, as aldeias foram confiscadas, entregue a direção a padres seculares e mudados os nomes: a de Ibiapaba passou a chamar-se Vila Viçosa Real e foi entregue ao padre Luís do Rego Barros. A de Caucaia, confiada ao padre Antônio Carvalho da Silva, denominou-se Vila Nova de Soure. Ao padre Antônio Coelho Cabral incumbiu-se de administrar a de Parangaba, agora com o nome de Vila Nova de Arronches. A aldeia Paupina recebeu o título de Vila Nova de Messejana e passou a ser o seu vigário o padre Manuel Pegado de Siqueira Cortez. Não pode receber a categoria de vila, e sim a de simples lugar, o aldeamento de Paiacu, cujo nome seria substituído pelo de Monte-mor da América, sendo novo vigário o padre Antônio Pires e Cardenas.

Todos os vigários pertencentes à extinta Companhia foram

escoltados para Pernambuco de modo humilhante.

Nenhuma vantagem houve, para a Igreja, com a expulsão dos Jesuítas. Afrouxou a disciplina das Missões, e fora delas, na maioria dos casos, os encarregados das coisas da Fé não primavam pela correção pessoal, nem pelo devotamento às

suas freguesias.

Na gestão do presidente Manuel Antônio Duarte de Azevedo, ou, mais precisamente, no dia 29 de setembro de 1861, investe-se pessoalmente nos misteres do Bispado do Ceará, como seu primeiro ocupante, o cônego Luís Antônio dos Santos, fluminense de Angra dos Reis, nomeado por Decreto de 31 de janeiro de 1859, confirmado pela Santa Sé em 27 de setembro do ano seguinte. Havia sido sagrado, em Mariana, a 14 de abril anterior, pelo bispo d. Antônio Viçoso, e, em 16 de junho, tomara posse da Diocese por meio de procuração dada ao cônego Antônio Pinto de Mendonça. O Bispado cearense criara-o a Lei Geral n.º 963, de 10 de agosto de 1853, confirmada pela Bula *Pro animarum salute*, de 6 de junho de 1854. A circunscrição religiosa do Ceará pertencia ao Episcopado de Olinda. Antes de d. Luís, foi nomeado o padre baiano João Querino Gomes, que não aceitou a investidura.

D. Luís encontrou, na realidade, muito mal cuidada a religião. Recebendo côngruas irrisórias, eram os padres forçados a procurar profissões mais lucrativas, metendo-se, até demasiadamente, nas competições políticas e tornando-se, na generalidade, donos de fazendas de criar. Decaídos, na maioria, da dignidade do sacerdócio, esqueciam as obrigações e os interesses das paróquias, e para tanto concorria a sua formação intelectual e moral, mandados muitos deles aos seminários por imposição dos pais, vaidosos de terem um "filho padre". Freqüentando cursos aligeirados, e por faltar-lhes a verdadeira vocação, faziam por fazer os votos sagrados, nem sempre respeitavam o da castidade, quantos deles constituindo família de concubinas teúdas e manteúdas. Legitimavam geralmente os filhos e sabe-se como inúmeros destes vieram a ser homens ilustres na vida pública e nas letras.

Usando de calma e sensato rigor, pouco a pouco o novo antístite pôs-se a limpar tantas manchas, de logo pensando na fundação de um Seminário, em Fortaleza, onde pudesse educar convenientemente as novas gerações de vigários. Realizou a contento a idéia e no dia 10 de dezembro de 1864 instalou-o

solenemente, tendo sido o seu primeiro Reitor.

Paralelamente, trabalhou sem desfalecimentos pela criação de um educandário para meninas, sob a direção de Irmãs de S. Vicente. Resultado deste seu esforço é o Colégio da Imaculada Conceição, inaugurado, na Capital, em 15 de agosto de 1865, e cuja primeira Superiora foi a Irmã Bazet, de nacionalidade francesa.

Fundou, mais tarde, o Seminário do Crato e constituiu-se, com as irradiações do seu senso superior e deliberação resoluta, respeitada e venerada autoridade, tanto quanto fora o segundo bispo D. Joaquim José Vieira, paulista que se fez integralmente cearense desde que chegou ao seu Bispado (24 de fevereiro de 1884), até voltar à terra natal, já velhinho, deixan-

do o Ceará em prantos (19 de abril de 1914).

Em 8 de dezembro de 1912 passava, em definitivo, o governo diocesano a D. Manuel da Silva Gomes, baiano e digno continuador da obra de elevação e bondade construída pelos dois predecessores. Renunciou D. Manuel ao cargo em 28 de maio de 1941, vindo para este em 5 de novembro seguinte o Arcebispo, D. Antônio de Almeida Lustosa, mineiro, de grande cultura intelectual e excelsas qualidades de abnegação, singeleza dalma e amor às ovelhas que apascentou. Substituiu-o D. José de Medeiros Delgado, que assumiu o governo da Arquidiocese em 11 de maio de 1963. Paraibano, nascido em 28 de julho de 1905, no Município de Pombal, renunciou ao múnus, deixando-o

em 4 de abril de 1973. Durante a sua gestão, foi vendido, à Prefeitura Municipal de Fortaleza, o antigo prédio sede do Arcebispado, chamado Palácio do Bispo, hoje sede da Prefeitura.

Para substituí-lo, veio o gaúcho D. Aloísio Lorscheider, da Ordem dos Frades Menores, promovido em 26 de março de 1973 e empossado a 5 de agosto seguinte. Criado e publicado Cardeal pelo Papa Paulo VI, no Consistório de 24 de maio de 1976. A sua atuação foi decisiva na conclusão da majestosa Catedral de Fortaleza, inaugurada solenemente em 22 de dezembro de 1978, após longo tempo a contar do seu início (pedra fundamental) em 1939.

Pelas Bulas Catholicae Excelsiae, de 20 de outubro de 1914, e Catholicae Religionis bonum o Bispado do Ceará foi dividido em mais dois — Crato e Sobral, passando o de Fortaleza à dignidade de Arcebispado Metropolitano. Foram primeiros bispos: do Crato, D. Quintino Rodrigues de Oliveira, substituído, em virtude de seu falecimento em dezembro de 1920, por D. Francisco de Assis Pires; e o de Sobral, D. José Tupinambá da Frota, que transferido em 1937 para uma Diocese do Sul, não aceitou a transferência e foi novamente nomeado em 8 de maio de 1938 para a cidade de Limoeiro do Norte, elevada a sede de Bispado pela Bula Ad Dominicum, do Papa Pio XI, e nomeado titular deste D. Aureliano Matos, em 30 de junho de 1940. A sagração deu-se em 29 de setembro.

Criado em 25 de março de 1961, por Decreto do Papa João XXIII, instalou-se o Bispado de Iguatu, com a sagração do seu primeiro bispo, D. José Mauro Ramalho de Alarcon e Santiago, no Aracati, no dia 5 de janeiro de 1962. O Bispado de Crateús foi de iniciativa do Papa Paulo VI, com a Bula *Pro Apostolico Munere.* O seu primeiro Bispo, D. Antônio Batista Fragoso, em-

possou-se em 9 de agosto de 1964.

A Diocese de Quixadá foi instituída pela Bula *Qui Summo*pere, de 13 de março de 1971, do Papa Paulo VI, sendo primeiro Bispo D. Joaquim Rufino do Rego, nomeado pela Bula *Dilecto* Filio de 21 de abril, empossado no dia 20 de agosto do mesmo ano.

A mesma Bula também instituiu a Diocese de Tianguá, da qual é nomeado primeiro Bispo D. Frei Temóteo Francisco Nemésio Cordeiro, sagrado em Canindé, sua cidade natal, em 4 de julho de 1971.

A de Itapipoca, por igual, é resultante da citada Bula de 13 de março de 1971, sendo seu primeiro titular D. Paulo Eduardo Ponte, sagrado em 21 de novembro do mesmo ano de 1971.

Não pôde vingar a semente da Igreja Reformada, trazida pelos flamengos, quando de sua segunda e última expedição

ao Ceará (1649-1654).

O Ministro Kempins, que tomou parte nessa expedição, muito fez pela conversão da indiada às lições dos Evangelhos, deixando, ao sair, no espírito desta, os frutos de uma pregação que, sem eco, não repercutiria muito longe, no tempo. Morreu a plantazinha holandesa, à falta de rega.

Outra veio a ser jogada na terra do Ceará somente em 1882, pelo norte-americano De Lacy Wardlaw. Trazia a forma presbiteriana e a custo vencia a resistência católica do povo.

Mas já em 8 de julho de 1883 batizava treze conversos.

Vez em quando, visitava o Ceará o missionário Dr. John Rockwell Smith, como incentivo ao trabalho de Wardlaw. Em 1885, estiveram ambos em Baturité e Itapajé, e em 1890 organizou-se, definitivamente, a Igreja de Fortaleza, cujo templo, entretanto, só em 1898 pode ser começado, para ser concluído em outubro de 1919.

Ao pastor Lacy sucedeu o médico Reynald Price Bayrd, que em Senador Pompeu instalou uma Congregação, com cerca de quarenta membros. Vários outros serviram no Ceará, destacando-se o professor e homem de letras, Natanael Pegado de Siqueira Cortez, que morreu Pastor Emérito. O primeiro templo, levantado em Fortaleza, na Rua Sena Madureira, começado como se disse em 12 de outubro de 1898 e concluído em 1919, foi demolido e, em seu lugar construído outro, de linhas modarnos para Avenido Viscondo de Pio Prance.

dernas, na Avenida Visconde do Rio Branco.

Da Igreja Presbiteriana Independente Brasileira, cisma originado na capital de São Paulo em 1903, a primeira manifestação mais positiva em Fortaleza data de 26 de março de 1906, provocada pelo reverendo Bento Ferraz, conseguindo alguns prosélitos. O seu primeiro pastor foi Alfredo Ferreira e, atualmente, conta, no Estado com vários templos, sendo dois na Capital. Muitas são as suas congregações e pontos de pregação. Sendo uma igreja presbiteriana, adota o sistema de governo e os catecismos de Westminster com a fiel exposição das doutrinas ensinadas na Bíblia Sagrada. Não difere dos outros ramos do presbiterianismo a não ser pelo seu cunho eminentemente nacionalista e antimaçônico. É tipicamente calvinista.

Em 1914 começa a infiltrar-se no Ceará a Igreja Evangélica Assembléia de Deus, iniciando-se no Município de Itapajé não sem forte reação dos católicos e espalhando-se por outros Municípios. Em Fortaleza, esta igreja instalou-se, oficialmente, em 7 de setembro de 1929, graças ao trabalho do pastor Antônio Rego Barros, vindo para tanto de Belém do Pará. Permaneceu

ele no pastorato até 6 de outubro de 1931, quando lhe sucedeu em maio de 1932 o pastor Julião Silva, mais tarde substituído pelo pastor José Teixeira do Rego. O primeiro templo foi inaugurado em 1 de maio de 1942, em Fortaleza, sendo transformado em templo-sede em 7 de setembro de 1957. Falecendo, em 5 de dezembro de 1960, o pastor José Teixeira Rego teve a sua continuada pelo pastor Armando Chaves Cohen, até fevereiro de 1962, dia em que transmitiu o cargo ao pastor Emiliano Ferreira Chaves.

A seita batista data de 1923, organizado o núcleo de Fortaleza apenas com onze membros. O primeiro pastor residente foi João Rodrigues, seguido em 1944 por Anísio Lira e este em 1946 por Burton de Wolf Davis. Impressionado com a necessidade de mais colégios e instituições de assistência médica, Davis construiu belo templo no bairro da Aldeota, de Fortaleza, fundou o Colégio Batista Santos Dumont, o Hospital Batista Memorial, a Casa de Reabilitação de viciados em drogas, e mantém a Livraria Batista Cearense. Erigiu igrejas em Aracati, Sobral e, na capital, nos bairros de Henrique Jorge, Parque Americano e S. João do Tauape, Monte Castelo, Carlito Pamplona e Porangabucu. São atualmente muitas as igrejas no Ceará. Também existe neste Estado o trabalho batista, muito eficiente, de missionários norte-americanos independentes, sem ligação com a Convenção Nacional Brasileira ou com a Aliança Batista Mundial.

Igualmente de feição evangélica, desenvolve atividade entre os cearenses a Igreja Cristã Evangélica Fortalezense, cujo início se deu em 1935, com a chegada dos missionários Eduardo Haugh, Horácio Murfin e Eduardo Carlos Knechtel. O primeiro ficou em Fortaleza e os outros se fixaram em Sobral e no Ipu.

É filiada à Igreja Cristã Evangélica do Brasil.

Outra da mesma feição é a Igreja Adventista do Sétimo Dia, componente da Missão Costa Nobre da Igreja Adventista do Sétimo Dia, formada pelos Estados do Maranhão, Piauí e Ceará, tendo sede em Fortaleza. Fundou-a o pastor Roger Wilcox, e decisivo nessa organização foi o esforço do pastor Léo Halliwel, mas sem que pudesse conquistar mais do que 300 adeptos. Outro Pastor, Gustav Storch, em 1942, obteve melhor resultado, com a construção do Templo Central, inaugurado em 1947.

De 1968 é o aparecimento, no Ceará, da Igreja Metodista, a qual age não só no campo religioso como no social, mantendo cursos de alfabetização. Foi implantada, aqui, pelo Missionário Josino Torenzi Pinto. Não são muito numerosos os seus membros cearenses.

As Testemunhas de Jeová, movimento religioso começado em 1870 na América do Norte, inspirado por estudantes internacionais da Bíblia, chefiados por Charles Taze Russel, contam em todo o mundo com cerca de 40.000 congregações da "Boas Novas do Reino de Deus", dos quais 4.000 no Brasil e, aproximadamente, 40 no Ceará, sendo metade em Fortaleza.

Ainda de caráter evangélico é a Igreja de Cristo, cujo centro inicial (1946), em Fortaleza, contou apenas com nove adeptos. Organizou-o o pastor João Vicente de Queirós. Amplia-se a sua ação em dezenas de locais de evangelização, como também em quatro templos em Fortaleza, um em Morada Nova e outro em Palmácia.

A Igreja de Jesus Cristo dos Últimos Dias, ou Mórmons, cujas origens estão no Estado norte-americano de Utah e cuja organização se deve a Joseph Smith, foi introduzida no Brasil em 1930, mas no Ceará somente chegou em 1967, quando o missionário Douglas J. Ferwick o implantou em Fortaleza. É pequeno, ainda, o número dos seus seguidores.

firms em Forci do e os outros es figniam em Sobral e no feu

uleio Joshor Tryani Prito. Ma são maito aunerosos os séas

His de la collimaca Trical Collins do Barnill

a espaiovil Besenvalviamento do Ocorro Áteal

As Secas. Emigração.

É de antigo cronista das coisas do Brasil colonial, Ferdinand Denis, o conceito de que bem se poderia considerar história do Ceará a história de suas secas.

Com efeito, de tal maneira se vem repetindo o fenômeno através dos séculos e de tal modo ele interfere destrutivamente na evolução humana cearense, que, na verdade, a tortura clímica invade a alma do povo. Já recebendo diretamente o impacto da desgraça, ele próprio martirizado de sede e de fome, já o relembrando penosamente depois de passada a tormenta.

A crise, para maior gravame da intranquilidade, não é previsível, mesmo a curto prazo. Sabe-se que haverá uma seca, mas não se tem a mínima idéia de quando chegará. A Meteorologia ainda engatinha, entre nós, nesse conhecimento científico.

No primeiro século do povoamento cearense os cronistas só vagamente se referem às secas de 1607, 1614, 1663-64 e 1692. No segundo século (1700-1800), às de 1711, 1721, 1723-24, 1736-37, 1745-46, 1754, 1772 e a de 1790-92, a maior de todas, que exterminou quase totalmente o gado, base econômica da Capitania, e reduziu a nada, no Ceará, a fabricação da carne seca ou carne-do-Ceará, fechadas que foram, à falta absoluta da matéria-prima, como bem vimos, as famosas charqueadas ou oficinas.

Dez das chamadas *secas grandes* verificaram-se no terceiro século (1800-1900): as de 1804, 1809-10, 1816-17, 1824-25, 1827, 1830, 1844-45, 1877-79, 1888-89, ou seca dos *três oito*, e 1900.

No século atual, as de 1915, 1919, 1932, 1942, 1952, 1958, 1970 e as seguintes de 1979, 1980 e 1981.

O Presidente da Província, ao tempo, Antônio de Sales Nunes Belford, chegado em plena seca (1825), descrevia num ofício ao Ministro Marquês de Barbacena a miséria e o inqualificável infortúnio que os seus olhos viam: "A cidade (Fortaleza) apresenta ao homem sensível um quadro desolador: as ruas sempre apinhadas de um sem-número de mendigos; o Palácio do Governo, as casas dos particulares abastados constantemente cercados desses desgraçados apresentam o triste espetáculo de miseráveis esqueletos mirrados de fome só cobertos de pele que são outras tantas miragens da morte: a miséria, a consternação e a pobreza pública aparecem em todas as partes da Província. O número dos que têm perecido à míngua é incalculável. Os principais ramos que formam as rendas da Província e a riqueza dos particulares, como o gado e o algodão, sendo quase tudo extinto pelas perturbações de 1824 e pela longa e flagelante seca, os cofres públicos se acham exaustos, sem poder pagar a tropa e empregados da Província; os mesmos particulares e negociantes, privados aqueles de seus bens e estes dos seus gêneros que formavam a base do seu comércio e especulação mercantil, estão uns arruinados, outros em pobreza."

Tantos flagelos caíram sucessivamente, e alguns mesmo tempo, sobre a população do Ceará, desde 1824 até 1828 — comentou mais tarde o Senador Pompeu — que admira não ter-se ela inteiramente rarefeito, sucumbindo ao flagício dos homens e da natureza e emigrando para outras províncias. "O ano de 1825 começou e continuou sob a influência de tríplice calamidade: seca e fome, guerra civil e morticínio e mais logo a peste da bexiga. Este cortejo de calamidade foi ainda agravado pelo recrutamento extenso e horrível dos bracos válidos restantes da Província. As fazendas de gado arrasaram--se, e o que escapou à seca não escapou aos ladrões. Muitas fazendas ficaram abandonadas; imensos tratos do sertão ficaram completamente desertos. A mortalidade do povo nos centros e povoados, mesmo na capital, foi horrível. Todavia, nos maiores povoados as vítimas da fome foram raras porque a alimentação veio de fora da Província; porém, a alglomeração do povo imigrado do centro (interior) concorria para aumentar a mortalidade. Estima-se em um terço da população a que morreu, quer de guerra, assassinatos, peste, fome e a que emigrou ou foi recrutada."

Passada a devastação, vai o cearense, o nordestino, juntar alguma coisa que restou e jogar os seus fortes músculos, de novo, no trabalho da recuperação.

Outro quadro, com tintas semelhantes, quase cópia, em 1845.

O velho historiador Pedro Théberge pessoalmente viu e nos legou a narrativa: "O inverno deste ano para o de 1846 foi tão escasso de chuvas que faltaram completamente os meios de sustento não só para a população, como ainda para tornar a fome mais horrenda com a grande escassez dos dois anos precedentes.

"A população dos sertões, pois, achou-se reduzida aos maiores apuros e obrigada a sustentar-se de vegetais agrestes e baldos de princípios nutritivos, quando não continham propriedades nocivas, levando esta situação à prática de atos horrendos e de crimes de homicídio, que se tornaram então numerosos, sendo quase todos ocasionais por questões de alimento.

"Não achando os sertanejos mais o que comerem, abandonaram suas moradas, retirando-se para o Cariri e mais serras úmidas da Província. Para a Capital convergiram mais de 30 000 pessoas sem recursos e reduzidas em geral a um estado de magrém espantosa. A caridade pública por si só não podia acudir às precisões de tanta gente, e o governo à espera das ordens do ministério, a quem tinha dado parte do estado da Província, demorava-se em dar as providências urgentemente reclamadas por tão críticas circunstâncias. As mulheres morrendo a fome, depois de venderem por quase nada as últimas jóias de ouro que possuíam, entraram a vender a própria honra, última jóia que lhes restava, estabelecendo homens depravados, sem consciência nem pudor em tais conjunturas, companhias de sedução para atraírem às suas infames redes esses espectros esfaimados, que andavam batendo às portas dos abastados, onde frequentemente caíam de inanicão.

"Igual espetáculo apresentava-se em muitos pontos do Cariri e do litoral, de modo que a população dos grandes povoados receou até que a necessidade impelisse os esfaimados moribundos aos últimos excessos para com ela; mas nada disto aconteceu, porque os cearenses possuem um fundo de bondade e de docilidade, que se não encontra sempre em outros lugares; e, além disto, o presidente mandou, por fim, vir farinha do Pará e Maranhão e a expôs a venda por preço medíocre, medida esta que, isolada, não podia ser suficiente para aliviar a todos os necessitados vindos de fora e que não tinham meios para comprá-la.

"O capuchinho italiano frei Serafim veio por este tempo abrir missão na Capital. Um tal fato ainda mais atraiu a população para esta, e aumentou a afluência dos retirantes, que entraram a entregar-se ao roubo, sem que o missionário os pudesse conter. Todavia, pôde aproveitar a muitos braços inativos, dando execução a um calvário em frente à matriz, obra ao gosto italiano, que erigiu por meio de contribuições tiradas dos ricos, com as quais pagava o serviço dos pobres, ainda que por um preço insignificante.

"Nesta situação aflitiva, bem que tarde, chegou por fim, da Corte, ordem ao Presidente para dispor dos fundos gerais. a fim de acudir aos pobres. Esta medida era urgente, e outro Presidente menos timorato e mais enérgico já teria lançado mão dela, à vista do estado de apuro dos cofres provinciais, que se achavam então completamente esgotados, sendo que por uma coincidência fatal a receita orçada, para o exercício que corria, era muito inferior a quantas tinham sido orcadas até então. No sentido, pois, das ordens emanadas do governo central, o Presidente lançou mão dos dinheiros gerais, mandou vir farinha de todo o litoral do Brasil, ordenou a sua distribuicão pelos indigentes, e estabeleceu depósitos dela nos diversos pontos da Província. Além disso, insinuado pelo referido missionário, deu princípio a certas obras públicas, cujo serviço, sendo em parte executado pelos indigentes, foi-lhes retribuído ou com mantimentos ou com dinheiro; e como eles andavam arranchados nos matos ao redor da cidade, expostos às intempéries, mandou levantar no campo d'Amélia (hoje Praca Castro Carreira, em Fortaleza) grandes palhoças, em que se agasalhavam muitas famílias de retirantes."

Trinta anos bons decorreriam para nova arremetida do destino telúrico na cegueira dos seus desígnios, martelando na forja da maldição outras aflições para a gente nordestina. Outra "insurreição da natureza contra o homem", como conceituou Euclides, de repente se escancararia, em gana moloqueana, como nunca o fizera, tragando tudo. O problema do Nordeste, de tão sério, ganharia o âmbito das discussões nacionais, deixando de ser apenas regional, para desafiar a capacidade de visão sociológica e prática dos governos e dos homens públicos, desnorteando-os ao ponto de afirmações as mais errôneas e sugestões as mais levianas, de que jamais se absolverão.

A seca de 1877-79 fez descer ao índice mais rasteiro a curva ascensional da riqueza cearense, assim como a das províncias limítrofes. Forças infernais confluem para a devasta-

ção sem termos, obrigando o despovoamento da terra pelo homem, pela fauna e também pela própria flora, que se oculta numa hibernação paradoxal da secura, a seiva retraída para o imo, como último reduto da defesa orgânica, a galhada nua, sem flor, sem folha, que o vento sacudiu e o sol calcinou. "Até as aves arribaram. Não era raro ver-se nos arrabaldes da capital bandos de papagaios, jandaias e pombas-d'asa-branca que, forçados pelo instinto da conservação, tinham deixado os sertões em procura das praias."

A capital tumescia duma população adventícia enfarrapada e esquálida, vinda incessantemente de todos os cantos da Província e das vizinhas. A 7 de junho, por via marítima, chegam-lhe de Mossoró 168 retirantes. Pelas fronteiras, dirse-ia uma invasão militar, tanta gente entrando dos sertões de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte.

Cedo Fortaleza converteu-se na metrópole da fome, capital dum pavoroso reino, o reino macilento do martírio coletivo duma raça em penúria. Em dezembro já estavam aí, a mais, 85 000 pessoas, que em março de 1878 eram 100 000 e em setembro 114.000. A sua população normal, pelo censo de 1872, orçava em 21 000. Agora podia ser de 25 000.

Aracati, cidade de 5 000 habitantes, estava comportando

mais de 60 000.

O estado emocional dos dirigentes da administração e do povo não tinha medida. De tal modo, que não se pudera encontrar uma diretriz lógica para destrinçar a confusa equação, e no desespero socorreu-se à solução menos certa, à menos digna, à menos humana, qual fosse o expatriamento dos flagelados para regiões longínquas.

Acabaram por oficializá-la, e os bojos dos navios emprenharam a mais não poder com as nefandas cargas de retirantes embarcados aos muxicões, em promiscuidade sem qualquer assistência governamental e levados ao ignorado hostil, para aquelas florestas avernais do Amazonas, que os estrangularia noventa em cem, mas pcuparia dez, a fim de o desbravarem, machadinhando a seringueira e armando barracões, futuras cidades, futuras civilizações e, mais que isto, esticando o Brasil em milhares de quilômetros quadrados a troco de rifle, mais tarde selados pelos tratados diplomáticos.

A 20 de junho foram os primeiros, no vapor "Augustine" e, no dia imediato, 21, pelo "Ceará". Em agosto já tinham seguido 547 e, findo o ano, para além de 4 000, sem contar 1 500 desviados para o sul do País. O escoamento não parou e em março de 1878 a soma era de 16 164.

Nesse ano, só pelo porto de Fortaleza e até 11 de junho, o número tocou a 22 437. Quando terminou, haviam deixado o Ceará 54 875 dos seus filhos.

Informa o professor Joaquim Alves que, desde 1869 até o fim do século, emigraram do Ceará 300 902 pessoas, sendo 255 526 para o Amazonas e 45 376 para o Sul. Do total regressaram 113 633, permanecendo fora do Estado 187 219 e, portanto, correspondendo o coeficiente de fixação a 62%. Entre 1910 e 1943 saíram 308 422, dos quais 293 031 para o Norte e 15 391 para o Sul. O regresso alcançou, até 1933, a cifra de 270 673, o que baixou o índice de fixação para 12%. A imigração maior deu-se em 1910, com o colapso da borracha. Somadas as parcelas de emigrantes saídos de 1877 a 1943, sobem a 384 360. O índice de fixação do homem do Ceará no Amazonas é, pois, de 37%.

Estão aí notas para interpretar-se a falada inconstância nomádica do cearense, que efetivamente já caracteriza um

fenômeno digno de estudo - o cearensismo.

Paralelo ao desfalque oriundo do deslocamento emigratório, outro fator de redução trabalhava o aniquilamento, retratando-se impressionantemente nos obituários. O de Fortaleza, que em 1876 fora de 811, cresceu alucinantemente para 57 780 em 1878. Em toda a Província, no mesmo ano, morreram 119 999. A varíola chegou a infectar 80 000 indivíduos e dela, num único dia (10 de dezembro de 78), entraram para os cemitérios da cidade 1 004 vítimas. "A capital apresentava aspecto triste e desolador. Nos passeios, nas igrejas, via-se a população coberta de luto; nos abarrancamentos encontravam-se os tristes despojos da calamidade. Inúmeros infelizes deformados pela peste, muitos cobertos de úlceras atônicas; quase todos com os rostos afeados pelas cicatrizes da bexiga."

Dentro do pandemônio a trabalheira era ingente — a do governo, a do povo, a do comércio, a da Igreja. No ano de 1878, ápice da comoção, 360 navios carregados de alimentos os despejaram no Ceará. Mais 158 do que no ano anterior e número apenas pouco maior do que os aportados em 1879, que foram

325.

Improvisavam-se serviços públicos para aproveitamento dos braços dos indigentes, e dessa forma se construíram estradas de ferro, 73 açudes, 64 igrejas, 50 cemitérios, 48 cadeias, 19 pontes, 14 mercados, 7 quartéis, 3 asilos, calçamentos, rodagens, aterros. As despesas oficiais de salvação, entre abril de 1877 e novembro de 1879, orçaram em 27 622 contos de réis ou sejam 27 cruzeiros e 62 centavos. Os totais montaram a 38 693 contos, ou 38 cruzeiros e 69 centavos.

Palavras não podem traduzir, à exata, a dolorosa paixão do cearense, e espanta que ele haja sobrevivido ao violento colapso.

Na verdade, da vassourada da destruição só restaram os detritos.

Perdera o Ceará um terço da população pela fuga e pela morte. A sua riqueza pastoril, antes da seca calculada em 24 000 contos de réis, não valia agora mais de 200 contos. A agricultura desaparecera completamente.

ashir ah arearim bhothar a account as charmottes, unles-

A Conquista do Acre.

A ingrata solução de despachar os flagelados para a Amazônia teria conteúdo mais profundo que não o simples alívio de uma situação opressa. Deu corpo à corrente emigratória que se esboçara em 1845, pondo o nordestino na posição de bandeirante-retirante em conquistas que arranjam uma epopéia e fornecem assunto a cheio capítulo da sociologia brasileira.

O centrifugismo emigratório, tipicamente de expulsão, transformar-se-ia bem cedo em emigrância de atração, dominado o cearense pelas ilusões do ouro amazônico. "Já não era a seca que os fazia sair em busca do eldorado; era a inveja de alguns que voltavam ostentando dinheiro no trajo e nas jóias que traziam expostas, que os fazia embarcar" — expressa-se Rodolfo Teófilo, escritor que enriqueceu a literatura nacional com as mais belas páginas realistas, romanceando a fome e criando em Zé Simão o "paroarismo" invejado.

A penetração do Amazonas fora começada por maranhenses também necessitados de outros horizontes para a sobrevivência. Misturados a caboclos barés, atingiram o Solimões e o baixo Purus nas décadas de 1840 a 1870, e a eles deve-se a fundação de cidades como Codajás, Fonte Boa e Lábrea. Pereira Labre e Rocha Tury foram os cabeças desse movimento.

Mas aos nordestinos é que tocaria o trabalho de subir os rios Purus, Juruá e Aquiri (Acre), até as incertas fronteiras da Bolívia e do Peru.

"A grande imigração nordestina — escreve Artur César Ferreira Reis, o Heródoto da história amazônica — ia ser uma realidade com as secas que abrasavam os sertões, matando os gados, extinguindo as lavouras e ceifando milhares de vidas. Trazidos para o Pará e para o Amazonas e localizados em pe-

quenas colônias montadas para recebê-los, assistidos financeiramente pelo governo das duas Províncias, nem por isso esses nordestinos se animaram a continuar como lavradores ou criadores de gado. Sabedores do que estava representando a borracha, foram abandonando as colônias e alistando-se nas colunas que partiam em direção aos seringais ou para abrir novos seringais. As notícias das novas minas, ecoando no Nordeste, foram outro motivo de atração. Por fim, os proprietários de seringais, como os dirigentes das casas aviadoras de Belém e de Manaus, carecendo de braços, mandavam buscar no Nordeste, em especial no Ceará, os contingentes de que estavam necessitando. A imigração avolumava-se. Se no Sul as correntes de trabalhadores chegavam da Itália, da Alemanha, no extremo Norte o imigrante era nacional."

"Nordestinos que em breve se adaptavam no rigorismo da região — são outras palavras de Artur César — aceitavam a nova condição existencial com uma coragem admirável. Vindos de um mundo de vegetação raquítica, seco, de águas ralas, estios prolongados, alimentação em que o peixe era substituído facilmente pela carne, encontravam floresta fechada e águas grandes e submetiam-se ao novo habitat, confraternizando com o caboclo amazonense e paraense, aceitando, sem reservas, a

nova maneira de viver."

O grande motivo era extrair a borracha, o látex da seringueira, que o mundo cada dia mais solicitava, com as várias aplicações industriais do produto, e o homem do Nordeste não teve medo de procurá-la, estivesse onde estivesse, fosse como

fosse.

A figura do seringueiro tornou-se algo lendária, objeto de copiosa literatura que o apresentava qual titã miúdo, realizando prodígios de gigantes. Não era mais o seringueiro tíbio das ilhas do estuário do rio-mar, ictiófago, resignado, inerte na desambição, com uma récua de filhos a que não podia dar nenhuma condição melhor, apático, enfim, sem ao menos ter o ânimo de uma alegria. Era, sim, outro tipo de manipulador da tijelinha, o seringueiro das cabeceiras, de machadinha na mão a apanhar o leite precioso, noite e dia, sozinho, sem mulher, sem companheiro, no meio da mata da Hiléia. "Nascido no Nordeste - descreve-o Raimundo Morais - é andarilho e carnívoro, se bem que o alimento principal seja o feijão. Mal assimilado ao ambiente, tem a fantasia pitoresca dos fortes e a esperanca mística dos crentes. Ambicioso, conhecendo o valor do dinheiro, anda com olhos pregados para as bandas do oriente por onde subir. Corta de noite. O desconforto de sua barraca. levantada no solo enxuto sobre espegues, não sintetiza a indiferença, sim a transitoriedade, o sentido de volta, o desejo insopitado de regressar, de largar tudo. Solteiro, às vezes noivo, quase sempre namorado, anda com o pensamento longe, revendo espiritualmente as mulheres de Porangaba, de Quixeramobim, de Baturité, do Crato. Trabalha como um hércules para tirar saldo, na ânsia de enriquecer, de enfiar um anel de brilhante no dedo, de ser aviador, de ser patrão, de ser coronel."

O pioneiro, de quem se há melhor notícia, foi o uruburetamense João Gabriel de Carvalho e Melo, o comendador João Gabriel, como veio a ser conhecido, o qual, depois de ter sido moço alugado e exercido os mais humildes misteres, em 1857 explorou o rio Purus, indo localizar-se e ficar rico no "Pauariá", baluarte de seus vastos negócios. João Damasceno Girão, de Morada Nova, fundaria em 1890 a cidade de Antimari, tal como Newtel Maia plantaria no seu seringal "Empresa" os alicerces

da cidade do Rio Branco, a capital acriana.

É longa, interminável, a relação dos desbravadores idos da Terra de Sol: Heráclito Rodrigues Leite e seus irmãos Frutuoso, Enéas, José e Antão, Antônio Geraldo da Silva, José de Matos, Francisco Inácio Pinto, Antônio Mariano Pereira de Santana, Alexandre Oliveira Lima (que é o afamado Barão da Boca do Acre), João de Pontes Nogueira, Francisco Fernandes, Francisco Xavier de Freitas, Jerônimo Correia, Anselmo Melgaço, os irmãos Luís Francisco e José Felício Nobre, Francisco e João Nunes Pereira, estes quatro últimos, como aquele primeiro, filho de Jaguaretama.

Para livrar-se das feras e dos índios, adestraram-se no uso do rifle (carabina Winchester), que traziam sempre a tiracolo, arma de defesa e instrumento de matar a caça do alimento. "Leva tudo a bala" — é como se dizia. Amansou o deserto, na

frase conhecida de Euclides da Cunha.

É esse tipo singular, que será o herói da campanha do Acre, da preservação deste à posse estrangeira, convencido de que aquelas tierras non descobiertas eram suas, por direito de ocupação dura e legítima, e não dos outros, garantidos por tratados diplomáticos e que nem as conheciam sequer. Havia ele instalado ali "a soberania mansa e pacífica do Brasil".

Pleiteadas pelos bolivianos, um Ministro das Relações Exteriores do Brasil, desavisado, reconheceu a pretensão da Bolívia, que em 2 de janeiro de 1899 instala o posto fiscal de Puerto Alonso (hoje Acre), sem todavia encontrar naquele mundo emaranhado de águas e florestas qualquer compatrício que fosse o número um.

Não podiam os acrianos aceitar a espoliação, e coube a um jovem cearense, o advogado José Carvalho, ao lado de um

grupo de conterrâneos seringueiros, a tarefa de expulsar a gente intrusa. A 1 de maio do mesmo ano de 1899, obriga o representante boliviano, Don Moiseis Santivañez, a abandonar o Acre, que, dessa forma, volta à soberania brasileira, e de novo tremula àqueles ventos o pavilhão verde e amarelo. Era "uma bravata de espadachim", como a qualifica Cláudio de Araújo Lima, e a cena da tomada de Puerto Alonso contém o significada da elegância e altivez dos que sabem vencer e tratar o adversário derrotado.

Entretanto, o Itamarati não saía da tese de que o Acre não era território nosso e por isso o domínio da Bolívia, que resolvera entregá-lo a um Sindicato estrangeiro, a ele retornou, mas para causar nova reação dos seringueiros, desta vez dirigidos por um espanhol, aventuroso do bom sentido, Luiz Galvez Rodriguez de Arias, que pretendia fazer do Acre uma república e depois incorporá-lo ao Brasil. E, realmente, com a ajuda dos patrões seringalistas e dos homens da machadinha e auxílios disfarçados do governo do Amazonas, em 14 de julho seguinte proclama a independência do Acre, organizado sob a forma republicana, e, desse modo, devidamente instalado, com ministério, bandeira nacional e tudo.

"Aquilo era Brasil e como tal devia prevalecer", e novas investidas bolivianas para a posse definitiva do território disputado, sem qualquer protesto do governo federal, deram margem a uma terceira insurreição, esta chefiada, em 1902, pelo gaúcho José Plácido de Castro. Enfrentando a situação com indômita bravura, soube medir a responsabilidade do seu comando, agiu, sofreu reveses, desdobrou-se em atos de valentia e de autoridade e, afinal, cantou os hinos do triunfo, em fevereiro de 1903.

Estavam com ele os *flagelados* do Ceará, temidos dos bolivianos, pois na declaração mesma de um dos seus oficiais, lhe haviam ensinado que os cearenses "de pequeños, ensayando todavia los primeros pasos, cuidan sus padres de colocarles un puñal a la cintura, puñalito que también vá creciendo junto con el dueño cada año hasta que ambos llegan a su mayor desarrollo."

Muitos deles caíram às balas do inimigo e nunca se esquecerá aquela crueldade com que este, no seringal "Bom Destino", do capitão Pedro Martins Chaves, cearense de Morada Nova, sacrificou outros cearenses — Manuel Alves Feitosa, Florêncio Augusto e Alexandrino Barroso e mais os que, prisioneiros, foram assassinados com o emprego de-"suplícios abomináveis".

A história dessa revolução e da agitada existência de Plácido de Castro adornam de vaidade patriótica a crônica dos grandes fatos nacionais e dão ao cearense a credencial de uma das páginas mais fulgentes escritas pelas suas irrequietas andanças.

O valoroso caudilho, portador de tantas qualidades de denodo e nobreza, terminados os combates das armas, vai ser o homem incompreendido e até desconsiderado; e, por fim, entrega-se às atividades do seu seringal "Carapatá", que adquiriu como "rebotalho de uma propriedade em litígio", quase desmantelado, para transformá-lo em modelar empresa extrativa, a merecer a confiança dos aviadores e servir de exemplo pela maneira como a administrava, e explorava com organização e espírito humano. Mas o prêmio de sua consagração foi o assassínio emboscado e não punido, a mando de vis e rancorosos desafetos. Tombou em 9 de agosto de 1908.

O Acre, porém, continuou brasileiro após tantas refregas e hesitações diplomáticas, assim reconhecido pelo Tratado de 17 de novembro de 1903, de que foi alma a brônzea decisão do Barão do Rio Branco. "Façanha brasileira, promovida pelos nordestinos dos seringais silvestres", dela saiu mais um Estado da Federação, a essa categoria elevado pela Lei n.º 4 069, de

dignitia brèvera, soulde medir e recopnatividade de seu comen

deles defram às helps du inimino a nunca se es-

corres forom recessioners cum o empreso de "suplicios ebo-

ceing do 1000.

12 de junho de 1962.

Aspectos e Transformações Econômicas, Sociais, Políticas e Culturais do Ceará Contemporâneo.

Definira-se a facies econômica do Ceará com o centro de gravidade num ruralismo pastoril de todo empírico e numa cotonicultura não menos sem técnica, ajudados ambos por alguns produtos vegetais que alimentavam um comércio animado mas sem vôos. A capital já senhora de si atraía-o cada vez mais, para o seu consumo e para as exportações, e, pelo interior, com a penetração lenta da estrada de ferro, algumas aglomerações humanas se formavam e outras tomavam alento civilizador, para constituírem, depois, mais fortes empórios de distribuição, nucleando zonas de influência comercial, política, social e espiritual.

Aracati e Icó, agora despidas do esplendor de ontem. Sobral, Crato, Baturité, Granja, Quixeramobim eram os focos de maior movimentação, porém entre si quase estanques, de tão separados uns dos outros. As alpercatas dos peões levando as cartas, o pescoço dos bois puxando as cangas e o dorso dos cavalos, jumentos e burros suportando as cargas, resumiam a transportação, dando sono às coisas, fazendo a vida vagarosa.

Vale a pena recordar a maneira como se efetuavam as ne-

gociações da hinterlândia com a Fortaleza.

"Tarefa complicada — descreve Fiúza Pequeno. O homem, chefe ou capataz do comboio apresentava-se ao intermediário, suarento e coberto de lama ou pó, tostado de canícula, do fundo do seu chapéu de couro exibindo as credenciais e sacava uma carta cujo envoltório mudara de cor, tantas eram as manchas de umidade e de sebo.

"Ali, desdobradas as pontas do papel, presas por uma obréia encarnada, encontravam-se as ordens de entrega das

cargas do sr. Fulano ou Dr. Beltrano. Começa deste ponto a luta. Uns dão milho aos animais; outros passam sebo nas peias. Aqueles tratam a seu modo as pisaduras dos burros; aqueles outros comem rapadura com farinha atirando porções bem calculadas à boca, com tal precisão de impulso e rapidez que nem um grão vai fora do alvo; e, mais adiante, está um grupo de fome matada, preparando seu cigarro de palha de milho, enquanto outro vai sendo preparado para ali mesmo matar o desejo.

"À mesma hora já voltam os carros carregados de sacas de lã, na preguiça pacientíssima dos bois, resignados e sono-

lentos, tristes como o cântico dos carreiros.

"Os carreiros, de chapéu de couro e guarda-peito, munidos de compridas varas de ferrão, animam com os cânticos rústicos e plangentes a boiada cabisbaixa, ativando-a freqüentemente com a ponta rija e aguçada do ferrão; e lá se vão as toscas massas sobre rodas feitas de quatro enormes pedaços de madeira, de grande diâmetro e enorme peso, rangindo sobre os eixos fixos de aroeira, com um ruído especial e tão forte que se ouvia à larguíssima distância.

"De Aracati rumo ao Icó, e de Acaraú a Sobral os caminhos eram sulcados pelos carros de boi, deixando vestígios inapagáveis e tão profundos que, caindo as chuvas, eram outras

tantas sargetas por onde as águas se escoavam.

"Sobral e Icó eram, ao norte e ao sul, os pontos atingíveis

pelos carros de bois.

"Na estação pluviosa cresciam essas dificuldades pela cheia dos rios, lamaçais extensos, carência de pontes, deteriorações de certos gêneros etc. Nas crises climáticas, ou verões prolongados, a falta dágua e de pastagens reduzia essas comunicações a um mínimo quase paralisado.

"Vir do Crato, de Lavras, do Icó ou de Sobral à capital era empreitada séria, e demandava sério e demorado preparo de

semanas.

"Desde a engorda da burralhada fortificada a milho, a horas certas, em mochilas de pano encorpado, suspensas da cabeça do animal, que ali dentro engastava o focinho; aparelhamentos de cangalhas; ensebamento de relhos e peias, e preparo da borracha, nome que se dá ao saco de couro curtido, com gargalo de madeira, em que se conduz facilmente água potável, que nela se torna fresquíssima.

"O uso de pesadas liteiras, semelhantes às que Koster, descreve nas suas viagens ao Nordeste, em 1808, era o complemento das viagens com senhoras e crianças. Quando estas se podiam acomodar em caçuás, cestos que ainda hoje condu-

zem frutas de Pacatuba e demais serras marginais pela estrada de ferro, para Fortaleza, operava-se a condução mais facilmente.

"A freguesia vinha pagar a compra do ano anterior e fazer

nova provisão.

"Tiravam sua *letrinha* (que raros assinavam) e entregavam a nota do que necessitavam, à qual ajuntavam outras encomendas, trazidas de memória.

"Madapolão e algodãozinho, às varas; chitas, cassas, cambraias e oxfords, a côvados. Nas notas pediam-se provisões suficientes de linha de novelo e em carrinhos ou carretéis, de mistura com cravo da Índia, pimenta-do-reino, alfazema, nozmoscada, cigarros amarelos, fósforos, machados, rosários, medalhas milagrosas de S. Bento (delegado contra as cobras), bentos do Carmo, óleo de rícino, jalapa, pentes de arregaço, cachimbo de raiz, tudo em quantidade calculada para as necessidades de um ano e de acordo com a grandeza numérica da família.

"Aquele homem, que nunca viu o mar, passava ano sobre ano no seu retiro, entregue à labuta da criação e da pequena lavoura e, assim com os demais, deixava correr a existência dentro dos mais estreitos limites da aspiração humana.

"Como podia ele aspirar a mais, se o mundo se lhe afigu-

rava limitado àquele raio dele só conhecido?

"E, assim, consumiam-se semanas sobre semanas, para o que hoje se faz em meia dúzia de horas, em automóveis e estradas de ferro.

"Parte do ano, ou melhor, durante a estação invernosa, nenhum movimento se operava: e as lojas, que nem todas se abriam regularmente nessa fase, eram antes pontos de palestra, de jogo de gamão e rodas políticas, cujos assuntos se comentavam com a tardança imposta pelos recursos dos transportes. As correspondências e jornais, veículos únicos das novidades, andavam dias e dias pelas estradas afora, até aos seus destinos, onde chegavam com atrasos enormes; ainda assim, eram lidas, ou melhor, devoradas, e as notícias tinham um sabor de novidade tão perfeito como se fossem da véspera.

"Durante o inverno, o negociante la para a fazenda, com o duplo fim de vigiar, em ocasião oportuna, a sua pecuária e gozar com sua família o refazimento das forças que o ar sadio e o leite rico forneciam à farta. Chegada, porém, a época da

safra estavam todos a postos.

"Vinham para Fortaleza os fregueses arregimentados que se entregavam de corpo e alma aos seus patrões. Tinham casa, onde não podemos dizer que se hospedavam, mas arranchavam-se. Comiam no escuro e mal cheiroso Hotel do Pinto, à custa dos patrões, mediante cartões que se lhes entregavam como ração, dando-lhes direito a um almoço ou a um jantar. Os mais civilizados recebiam, algumas vezes, a insigne honra de se sentarem à mesa dos Boris, dos Seixas e dos Albanos, do que conservavam, aliás, a mais grata e ufanosa memória."

Compravam fiado a prazo de 12 meses e vendiam, por assim dizer, nas mesmas condições. No entanto, tudo isso mudaria. Na evolução sócio-econômica do Nordeste, as obras federais de combate aos efeitos das secas, a partir da gestão do presidente Epitácio Pessoa, abrem novo ciclo — o ciclo do automóvel. O sertão ligou-se mais intimamente à capital e horizontes diferentes se descortinam ao homem e às coisas, gerando modificações essenciais.

Da praia às caatingas mais ínvias, ocupando as rechãs, derramaram-se, quais bandeirantes de nova estirpe, os funcionários oficiais, conduzindo, sem o perceberem, o progresso, que iam deixando pregado ao chão com as piquetes marcadoras das suas visadas geodésicas nos trânsitos de Guerley e os níveis de Wild.

Andaram por todos os lugares, pelas grotas e planos, os chefes, os engenheiros, os turmeiros, os operários, demarcando, medindo, cavando, aterrando, numa agrimensura inquieta e incessante, ao sol e à chuva ou pela noite, para que dos levantamentos surgissem as estradas, os açudes, os poços, as irrigações, vale dizer a própria alma da terra desúmida. E, também, quantas novas aldeias, futuras cidades, outra civilização, limpando os olhos dos tabaréus, que não enxerqavam o mundo moderno que rolava, sem eles verem, nas rodas dos automóveis, cujos velocímetros, de agora em diante, e não mais o passo das alimárias, seriam o estalão das suas deliberações e dos seus negócios.

Os serviços da então Inspetoria de Secas feitos atabalhoadamente, mal começando uns, ficando em metade outros e só muito poucos chegando ao fim, injetaram no sertão bisonho a porção de sangue novo necessário ao aceleramento do sistema circulatório da fisiologia meio esclerosada do Nordeste.

O automóvel e o cassaco mostraram ao matuto coisas desconhecidas, idéias novas, desejos novos, vontade nova, e o transfiguraram.

O comércio passou do costado das burralhadas para o lastro dos caminhões, mais lépido, mais fácil e, por isso mesmo, mais intenso, mais extenso.

Os jagunços e os mandões criminosos assustaram-se com o barulho dos motores de explosão e retiraram-se e desapareceram.

As moças das casas de fazenda, que só ouviam o mugido dos bovídeos e a cantarola dos vaqueiros, viram os moços de fora — engenheiros e feitores de obras, que as tiraram de lá, como boas esposas, para as febricitações da cidade.

Os coronéis do mato leram os jornais e ficaram sabendo

aquilo que ignoravam.

Concepção diferente da vida modificou velhos hábitos, ve-

lhas usanças e destruiu preconceitos.

O Nordeste reviveu, forjou-se para a luta moderna e o Ceará foi a tenda em que se caldeou a nova têmpera. Com a facilidade dos transportes e das comunicações, os produtos se valorizaram e outros vieram integrar o parque de sua exportação. Os açudes verdejaram várzeas incultivadas, deram estabilidade maior aos currais e alimentaram melhor os engenhos de rapadura e as fábricas de beneficiamento.

Os três fatores da produção entenderam-se mais de perto e se harmonizaram mais concordantemente: a natureza mais corrigida insinuou-se a um trabalho mais orientado com os

auxílios dum capital mais presto e mais vantajoso.

A pecuária e o algodão ainda eram as duas maiores colunas do edifício da riqueza cearense.

Mas outros produtos passaram a reforçá-las, tais como a

oiticica, a mamona, o café, o caju, os minérios.

A cera de carnaúba impressionara o capitão-mor Azevedo de Montauri pela beleza de uma bengala feita com a madeira, mas ainda aquele dirigente não acreditava no tesouro que ela encerra: "Dizem que do mesmo pau costumam extrair uma espécie de cera, porém ainda não vi e o tenho por apócrifo." Foi o botânico brasileiro Arruda Câmara quem chamou a atenção para o produto, considerando-o, mais que outra coisa, "objeto curioso de química".

Quiseram fazer-lhe justiça classificando-o como Arrudaria cerifera, porém prevaleceu a classificação de Copernicia ceri-

fera, dada por von Martius.

Arvore Sagrada para o nordestino, teve a sua primeira lei de proteção, em 1851, no governo do presidente Joaquim Marcos

de Almeida Rego.

A oiticica, ao lado da carnaúba, é a segunda árvore sagrada do Nordeste, nativa, espontânea no sertão e certas partes do litoral, agrupando-se ao correr das margens dos rios. Cantada em prosa e verso pela sombra farta e amiga que oferece, eleita para *rancho* dos comboeiros e morada dos que se vêem sem teto, era, contudo, pelo trabalho custoso da derrubada, óbice ao aproveitamento das terras, por assim dizer desvalo-

rizadas com a sua presença.

Mal utilizado o lenho no feitio de gamelas e colheres de pau, da sua baga se espremia o óleo, com que, sem outras aplicações, se fabricava o sabão sertanejo, inconsistente e grosseiro, cheirando insuportavelmente, mas o único daquelas brenhas.

Arruda Câmara deu à oiticica o nome de *Pleragina umbrossissima*, porém, valeu a classificação de Benthan — *Licania rigida*, das Rosáceas. Tamanha veio a ser a sua importância na vida do Ceará, que tomou a denominação de Licânia uma das suas cidades, a antiga e agora novamente Santana do Acaraú, em cuja região há extensos oiticicais.

Convencido da prestabilidade do óleo para fins industriais, o Barão de Ibiapaba, em 1876, pôs em funcionamento uma fá-

brica para extraí-lo e empregá-lo no preparo do sabão.

Muito depois, no Rio Grande do Norte, em 1914, outra fábrica foi tentada, pela Companhia Fabril e Navegação, igualmente sem bom sucesso, por se não ter conseguido neutralizar

o mau odor do suco oleaginoso.

Mas em 1929, no mês de agosto, em troca de quantas aflições financeiras e desenganos, a obstinação dos comerciantes cearenses Carlito Narbal Pamplona e Franklin Monteiro Gondim, sócios da firma C. N. Pamplona & Cia., venceu terreno tão crispado de dificuldades, e instalou em Fortaleza uma pequena usina de prensamento de óleo, vinda da Alemanha, para onde, ao mesmo tempo que para os Estados Unidos, haviam despachado amostras do produto, destinadas às pesquisas. Objetivavam fazê-lo sucedâneo do óleo de linhaça nas pinturas, substituindo por um nacional e barato esse óleo estrangeiro, de aquisição muito cara.

Conta-se por um milhão o número de árvores de oiticica

no Ceará, e é grande a exportação do óleo.

A produção do café, plantado nas serras frescas, longe

está de suprir as necessidades do consumo, no Ceará.

Do caju também poderá afirmar-se ser outra árvore sagrada. Antônio Sales chamou-lhe a *uva cearense*. Tem a classificação de *Anacardium occidentale* Linn., e por toda parte se expande a sua plantação.

Cientificamente o fruto é a castanha, um aquênio reniforme, mas, comumente, tem-se como tal o pedúnculo polposo e suculento cheio de glicídios, ácido galatânico e ascórbico, uma e outro admiráveis no que podem produzir, ou no em que podem transformar-se.

"O caju é a substância comestível mais rica de vitamina C, tão indispensável à vida, muito mais vitaminoso mesmo que a laranja e o limão. Para 100 gramas de suco obtêm-se daquela vitamina, em miligramas: caju amarelo - 210,43; caju vermelho - 168,83; laranja-lima - 55,48; mamão - 50,80; laranja comum - 47,57. É, pois, cerca de cinco vezes mais rico de vitami-

na C do que a laranja e muito mais barato."

Quem escreveu sobre as propriedades benéficas do caju propôs: "Caju, portanto, no café, pela manhã, no almoço, no jantar, no *tira-gosto*, aos domingos, debaixo dos cajueiros, para mostrar que temos bastante compreensão para entender as intenções da natureza ao colocar, no semi-árido Ceará, o cajueiro maravilhoso, fábrica de vitamina que, de tempos em tempos, dá às populações um alimento riquíssimo, para compensar a escassez de vitaminas do resto do ano. Os nossos clubes de dança deveriam dar a *festa do caju*, como prova de gratidão dos cearenses à Natureza, que lhes deu o fruto mais vitaminoso do mundo inteiro."

A primeira industrialização do caju fizeram-na os nossos avós aborígines, fabricando vinho (cauim) e recolhendo as castanhas para o sustento no inverno, como refere Soares Moreno na sua tão invocada *Relação do Ceará*. Lery descreveu o caju (acaiú), "que tem a forma e o tamanho de um ovo de galinha. Quando madura, a fruta se torna mais amarela do que o marmelo e não só tem bom gosto mas ainda dá excelente caldo acidulado, agradável ao paladar". Era pela floração do cajueiro que eles contavam os anos.

Velho negócio e modesto, o vinho do caju com álcool nunca deixou de andar pelas prateleiras das mercearias e tascas, para as bebericações dos viciados, só mais de novo acreditada a cajuína, menos proletária, mais da sala e hoje objeto de procura no sul do País e néctar deliciado em todas as festividades e reuniões. Convertido em doces, é também delícia das mesas e

é grande a sua produção.

Mas a castanha é que o reputa no estrangeiro: pela amêndoa que encerra e pelo óleo que fornece. A primeira tem uma série de aplicações alimentares, em farinha e confeitamentos.

O óleo da casca é tóxico, ao passo que o da amêndoa é de 36 a 40%, sendo comestível, ou da casca ou pericarpo e é o que os americanos e ingleses chamam *cardoil*, de largo emprego na constituição de materiais plásticos e isoladores do calor e da eletricidade, na preparação de forros dos freios de automóveis, na de vernizes e isolantes de toda espécie, nas indústrias elétricas, nos cabos submarinos e nos motores de pequenas dimensões, na de impermeáveis para papel e seda,

na de cilindros de máquinas de escrever, misturado à borracha, na de inseticidas e outras muitas, que se vão descobrindo.

O óleo da casca é tóxico, ao passo que o da amêndoa é inocente e mesmo tônico, de indiscutíveis propriedades farmacêuticas. Em forma de "salgadinhos", esta amêndoa é muito divulgada, representando valioso produto de exportação.

A esses produtos básicos outros entraram para o quadro da economia cearense, ao mesmo passo que a industrialização recebeu novos incrementos, aumentando os bens de consumo

e os de exportação.

A eletrificação vinda da cachoeira de Paulo Afonso, tão arrojadamente alcançada na gestão cel. Virgílio Távora, poderosamente concorreu para que tudo lograsse novo rumo: bem se dirá que todas as cidades, vilas e grande número de fazen das de criar e sítios agrícolas do interior com ela se beneficiam amplamente, experimentando mais conforto material e mais elementos da tão variada e rica existência do homem moderno. A rede de vias de rodagem asfaltadas, a cargo do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (D.N.E.R.) e do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (D.A.E.R.), cobre quase todo o território do Ceará, facilitando e incentivando os transportes e a movimentação das pessoas e negócios. Os telefones penetram os mais longínquos recantos, e o rádio e a televisão deixaram de ser novidades até nas casas mais pobres.

Por outro lado, o artesanato de tal maneira se intensifica e aprimora, quer na Capital, quer em cidades como Aracati, Juazeiro do Norte, Maranguape, Sobral, e tem, cada vez mais, o dom de atrair forasteiros, nacionais e estrangeiros, fortificando o turismo de pessoas que vêm à procura de curiosidades naturais ou de peculiaridades humanas, ou desejosas de estudar e conhecer melhor a terra e a gente que a habita, com o seu peculiar tipo de vida, seus costumes, suas características, suas diversas manifestações do espírito.

A interferência da SUDENE, do Banco do Nordeste do Brasil S.A., do Banco do Estado do Ceará, do Banco Nacional de Habitação, do Banco do Brasil S.A. e Banco de Desenvolvimento do Ceará, fez-se positiva, e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (D.N.O.C.S.), com os seus açudes e perímetros de irrigação, colabora com a eficiência que a ingratidão do meio físico pode permitir.

Desenvolveu-se a pesca marítima, com o comércio da lagosta e do pargo, alimento as exportações; e o petróleo já aflora satisfatoriamente nas perfurações em nosso mar atlântico. A mineração apresenta largas expectativas. Os governos, de sua vez, cada qual pretendendo realizar mais que os anteces-

sores, têm sido atentos ao desafio dos problemas que lhes estão afetos, no objetivo firme de vencerem o subdesenvolvimento da região, na verdade mal aquinhoada nas benesses da administração central, olhando. discriminatoriamente, mais para o Sul.

* * *

A contribuição do Ceará ao Brasil, no campo da cultura geral, da política dirigente e da economia é reconhecida e in-

confundível.

José de Alencar, o admirável e imortal fundador da Literatura Brasileira, Franklin Távora, o criador do romance regionalista, Domingos Olímpio com Luzia-Homem, Adolfo Caminha com A Normalista, Oliveira Paiva com Dona Guidinha do Poco, Rodolfo Teófilo com a Fome. Antônio Sales com Aves de Arribação, Papi Júnior com O Simas, Gustavo Barroso com Terra de Sol. Herman Lima com Tijipió, Raquel de Queirós com O Quinze, Fran Martins com Poco-de-Paus, João Clímaco Bezerra com Sol Posto, Raimundo Magalhães Júnior, Caio Porfírio Carneiro, Moacir C. Lopes, Yaco Fernandes, José Maria Moreira Campos, o reputado contista, Raimundo de Meneses, vitorioso biógrafo, Manuel Eduardo Pinheiro Campos, no romance, no conto, no folclore e no teatro, José Mílton Dias, o apurado cronista, He-Ioneida Studart, Cândida Maria Galeno. José Stênio Lopes. Angélica Coelho, Margarida Sabóia de Carvalho, Lúcia Fernandes Martins, Marialva Frota Mont'Alverne, Yolanda Gadelha Teófilo, João Jacques, Ferreira Lopes, Alfredo Ladislau, Elcias Lopes, e mais, são expoentes das belas letras brasileiras.

Araripe Júnior, Raimundo Antônio da Rocha Lima, José Getúlio da Frota Pessoa. Pedro de Queirós, Raimundo Magalhães Júnior, José Aderaldo Castelo, Braga Montenegro, Juarez Barroso, Lívio Xavier, Pedro Paulo Montenegro, F. S. Nascimento, Sânzio de Azevedo, Abdias Lima, Raimundo Araújo, Rolando

Morel Pinto, fulgem da Crítica Literária.

Nos estudos da História e da Geografia são realmente doutores o Senador Pompeu (Tomás Pompeu de Sousa Brasil), o filho homônimo Tomás Pompeu de Sousa Brasil, Joaquim Catunda (Senador Catunda), conselheiro Tristão de Alencar Araripe, o francês-cearense Pedro Théberge, Antônio Bezerra, Paulino Nogueira, o filho João Franklin de Alencar Nogueira, João Brígido, Eusébio de Sousa, João Batista Perdigão de Oliveira, Antônio Teodorico da Costa, Des. Álvaro Gurgel de Alencar, Tomás Pompeu Sobrinho, mestre, também, do indianismo e da Antropologia, Carlos Studart Filho, Renato Braga, Gustavo Barroso, Raimundo Pimentel, Gomes Saraiva, José Aurélio Câ-

mara, João da Cruz Abreu, Júlio Abreu, pe. Antônio Gomes de Araújo, José Bonifácio de Sousa, Francisco Alves de Andrade, autoridade respeitada dos assuntos do Nordeste, Irineu Pinheiro, Mozart Monteiro, José Waldo Ramos, José de Figueiredo Filho, Otacílio Anselmo, Mozart Soriano Aderaldo, Hugo Vítor Guimarães e Silva, Abelardo F. Montenegro, também sociólogo, Geraldo da Silva Nobre, Plácido Aderaldo Castelo, Mons. José Quinderé (Reminiscências), Nertan Macedo, Hugo Catunda, Manoel Albano Amora, Fernando Câmara, João Hipólito Campos de Oliveira, Luís Teixeira Barros, Pedro Gomes de Matos, Joarivar Macedo, Vinícius de Barros Leal, Joaquim Alves (também sociólogo), D. José Tupinambá da Frota e, coroando a relação, sem ordem cronológica e por certo incompleta, Rodolfo Teófilo, também romancista, cientista e poeta. No ápice do conhecimento histórico estão Capistrano de Abreu e o Barão de Studart.

Nos domínios jurídico-filosóficos, Clóvis Beviláqua, o maior dos jurisconsultos do Brasil, Farias Brito, o genial filósofo, o conselheiro Vicente de Paula Pessoa, Justiniano de Serpa, que foi Presidente do Estado, Tomás Pompeu de Sousa Brasil, José Carlos de Matos Peixoto, também Presidente do Estado, Eduardo Henrique Girão, que presidiu ao Estado e era inigualável Pensador, Hildebrando Acióli, o consumado tratadista do Direito Internacional, Diacir Meneses, jurista e sociólogo, Nilo Vasconcelos, Waldemar Falcão, Ábner Carneiro Leão de Vasconcelos, José Linhares, que foi Presidente da República, Joaquim Pimenta, Beni Carvalho, Dolor Barreira, autor da monumental História da Literatura Cearense, Jorge Severiano Ribeiro, Sebastião Moreira de Azevedo, Álvaro Bomilcar, José da Cunha Sombra, Virgílio Barbosa, Aquiles Beviláqua, Virgílio Augusto de Morais, Eusébio de Queirós, Luís de Miranda, José Vítor Ferreira Nobre, Narcélio de Queirós, Antonele Bezerra, José Sobreira de Amorim, profundo latinista, Raimundo Gomes de Matos, Caetano Estelita Cavalcante, Pompilho Cruz, Godofredo Maciel. notável orador, Edgar Cavalcante de Arruda, Luís de Morais Correia, Gustavo Frota Braga, João Otávio Lobo (Medicina Legal), Lincoln Mourão Matos, José Martins Rodrigues, Olavo de Oliveira, Clodoaldo Pinto, Álvaro Costa, Josafá Linhares. Aderbal Freire, Wagner Barreira, Roberto Martins Rodrigues, Manoel Albano Amora, Perboyre e Silva, Fran Martins, jurista e romancista. Cláudio Martins, Raimundo Cavalcante Filho. Francisco Uchoa de Albuquerque, Paulo Bonavides, Dario Correia Lima, Alcântara Nogueira, Carlos Ramos, Osvaldo de Aquiar — verdadeiros mestres.

Os engenheiros Oto Alencar, afamado matemático, Zózimo Barroso, João Filipe Pereira, que foi Ministro da República, Con-

selheiro Álvaro e Oliveira, João Ernesto Viriato de Medeiros, João Tomé de Sabóia e Silva, Presidente do Estado e Senador da República, Arquimedes Memória, arquiteto, José Otacílio de Sabóia Ribeiro, urbanista, Carlos de Vasconcelos, Nelson Chaves, Ernani Menescal, Humberto Menescal, Pio Borges, Aderson Moreira da Rocha, César Cals Filho, Antônio Pinheiro Filho, José Lins de Albuquerque; e os médicos Visconde de Sabóia (Vicente Cândido Figueira de Sabóia, que foi médico do Imperador), José Cardoso de Moura Brasil, reputado oftalmologista, Antônio Ibiapina, Antônio Xavier de Oliveira, Eduardo da Rocha Salgado, Augusto Linhares, Samuel Uchoa, Artur Carneiro Leão de Vasconcelos, A. Monteiro de Morais (Recife), Massilon Sabóia de Albuquerque, Deoclécio Dantas, Dagmar Aderaldo Chaves, Mário Barreto Correia Lima, Fernando Gentil (S. Paulo) — projetaram-se fora da terra natal.

Na Lingüística e na Filologia devem ser salientados os nomes de Heráclito Graça, Fausto Barreto, Cândido Jucá, Júlio Nogueira, Almir Câmara de Matos Peixoto, Clóvis Monteiro, Francisco Gonçalves, José Arrais de Alencar, Jarbas Aragão, Ermínio Araújo, Valnir Cavalcante Chagas, todos com atividades culturais no sul do País, e Martinz de Aguiar, Rebouças Macambira, Otávio Terceiro de Farias, Joel Linhares, Abdias Lima, Hélio de Sousa Melo, Sinésio Lustosa Cabral, Luís Tavares Júnior, Edmilson Monteiro Lopes, pe. José Rodrigues San-

tiago de Oliveira (pe. Alípio), aqui militantes.

Na poesia, é incomparável o estro de José Albano, e o seguem outros grandes poetas, como Juvenal Galeno, o criador da poesia popular no Brasil, Paula Ney, o tão célebre boêmio, Antônio Sales (também romancista), pe. Antônio Tomás, o primeiro Príncipe dos Poetas Cearenses, Lívio Barreto, Álvaro Martins (Alvarins), Barbosa de Freitas, Bonfim Sobrinho. Joaquim de Sousa, Antônio Bezerra, Augusto Xavier de Castro, Rodolfo Teófilo, Fernando Weyne, Carlos Gondim, Antônio Furtado, Américo Facó, Tomás Lopes, Sidney Neto, Silveira Filho, Mário da Silveira, José da Cruz Filho, o segundo Príncipe dos Poetas Cearenses, Beni Carvalho, Júlio Maciel, Leão de Vasconcelos. Antônio Fiúza de Pontes, Mário Linhares, Soares Bulcão, Quintino Cunha, Gastão Justa, Epifânio Leite, Martins d'Alvarez, Tomás e Oscar Lopes, Irineu Filho, Faustino Nascimento, Carlos Sá, José Valdivino de Carvalho, Antônio Girão Barroso, Mário de Andrade, Sinó Pinheiro, Serra Azul (Francisco Leite), Filqueiras Lima, Pierre Luz, Otacílio de Azevedo, Matos Pereira, Francisco Carvalho, Sobreira Filho, Artur Eduardo Benevides. Otacílio Colares, igualmente ensaísta, Aluísio Medeiros, Sânzio de Azevedo, Jairo Martins Bastos, Carlos Cavalcante (Caio Cid), Cid Carvalho, Carlyle Martins, Edigar de Alencar, Adauto Gondim, Amora Maciel, Martins Capistrano, José Alcides Pinto, também romancista, Linhares Filho, Durval Aires, Cláudio Martins, Gerardo Melo Mourão, Pedro Lira, Caetano Ximenes Aragão, Iranildo Sampaio, Marly Vasconcelos. Terceiro Príncipe dos Poetas Cearenses é Jáder de Carvalho, romancista e sociólogo e cuja poesia vem com o timbre de uma inspiração eloqüente, em grande parte saída do seu amor à terra do Ceará, com a sua gente, as suas coisas, as suas glórias de povo que ele sabe cantar e, pelo que é, merece ser louvado.

Alberto Nepomuceno, Eleazar de Carvalho, Jacques Klein, sumidades da orquestração mundial, nasceram no Ceará. E mais: Henrique Jorge, Zacarias Gondim, Carlos Severo, Branca Bilhar, Branca Rangel, Raimundo Donizetti e os filhos Raimundo, João, Mozart, Wagner e Francisco, Angélica Quixadá Linhares, Ester Gondim, Antônio Gondim, Florzinha Emídio, Orlando Leite, Gerardo Parente, Aluísio Pinto, Maria de Lourdes Leite Gondim, Paurilo Barroso, Carmem Samico de Castelo Branco, Nadir Parente, Rita Plutarco de Vasconcelos, Carmem Carvalhedo, são nomes que, ao lado de Mozart Araújo, honram a música erudita nacional. Na música popular brasileira são destaque: Luís Assunção, Lauro Maia, Humberto Teixeira, Evaldo Gouveia de Oliveira, Raimundo Fagner Cândido Lopes, Belchior (Antônio Carlos Gomes Belchior Fontenelle Fernandes), Ednardo Costa Sousa, Aleardo Freitas.

Na difícil colheita e interpretação do Folclore no Ceará o nome de Leonardo Mota é dono de admiração nacional, e são valiosos os trabalhos de Gustavo Barroso, Manuel Eduardo Pinheiro Campos, Florival Seraine, José de Figueiredo Filho, Nery

Camelo, Edigar de Alencar, Jósa Magalhães.

Como educadores e técnicos de Educação alcançaram renome: os irmãos Costa Mendes — João e Manuel Teófilo —, o Senador Pompeu. Antônio Augusto de Vasconcelos, pe. Vicente Salazar da Cunha, Manuel Ambrósio Torres Portugal, pe. dr. Ananias Correia do Amaral, mons. Bruno Rodrigues Figueiredo, pe. Liberato Dionísio da Costa, Ana Bilhar, Maria Clara de Sousa Marques, Odorico Castelo Branco, Joaquim da Costa Nogueira, Francisco Gonçalves, Manuel Leiria de Andrade, Francisco de Meneses Pimentel, que foi governador do Estado e Senador Federal Almerinda Albuquerque, Ari de Sá Cavalcante, Edilson Brasil Soares, Odilon Bravesa, Roberto de Carvalho Rocha, Antônio Filgueiras Lima, Paulo Sarasate, que foi governador do Estado e Senador da República, José Getúlio da Frota Pessoa, Joaquim Moreira de Sousa, Lauro de Oliveira Lima, Antonieta

Cals, Luís Sucupira, Eunice Barroso Damasceno, Adélia Brasil Feijó, Valnir Cavalcante Chagas, Antônio de Sales Campos, Rubens Falcão, Georgelito Cals, Antônio de Albuquerque Sousa Filho, Clodomir Teófilo Girão, merecendo referência mais que honrosa o prof. Antônio Martins Filho, o ideador, instalador e primeiro Reitor da Universidade Federal do Ceará, bem como estruturador da Universidade Estadual do Ceará e membro do Conselho Federal de Educação, indiscutivelmente autorizado expert dos nossos problemas educacionais. E não podem ser esquecidos os nomes do pe. Francisco de Assis Pita (Crato) e o de Vicente Ferreira de Arruda (Professor Arruda), "que no longo decurso de quarenta e oito anos viu passar pelas bancas suas aulas toda a juventude de Sobral".

O Teatro consagrou os nomes de José de Alencar, de Oscar Lopes, Frederico Severo de Sousa Pereira, Carlos Severo de Sousa Pereira, Álvaro Martins, Carlos Câmara, Raimundo Magalhães Júnior, Manuel Eduardo Pinheiro Campos, Raguel de Queirós, Paurilo Barroso, F. Silva Nobre, B. de Paiva; assim como, no jornalismo, os dos citados José de Alencar e Senador Pompeu, João Lopes Ferreira Filho, Justiniano de Serpa, que foi Presidente do Estado, Martinho Rodrigues, Tibúrcio Rodrigues, Júlio César da Fonseca Filho, Virgílio Brígido, Pedro Gomes da Rocha, João Brígido, Waldemiro Cavalcante, Hermenegildo Firmeza (H. Firmeza), Américo Facó, Raimundo de Monte Arrais, Antônio Drumond, Pedro Firmeza, Demócrito Rocha, Paulo Sarasate. Leonardo Mota, Manuel Fernandes Távora, Jáder de Carvalho, Perboyre e Silva, José Martins Rodrigues. M. A. de Andrade Furtado, Luís Sucupira, Júlio de Matos Ibiapina, Teodoro Cabral, Madaleno Girão Barroso, Orlando e Murilo Mota. José Nascimento, Manuel Eduardo Pinheiro Campos, Adísia Sá. J. C. Alencar Araripe, Venelouis Xavier Pereira.

Não menor a ajuda cearense às Artes Plásticas nacionais, e neste setor é de referir, como significação mais alta, a pintura de Raimundo Cela, tanto no óleo, como nas aquarelas, nas águas-fortes, nos carvões e nos bicos-de-pena, preferindo os motivos regionais, o que lhe valeu o aposto de Pintor do Nordeste, apesar do espírito de mesure e a finesse que caracterizam as suas produções, como salienta o pintor suíço Jean Pierre Chabloz, muitos anos radicado no Ceará. Para este, os assuntos que Cela costuma tratar podem ser brasileiros, cearenses, mas a técnica sutil e equilibrada, fruto de grande sensibilidade, temperada de clara razão, é francesa. Cela, de fato, cursou a École de Beaux Arts de France durante cinco anos, e daí a influência notada pelo crítico.

Outros pintores desenvolveram-se ou desenvolvem-se no Sul, como José Carvalho, Vicente Leite, Benjamim Silva, Sinhá d'Amora e Clidenor Capibaribe (Barrica), no Rio de Janeiro, e Aldemir Martins, em S. Paulo. José Irineu de Sousa, autor do belo quadro "Fortaleza Liberta", exposto no salão nobre do Palácio da Abolição viveu algum tempo no Pará, mas terminou os dias no Ceará de seu nascimento. Antônio Bandeira mudou--se para a capital francesa, onde brilhou e faleceu. Ali viveu Sérvulo Esmeraldo. Os que trabalharam ou trabalham em Fortaleza tiveram dias melhores para a realização de suas criações artísticas depois da instalação da Secretaria de Cultura do Estado, no governo do Dr. Plácido Aderaldo Castelo, quando foi instituído o Centro de Artes Visuais Raimundo Cela, sob a orientação de Heloísa Juaçaba, na verdade uma inteligência e uma dedicação a serviço dos artistas plásticos cearenses. Hoje, constitui a Casa de Cultura Raimundo Cela, viveiro inquieto e estimulador de quantos se entregam às inspirações do pincel e da escultura. De mais do começo do século, os nomes mais autorizados são os de Antônio Rodrigues (S. Roiz), José de Paula Barros, Raimundo Ramos (Ramos Cotoco), Otacílio de Azevedo, Júlio de Azevedo, Mário Dias, Gerson Farias, Raimundo Siebra, e entre os mais novos os de Barbosa Leite, Mário Baratta, Heloísa Juaçaba, Rubens de Azevedo, Afonso Lopes Gonçalves, Zenon Barreto (que também faz escultura), J. Fernandes, Hélio Rola (Francisco Hélio Rola), R. Kampos, Descartes (Descartes Marques Gadelha), J. Figueiredo, J. F. Amora (José de França Amora). Estrigas (Nilo Firmeza), Kleber Ventura, Alberon Soares, Sergei (Sérgio de Castro), José Maria Siqueira, J. Arrais, Athayde (Raimundo Ataíde Pinheiro), José Glauco Maia, Haroldo Barroso (escultor), Jussier (Marcus Jussier Maria Figueiredo), Hélio de Lima Valverde, Roberto Galvão de Lima, Ascal (Átila Silva), Laura Elvira Morais da Silva. O primitivista Chico Silva (Francisco Domingos da Silva) é celebridade internacional.

Na Política, no Clero, nas Armas, nas Indústrias, no Comércio a atuação do cearense tem a mais evidente expressão nos maiores centros da civilização brasileira. Nas Armas, valem como símbolos, perpetuados no bronze das estátuas, os Generais Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa e Antônio de Sampaio, o Marechal Juarez Fernandes Távora, de decisiva atuação na política nacional, e Humberto de Alencar Castelo Branco, Marechal da caserna e o Estadista que se revelou inequivocamente como Presidente da República. Na perpetuidade do bronze está a figura admirável de Delmiro Gouveia, o audaz pioneiro do aproveitamento das forças da Cachoeira de P. Afonso para a produção de energia elétrica, destinada a finalidade industrial.

Referências Bibliográficas

CAPITULO 1

STRINARY FILMS Course -- "O Creek State Norther das Combustos Bores

- Navegações Ultramarinas Portuguesas (1501-1505), 2.º tomo de Vera Cruz, Fortaleza, Ed. Henriqueta Galeno, 1977.
- CRUZ FILHO História do Ceará, São Paulo, Melhoramentos, 1931.
- DERBY, Orville "A Costa Nordeste do Brasil na Cartografia Antiga", in: Tricentenário da Vinda dos Primeiros Portugueses ao Ceará, p. 93.
- POMPEU SOBRINHO, Tomás Protohistória Cearense, ps. 77 e 187; 2.ª ed. Comemorativa do 1.º Centenário de nascimento do Autor. Fortaleza, Imprensa Universitária, 1980.
- — "Vicissitudes da Costa Cearense", Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 60: 116.
- RIBEIRO, João História do Brasil, 19ª ed., revista e completada por Joaequim Ribeiro, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1966, p. 33.

CAPÍTULO 2 .0101 .anfibiso .ciT .avalabro 1 ha 32 .anal maha

- ALMANAQUE DO CEARÁ, 1950, p. 41.
- NOBRE, G. S. Estudos sobre Antônio Cardoso de Barros. Fortaleza, Gráfica Editorial Cearense, 1972.
- REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ (23): 3 e 70; (33): 294; (37): 160. SALVADOR, Frei Vicente do História do Brasil, 3.º ed. São Paulo, Melhoramentos, 1931, p. 129.
- STUDART, Barão de Geografia do Ceará. Fortaleza, Tip. Minerva, 1924, p. 3.

- STUDART FILHO, Carios "O Ceará Sob o Regime das Capitanias Hereditárias". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, (25): 41.
- ————— "Fundamentos Históricos do Estado do Maranhão", idem, (63): 176; (64): 16; (65): 146.

CAPÍTULO 3

- ARARIPE, T. Alencar História da Província do Ceará Desde os Tempos Primitivos até 1850. Recife, Tip. do Jornal do Recife, 1867.
- BEZERRA, Antônio "Pero Coelho de Sousa no Ceará". Revista da Academia Cearense, (8): 3, e in: Tricentenário da Vinda dos Primeiros Portugueses ao Ceará, p. 15.
- BRÍGIDO, João "Há Trezentos Anos Pero Coelho de Sousa". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, (17): 41, e in: Tricentenário da Vinda dos Primeiros Portugueses ao Ceará, p. 35.
- CARVALHO, José "Pero Coelho". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, (39): 210.
- CRUZ FILHO História do Ceará, op. cit., cap. 6.
- MORENO, Diogo de Campos "Jornada do Maranhão". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, (21): 209.
- POMPEU SOBRINHO, Tomás "O Mapa de Pero Coelho". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, (62): 139.
- SALVADOR, Frei Vicente do História do Brasil, op. cit., livro 4.º, caps. 38 e 43.
- STUDART FILHO, Carlos "A Bandeira de Pero Coelho". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, (50): 13.
- THÉBERGE, Pedro Esboço Histórico sobre a Província do Ceará. 1.º parte 1869 e 2.º parte 1875. A 1.º parte foi reeditada com anotações de Mozart Soriano Aderaldo. Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1973.

- ARARIPE, T. Alencar História da Província do Ceará, op. cit., cap. 6.
- CATUNDA, Joaquim Estudos de História do Ceará. 1.ª ed., Fortaleza, Tip. Libertador, 1886; 2.ª ed. Fortaleza, Tip. Gadelha, 1919.
- CRUZ FILHO História do Ceará, op. cit., cap. 7.
- FIGUEIRA, Padre Luís Relação do Maranhão, nas fontes citadas em "Roteiro Bibliográfico da História do Ceará".
- LEITE, Padre Serafim, S. J. História da Companhia de Jesus, no Brasil, 3-1.
- NOBRE, Geraldo S. História Eclesiástica do Ceará, 1.ª parte, edição comemorativa do X Congresso Eucarístico Nacional, Fortaleza, s.e., 1980.
- NOGUEIRA, Paulino "O Padre Francisco Pinto". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, (18): 5.

- REVISTA DO INSTITUTO DO CEARA, Fortaleza, (16): 249; (17): 141; (20): 324; (23): 64.
- SALVADOR, Frei Vicente do História do Brasil, op. cit., livro 4.º, cap. 44. STUDART, Barão de "Francisco Pinto e Luís Figueira". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, (17): 51, e in: Tricentenário da Vinda dos Primeiros Portugueses ao Ceará, p. 47 (Separata, Tip. Minerya, 1903).

THÉBERGE, Pedro — Esboço Histórico, op. cit., cap. 2.

TRÊS DOCUMENTOS DO CEARÁ COLONIAL (Pe. Figueira, Soares Moreno e Matias Beck), cap. I, anotado por Th. Pompeu Sobrinho.

CAPÍTULO 5

CATUNDA, Joaquim — Estudos de História do Ceará, op. cit., cap. 4.

CRUZ FILHO — História do Ceará, op. cit., cap. 8.

- GIRÃO, Raimundo Matias Beck, Fundador de Fortaleza. Imprensa Oficial, 1961.
- MARÇAL, Heitor Martim Soares Moreno. Rio de Janeiro, Editora Vecchi, 1943.
- PEIXOTO, Afrânio Martim Soares Moreno. Lisboa, Divisão de Public. e Biblioteca, 1940.
- PORTO, Artur Fundação da Cidade Paraense e Outros Aspectos da História do Brasil.
- REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, Fortaleza, (21): 219; (23): 70 e 335; (19): 1; (23): 70.
- STUDART, Barão de Martim Soares Moreno Documentos Para a Sua História. Fortaleza, Tip. Minerva, 1903.
- — "Martim Soares Moreno o Fundador do Ceará". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, (17): 177, e in: Tricentenário da Vinda dos Primeiros Portugueses ao Ceará, p. 139.
- STUDART FILHO, Carlos Estudos de História Seiscentista. Coleção História e Cultura, 1959, p. 58.
- THÉBERGE, Pedro Esboço Histórico, op. cit., cap. 2.
- TRÊS DOCUMENTOS DO CEARÁ COLONIAL (Pe. Figueira, Soares Moreno e Matias Beck), cap. II, com anotações de Raimundo Girão.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de História Geral do Brasil. 3.ª ed. integral. Rio de Janeiro, t. 2, p. 40.

- BRIGIDO, João Ceará Homens e Fatos, Rio de Janeiro, Tip. Besnard Frêres, 1919, p. 119.
- CÂMARA, José Aurélio "Fortaleza: Página da Aventura Holandesa nos Trópicos". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 72, : 287.
- CASCUDO, Luís da Câmara Geografia do Brasil Holandês. Rio de Janeiro, J. Olímpio, 1956.

- "Informação Geográfica do Ceará Holandês". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, (55): 68.
- CRUZ FILHO -- História do Ceará, op. cit., cap. 8.
- GIRÃO, Raimundo História do Ceará, Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1947, p. 75.
- — A Cidade do Pajeú, Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1982.
- GONZALEZ, Henrique "Versão livre da Carta de Matias Beck sobre o Ceará". Revista do Instituto do Ceará, v. 91, p. 139.
- HIGINO, Jose "Gedeon Morris de Jonge". Revista do Instituto do Ceará, n.º 10, ps. 46 e 286.
- REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, Fortaleza, (26): 72.
- RODRIGUES, José Honório e Joaquim Ribeiro Civilização Holandesa no Brasil, Rio de Janeiro, (Brasiliana, 180).
- SOUSA, Eusébio de História Militar do Ceará. Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1950, p. 43.
- STUDART FILHO, Carlos Estudos de História Seiscentista. Coleção História e Cultura. 1959, p. 41
- — "Matutos Louros do Ceará". Revista Brasil Rotária, : 8 abr. 1951.
- TRÊS DOCUMENTOS DO CEARÁ COLONIAL (Pe. Figueira, Soares Moreno e Matias Beck), cap. III, anotado por José Aurélio Câmara.

- BRÍGIDO, João Ceará Homens e Fatos, cit., p. 119.
- CÂMARA, José Aurélio Aspectos do Domínio Holandês no Ceará. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1957. Ver Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 70, : 5.
- "CARTA DE BECK QUE TRATA DO SEARA". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 78, : 105.
- CASCUDO, Luís da Câmara Geografia do Brasil Holandês. Rio de Janeiro, J. Olímpio, 1956, ps. 255 e 281.
- "Informação Geográfica do Ceará Holandês". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, (55): 68.
- CRUZ FILHO História do Ceará, cit. cap. 9.
- A Cidade do Pajeú. Fortaleza, Ed. Henriqueta Galeno, 1982.
- GIRÃO, Raimundo História Econômica do Ceará, cit., p. 75.
- — Matias Beck, Fundador de Fortaleza. Fortaleza, Imprensa Oficial, 1961.
- GIRÃO, Raimundo et alii. O Fundador de Fortaleza. Publicação da Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura de Fortaleza, 1960.
- STUDART FILHO, Carlos História do Ceará Holandês. Fortaleza, Imprensa Oficial, 1956.
- TRÊS DOCUMENTOS DO CEARÁ COLONIAL (Pe. Figueira, Soares Moreno e Matias Beck), cap. III, comentado por José Aurélio Câmara.

CAPITULO 8

AGUIAR, Martinz de — Notas e Estudos de Português. Fortaleza, Editora Fortaleza, 1942, p. 195.

ALENCAR, José de — Iracema. Nota 1 do cap. 1.

ALMEIDA, Cândido Mendes de — Memória para a História do Maranhão. v. 2, p. 64.

BRÍGIDO, João — Ceará — Homens e Fatos, cit., p. 1.

CASAL, Aires do — Corografia Brasílica, v. 2, p. 195.

CATUNDA, Joaquim - Estudos de História do Ceará, cit., p. 9.

NOGUEIRA, Paulino — "Vocabulário Indígena". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, (1): 263 e segs.

O CEARA, de Antônio Martins Filho e Raimundo Girão. 5. ed. Editora Instituto do Ceará, 1966, ps. 7-10.

POMPEU SOBRINHO, Th. — Eshoço Fisiográfico do Ceará. 3. ed., Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

PIZARRO — Memórias Históricas do Rio de Janeiro, v. 8, p. 221, nota 1.

QUINZENA (A) — Revista do Clube Literário. Fortaleza, (2,5 e 11).

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ — v. 14, : 265, v. 15, : 314, v. 16, : 30 a 206, v. 33, : 208, v. 37, : 167 e 336, v. 49, : 169.

VALOR (revista), Fortaleza, (24): 11, abr. 1942.

CAPITULO 9

ABREU, Capistrano de — Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil. Rio de Janeiro, Livraria Briguiet, 1930.

— — — Capítulos de História Colonial (1500-1800). 2. ed., Rio de Janeiro, Tip. Leuzinger, 1928.

ARARIPE, T. Alencar — História da Província do Ceará, cit. cap. 2.

CATUNDA, Joaquim — Estudos de História do Ceará. 2. ed., cit. p. 17.

CRUZ FILHO — História do Ceará, cit., caps. 3 e 4.

GIRÃO, Raimundo — História Econômica do Ceará, cit., cap. 1.0 10 11440

— "Um século sem família", na revista Valor, (29): 31-5, 1947.

MARCHANT, Alexander — Do Escambo à Escravidão. (Brasiliana, 225).

MARTIUS, Von — O Direito Entre os Indígenas do Brasil, trad. de Amaral Gurgel. São Paulo, Edições e Publicações Brasil, s/d.

NOGUEIRA, Paulino — "Vocabulário Indígena". Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, (1): 209 e segs.

OLIVEIRA, Pedro Alberto de — "As origens da escravidão no Ceará". Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, 93, : 225-338.

PINTO, Estêvão — Os Indígenas do Nordeste. Rio de Janeiro, 1935, vs. 1 e 2. (Brasiliana, 44).

POMPEU SOBRINHO — Artigo na Revista de Filologia e História. Rio de Janeiro, t. 2, 1934.

- STUDART FILHO, Carlos "Antiguidades Indígenas Cearenses". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, (41): 165 e (46): 105.
- ————— "As Tribos Indígenas Cearenses". Rev. cit. (40): 39.
- — "Notas Históricas Sobre os Indígenas Cearenses". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, (41): 165 e (46): 105.
- "As Tribos Indígenas Cearenses", Rev. cit., (45): 53.
- — "Os Aborígines do Ceará". Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1965. Ver *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 76,: 5 e 77,: 153.
- — "Notas Históricas Sobre os Baiacu do Ceará". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 72,: 15.
- "Resistência dos Indígenas à Conquista e Povoamento da Terra (A Guerra dos Bárbaros)". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 73, : 29, v. 75, : 163.
- THÉBERGE, Pedro Esboço Histórico Sobre a Província do Ceará, cap. I. TRÈS DOCUMENTOS DO CEARÁ COLONIAL (Pe. Figueira, Soares Moreno e Matias Beck) caps. I e II, comentados por Th. Pompeu Sobrinho e Raimundo Girão, respectivamente.

CAPÍTULO 10 de la composição de la contrata de la composição de la composi

- ABREU, Capistrano de Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil. Rio de Janeiro, Livraria Briguiet, 1930.
- — Capítulos de História Colonial (1500-1800), 2. ed., Rio de Janeiro, Tip. Lenzinger, 1923.
- ALVES, Joaquim Nas Fronteiras do Nordeste. Fortaleza, Tip. Urânia, s.d. ARRAIS, Monte Decadência e Redenção do Nordeste (A Política dos grandes Estados), Rio de Janeiro, s.e., 1962.
- ARARIPE, T. Alencar História da Província do Ceará Desde os Tempos Primitivos até 1850, cit.
- ARAÚJO, Pe. Antônio Gomes de Concurso da Bahia na Formação da Gens Caririense. Crato, 1950.

- — Padre Pedro Ribeiro da Silva o Fundador e Primeiro Capelão de Juazeiro do Norte. Crato, Tip. Imperial, 1958.
- Povoamento do Cariri, publicação da Faculdade de Filosofia. Crato, 1973.
- BARROSO, Parsifal O Cearense. Rio de Janeiro, Gráfica Record, 1969.
- BEZERRA, Antônio Algumas Origens do Ceará. Fortaleza, Tip. Minerva, 1918.
- CAMPOS, Eduardo Complexo de Anteu; Ensaio. (Biblioteca de Cultura, Série A, Documento, 8). Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1977.
- CATUNDA, Joaquim Estudos de História do Ceará, Fortaleza, Tip. do Libertador, 1886; 2. ed., idem, Tip. Gadelha, 1919, cap. 6.
- CRUZ FILHO História do Ceará, cit., cap. 10.
- DUQUE, J. G. "O Sertanejo e as Modificações da Sociedade". Aspectos, revista da Secretaria de Cultura do Estado, 1, : 95.
- GIRÃO, Raimundo Bandeirismo baiano e Povoamento do Ceará, Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1949.
- — "A marcha do Povoamento", 1.ª parte de Estudo Geral de Base do Vale do Jaguaribe Aspectos Sócio-econômicos, v. IX, SEDENE-IJNPS, Recife. Oficinas Mousinho de Artefatos de Papel, 1967.
- MONTENEGRO, Abelardo O Ceará (Tentativa de Interpretação). Fortaleza, Tip. Royal, 1953.
- OLIVEIRA, Perdigão de "Um Capítulo de História do Ceará". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 4,: 118.
- POMPEU SOBRINHO, Th. "O Homem do Nordeste". Boletim do I.F.O.C.S. (DNOCS), 1, (5), junho de 1934, ps. 239-256; v. 2, n. 1, julho de 1934, ps. 24-35; v. 2, n. 2, agosto de 1934, ps. 56-65. Reproduzido na Rev. do Instituto do Ceará, 1937.
- STUDART FILHO, Carlos Estudos de História Seiscentista. Coleção História e Cultura, cit., v. 2, p. 125.
- VIANA, Oliveira Evolução do Povo Brasileiro. 4 ed., Rio de Janeiro, J. Olímpio, 1956.
- VIEIRA, Padre Antônio "Povoamento do Nordeste Brasileiro". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, (18): 86.

- BEZERRA, Antônio Datas de Sesmarias. Fortaleza, Tipografia Eugênio Gadelha, 1920 a 1928, 14 v.
- MIRANDA, Luís de -- "Sesmarias". In: Ceará Judiciário. Fortaleza, 1958, v. 1.
- POMPEU SOBRINHO, Th. Sesmarias Cearenses. Distribuição geográfica, 1.º v. Departamento de Imprensa Oficial, 1971; 2. ed., publicação da SUDEC, Fortaleza, 1979, ambas com introdução de Raimundo Girão e

- a última com achegas de Laudomiro de Sousa Pereira, contendo o índice dos nomes dos sesmeiros.
- SOUSA, Eusébio Indice Geral e Remissivo das Datas de Sesmarias do Ceará. Fortaleza, Of. Gráficas da Cadeia Pública, 1923.

CAPITULO 12

- ABREU, Capistrano de Capítulos de História Colonial, cit., 1923.
- BRAGA, Renato "Um Capítulo esquecido da Economia Pastoril do Nordeste". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 61, : 149.
- MENEZES, Djacir O Outro Nordeste. Rio de Janeiro, J. Olímpio, 1940. (Coleção Documentos Brasileiros, 5).
- GIRÃO, Raimundo História Econômica do Ceará, cit., cap. 5 e a bibliografia aí citada.
- NOBRE, G. S. As Oficinas de Carnes do Ceará: uma solução para uma Pecuária em Crise. Fortaleza, Gráfica Editorial Cearense, 1976, (Coleção Estudos Cearenses, 9).
- POMPEU SOBRINHO, Th. A indústria pastoril no Ceará. Fortaleza, Tip. Gadelha, 1917.

CAPÍTULO 13

- GIRÃO, Raimundo História Econômica do Ceará, cit., cap. 4.
- REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, Fortaleza, (6): 73; (29): 60; (35): 321.
- STUDART, Barão de Notas para a História do Ceará. Segunda metade do século XVIII, Lisboa, Tip. Recreio, 1892, caps. 1 e 2.
- THÉBERGE, Pedro Esboço Histórico Sobre a Província do Ceará, cit., p. 169, 1.ª parte.

CAPÍTULO 14

- ARARIPE, T. Alencar História da Província do Ceará, cit., cap. 4.
- CATUNDA, Joaquim Estudos de História do Ceará, cit., cap. 7.
- GIRÃO, Raimundo História Econômica do Ceará, cit., cap. 3.
- LIRA, A. Tavares de História do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro, Tip. Leuzinger, 1921, p. 281.
- REVISTA DO INSTITUTO DO CEARA, Fortaleza, (1): 103; (2): 223; (4): 189; (5): 5 e 232; (6): 73 e 141; (10): 134 e 142; (30): 350; e (31): 270.

CAPÍTULO 15

- BRÍGIDO, João Ceará Homens e Fatos, cit., p. 167.
- GIRÃO, Raimundo História Econômica do Ceará, cit. cap. 3.
- LIRA, A. Tavares de História do Rio Grande do Norte, cit., ps. 281 e segs.
- STUDART, Barão de Geografia do Ceará. Fortaleza, Tip. Minerva, 1924, e também na Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 37, de 1923 e 38, de 1924.

- CRUZ FILHO História do Ceará, cit., cap. 13.
- GIRÃO, Raimundo História Econômica do Ceará, cit., cap. 6.
- NOBRE, G. S. João da Silva Feijó Um naturalista no Ceará, Fortaleza, Gracel, 1978.

A LEET ROOM (SEASON - Filler Selection of Paralle 10 Selection | 12

- NOGUEIRA, João "D. Bárbara e o Governador Sampaio". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, (42): 106.
- NOGUEIRA, Paulino "O Naturalista Feijó". Revista do Instituto do Ceará, (2): 247-76, 1888.
- REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, Fortaleza (3): 141, (Correspondência de Bernardo Manuel de Vasconcelos e João Carlos de Oeynhausen); (11): 233; (21): 396; e (57): 167.
- RUBIM, Brás da Costa "Memória Sobre a Revolução do Ceará em 1821". Revista, cit., (25): 315.
- SILVA PAULET O Urbanista de Fortaleza. Publicação em sua homenagem do Prefeito da Capital Cearense. Fortaleza, s.e., 1944.
- SOUSA, Eusébio de "Quem era o Marquês de Aracati". Rev. cit., (36): 448. STUDART (Coleção) "Documentos Para a História do Governo de Bernardo Manuel de Vasconcelos". Rev. cit., (28): 330.
- — — "Governo Interino, Administração Barba Alardo". Rev. cit. (29): 349.
- — "Administração Manuel Inácio de Sampaio, Parte Cronológica" Rev. cit., (30): 201.
- — "João Carlos Augusto de Oeynhausen e Manuel Martins Chaves". Rev. cit., (33): 3.

CAPÍTULO 17

- ARAÚJO, Pe. Antônio Gomes de "1817 no Ceará". Revista Itaytera, Crato, (7): 79, 1961.
- BARROS, Luís Teixeira de *A Revolução de 1817 no Ceará.* Recife, Tradição, 1944.
- BRÍGIDO, João Ceará Homens e Fatos, cit., p. 99.
- CATUNDA, Joaquim Estudos de História do Ceará, cit., cap. 3.
- CRUZ FILHO, História do Ceará, cit., cap. 16.
- OLIVEIRA, Perdigão de "Uma Heroína Cearense". In: Almanaque do Ceará, 1922, p. 743.
- PINHEIRO, Irineu "Um Baiano a Serviço do Ceará e do Brasil". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, (65): 6.
- REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, Fortaleza, (12): 255; (28): 3; (31): 13 e 277; (32): 27; (33): 261 e 300; (65): 5; e (74): 5.

- RIBEIRO, João História do Brasil, 11 ed., 1938, p. 409.
- SOUSA, Eusébio de História Militar do Ceará. Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1950, p. 191.
- STUDART (Coleção) "Documentos da Revolução de 1817". Revista do Instituto do Ceará.
- STUDART, Barão de "3 de maio de 1817 o Movimento de 17 no Ceará".

 Rev. cit., (31): 107-160. Separata, Tip. Minerva, com 56 ps.
- STUDART FILHO, Carlos A Revolução de 1817 no Ceará e Outros Estudos. Fortaleza, Tip. Minerva, 1961.
- — O Padre Gomes de Araújo e "A Revolução de 1817 no Ceará. Fortaleza, Tip. Minerva, 1962.

CAPÍTULO 18

- ARARIPE, T. Alencar "Expedição do Ceará em Auxílio à Independência do Piauí e Maranhão". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 27:243.
- — "Independência do Maranhão". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 15:77 e 27:240.
- CÂMARA, José Aurélio "A adesão do Ceará à Independência". Revista do Instituto do Ceará, tomo especial, : 214-9, 1972.
- CATUNDA, Joaquim Estudos de História do Ceará, cit., cap. 9.
- GIRÃO, Raimundo "Precisou-se do Ceará na Independência". In: Estudos Universitários, revista da Universidade Federal de Pernambuco, (3/4): 29-43, 1972.
- MARTINS FILHO, Antônio "Ligeiras notas sobre João da Costa Alecrim". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 58:191.
- NEVES, Abdias A Guerra de Fidié, 2. vol., Rio de Janeiro, Editora Artenova, 1974.
- PINHEIRO, Irineu José Pereira Filgueiras. Crato, Tip. Liv. Ramiro, 1952.
- OLIVEIRA, Gen. Tácito Theóphilo G. "A Guerra da Independência Batalha de Jenipapo Cerco de Caxias". Revista Militar Brasileira, Rio de Janeiro, 108 (3/4): 12-30, jul./dez.
- REVISTA DO INSTITUTO DO CEARA, Fortaleza, v. 1, :57 e 75; v. 10, :454; v. 20, :112; v. 36, :456; v. 39, :203; v. 59, :234; v. 65, :6.
- SOUSA, Eusébio de História Militar do Ceará. Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1950. (Coleção Instituto do Ceará. História do Ceará, Monografia, 15).
- SUCUPIRA, Luís "Os Cearenses e o 7 de setembro de 1822". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, tomo especial, : 83-8, 1972.

CAPÍTULO 19

ALMANAQUE DO CEARA — 1924, p. 385; 1925, p. 315; 1948, p. 81. BRIGIDO, João — Ceará — Homens e Fatos, cit., p. 29.

- Miscelânea histórica ou coleção de Diversos Escritos. Fortaleza, Tip. Universal, 1889.
- CÂMARA, José Aurélio Saraiva Fatos e Documentos do Ceará Provincial. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1970, cap. 3.
- CÂMARA, José Eduardo Torres O Primeiro Centenário da Revolução de 1824 (A Confederação). Fortaleza, Tip. Gadelha, 1924.
- CATUNDA, Joaquim Estudos de História do Ceará, cit. cap. 9.
- COSTA LIMA, Abelardo Gurgel O Aracati e a Confederação do Equador. Fortaleza, Editora Fortaleza, 1943.
- CRUZ FILHO História do Ceará, cit., caps. 19, 20 e 21.
- GIRÃO, Raimundo "Costa Barros, esse desconhecido". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, tomo especial, : 96-101, 1972.
- IBIAPINA, J. de Matos "Confederação do Equador". Cultura Política, (29) : 84-9, jul., 1943.
- PINHEIRO, Irineu "Um Baiano a serviço do Ceará". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 65:6.
- REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, Fortaleza, Tomo especial, 1924; n. 2, ps. 3 e 204; n. 3, ps. 28-61; n. 4, p. 43; n. 5, p. 239; n. 8, p. 15; p. 61; n. 13, p. 34; n. 16, p. 223; n. 20, p. 343; n. 21, p. 39; n. 25, p. 286; n. 27, p. 158; n. 28, p. 62; n. 31, p. 280; n. 32, p. 27; n. 33, p. 261; n. 35, p. 368; n. 36, p. 82; n. 38, ps. 15, 24, 27, 59, 64 e 229; n. 40, p. 63; n. 49, ps. 79 e 83; n. 50, p. 39; n. 56, p. 38.
- RIBEIRO, João História do Brasil. 19 ed. revista e completada por Joaquim Ribeiro, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1966, p. 356-58.
- SOUSA, Eusébio de História Militar do Ceará, cit., p. 206.
- Há cem anos. Fortaleza, Tip. Gadelha, 1924.
- "O Padre Mororó. Seu julgamento perante a História". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 36, : 82-9.
- STUDART, Barão de Os Mártires da Confederação do Equador no Ceará. Fortaleza, Tip. Comercial, 1924.
- — "Documentos para a Confederação do Equador". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, tomo especial, : 335, 1924.
- STUDART, Barão de "A Confederação do Equador no Ceará. Parte cronológica". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, tomo especial, : 141, 1924. "Parte histórica", p. 189.
- "O movimento republicano de 1824 no Ceará, Ligeiros traços biográficos dos Mártires", Rev. cit., : 613.

CAPITULO 20

BRÍGIDO, João — Ceará — Homens e Fatos, p. 37.

CRUZ FILHO — História do Ceará, cap. 22.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa — Ideologia e Conflito no Nordeste Rural — Pinto Madeira e a Revolução de 1832 no Ceará, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1976.

PINHEIRO, Irineu — Joaquim Pinto Madeira. Fortaleza, Imp. Oficial, 1946. REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, n. 8, ps. 176 e 327; n. 10, p. 221; n. 13, p. 218; n. 16, p. 273; n. 17, p. 301; e n. 57, p. 20.

SOUSA, Eusébio de — História Militar do Ceará, p. 250.

THÉBERGE, Pedro — Esboço Histórico Sobre a Província do Ceará, caps. 18 e 19.

CAPÍTULO 21

- ESTATUTOS REFORMADOS PARA O BANCO PROVINCIAL DO CEARÁ. Fortaleza, Tip. Patriota, 1836.
- GIRÃO, Raimundo História Econômica do Ceará, caps. 10, 11 e 12.
- NOGUEIRA, Paulino "Presidente do Ceará Senador José Martiniano de Alencar". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, n. 12, : 34 e 89; n. 13, : 47 e 119; e n. 16, : 5.
- NUMARIA. Rev. da Sociedade Numismática Cearense, v. 9, :30; v. 13, :9.
- PEREIRA, Laudomiro de Sousa Pereira "Governadores do Ceará anteriores e posteriores à Independência". Rev. do Instituto do Ceará, Fortaleza, tomo especial, : 159-74, 1972.
- REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, Fortaleza, n. 13, ps. 156 e 176; n. 14, p. 279; n. 16, p. 272; n. 19 ps. 155 e 223; n. 22, ps. 3 e 104; n. 27, ps. 89 e 312; e n. 61, p. 283.
- SOUSA, Eusébio de História Militar do Ceará, ps. 272 e 282.
- — Numismática Cearense. Fortaleza, Est. Gráfico Urânia, 1933. STUDART, Barão de Dicionário Biobibliográfico Cearense. Fortaleza, Tip. Litografia a Vapor, 1913, v. 2, p. 115.
- STUDART, Barão de "Cearenses Presidentes da Província do Ceará". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 36, : 236-241.
- THÉBERGE, Pedro Esboço Histórico Sobre a Província do Ceará, cap. 19. VÍTOR, Hugo Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará. Fortaleza, Editora Jurídica, 1951.

- ALMANAQUE DO CEARÁ, 1898, p. 181; 1907, ps. 153 e 161; 1909, p. 147. BARBOSA, A. da Cunha "Notícia Biográfica do General Antônio de Sampaio". Revista da Academia Cearense de Letras, (7): 32.
- CÂMARA, José Aurélio Saraiva Fatos e Documentos do Ceará Provincial. Fortaleza, Imprensa Universitária, 1970, cap. 7.
- — Um soldado do Império General Tibúrcio e seu Tempo. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro — M.E.C., 1978.
- FREITAS, Gomes de "A prosápia ilustre do General Antônio de Sampaio". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 88, : 25-28.
- LAGO, Laurênio Os Generais do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942, v. 3, ps. 7 e 211. (Biblioteca Militar, 59).

- LIMA, General Onofre Muniz Gomes de A Insigne Figura do General Tibúrcio. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948.
- NOBRE, G. S. História do Tribunal de Justiça do Ceará. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1974.
- PINHEIRO, Raimundo Teles (Gen.) Estudos Históricos Militares e Outros Temas. Fortaleza, s.e., 1977, ps. 48 e 72.
- REVISTA DA ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS, (7): 32.
- REVISTA DO INSTITUTO DO CEARA, n. 6, p. 189; n. 20, p. 345; n. 27, p. 3; n. 35, p. 74; n. 36, p. 245; n. 38, p. 125; n. 42, p. 33; n. 49, p. 101; n. 50, p. 129; n. 54, p. 142; n. 58, p. 182; n. 60, p. 178; n. 62, p. 63; n. 88, p. 2.
- SOUSA, Eusébio de História Militar do Ceará, p. 21.
- Tibúrcio Grande Soldado e Pensador. 2. ed. Fortaleza, Tip. Urânia, 1937. (Biblioteca Militar, 12).
- — Tribunal de Apelação do Ceará. Síntese histórica. Dados Biográficos 1874-1945. Fortaleza, s. e., 1945.
- — "Uma Heroína Cearense", Almanaque do Ceará, 1936, p. 75. SOUSA, José Colombo de Afirmações Brasileiras. Fortaleza, Tip. Minerva, 1946.
- STUDART, Barão de Dicionário Biobibliográfico Cearense, v. 1, ps. 79 e 139.
- STUDART FILHO, Carlos Antônio Sampaio. Fortaleza, Imprensa Universitária, 1966.

CAPÍTULO 23

- ABREU, Júlio "Epopéia do Ceará". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 48, : 135.
- AMARAL, Isac Entrevista no jornal O Nordeste, Fortaleza, ed. de 24 de março de 1934.
- ARARIPE, Tristão de Alencar 25 de março. O Ceará no Rio de Janeiro. (Discurso). Fortaleza, Tip. do Libertador, 1884.
- BARROSO, José Liberato Discurso pronunciado na sessão solene da Sociedade Abolicionista Cearense em 25 de março. Rio de Janeiro, 1884.
- BEZERRA, Antônio O Ceará e os Cearenses. Fortaleza, Assis Bezerra, 1906.

 Três Liras (poesia), de parceria com Justiniano de Serpa e Antônio Martins. Fortaleza, Tip. Econômica, 1883.
- BORGES, Frederico A Abolição da Escravidão. Rio de Janeiro, 1885.
- BRÍGIDO, João Ceará Homens e Fatos, cit., p. 303.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da Pernambuco ao Ceará. O Dia 25 de março de 1884; História das Festas celebradas no Recife. Recife, Tip. Central, 1884.
- CRUZ FILHO História do Ceará, cit., cap. 24.

- DIAS, Sátiro "Libertação do Ceará". Revista da Academia Cearense de Letras, (10): 99. E monografia editada em Salvador, Tip. do Diário da Bahia, 1911.
- FURTADO, Antônio Antônio Bezerra e a Abolição. Fortaleza, Editora Iracema, 1937.
- GIRÃO, Raimundo A Abolição no Ceará. Fortaleza, Editora A. Batista Fontenele, 1956; 2. ed. comemorativa da inauguração do Palácio da Abolição no Ceará, publicação da Secretaria de Cultura do Ceará, Fortaleza, Imprensa Universitária, 1969. Consultar a bibliografia aí registada.
 - — História Econômica do Ceará, cit., p. 17.
- MENESES, Djacir "Debate sobre o Abolicionismo Cearense". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 81:132.
- MIRANDA, Cipriano de A libertação do Ceará ou A Epopéia de Luz (versos). Baturité, Imprensa do Cruzeiro, 1885.
- MOREL, Edmar Dragão do Mar; O Jangadeiro da Abolição. Rio de Janeiro, Edições do Povo, 1949.
- — Vendaval da Liberdade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, n. 11, p. 105; n. 38, p. 355; n. 48, p. 185; n. 59, p. 290; n. 93, ps. 363-68.
- SCHIMMELPFENG, Gisela Paschen Maria Tomásia. O Amor à Liberdade. Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1980.
- SOBREIRA, Azarias Em defesa de um Abolicionista. Fortaleza, Editora A. Batista Fontenele, 1956.
- SOUSA, Eusébio de "O Ceará e a Abolição". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 37:385.

CAPÍTULO 24

- ALMANAQUE DO CEARÁ, 1925, p. 371.
- "CARTA DE AGOSTINHO ENÉIAS DA COSTA SOBRE A PROCLAMA-ÇÃO DA REPÚBLICA NO CEARÁ". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, (59): 72.
- CORDEIRO, João "Apontamentos biográficos de João Cordeiro, escrito por ele próprio". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 59: 280-282.

CAPÍTULO 25

- BULCÃO, Soares A Função dos Partidos e o Dever Partidário. Rio de Janeiro, 1925.
- MONTENEGRO, Abelardo F. História dos Partidos Políticos Cearenses. Fortaleza, s. e., 1965. Nova edição, com o título Os Partidos Políticos do Ceará, Edições U.F.C., 1980.
- QUEIRÓS, Pedro de "Clarindo de Queirós". Revista da Academia Cearense de Letras, (18): 140.

- SOUSA, Eusébio de "Deposição do General Clarindo". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, (54): 248; e (55): 24.
- — História Militar do Ceará, cit., p. 298.
- STUDART, Barão de -- Datas e Fatos Para a História do Ceará, v. 3, ps. 39 a 50.
- — Dicionário Biobibliográfico Cearense, v. 2, p. 90.
 "Quais as Vítimas de 16 de Fevereiro". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, (12): 260.

CAPÍTULO 26 de la companya del companya de la companya del companya de la companya del companya de la companya de la companya de la companya del companya de la companya de

- BARBOSA, Rui Limites Entre o Ceará e o Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro, Tip. do Brasil, 1904.
- BORGES, Frederico Questão de Limites Entre os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro, Tip. da União, 1905.
- BRANDÃO, Mateus Nogueira Aditamento: Questão de Limites Entre os Estados Setentrionais do Rio Grande do Norte e o Ceará. Rio de Janeiro, Tip. Escolar, 1902.
- "CONFERÊNCIAS SOBRE A QUESTÃO DE LIMITES". Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. 3, (1):179 e 3 (2):411.
- "EXPOSIÇÃO DO MINISTRO PEDRO LESSA", Rev. cit., 11:209.
- FIRMEZA, Hermenegildo "A Revolução de 1912 no Ceará". Revista do Ins-Ceará, nova fase, (7):5.
- GIRÃO, Raimundo "Legítimo Senador de Veneza". Boletim do Instituto do Ceará, nova fase, (7):5.
- "Os Pompeu, Família Ilustre". Revista da Academia Cearense de Letras, (36): 53-60, 1975.
- JESUS, Pe. José Barbosa de O Caso do Ceará em Face do Direito e dos Fatos. Fortaleza, 1914.
- A Questão de Grossos. Fortaleza, Est. Gráfico A. C. Mendes,
- "LIMITES DO RIO GRANDE DO NORTE E CEARÁ Síntese Histórica". Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1, (2):3; e 4 (2):5.
- MEMÓRIA Justificativa do parecer do Juiz Árbitro na questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro, Tip. Escolar,
- OLIVEIRA, Perdigão de "Os Limites do Ceará Questão com o Rio Grande do Norte". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, (7):5.
- PESSOA, Frota O Oligarca do Ceará, Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1910.
- "PICADA de Mossoró na Ribeira do mesmo nome (A)". Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 4 (2): 200.

- QUINDERÉ, Mons. José Comendador Antônio Pinto Nogueira Acióli. Fortaleza, Tip. Minerva, 1960.
- — Reminiscências. Fortaleza, Ed. A. Batista Fontenele, 1957, ps. 10-14.
- RAMOS, José Waldo Ribeiro Centenário do Comendador Nogueira Acióli. Fortaleza, Tip. Minerva, 1940.
- REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, n. 11, p. 204; n. 12, p. 260; n. 16, p. 282; n. 18, p. 139, p. 282; n. 30, p. 326; n. 35, p. 141; e n. 51, p. 201.
- SÁ, F. de S. Meira e "Simples Notas ao Laudo do Conselheiro Lafayette". In: A República. Natal, 1902, (ver também, Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2 (1): 88 e 249).
- STUDART, Barão de -- Dicionário Biobibliográfico Cearense, v. 1, p. 118; e v. 3, p. 17.
- SALES, Antônio O Babaquara, com o pseudônimo de Martim Soares. Rio de Janeiro, 1912.
- TEÓFILO, Rodolfo Libertação do Ceará (Queda da Oligarquia Acióli). Lisboa, Tip. A Editora Limitada, 1914.

- ALENCAR, Livino A glória do Padre Cícero. Juazeiro do Norte, Tip. d'O Juazeiro, 1956.
- ALVES, Joaquim "Juazeiro Cidade Mística". Revista do Instituto do Ceará, (62): 73, e na revista Clã, Fortaleza, ns. 8 e 9.
- ANSELMO, Otacílio Padre Cícero Mito e Realidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- ARAÚJO, Pe. Antônio Gomes de Apostolado do Embuste. Crato, Edições Itaytera, 1956.
- BARTOLOMEU, Floro Juazeiro e o Padre Cicero. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1923.
- CARTA Pastoral de D. Joaquim José Vieira. Fortaleza, Tip. Universal, 1897. CARVALHO, C. Livino de "A Tomada do Crato". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 46: 119-36.
- CATUNDA, Hugo "Documentos Sobre A Questão Religiosa de Juazeiro". Revista do Instituto do Ceará, 75: 266.
- DELGADO, D. José de Medeiros Padre Cícero, Mártir da disciplina. Fortaleza, s.e., 1970.
- DELLA CAVA Miracle at Juazeiro. New York, Colombia University Press, 1970. Traduzido por Maria Yedda Linhares, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- DIAS, José dos Anjos "Fatos e o Sítio Encantado & Desajustes da Humanidade". Boletim do Instituto Cultural do Vale Caririense, (6): 51-63, 1979.
- DINIS, M. Mistérios de Juazeiro. Juazeiro, 1935.
- FIRMEZA, H. A Intervenção Federal no Ceará. Fortaleza, Tip. Comercial, 1919.

- LEITE, Francisco de Assis Vida completa do Padre Cícero Romão Batista. Juazeiro, SNT.
- LOURENÇO FILHO O Juazeiro do Padre Cícero. Cenas e quadros do fanatismo do Nordeste. Edições Melhoramentos, s.d.
- MAIA, Pe. Dr. Helvídio Martins Pretensos Milagres no Juazeiro. Petrópolis, Editora Vozes, 1974.
- MACEDO, Padre Manuel Juazeiro em Foco. Fortaleza, Emp. Editora de Autores Católicos, 1925.
- MACEDO, Nertan Floro Bartolomeu. Caudilho dos beatos e cangaceiros.

 Rio de Janeiro, Gráf. Lux, 1970.
- O Padre e a Beata. Rio de Janeiro, Ed. Leitura, 1961.
- MOREL, Edmar *Padre Cícero. O Santo do Juazeiro*. Rio de Janeiro, Emp. Gráfica Cruzeiro do Sul 1946; 2.ª ed. Civilização Brasileira, 1966.
- MARTINS, Pe. Helvídio Pretensos Milagres de Juazeiro. Petrópolis, Vozes, 1974.
- OLIVEIRA, Amélia Xavier O Padre Cícero Que Eu Vi (verdadeira história do Juazeiro). Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica Editora, 1960.
- PINHEIRO, Irineu O Juazeiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1938.
- QUINDERÉ, Mons. José Dom Joaquim José Vieira. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1958.
- REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, Fortaleza, 80: 242-7.
- ROCHA, Moreira da Discursos Parlamentares Sobre a Intervenção do Ceará. Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1915.
- SILVA, Antônio Carlos Simões da O Padre Cícero e a População do Nordeste. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1927.
- SOBRAL, Lívio "Padre Cícero Romão". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, (54): 136; n. 55, p. 176; n. 56, p. 110; e n. 57, p. 285.
- SOBREIRA, Pe. Azarias Em Defesa de um Abolicionista. Fortaleza, Editora A. Batista Fontenele, 1956.
- — "Floro Bartolomeu O Caudilho Baiano". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, (64): 193.
- — O Patriarca do Juazeiro. Oficinas da Editora Vozes, 1969.
- — "O Primeiro Vigário de Juazeiro". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 85:5.
- TAVORA, Fernandes "O Padre Cícero". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, n. 57, p. 268 e n. 58, p. 229.
- TEÓFILO, Rodolfo A Sedição do Juazeiro. S. Paulo, Monteiro Lobato Editores, 1922; 2.ª ed. Fortaleza, Editora Terra do Sol, 1974.
- VIDAL, Reis Padre Cicero Juazeiro Visto de Perto. Rio de Janeiro, s. e., 1936.

- ALMANAQUE DO CEARÁ, 1921, p. 292; 1924, p. 324; e 1952, ps. 63 e 76. CATUNDA, Hugo Atualidade de Justiniano de Serpa. Fortaleza, Tip. Royal, 1952.
- CRAVEIRO, Newton "A Reforma do Ensino". In: Almanaque do Ceará, 1924, p. 365.
- REVISTA DA ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS, (25): 133, 1933.
- STUDART, Barão de Dicionário Biobibliográfico Cearense, (verbete João Tomé de Sabóia e Silva), v. 1, p. 516; e (verbete Justiniano de Serpa), v. 2, p. 225.
- VALDEZ, Alba Discurso em *Falas Acadêmicas*, organização de Raimundo Girão, Publicação da Academia Cearense de Letras, Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1976, ps. 34-39.

CAPÍTULO 29

- ANSELMO, Otacílio O Ceará na Revolução de 30. Crato, Tip. Imperial, 1955. Separata da revista Itaytera.
- A Revolução de 1930 no Ceará. Fortaleza, Imprensa Universitária da U.F.C., 1970.
- MARTINS, Romeu Revolução (Ceará República Velha e República Nova). Fortaleza, Tip. Urânia, 1933.

CAPÍTULO 30

- ABREU, Júlio "O Liceu do Ceará. 1845". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 59:69.
- ADERALDO, Mozart Soriano "O Liceu do Meu Tempo". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, (91): 98-117.
- ALMANAQUE DO CEARA, 1898, p. 127 e 1906, p. 143.
- ASPECTOS Revista da Secretaria de Cultura do Estado. 1:222-53, 1967.
- BARROSO, Gustavo Liceu do Ceará (memória), Rio de Janeiro, Editora Getúlio Costa, 1940.
- BARROSO, José Parsifal "O Senador Pompeu Um cabeça-chata autêntico, político realista e anti-impostor". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 91: 189-210.
- BENEVIDES, Mauro O Senador Pompeu. Discurso no Senado Federal, em 8 de setembro de 1977, Brasília, 1977.
- BRASIL, Tomás Pompeu de Sousa O Ceará no Centenário da Independência do Brasil, Fortaleza, Tip. Minerva, 1926, v. 2.
- CÂMARA, José Aurélio Saraiva Correspondência do Senador Pompeu. Fortaleza, Tip. Minerva, 1960. (Coleção História e Cultura).
- CATUNDA, Hugo "O Senador Pompeu". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 57:39.

- GIRÃO, Raimundo História da Faculdade de Direito do Ceará. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1956; "Educandários de Fortaleza", Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1956, separata da Revista do Instituto do Ceará, 69:50-71, transcrito em O Ceará, de Antônio Martins Filho e Raimundo Girão, 3.º ed. Editora Instituto do Ceará, 1966.
- — Pulestina, uma Agulha e as Saudades. Fortaleza, Imprensa Oficial do Estado, 1972, ps. 92-105.
- — O Senador Pompeu. 1877-1977. Ed. da Secretaria de Cultura e Desporto do Estado, Editora Henriqueta Galeno, 1977.
- GUIMARAES, Hugo Vítor Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará. Fortaleza, Editora Jurídica, 1951, p. 509.
- — O Liceu do Ceará em 100 anos. Fortaleza, Tip. Iracema, 1945. NOBRE, Geraldo da Silva — Para a História Cultural do Ceará. O Conselho
- Estadual de Cultura (1966-1976), Fortaleza, Ed. Henriqueta Galeno, 1979. STUDART, Barão de Dicionário Biobibliográfico Cearense, p. 141.
- TÁVORA, Virgílio (Senador) "Homenagem ao Senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil", na Revista do Instituto do Ceará, v. 91, ps. 325-329.
- THEBERGE, Pedro Esboço Histórico Sobre a Província do Ceará, caps. 20 e 21.

CAPÍTULO 31

- ALMANAQUE DO CEARÁ 1922, p. 437.
- AIRES, Durval A Universidade Federal e sua dimensão no Nordeste em mudança. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1967; transcrito em O Ceará, cit., ps. 395-405.
- UFC Ano 25. Fortaleza, Imprensa Universitária, 1980.
- ALVES, Joaquim O Ensino Primário na 1.ª Metade do Século XX, em O Ceará, cit., ps. 361-368.
- AMORA, Manoel Albano A Academia Cearense de Letras. Fortaleza; Imprensa Universitária do Ceará, 1957.
- ARAÚJO, Raimundo Livros e Autores do Ceará. Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1977.
- ARAUJO, Pe. F. Sadoc de História da Cultura Sobralense. Sobral, Imprensa Universitária UVA, 1978.
- ASPECTOS Revista da Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, v. 1, ps. 222-253.
- AZEVEDO, Sânzio de Literatura Cearense, Fortaleza, Publicação da Academia Cearense de Letras, 1976.
- — A Padaria Espiritual. 1892-98 (síntese histórica). Fortaleza, Casa de José de Alencar, 1970.
- — A Academia Francesa do Ceará. 1873-75 (síntese histórica). Fortaleza, Casa de José de Alencar, 1971.
- — O Centro Literário. 1894 (síntese histórica). Fortaleza, Casa de José de Alencar, 1972/73.

- BARREIRA, Dolor História da Literatura Cearense. Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1948, 1951, 1954, 1962, 4 v.
- BARROSO, Antônio Girão Modernismo e Concretismo no Ceará. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, s.d.
- BENEVIDES, Artur Eduardo Cancioneiro da cidade de Fortaleza. Fortaleza, Edições Clã, 1953; 2.ª ed. Imprensa Universitária do Ceará, 1976.
- Evolução da Poesia e do Romance Cearense. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1976.
- BEZERRA, Antônio O Ceará e os Cearenses. Fortaleza, Editor Assis Bezerra, 1906, p. 82.
- CAMPOS, Antônio de Sales A Poesia Cearense no Centenário. Fortaleza, Tip. Minerva, 1922.
- CARVALHO, Rodrigues de "A Literatura Cearense nestes últimos dez anos (1889-1899)". Revista da Academia Cearense, Fortaleza, (4): 170.
- Subsídios para a História do Norte Literário, Rev. cit., (5): 125.
 Cancioneiro do Norte. Fortaleza, Ed. Militão Bivar, 1903; 2.ª ed. Paraíba do Norte, Liv. São Paulo, 1928; 3.ª ed. Rio de Janeiro, I.N.L, 1967.
- CASTELO, Plácido Aderaldo História do Ensino no Ceará. Fortaleza, Imprensa Oficial do Estado, 1970. (Monografia n. 22 da Coleção História do Ceará, do Instituto do Ceará).
- CASTRO, Francisco Alves de Andrade e O Pioneiro do Folclore no Nordeste do Brasil (Ensaio sobre Juvenal Galeno). Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1949.
- CEARÁ, UNIVERSIDADE FEDERAL O Reitor Martins Filho e a Universidade. Fortaleza, s.e., 1960.
- CRUZ FILHO História do Ceará, cit., caps. 28 e 29.
- FALAS ACADÊMICAS Publicação da Academia Cearense de Letras, organização de Raimundo Girão, Imprensa Universitária, 1975.
- GIRÃO, Raimundo Antologia Cearense. Fortaleza, Imprensa Oficial do Estado, 1957. Publicação da Academia Cearense de Letras, série 1.
- — História da Faculdade de Direito do Ceará. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1960.
- "Evolução da Cultura Cearense". Aspectos, revista da Secretaria de Cultura do Estado, 1: 1967, ps. 13-53.
- A Academia de 1894. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1975.
- — A Princesa Vestida de Baile. Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1950.
- Geografia Estética de Fortaleza. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1959; 2.ª ed. Publicação do Banco do Nordeste do Brasil S.A., Fortaleza, 1979, cap. 14.
- LIMA, Filgueiras "A Literatura Cearense depois de 1920". In: MARTINS FILHO, Antônio & GIRÃO, Raimundo. O Ceará, 3. ed. p. 267-71.

- LINHARES, Augusto Coletânea de Poetas Cearenses. Rio de Janeiro, Editora Minerva, 1952.
- LINHARES, Mário História da Literatura do Ceará. Rio de Janeiro, s.e., 1948.
- MACEDO, Juarivar Influência de Portugal na formação social do Cariri. Crato, 1978.
- MARTINS FILHO, Antônio O Universal pelo Regional, Definição de uma política universitária no Ceará. Fortaleza, Imprensa Universitária, 1968, 2.º ed. 1966.
- — Uma Universidade para o Ceará.
- — Três anos de Funeduce. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1979.
- MENESES, Djacir "A Educação no Ceará. Repasse histórico-social (das origens a 1930)". In: O Ceará, cit., ps. 350-360.
- MOTA, Leonardo A Padaria Espiritual. Fortaleza, Edésio Editor, 1938.
- MONTENEGRO, Abelardo F. O Romance Cearense. Fortaleza, Tip. Royal, 1953.
- MONTENEGRO, Braga "A atualidade literária no Ceará". In: MARTINS FILHO, Antônio & GIRÃO, Raimundo. *O Ceará*, 3. ed. Editora Instituto do Ceará, 1966, ps. 272-282.
- MOTA, Leonardo A Padaria Espiritual. Fortaleza, Edésio Editor, 1938.
- NOBRE, Geraldo da Silva Para a História da Cultura do Ceará. O Conselho Estadual de Cultura (1966-1976), Editora Henriqueta Galeno, 1979.
- REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ Toda a coleção, especialmente os vs. 54, p. 73 e 57, p. 148.
- SALES, Antônio "História da Literatura Cearense". In: O Ceará, cit. 3.ª ed. ps. 257-266.
- SERAINE, Florival Aspectos históricos da literatura nacional no Ceará. Fortaleza, Editora do Instituto do Ceará, 1950.
- STUDART, Barão de Geografia do Ceará, cit., p. 290.
- TEOFILO, Rodolfo "O Ateneu Cearense". In: Almanaque do Ceará, 1922, ps. 437-499.
- TERRA DA LUZ Antologia organizada pela Secretaria de Educação e Cultura, S. Paulo, 1966.

- ALBUM Histórico do Seminário Episcopal do Ceará (Impresso na Casa Desclée, Tournai, Bélgica). Fortaleza, 1914.
- ANDRADE, F. Alves de "O Seminário de Fortaleza e a Cultura Cearense". Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, 79:261.
- BEZERRA, Antônio "Descrição da Cidade de Fortaleza". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, (9): 211-276.
- CAMARA, Fernando "Os Bispos de Fortaleza". Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, 88: 24-44.
- CAMPOS, Manuel Eduardo Pinheiro As Irmandades Religiosas do Ceará Provincial. Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto, 1980.

- FIGUEIREDO, Mons. Bruno "Os Primeiros Bispos Cearenses". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, (32): 71.
- FURTADO, Pe. Aloísio "Influência da Religião no Ceará". In: MARTINS FILHO, Antônio & GIRÃO, Raimundo. O Ceará, 3.ª ed., p. 200; Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, (79): 157.
- GOMES, Pe. Misael "Dom Joaquim José Vieira". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 81:82.
- LEITE, Serafim, J. História da Companhia de Jesus no Brasil. Rio de Janeiro Imprensa Nacional, 1943, v. 3, caps. I a VI do Livro Primeiro.
- NOBRE, Geraldo S. História Eclesiástica do Ceará. 1.ª parte, Ed. Comemorativa do X Congresso Eucarístico Nacional, 1980.
- QUINDERÉ, Mons. José "D. Joaquim José Vieira Segundo Bispo do Ceará". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 61: 58-129, 1958.
- QUINDERÉ, Mons. José "História Eclesiástica do Ceará". In: MARTINS FILHO, Antônio & GIRÃO, Raimundo. O Ceará, 3.ª ed. Editora Instituto do Ceará, 1966.
- REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ, n. 69, p. 21; n. 70, p. 37; e n. 71, p. 30.
- SOBREIRA, Pe. Azarias "Dom Quintino Centenário". Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, (79): 75.
- "Dom Manuel da Silva Gomes". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 86: 147-150.
- STUDART, Barão de "A Diocese do Ceará". Revista da Academia Cearense de Letras, (18): 180.
- do Ceará, Fortaleza, (36): 416. (Ver também Almanaque do Ceará, 1922, p. 649).
- STUDART FILHO, Carlos "Dados para uma História Eclesiástica do Ceará". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, v. 70, p. 37 e v. 71, p. 30.
- WILLFKE. Frei Venâncio, O.F.M. São Francisco de Canindé. Resumo histórico. 2. ed., Canindé, 1973.

- ALBANO, Ildefonso O Secular Problema do Nordeste. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1917.
- ALVES, Joaquim "Notas para uma Introdução à História das Secas". In: MARTINS FILHO, Antônio & GIRÃO, Raimundo. O Ceará, Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1945, p. 342.
- História das Secas (séculos XVII a XIX). Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1953. (Coleção História do Ceará, 23).
- BRASIL, Tomás Pompeu de Sousa O Ceará no 1.º Centenário da Independência do Brasil, v. 1, p. 229.
- BRASIL, Tomás Pompeu de Sousa (Senador Pompeu) Memória Sobre o Clima e Secas do Ceará, Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1877, reproduzida no Almanaque do Ceará, 1903, ps. 146 e segs.

- CAMARA, José Aurélio Saraiva Fatos e Documentos do Ceará Provincial, Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1970. cap. 5.
- CAPANEMA, Gustavo Apontamentos sobre as secas do Ceará. Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1878.
- CARREIRA, José Liberato de Castro Artigos sobre as Secas do Ceará. Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, Pedro Reis, 1879.
- CRUZ FILHO História do Ceará, cit., cap. 27.
- DUQUE, José Guimarães Solo e Agua no Polígono das Secas. 4. ed., Bahia, A.B.C. Gráfica Offset, 1973.
- GIRÃO, Raimundo História Econômica do Ceará, cit., cap. 16.
- POMPEU SOBRINHO, Th. História das Secas (Século XX). (Coleção História do Ceará, 23 t. 2). Fortaleza, Editora A. Batista Fontenele, 1953. Ver Abrangência e atualidade de Tomás Pompeu Sobrinho, estudo introdutório, de F. Alves de Andrade, 2.ª de Protohistória Cearense, Edições U.F.C., 1980.
- "Sugestões para a lei orgânica das Secas". Revista Agrícola, Fortaleza, 1, 1936.
- ROHAN, Beauropaire As Secas do Ceará. Rio de Janeiro, 1887.
- SILVA, Clodomir Pereira da O Problema do Nordeste As Secas. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1930.
- TEÓFILO, Rodolfo História das Secas do Ceará (1877 a 1880). Fortaleza, Tip. do Libertador, 1880; outra edição da Imprensa Inglesa, Rio de Janeiro, 1922.
- — — Secas do Ceará Segunda Metade do Século XIX. Fortaleza, Louis Cholowieski, 1901.
- — Secas do Ceará. (Da segunda metade do século XIX até 1919). Rio de Janeiro, Imprensa Inglesa, 1922. 2. v.
- _____ _ Seca de 1919.
 - Não pode deixar de ser consultado o valioso trabalho "Contribuição para a Bibliografia da Literatura das Secas", completado por Th. Pompeu Sobrinho, na Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, 47: 226-36.

- BEZERRA, Antônio O Ceará e os Cearenses. Fortaleza, Editor Assis Bezerra, s.d.
- BULCÃO, Soares "O Comendador João Gabriel Origem do Nome Acre". Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 46:215.
- ————— "Plácido de Castro", Rev. cit., n. 51, p. 185.
- — Subsídios Para a História do Alto Purus (sep. da "Revista do Instituto do Ceará"). Fortaleza, Editora Fortaleza, 1940.
- CARVALHO, José A primeira insurreição acreana. Pará, Tip. e Enc. de A. Loyola, 1904. Nova edição comemorativa do Centenário da Colonização do Acre, Governo do Acre, 1978.

- FREITAS, R. Dias de Plácido de Castro e a Integração do Território do Acre no Brasil. Fortaleza, Oficinas do Almanaque da Parnaíba, 1944.
- FURTADO, Arruda Emigração para o Acre. Causas da migração nordestina para o Acre e o processo de civilização. Fortaleza, Edições de A Fortaleza, 1979.
- GUEDES, Mário Os Seringais. Rio de Janeiro, Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1920.
- LIMA, Cláudio de Araújo Um Caudilho Contra o Imperalismo. 2. ed., São Paulo, 1952. (Brasiliana, 272).
- MORAIS, Raimundo Na Planície Amazônica. Manaus, Livraria Clássica, 1926.
- NOBRE, José de Freitas A Epopéia Acreana. Uma Página de Bravura da História do Brasil. Fortaleza, ed. do autor, 1938.
- REIS, Artur César Ferreira A Amazônia e a Integridade do Brasil. Manaus, Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.
- A Amazônia que os Portugueses Revelaram. Rio de Janeiro, M.E.C., Serviço de Documentação, 1956.
- RIBEIRO, Napoleão O Acre e Seus Heróis. São Luís, Tip. Rabelo, 1930.
- SOUSA, Mendonça de O Grande Amazonas Mitologia, História e Sociologia. Manaus, Sérgio Cardoso, 1959, cap. XVII.

- ASPECTOS (Revista da Secretaria de Cultura do Ceará), n. 1, ps. 13 a 53.
- AZEVEDO, Sânzio de Literatura Cearense. Publicação da Academia Cearense de Letras. Fortaleza, U.F.C., 1976.
- BARBOSA, Raul O Banco do Nordeste do Brasil no desenvolvimento econômico da Região. Fortaleza, Documentos do Banco do Nordeste do Brasil, 1979.
- BARREIRA, Dolor História da Literatura Cearense. Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1948, 1951, 1954 e 1962. 4 v.
- CRUZ FILHO História do Ceará, cit., caps. 28 e 29.
- GIRÃO, Raimundo História Econômica do Ceará, cit., caps. 15 a 18.
- — Antologia Cearense (1.ª série), Fortaleza, Imprensa Oficial, 1957, Introdução, ps. V a XXI.
- LINHARES, Mário História Literária do Ceará, cit., Rio, 1948.
- MARTINS FILHO, Antônio & GIRÃO, Raimundo O Ceará, 3.ª ed. Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1966 (1.ª ed. 1939, 2.ª ed. de 1945).
- NOBRE, G. S. Introdução à História do Jornalismo Cearense. Fortaleza, Gráfica Editorial Cearense, 1975.

* * *

De muito proveito, para mais informações sobre a bibliografia ora em apreço, é a leitura de *Estudos Bibliográficos Cearenses*, de Maria da Conceição Souza, Fortaleza, Imp. Universitária do Ceará, 1973.

Obras do Autor

O Fenômeno Freudiano e a Criminologia (Tese de Doutoramento). Fortaleza, Editora Fortaleza, 1937.

A Receita Pública — Aspecto Brasileiro. Fortaleza, Ed. Fortaleza, 1937.

Esboço de Uma Genealogia. Fortaleza, Editora Fortaleza, 1937.

Diretrizes Novas do Conhecimento Financeiro. Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará, 1937.

Fiscalização dos Gastos Públicos. Fortaleza, Ed. Fortaleza, 1937.

O Ceará (em colaboração com Antônio Martins Filho). 1.ª ed., 1939; 2.ª ed., 1945; 3.ª ed., 1966. Fortaleza, Editora Fortaleza (as duas primeiras) e Editora Instituto do Ceará.

O Comendador Machado e a sua Descendência. Fortaleza, separata da Revista do Instituto do Ceará, 1942.

Coronel Tibúrcio Cavalcânti (Biografia). Fortaleza, Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Ceará, 1941.

Cidade da Fortaleza. Fortaleza. Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Ceará, 1945.

História Econômica do Ceará. Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1947.

Bandeirismo Baiano e Povoamento do Ceará. Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1949.

Três Gerações (Ensaios). Fortaleza, Edições Clã, 1950.

A Princesa Vestida de Baile. Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1950.

Pequena História do Ceará. Fortaleza, Editora A. Batista Fontenele, 1953, (2.ª ed., Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1962), (3.ª ed., Imprensa Universitária do Ceará, 1971).

A Abolição no Ceará. Fortaleza, Editora A. Batista Fontenele, 1956, 2.ª ed., revista, Imprensa Universitária, 1969.

Antologia Cearense. Fortaleza, Imprensa Oficial, 1957 (publicada sob os auspícios da Academia Cearense de Letras).

Geografia Estética de Fortaleza. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1959. 2.ª ed., 1979, publicação do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

História da Faculdade de Direito do Ceará. Fortaleza, Imprensa Universitária, 1960.

Matias Beck — Fundador de Fortaleza. Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará, 1961.

História Econômica Geral e do Brasil. Fortaleza, Tip. Minerva, 1964. Ecologia de um Poema. Fortaleza, separata da Revista Clã, 1966. Vocabulário Popular Cearense. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1967.

Montes, Machados, Girões. Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1967.

Palestina, uma Agulha e as Saudades. Fortaleza, Imprensa Oficial do Estado, 1972.

Familias de Fortaleza (Apontamentos genealógicos). Imprensa Universitária do Ceará. 1975.

A Academia de 1894. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1975. Botânica Cearense na Obra de Alencar e Caminhos de Iracema. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1976.

Porto do Mucuripe — Solução ótima para um problema difícil. Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1976.

O Senador Pompeu. Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1977.

Bichos Cearenses na Obra de Alencar. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1977.

A Cidade do Pajeú. Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1982.

Fortaleza e a Crônica Histórica. Fortaleza, Coleção José de Alencar, v., Edição U.F.C. em convênio com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1982.

Eduardo Girão (1882-1982 — 1.º Centenário de seu nascimento), 1982. Os Municípios Cearenses e seus Distritos. Publicação da SUDEC (2 volumes) 1982. JÁ PREPARADOS:

Descrição da Cidade da Fortaleza — Introdução e Notas de Raimundo Girão. Historia Geral do Ceará, (2 volumes).

Manda Sect. ... Parefector de Potodeca Cortelata, Impiezza Oficial de Ceart.

eries de Academie Cuavaso No Leveth.



Composto e Impresso na Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará Av. da Universidade, 2932, Caixa Postal. 2.600 Fortaleza-Ceará-Brasil



Communic e Impresso

as Impressa Universitéra

a Universitado Faderal do Carra

Howaraulalis, 2002, C. o. C. o. C. o.

Fanolasa-Cesti